

Revista de
Estudos Estratégicos e
Relações Internacionais



INEST



HOPILOS

DOSSIÊ TEMÁTICO

Pensar e Fazer a Guerra:
A Contemporaneidade dos Clássicos

Org. Prof. Dr. Luís Bernardino



Vol. 9 N. 16 -2025
ISSN: 2595-699X

HOPLOS

Revista de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais

ISSN 2595-699X

**DOSSIÊ TEMÁTICO - Pensar e Fazer a Guerra: A Contemporaneidade dos
Clássicos**

Org. Prof Dr. Luís Manuel Brás Bernardino

v. 9 n. 16

Jan. - Jun. 2025

Niterói - RJ

A “Hoplos” é a revista discente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança (PPGEST), vinculado ao Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF). Com periodicidade semestral, ela constitui um espaço plural de análise e discussão sobre temas que permeiam Estudos Estratégicos, Relações Internacionais e Ciência Política. Recebendo colaborações em sistema de fluxo contínuo e para a criação de dossiês temáticos, a revista publica artigos acadêmicos e resenhas de obras de edição recente e tem como principal objetivo a divulgação da produção de pós-graduandos/as e pesquisadores/as dessas áreas. Os textos recebidos são analisados em sistema de blind review e publicados mediante recomendação do Conselho Editorial.

Instituto de Estudos Estratégicos (INEST/UFF)

Diretor: Prof. Dr. Vágner Camilo Alves
Vice-diretor: Prof. Dr. Márcio Rocha
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos – PPGEST: Prof. Dr. Adriano de Freixo
Chefe do Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais – DEI: Prof. Dr. Gabriel Passetti

EQUIPE EDITORIAL:

Editor-chefe: Eduardo Freitas Gorga
Comitê Editorial: Danilo Sorato, Gabriel Gama de Oliveira Brasilino, Daniela Marques da Silva, Paulo César Gomes dos Santos Júnior e Taynah Pires Ferreira.

Editoria de Redação: Leonardo Borges Gonçalves, João Renato Lima Paulon, Luana Machado de Carvalho, Mariana Amaro Gonçalves Silva e Samuel Araújo Costa.

Editoria de Comunicação/ Leiaute: Lillian Rosembach e Luís Henrique Coutinho Magalhães.

Projeto Gráfico: Viviane de Oliveira
www.vivinhaoliveira@gmail.com

CONSELHO EDITORIAL

Adriano de Freixo (UFF)
Américo Alves de Lyra Júnior (UFRR)
Ana Penido (Unesp)
Érica Winand (UFRN)
Fernando Brancoli (UFRJ)
Francine Rossone (UFF)
José Pedro Zúquete (Universidade de Lisboa)
Mônica Leite Lessa (UERJ)
Rafael Rossotto Ioris (University of Denver)
Rodrigo Perla Martins, (FEEVALE-RS)
Sabrina Medeiros (Universidade Lusófona de Lisboa)
Sílvia Nogueira (UEPB)
Suhayla Khalil (FESP-SP)
Suzeley Khalil (UNESP)
Thiago Moreira Rodrigues (UFF)
Williams Gonçalves (UERJ)

CONTATO

Instituto de Estudos Estratégicos - INEST
Universidade Federal Fluminense – UFF
Campus do Valonguinho – Alameda Barros Terra, S/N – 2º andar. Centro – Niterói – RJ. CEP. 24020-150 E-mail: revistahoplos@gmail.com
ISSN 2595-699X



SUMÁRIO

EDITORIAL

Comitê Editorial.....	5
-----------------------	---

APRESENTAÇÃO

Professor Doutor Luís Manuel Brás Bernardino.....	9
---	---

ARTIGOS

HEZBOLLAH, A GUERRA E A GUERRILHA: REFLEXÕES A PARTIR DE CLAUSEWITZ E MAO TSÉ-TUNG

Karime Ahmad Borraschi Cheaito.....	16
-------------------------------------	----

A TRINDADE CLAUSEWITZIANA E OS DESAFIOS DO SAHEL: ENTRE INSURGÊNCIA, FRAGILIDADE E INTERVENÇÃO

Fabiana Fernandes Firmo.....	35
------------------------------	----

DA GUERRA (REVOLUCIONÁRIA): A INFLUÊNCIA DE CLAUSEWITZ NAS ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DA REVOLUÇÃO – UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO NAXALITA

Guilherme Theodoro Gusson.....	52
--------------------------------	----

ESTADO-NAÇÃO E HOMOGENEIZAÇÃO DE POVOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA FORMAÇÃO DO EXÉRCITO ANGOLANO

Liz Yumi Barreto Tamezava.....	73
--------------------------------	----

CLAUSEWITZ NEGLIGENCIOU A TECNOLOGIA? REVISITANDO A TEORIA DA GUERRA NA ERA DA GUERRA CONTEMPORÂNEA

Náira Gondar Marchesi.....	89
----------------------------	----

WALTZ ONLINE WITH NUKES: TOWARDS A DEFINITION OF “STRATEGIC” IN 21ST-CENTURY INTERNATIONAL POLITICS

Paulo Bittencourt.....	104
------------------------	-----

OS AFETOS E AS GUERRAS: UMA CONTRIBUIÇÃO SOBRE O APEGO DE MILITARES À ESTÉTICA TECNOLÓGICA DAS ARMAS A PARTIR DE ALLIEZ E LAZZARATO, KALDOR E CHAMAYOU

Afonso Brito Bandeira.....	127
----------------------------	-----

‘O ARSENAL BARROCO’: ARMAMENTO E GUERRA NA PERSPECTIVA DE FLORESTAN FERNANDES

Nicole Grell Macias Dalmiglio e Daniel Rei Coronato	140
---	-----

A GUERRA NO SÉCULO XXI: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO TERRORISTA COMO O “OUTRO” NA GUERRA AO TERROR

Lais Cavallin Rodrigues.....	158
------------------------------	-----





EDITORIAL

É inquestionável para os Estudos Estratégicos a maneira impactante com que a tecnologia e suas, cada vez mais, aceleradas transformações têm redefinido os conflitos militares do nosso tempo. As duas grandes guerras mundiais que marcaram o século XX são, sob diversas análises, uma clara demonstração de como a capacidade científica desenvolvida pelos seres humanos foi decisiva para possibilitar a destruição da vida humana de maneiras mais eficientes e em proporções, ainda, maiores até chegar ao paroxismo da bomba atômica, capaz de destruir toda a vida neste planeta. Como consequência, seguindo as novas possibilidades abertas pela ciência aplicada (tecnologia), a maneira de se fazer a guerra foi mudando desde a sua organização básica em blocos concentrados e lineares de infantaria, na época das guerras napoleônicas, até a estruturação em frentes múltiplas, crescentemente irregulares, atuando junto a uma infantaria dispersa em pequenos grupos especializados apoiados pelo poder aéreo, carros de combate e o fogo concentrado da artilharia pesada, conforme vimos no final do século XX.

Entretanto, foi somente na década de 2000, com a popularização dos computadores pessoais e da internet transformando, completamente, a maneira como a sociedade e mundo se organizavam em todos os níveis das esferas sociais, que o fenômeno da guerra efetivamente migrou de um modelo mais rígido, clausewitziano, baseado em estratégias convencionais diretamente apoiadas no poder bélico estatal e em batalhas campais, para um modelo de flexibilidade crescente, apoiado no que passou a se chamar de "guerra híbrida", ou seja, um teatro de operações amplo, abrangendo simultaneamente todos os domínios de ação, onde a tecnologia permitiu tanto aos atores estatais quanto aos menos poderosos, não estatais, uma efetividade em ataques diversificados até então desconhecida. Como exemplo, basta lembrar que a insurgência terrorista, outrora associada a ações de efeito localizado e limitado, em 11 de setembro de 2001, rasgou uma profunda ferida na cidade que é o coração do país mais poderoso do mundo em termos econômicos e militares, deflagrando imediatamente a reação de âmbito global chamada de "guerra ao terror" que, sequencialmente, levou à invasão do Afeganistão naquele mesmo ano e do Iraque em 2003.

O início do século XXI demarcou o momento em que a atuação das redes terroristas, simultaneamente em meio virtual e real, e dos aviões de ataque remotamente controlados, chamados *drones*, mudaram sobremaneira a maneira de se fazer e pensar as guerras. E com o uso cada vez mais intenso da tecnologia digital para fins militares, as redes de computadores acabaram por se tornar um domínio próprio visando a realização de operações específicas de inteligência (espionagem e monitoração), apoio a campanhas terrestres (invasão russa da Geórgia em 2008) e até a destruição direta de alvos inimigos (o Stuxnet e as centrífugas iranianas). Também, a ampla adoção da navegação militar por sistemas de satélites (GPS), consolidada durante a Guerra do Golfo em 1990-91, aumentou enormemente a precisão dos equipamentos militares, tanto para os veículos, navios e aviões quanto para as bombas e mísseis, inaugurando, desta forma, a era dos "ataques cirúrgicos" onde pilotos confortavelmente situados a centenas, às vezes milhares de quilômetros do teatro de operações, são capazes de atingir alvos com a dimensão de uma única pessoa no meio de uma cidade grande situada em qualquer lugar do planeta. Uma categoria de ataque que se tornou comum com a conjugação de *drones* e mísseis teleguiados para assassinar líderes militares e de facções terroristas no Afeganistão, Iraque e em todo o Oriente Médio.

Embora a essência da guerra, conforme afirma Clausewitz em sua obra seminal, tenha se mantido a mesma (a obtenção de objetivos políticos), os meios, atores e teatros de operação diversificaram-se bastante, continuando a se transformar intensamente nestes últimos anos com a acelerada adoção de recursos de avançados de microprocessamento e inteligência artificial nos armamentos. Isso pode ser notado no recente ataque ucraniano sobre as bases militares no interior da Rússia, quando foram destruídos dezenas de aviões bombardeiros de altíssimo valor tático, além de econômico. A partir do emprego de um grande número de pequenos drones caseiros adaptados, avaliados em poucas centenas de dólares cada, foram abatidos estes alvos de elevado valor comercial para a indústria de Defesa.

As características das guerras atuais, agregando elementos de guerra convencional (tropas, tanques, caças, bombardeiros...) com táticas irregulares (guerrilha, sabotagem, terrorismo, insurgências, assassinatos...), a participação de atores não estatais (por exemplo: o grupo Wagner na Ucrânia e os Houtis, Hamas e Hezbollah no Oriente Médio...), combates urbanos de alta intensidade (conforme tem acontecido na Síria, Gaza, Iraque, Irã...), *drones* (de diversos tipos e capacidades), ataques cibernéticos (do mais variados tipos que vão desde a monitoração remota até o comprometimento de infraestruturas) junto ao uso cada vez mais amplo de desinformação difusa e de alto impacto nas redes sociais da internet, trouxeram

complexidade e interdisciplinaridade inéditas aos estudos dos conflitos. Em consequência, os textos selecionados para este dossiê temático, da décima sexta edição da Revista Hoplos, são dedicados a pensar a guerra e seus meios nos contextos mais relevantes para a realidade hodierna.

Outrossim, numa associação teórica incomum, mas consistente e efetiva, o artigo "Hezbollah, a guerra e a guerrilha: reflexões a partir de Clausewitz e Mao Tsé-Tung" busca entender a atuação do braço armado do Hezbollah a partir do pensamento destes dois grandes estrategistas para identificar a atualidade e os limites de suas abordagens perante o caráter irregular das guerras mais recentes. Ainda, buscando explorar as convergências e divergências entre a guerra atual e o sempre presente pensamento clausewitziano, duas pesquisas desta edição analisam conflitos de alta relevância teórica e política no contexto em que vivemos.

O artigo "A Trindade Clausewitziana e os Desafios do Sahel" utiliza a teoria consagrada do general prussiano para lançar luz sobre a beligerância específica da região do Sahel na África subsaariana, considerando o entrelaçamento de interesses econômicos, geopolíticos e de segurança com a instabilidade política constante e a fragilidade das instituições locais. Já o trabalho "Da Guerra (Revolucionária): a influência de Clausewitz nas estratégias e táticas da revolução" procura compreender o movimento Naxalita na Índia e os princípios que orientam a guerra revolucionária a partir da influência das ideias de Clausewitz sobre suas estratégias e táticas. A percepção de que a guerra revolucionária se aproxima do conceito de "guerra absoluta" é um dos grandes *insights* desta pesquisa.

Ademais, desenvolvendo sobre a complexidade das relações culturais e étnicas que envolvem os conflitos associados aos processos históricos de colonização territorial, o artigo "Estado-Nação e Homogeneização de povos" busca analisar, criticamente, o conceito de Estado-nação e sua relação com a formação do exército angolano, evidenciando a incongruência desta realidade: sua natureza utópica com base em preceitos de homogeneização dos povos originários de um mesmo território.

Em prosseguimento, retornando a análise das relações mais diretas entre tecnologia e a guerra contemporânea, os trabalhos "Clausewitz negligenciou a tecnologia?" e "Waltz online with nukes" se aprofundam na questão de como as transformações tecnológicas criaram não apenas novas maneiras de se fazer a guerra, mas, efetivamente, criaram novos modelos de guerra que demandam estudos cada vez mais específicos. Além destes, no artigo "Os afetos e as guerras: uma contribuição sobre o apego de militares à estética tecnológica das armas a partir de Alliez

e Lazzarato, Kaldor e Chamayou”, o autor aborda a persuasão tecnológica sobre os militares a partir de novos sistemas de armas, como os drones, além das dinâmicas afetivas geradas em operações militares, como a partir do porta-aviões USS Abraham Lincoln, da marinha dos Estados Unidos da América, diante das suas atualizações tecnológicas.

Já o artigo "'O Arsenal Barroco': armamento e guerra na perspectiva de Florestan Fernandes" nos surpreende ao fazer uma análise da maneira com que a mudança tecnológica impacta as funções sociais e hierárquicas das forças armadas a partir de um ponto de vista inusitado: o trabalho de Florestan Fernandes sobre a guerra na sociedade tupinambá. A percepção de que o conflito bélico, mais do que uma prática militar, desempenha um papel estruturante na organização social e política, estabelecendo laços de coesão e reafirmando identidades coletivas, é utilizada como ponto de partida para tentar compreender a guerra híbrida e os desafios impostos pelas novas tecnologias às estruturas hierárquicas tradicionais.

Enfim, explorando um aspecto de grande importância para os estudos de guerra psicológica aplicados ao mundo digital, o artigo "A Guerra no Século XXI: a construção da identidade do terrorista como o 'outro' na guerra ao terror" vai ao âmago de uma das questões mais presentes nestes nossos dias: a manipulação de opinião através de redes sociais. A autora busca entender a desumanização do terrorista, um dos principais elementos do imaginário associado à "guerra ao terror" como uma maneira de o Estado legitimar o uso de práticas e tecnologias de violência, constituindo, assim, um exercício de necropolítica, segundo a visão de Achille Mbembe.

Portanto, é com grande satisfação que agradecemos aos nossos autores e autoras, Afonso Brito Bandeira, Daniel Rei Coronato, Fabiana Fernandes Firmo, Guilherme Theodoro Gusson, Lais Cavallin Rodrigues, Liz Yumi Barreto Tamezava, Karime Ahmad Borrasci Cheaito, Náira Gondar Marchesi, Nicole Grell Macias Dalmiglio, e Paulo Bittencourt, pelo interesse e disposição em compartilhar as suas pesquisas e publicar os seus artigos na Hoplos. Dedicamos e oferecemos aos nossos leitores esta seleção de trabalhos do Dossiê Temático “Pensar e Fazer a Guerra: a Contemporaneidade dos Clássicos”, que visa estimular reflexões qualificadas sobre o tema, fomentando novos questionamentos para profícuos debates acadêmicos.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

O Comitê Editorial.



APRESENTAÇÃO

A Guerra Clássica...e as “Novas” Guerras

"A guerra é o fracasso organizado da política e o sucesso desorganizado da agressividade humana."

Gaston Bouthoul

Especialistas consideram que a guerra é um dos fenómenos mais complexo e intrigante da sociedade. Entre estes especialistas, Gaston Bouthoul¹ (1896-1980) elevou mesmo a Guerra à condição de “Ciência” e deu corpo a um conjunto hermético de definições e conceitos que conhecemos por “Polemologia”, ou seja, o estudo científico, analítico e sistemático da Guerra. A obra de Gaston Bouthoul, inicialmente alicerçada numa vertente mais social e sociológica voltou a ganhar especial atenção e relevo nas últimas décadas, nomeadamente com o surgimento das novas formas e conceitos de guerra - híbridas, cibernéticas e informacionais; que o autor já antecipava de certa forma como fenómenos muito mais complexos e relevantes, e que transitaram para uma esfera global, sendo por esse motivo objeto e instrumento de análise das Relações Internacionais e dos Estudos Estratégicos.

Neste contexto, encontramos na literatura moderna todo um corpo de normativos conceptuais e doutrinários, que vão também no âmbito dos estudos da Ciência Política, das Relações Internacionais, da Geopolítica e da Geoestratégia, indo ainda desde a Economia (Economia de Guerra), passando pela Sociologia (Sociologia Militar), para não falar nos múltiplos vetores das técnicas e das tecnologias (de Defesa). A guerra é, por esse motivo, um elemento perene na relação entre atores do Sistema Político Internacional, e um instrumento de coação,

¹ Gaston Bouthoul, o sociólogo francês que fundou a polemologia, o estudo científico da guerra, foi um jurista e sociólogo e ficou conhecido por ter criado o termo “*Polémologie*”, que propõe uma abordagem científica e sociológica para entender os conflitos armados e a agressividade organizada nas sociedades humanas. Gaston Bouthoul entendia a guerra não como um acidente ou aberração, mas como um fenómeno recorrente e funcional nas sociedades humanas.

negociação, pressão, e de afirmação do Poder na sua forma mais militarista, como defendia Colin S. Grey² (1943-2020).

A guerra como fenómeno social resulta eminentemente de um desacordo substancial, de uma competição feroz ou da tentativa de salvaguarda da condição, do *status quo* e dos privilégios obtidos...são eminentemente actos racionais, sociais, dinâmicos e reflexivos, que envolvem elevados recursos e que mobilizam substanciais meios humanos, materiais e financeiros.

A guerra pode também ser entendida como a continuação da política por outros meios, como refere Carl von Clausewitz, sendo ampliada na condição de último rácio na defesa da pátria, dos ideais, valores e da soberania. São também por essa via entendidos como instrumentos geopolíticos e geoestratégicos dos Estados e das Organizações, ou de atores que não se enquadrando no normativo criado pelas Escolas de Guerra, sendo comumente apelidados de híbridos ou transnacionais. Por esse motivo, as guerras ideológicas, religiosas, intestinais ou “de sangue” são razão e consequência da vontade do Ser Humano na sua lógica mais profunda, e afirma-se na convicção moral e na defesa dos valores, das crenças e dos seus interesses perenes, pois segundo a visão de Clausewitz a guerra é apresentada como “...*um ato de violência para compelir o oponente a fazer a nossa vontade...*”, e estas são as guerras que confluem e colocam em presença, cada vez mais, um choque de civilizações na verdadeira assunção do pensamento de Samuel P. Huntington³ (1927-2008).

Por este motivo, este paradigma implica, em larga medida, que a guerra seja entendida, não apenas como um fenómeno social, mas como um conjunto de fenómenos intrassociais e intersociais, e que importa, cada vez mais, estudar, analisar, debater e especialmente no atual contexto global onde a guerra está presente e condiciona as nossas vidas, fazermos uma reflexão académica sobre a Guerra Clássica e as “novas” Guerras.

² Colin S. Gray foi um escritor britânico-americano sobre geopolítica e professor de Relações Internacionais e Estudos Estratégicos na Universidade de Reading (UK), onde foi diretor do Centro de Estudos Estratégicos. Teorizou sobre o poder dos Estados e definiu uma metodologia de perceção do poder no contexto internacional associado a fatores tangíveis e intangíveis. Foi conselheiro de Defesa dos governos britânico e americano e serviu de 1982 a 1987 no Comité Consultivo sobre Controle de Armas e Desarmamento de Ronald Reagan. Lecionou nas universidades de Hull, Lancaster, York, e ainda na Universidade de Toronto e da Colúmbia Britânica, tendo publicado 30 livros sobre História Militar e Estudos Estratégicos, bem como artigos sobre a teorização do Poder e da Guerra.

³ Samuel Phillips Huntington foi um cientista político norte-americano influente nos círculos politicamente mais conservadores. Tornou-se conhecido pela sua análise do relacionamento entre os militares e o poder civil, pelas suas investigações acerca dos golpes de estado e, principalmente, pela sua polémica teoria do choque de civilizações, inspirada pelo historiador e filósofo polaco Feliks Koneczny, segundo a qual os principais atores políticos do século XXI seriam Civilizações e não os Estados, e as principais fontes de conflitos após a Guerra Fria, não seriam as tensões ideológicas, mas as tensões culturais. O conceito do choque de civilizações apareceu pela primeira vez num artigo publicado em 1993 na prestigiada revista “*Foreign Affairs*” e veio a revolucionar o conceito das “novas” guerras.

Assim, procurando cumprir este desiderato, este número especial da Revista Hoplos possibilita-nos, por meio de um conjunto heterogêneo, multidisciplinar e consolidado, de nove artigos científicos sobre a problemática em questão, a possibilidade de deambularmos em torno de reflexões académicas, ora mais numa vertente histórica e de Relações Internacionais, ora mais filosóficas e sociológicas ou em áreas das tecnologias de defesa e das técnicas militares, onde a temática da guerra é central.

Para início de reflexão importa saber se as temáticas das guerras consubstanciam no âmbito científico uma matéria relevante e no contexto académico um assunto pertinente? E se será relevante alinhar o passado com o futuro e descortinar se foi a guerra que evoluiu ou foi o seu conceito mais polemológico que se alterou? Ou ainda se em termos científicos a guerra ajuda-nos a perceber e a descortinar novas ameaças, novos desafios e a prever o futuro em termos de análise estratégica? Vejamos então o conceito da Guerra na sua dimensão mais evolucionista e paradigmática, e procuremos alinhar alguns conceitos e ideias para que os leitores possam apreciar e contextualizar melhor o tema da 16ª Edição da Revista Hoplos, que têm entre mãos, e que dedicamos a **“Pensar e Fazer a Guerra: A Contemporaneidade dos Clássicos”**.

*

* *

Se analisarmos a guerra tradicional e as novas formas de conflito e pretendermos fazer um olhar sobre as guerras do século XXI verificamos que a guerra sempre acompanhou a história da humanidade e a história das sociedades, moldando fronteiras, sociedades e principalmente mentalidades, convicções e dogmas. No entanto, a sua natureza e dinâmica têm passado por transformações significativas nas últimas décadas. Enquanto os conflitos armados clássicos eram caracterizados pelo confronto direto entre Estados com forças regulares, os conflitos contemporâneos apresentam-nos novos atores, inovadoras estratégias e tecnologias emergentes, configurando o que muitos autores denominam de “Novas Guerras”. Esta edição especial da Revista Hoplos pretende discutir a transição das guerras tradicionais para as novas formas de conflito - híbrido, cibernético, informacional e cultural - procurando compreender as suas implicações para a geopolítica, geoestratégia, a soberania e a segurança global, e principalmente, descortinar se existe um nexo entre as “novas” guerras e a guerra clássica.

Até ao século XX, as guerras eram predominantemente travadas entre Estados-nação, e tinham como protagonistas grandes exércitos regulares e uniformizados (normalmente ao serviço desse Estado com vínculos profissionalizados) que desenvolviam o combate em extensos campos de batalha físicos e de acessível percepção táctica, estando alinhados por objetivos políticos ou territoriais definidos, e normalmente empregando regras de engajamento explícitas (em parte influenciadas pelo Direito Internacional Humanitário). Estas guerras constituíam uma doutrina no aspeto militar que derivavam do pensamento estratégico de Sun-Tzu, Clausewitz, Liddell Hart (e outros) e que são ainda estudados nas Escolas e Academias Militares um pouco por todo o mundo.

Os exemplos mais clássicos constituem, entre outras, as Guerras Napoleónicas (1799-1815), a Iª e a IIª Guerra Mundial, e os múltiplos conflitos regionais com impacto global como a Guerra do Vietname (1955-1975) e, mais recentemente, a Guerra Irão-Iraque (1980-1988). Esses conflitos, ainda que brutais e desconexos, seguiam uma lógica interestatal relativamente clara e estavam articulados segundo as características que abordamos no parágrafo anterior...eram as designadas “Guerras Clássicas”.

Por outro lado, desde o final da Guerra Fria, observamos uma mudança profunda na natureza dos conflitos e na conflitualidade. As guerras tornaram-se menos frequentes entre Estados (interestatais) e mais comuns em contextos internos (intraestatais), gerando conflitos (e não necessariamente guerras) assimétricos e mais prolongados. Conflitos que envolvem novos atores, novas capacidades e novas táticas e técnicas de combate. Mary Kaldor⁴ (1946) foi uma das primeiras especialistas a cunhar o termo “novas guerras” para descrever a presença de atores não estatais, como milícias, grupos terroristas e empresas militares privadas. Estes estavam associados à fragmentação da autoridade soberana dentro dos Estados e à utilização de tecnologias emergentes, como satélites, drones e ferramentas de vigilância digital, transportando a conflitualidade e as guerras para a dimensão do espaço e do ciberespaço.

Neste contexto, surgiu o conceito de “guerra híbrida” que se refere essencialmente à integração de múltiplas formas de conflito num único teatro operacional que passou a ter cinco dimensões (mar, terra, ar, espaço e ciberespaço). Estes conflitos combinam conflito convencional (militar direto), guerra irregular (uso de táticas de guerrilha e sabotagem), os

⁴ Mary Henrietta Kaldor é professora de Governança Global e diretora do Núcleo de Investigação em Sociedade Civil e Segurança Humana da *London School of Economics* (LSE). É autora de inúmeros livros, entre eles *“The Ultimate Weapon is no Weapon: Human Security and the Changing Rules of War and Peace”* e neste contexto salienta-se especialmente a obra *“New and Old Wars: Organised Violence in a Global Era e Global Civil Society: An Answer to War”*.

ciberataques e as campanhas de desinformação (guerra da informação). Aborda ainda uma maior interferência política e económica sobre a guerra, tendo os líderes militares passado a “responsabilidade” das decisões militares para o nível estratégico-político, passando a guerra a ser planeada, coordenada e executada a partir do nível politico-estratégico e não do estratégico-operacional. Um exemplo notório é o conflito na Ucrânia iniciado em 2014 com a ocupação da Crimeia, onde a Rússia foi acusada de usar forças regulares sem identificação, designados por “*little green men*”, além de fomentar campanhas de desinformação nas redes sociais e ciberataques contra infraestruturas críticas ucranianas que permitiram moldar e operacionalizar a campanha ofensiva soviética sobre a Ucrânia iniciada em 24 de fevereiro de 2022.

Mas quais são as dimensões e as características estruturais das “Novas Guerras”?

*

* *

As “novas guerras” caracterizam-se pelo elevado emprego de meios operacionais nas novas dimensões espaço e ciberespaço e noutra medida também o uso diferenciado das tradicionais dimensões: mar, terra e ar. Um exemplo é a guerra cibernética onde a digitalização da guerra, também com recurso à inteligência artificial, permitiu a emergência do ciberespaço como campo de batalha. Neste novo cenário, os alvos não são apenas militares, mas também civis, tais como bancos, hospitais, redes elétricas e plataformas de comunicação, e as fronteiras do conflito são indecifráveis. A guerra cibernética caracteriza-se assim por uma maior dificuldade em atribuir autoria dos acontecimentos e em identificar quem é o inimigo ou qual é o teor da ameaça. Por outro lado, assiste-se ao emprego de meios, tecnologias e equipamentos de baixo custo e de fácil aquisição, estando ao alcance de grupos pequenos e atores menos relevantes e, ainda porque o tempo de resposta é quase nulo e os efeitos podem ser massivos.

Neste domínio, e mais na vertente do ar, as novas guerras caracterizam-se pela introdução no campo de batalha de meios tecnologicamente evoluídos, relativamente baratos e de fácil operação, que não só alteraram as técnicas, táticas e procedimentos operacionais, como alteraram e condicionaram o uso do campo de batalha...estamos a referir-mo-nos ao uso

massivo de drones e às múltiplas missões que lhe estão atribuídas, podendo ser uma arma de reconhecimento e segurança, ou atuar em operações ofensivas onde o poder destrutivo e letal é muito significativo.

Outra vertente das novas guerras prende-se com a designada guerra informacional (guerra da informação) onde a disputa por determinadas narrativas e perceções tornou-se central nas guerras contemporâneas, essencialmente nas operações de moldagem e na comunicação estratégica (STRATCOM). Neste contexto, governos e grupos armados usam as redes sociais para espalhar propaganda e fazer passar uma narrativa que se constitui relevante na vertente da opinião pública e dos grupos de pressão e decisão. Por outro lado, procura retirar legitimidade aos adversários, desacreditando-o no seu propósito por via da desinformação e da criação de boatos ou notícias falsas (*fake news*). E numa vertente mais político-estratégica procura influenciar eleições e decisões políticas ou levar à mobilização ou desmobilização das populações. Esta guerra não se faz com equipamento militar convencional, mas sim com recurso à persuasão, o que substitui a coerção física e a guerra na vertente mais belicista.

Mais recentemente, tem surgido o inovador conceito de “guerra cultural”, associada a valores e símbolos que paralelamente aos conflitos armados conduz a disputas culturais (por identidade ou territorialidade) que atuam focados no plano simbólico, religioso e identitário. A chamada “guerra cultural” envolve confrontos em torno de identidade nacional e dos direitos civis e políticas de inclusão, a temática de género e a sexualidade e muito em voga as narrativas históricas (e revisionistas) que conduzem ao reacender de conflitos e ao extremar de conflitos latentes ou congelados. Esta forma de guerra manifesta-se na interação social e na repressão social, tendo muitas vezes presente os direitos das minorias, da religião e o direito a existir, e sustenta-se muitas vezes no embate entre uma globalização crescente e a defesa da soberania.

*

* *

As novas guerras desafiam os marcos legais e éticos tradicionais e consubstanciam uma mudança que é vetorial na globalização e que afeta as Organizações, Estados e a sociedade em geral. Esta dinâmica aposta num bi-multilateralismo efetivo de cooperação estratégica para operar nas novas guerras, pois para problemas complexos são exigidas soluções

integradas, e as novas guerras são problemas muito complexos que envolvem múltiplos atores exigindo soluções integradas.

Assistimos, neste paradigma quase que a uma “desumanização da guerra”, pois com o uso crescente de drones e inteligência artificial, o distanciamento entre o executor e o alvo aumentou e o risco é a efetiva desumanização do ato de matar, transformando a guerra numa simulação computacional - o que levanta questões morais profundas sobre o teor das novas guerras e a semelhança (ou não) com episódios da guerra clássica.

Pensamos que as próximas décadas deverão consolidar e ampliar essas tendências e as novas guerras vão trazer mais desafios, maior complexidade ao fenómeno que deixou de ser perfeitamente compreendido pela polemologia. Destes novos paradigmas que caracterizam as guerras modernas, salienta-se o uso massivo de armas autónomas letais, ao uso de inteligência artificial estratégica, sendo capaz de planejar, induzir e prever cenários de guerra. E ainda a conflitualidade pelo controle de dados (acesso à informação nos *data centers* e aos cabos submarinos) e a inteligência geoespacial. Por outro lado, as novas “guerras climáticas”, provocadas por escassez de recursos e deslocamentos populacionais que originam fluxo massivo de refugiados ou deslocados e que associa a guerra à perda de segurança humana nas suas múltiplas dimensões serão uma realidade crescente no futuro.

A guerra contemporânea é um fenómeno complexo, multifacetado e em constante mutação. Ao ultrapassar os limites do confronto físico, ela perpassa o mundo digital, simbólico e psicológico - o que exige novos instrumentos teóricos e práticos para sua compreensão e gestão. Se no passado a guerra clássica era declarada com trombetas e tratada com tratados, atualmente a guerra insinua-se silenciosamente nos nossos dados, nos nossos *feeds* e nas nossas crenças, ideologias e religiões. Entendê-la, comparando-a com a guerra clássica é talvez o primeiro passo para procurar evitá-las.

Boa Leitura...

Luís Bernardino é mestre em Estratégia e doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Lisboa. Coronel na Reserva do Exército Português e Professor convidado no Instituto Universitário Militar (IUM). Atualmente, é Professor Auxiliar no Departamento de Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) e Investigador Integrado no Centro de Estudos Internacionais (CEI-ISCTE) e no OBSERVARE.



Karime Ahmad Borrasci Cheaito

Doutoranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP) e Mestre em Estudos Estratégicos (PPGEST/UFF). Pesquisadora no Laboratório Nexus (INEST/UFF) e no Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais (GECI/PUC-SP).

HEZBOLLAH, A GUERRA E A GUERRILHA: REFLEXÕES A PARTIR DE CLAUSEWITZ E MAO TSÉ-TUNG

HEZBOLLAH, WAR AND GUERRILLA WARFARE: REFLECTIONS BASED ON CLAUSEWITZ AND MAO ZEDONG

RESUMO: O Hezbollah, grupo armado e partido político libanês, desperta a atenção internacional pelo seu papel sui generis como um ator não estatal armado que está presente e atuante no Estado e na sociedade libanesa. Considerado por alguns como uma organização terrorista e por outros como um ator político legítimo, o Hezbollah se destaca desde a década de 1980 por sua atuação armada contra Israel. A partir disso, emergiu o questionamento: as contribuições de teóricos da guerra, como Clausewitz e Mao Tsé-Tung, podem ajudar a compreender a ação armada do Hezbollah? Esse ensaio tem como objetivo analisar e refletir sobre o braço armado do Hezbollah à luz destes dois estrategistas, visando identificar a atualidade e os limites de suas abordagens. Para realizar a investigação, utilizou-se fontes primárias e secundárias, analisadas a partir de uma abordagem histórica e descritiva. Fundamentou-se em fontes sobre a guerra Hezbollah-Israel de 2006, sendo as informações e dados coletados analisados a partir das categorias teóricas-conceituais presentes nos textos originais de Da Guerra, de Clausewitz, e nos Escritos Militares Seleccionados de Mao Tsé-Tung. Concluiu-se que a atuação armada do Hezbollah é possível de ser analisada a partir das contribuições desses autores clássicos, principalmente quando utilizados de modo articulado.

Palavras-chave: Clausewitz; Mao Tsé-Tung; Hezbollah; Israel; Guerra de 2006.

ABSTRACT: Hezbollah, the Lebanese armed group and political party, has attracted international attention for its unique role as an armed non-state actor that is present and active in the Lebanese state and society. Considered by some to be a terrorist organization and by others to be a legitimate political actor, Hezbollah has stood out since the 1980s for its armed action against Israel. From this, the question arose: can the contributions of war theorists such as Clausewitz and Mao Zedong help to understand Hezbollah's armed action? This essay aims to analyze and reflect on Hezbollah's armed arm in the light of these two strategists, in order to identify the relevance and limits of their approaches. The research used primary and secondary sources, analyzed from a historical and descriptive approach. It was based on sources about the 2006 Hezbollah-Israel war, and the information and data collected was analyzed based on the theoretical-conceptual categories present in the original texts of Clausewitz's On War and Mao Zedong's Selected Military Writings. It was concluded that Hezbollah's armed actions can be analyzed using the contributions of these classic authors, especially when they are used in conjunction.

Keywords: Clausewitz; Mao Tsé-Tung; Hezbollah; Israel; 2006 war.

1 Introdução

Na obra *Voices of Hezbollah*, Hassan Nasrallah¹ - antigo secretário-geral do Hezbollah, grupo armado e partido político libanês - comentou sobre a atuação do braço armado da organização durante a guerra com Israel em 2006: “Quero esclarecer este ponto: não era um exército regular, mas [também] não era um exército guerrilheiro [no sentido tradicional]. Era algo no meio” (Nasrallah; Noe, 2007, p. 396, tradução nossa e acréscimos ao original). Esta definição cria uma série de questionamentos, em especial a questão que motivou este ensaio: teóricos e estrategistas considerados clássicos nas Relações Internacionais e nos Estudos de Segurança podem auxiliar na análise de ações armadas de atores não-estatais contemporâneos, como o Hezbollah? Ao mobilizar as concepções de *exército regular* e *exército guerrilheiro* mencionadas no trecho acima, direcionamos a reflexão a dois autores considerados clássicos nas áreas da estratégia e da guerra: Carl von Clausewitz² (1780-1831) e Mao Tsé-Tung (1893-1973).

Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz nasceu em 1780 e integrou o exército prussiano desde os 12 anos de idade. Passos (2022) afirma que, após participar de diversas batalhas e vivenciar a Revolução Francesa, o general desenvolveu um entendimento ímpar sobre a inovação histórica do fenômeno bélico a partir daqueles eventos. Suas análises, que se tornaram clássicas e inovadoras nos estudos sobre guerras por permitirem uma compreensão desse fenômeno como inerentemente político, social e histórico, são centradas em duas ideias-mestras: a tipologia da guerra em guerra real e absoluta; e o entendimento da guerra como continuação da política por outros meios.

Mao Tsé-Tung nasceu em 26 de dezembro de 1893, em Shaoshan, na província de Hunan, na China. Ele foi o principal líder da Revolução Chinesa e governou o país de 1949 a 1976. A ruptura com o passado foi um objetivo perseguido por Tsé-Tung durante todo o seu governo e, além disso, afirmava que o ímpeto revolucionário deveria ser permanente até se alcançar o objetivo último de construir uma sociedade desenvolvida e igualitária (Nabuco, 2009). A tomada de poder por Tsé-Tung em 1949 ocorreu em meio a uma crise social: o país estava devastado pela guerra contra o domínio japonês e também pela guerra civil que enfrentou contra os nacionalistas. Sob sua liderança, a China passou por um conjunto de

¹ Hassan Nasrallah foi assassinado por Israel em 27 de setembro de 2024, em Beirute.

² Uma análise mais aprofundada e sistematizada da guerra entre Hezbollah e Israel em 2006, à luz da perspectiva clausewitziana foi realizada por Cheaito e Violante (2023).

reformas e transformações, com objetivos socialistas baseados na auto-suficiência e na igualdade social. Mao Tsé-Tung não apenas foi uma liderança política, como também um reconhecido estrategista militar. A sua obra “Escritos Militares Seleccionados”, utilizada neste ensaio, é uma coleção dos seus principais escritos políticos e militares, que inclui suas reflexões sobre a noção de *Guerra Prolongada* e estratégia na guerra revolucionária da China.

Ambos autores contribuíram para os estudos dos fenômenos bélicos de formas diferentes: Clausewitz com enfoque nas guerras regulares e em sua intrínseca relação com a história, a sociedade e a política (principalmente pensando na realidade europeia); e Mao Tsé-Tung com reflexões sobre as guerras irregulares e a utilização da guerrilha como tática de combate (influenciado pela realidade e conjuntura chinesa).

Sendo a guerra metaforicamente um camaleão, como definiu Clausewitz (1976), torna-se notório como, histórica e gradualmente, novos atores e tecnologias passaram a compor os conflitos bélicos, entre eles os chamados atores não-estatais armados (ANEAs). A partir do exposto, esta investigação objetiva promover reflexões sobre *se e como* a atuação armada do Hezbollah na guerra contra Israel, em julho de 2006, pode ser analisada a partir dos escritos de Clausewitz e Mao Tsé-Tung. A hipótese apresentada é que, apesar das suas limitações, ambos autores continuam relevantes para a compreensão de fenômenos bélicos e atores armados, mesmo que contemporâneos e não convencionais. Argumenta-se, com isso, que se utilizados de forma combinada e articulada, com respeito aos seus limites e objetivos, Clausewitz e Mao Tsé-Tung podem auxiliar na compreensão e sistematização da atuação do Hezbollah na guerra contra Israel em 2006.

Essa pesquisa, de caráter qualitativo e histórico-documental, empregou os métodos de pesquisa bibliográfica e documental, em conjunto com a técnica de estudo de caso, com base em fontes primárias e secundárias. As fontes secundárias foram coletadas em bancos de dados nacionais, como o Banco de Teses e Dissertações da Capes e o Portal de Periódicos da CAPES, e de bases internacionais, notadamente o *Web of Science* e a plataforma Scielo. No caso das fontes primárias, especificamente dos documentos libaneses, foi identificado um problema estrutural e histórico do país no que diz respeito ao arquivamento e disponibilização de documentos considerados sensíveis. Desse modo, buscou-se apreender aqueles disponíveis com acesso *online* e público, mas que ainda constituíram um número limitado de fontes. Por isso, utilizou-se principalmente de relatórios produzidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a guerra de 2006.

Sistematicamente, a pesquisa foi realizada a partir dos seguintes procedimentos: 1) formulação e delimitação do problema de pesquisa; 2) definição do caso; 3) realização uma visão macro do problema de pesquisa através da inserção do caso elencado no interior da lógica de um processo; 4) determinação das variáveis que seriam consideradas, privilegiando aquelas trabalhadas por Clausewitz (táticas, estratégias e objetivos políticos) e por Mao Tsé-Tung (guerrilha e guerra irregular); 5) coleta de fontes primárias e secundárias; 6) avaliação e análise dos materiais coletados e utilizados; 7) testagem da hipótese a partir do estabelecimento de nexos entre as informações e dados obtidos com o objetivo central; 8) sistematização da análise e dos resultados obtidos.

Os dados coletados foram sistematizados e analisados a partir das categorias teórico-conceituais dos dois autores centrais utilizados nesta investigação, em diálogo com o objetivo estabelecido. Dessa forma, priorizou-se a concepção teórica de guerra formulada por Clausewitz, o qual compreende que o objetivo final da guerra é político, mas que os meios podem ser variados, de modo articulado com as contribuições de Mao Tsé-Tung, com enfoque na guerrilha, nas táticas e estratégias não convencionais de guerra.

A partir disso, essa investigação foi estruturada do seguinte modo: inicia-se com uma breve apresentação sobre o Hezbollah e um breve histórico de suas relações com Israel, com enfoque no contexto que antecedeu e justificou a eclosão da guerra de 2006. Posteriormente, é abordada a definição de guerra desenvolvida por Clausewitz e seus principais fundamentos, com destaque para as concepções de política, estratégia e tática. Em seguida, explora-se os escritos militares de Mao Tsé-Tung, com enfoque nas características da guerrilha e dos guerrilheiros apresentados pelo estrategista. Encerra-se com uma análise das contribuições e limites destes escritos na análise sobre o Hezbollah e sua atuação armada contra Israel em 2006, finalizando com uma breve consideração sobre a temática.

2 “Algo no meio”: uma breve apresentação do Hezbollah e o início da guerra de 2006

O braço armado do Hezbollah, denominado de Resistência Islâmica Libanesa, foi criado em 1982 como resposta à invasão israelense ao território libanês naquele ano, conhecida como “Operação Paz para a Galiléia”³. Essa operação sucedeu a “Operação Litani”,

³ Conhecida como “Operação Paz na Galileia”, a invasão terrestre e aérea foi resultado de uma campanha militar conduzida pelas Forças de Defesa de Israel (FDI) em 1982, que tinha como objetivo combater organizações palestinas estabelecidas no Líbano, em especial a Organização pela Libertação da Palestina (OLP).

que marcou a primeira ofensiva e invasão de grande intensidade de Israel contra o Líbano, em 1978. O Hezbollah surgiu, desse modo, com o objetivo principal de retomar a soberania libanesa e expulsar os invasores a partir da luta armada. Foi em 1984 que a organização definiu o nome Hezbollah (Partido de Deus, em português) e, em 1985, foi publicada a “Carta Aberta aos oprimidos do Líbano e do Mundo”, manifesto que simbolizou sua fundação oficial. Embora os seus membros fundadores tivessem sido fortemente influenciados pelas ideologias do Aiatolá iraniano Ruhollah Musavi Khomeini e da Revolução Iraniana de 1979, cabe destacar que o Hezbollah possuía objetivos políticos territorialistas e pragmáticos, centrados principalmente na libertação das terras libanesas ocupadas por Israel (Cheaito, 2023).

Desde o seu surgimento, o Hezbollah se destacou pelo fornecimento de uma extensa e eficiente rede de serviços sociais (como escolas e hospitais), que oferece, a custos reduzidos, serviços e recursos que, normalmente, não são fornecidos pelo Estado a uma parcela expressiva da população mais pobre (Meihy, 2016). Essa atuação favoreceu a construção de uma sólida base de apoio social⁴, principalmente entre os xiitas libaneses que, historicamente, foram negligenciados pelo Estado⁵. Com o fim da guerra civil libanesa (1975-1990), o Hezbollah decidiu, após intensos debates internos, ingressar na esfera política como um partido, deixando de ser apenas um grupo armado. Sua ala política participou das primeiras eleições no pós-guerra civil, conquistou assentos no parlamento e, desde os anos 2000, ocupa cargos ministeriais. Sua existência, desse modo, ganhou a legitimidade da população - especialmente pela sua base de apoio - e do próprio Estado, no qual atua politicamente. Entende-se, nesse sentido, o Hezbollah como uma organização multifacetada centrada, principalmente, em três eixos interconectados: o seu braço armado, o partido político e uma rede de serviços sociais⁶.

⁴ Uma pesquisa do Arab Barometer afirmou que os níveis de confiança no Hezbollah variam amplamente de acordo com a comunidade religiosa. Entre a população xiita, que está concentrada no sul e no leste, 85% dizem que têm muita ou bastante confiança no Hezbollah (Roche; Robbins, 2024).

⁵ Essa negligência está associada à estrutura política e social libanesa, que é fundamentada no Confessionalismo. Esse modelo político sectário estipulou que os principais cargos políticos-administrativos-militares do país seriam atribuídos aos cristãos maronitas, identificados por um contestado censo demográfico realizado pela França em 1932 como o grupo étnico-religioso majoritário. Com isso, sunitas e xiitas foram prejudicados no acesso a recursos e representatividade política.

⁶ Internamente, a divisão desses eixos não existe para a organização, pois estão interconectados dentro de sua estrutura. A divisão é realizada neste ensaio apenas para fins analíticos.

Enquanto um partido político, o Hezbollah compõe uma das principais coligações parlamentares do país, a qual foi essencial para os resultados das eleições presidenciais em 2025 após dois anos sem presidente (L’Orient le Jour, 2025). Apesar dos dados acerca de seu braço armado serem mais difíceis de acessar, em pesquisa publicada no *Foreign Affairs* em 12 de julho de 2024, o Hezbollah foi considerado o ator não estatal mais fortemente armado do mundo (Roche; Robbins, 2024). De acordo com o World Factbook da Agência Central de Inteligência dos EUA, a sua força militar possui mais de 150.000 mísseis e foguetes de vários tipos e alcances, além de drones e sistemas de defesa. Em 2021, o secretário-geral do Hezbollah afirmou que o seu braço armado possui em torno de 100.000 homens, embora esse número não seja consensual (Bigg, 2024).

A atuação armada do Hezbollah gerou preocupação para Israel desde seus anos iniciais. Essa preocupação foi evidenciada na fala de Yitzhak Rabin⁷, em 1985: “Penso que de todas as surpresas da guerra do Líbano, das quais a maior parte era ruim, a mais perigosa foi ver os xiitas saírem de suas garrafas” (Ferro, 2008, p. 158). A organização desenvolveu, entre os anos de 1980 e 1990, treze princípios⁸ de guerra para lidar com a ocupação israelense e, como demonstrado por Norton (2007), a campanha estratégica e a resistência contra a ocupação foi considerada bem-sucedida após a retirada unilateral de Israel⁹ em maio de 2000.

No entanto, após 18 anos de ocupação, não tardou para que uma nova guerra eclodisse entre Israel e o Hezbollah. Entre 2000 - com a retirada israelense - e 2006, a fronteira entre o Líbano e Israel foi campo de diversos e constantes atritos, conforme relatado em relatórios da *UN Missions* (2018). Desde 2000, o Hezbollah tentava realizar o que chamou de *al-wa’d al-sadiq* (Promessa Fiel, em português), que consistia na libertação de prisioneiros libaneses e palestinos que estavam detidos nas prisões israelenses (Norton, 2007). No dia 12 de julho de 2006, a organização lançou diversos foguetes em direção à Israel, atacou uma patrulha israelense e sequestrou dois soldados — Eldad Regev e Ehud Goldwasser — em um ataque que resultou na morte de três e dois feridos (UN Missions, 2018).

Ao realizar o sequestro, o Hezbollah declarou que visava iniciar negociações indiretas com o Estado de Israel para uma troca de prisioneiros (Daher, 2011). Contudo, diferentemente

⁷ Quinto primeiro-ministro de Israel que cumpriu dois mandatos, de 1974 a 1977, e de 1992 até seu assassinato em 1995.

⁸ Os 13 princípios estão disponíveis em Cheaito e Violante (2023, p. 49-50).

⁹ Israel se retirou, unilateralmente, do sul do Líbano em maio de 2000, no entanto, permaneceu com suas bases militares — até os dias de hoje — nas Fazendas de Shebaa, território libanês que Israel alega ser parte das ocupadas Colinas de Golã, na Síria.

dos sequestros anteriores, Israel respondeu a este ataque de forma maciça e imediata, marcando o início da guerra de 2006 (Norton, 2007). Um erro estratégico foi reconhecido, posteriormente, pelo próprio secretário-geral do Hezbollah, que afirmou: “Se o Hezbollah soubesse como Israel responderia, o grupo não teria capturado dois soldados israelenses no mês passado” (CNN, 2006).

De acordo com Daher (2011, p. 105, tradução nossa), o início da guerra se caracterizou por uma:

[...] série de ataques aéreos e terrestres contra o Líbano, o que ficou rapidamente conhecido no Ocidente sob o nome de “guerra dos 33 dias”. No curso desse confronto de mais de um mês, o exército israelense procedeu com bombardeios aéreos contínuos, concentrados sobre as zonas xiitas, e várias incursões terrestres, apoiados nos últimos dias de uma invasão de grande envergadura.

Após 33 dias, em 11 de agosto de 2006 o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovou a Resolução 1701, que demandava a cessação total das hostilidades entre as partes envolvidas; a libertação incondicional dos soldados israelenses sequestrados; o desarmamento das milícias armadas libanesas e a retirada do Hezbollah da área fronteiriça. O Hezbollah e Israel concordaram com o cessar-fogo, e a resolução entrou em vigor em 14 de agosto de 2006. Entretanto, entre as exigências estabelecidas, o Hezbollah argumentou que manteria suas armas, visto que o território correspondente às Fazendas de Shebaa, no Líbano, ainda permanecia ocupado por Israel. Ao fim da guerra, 44 civis israelenses e 119 soldados das forças armadas foram mortos (Israel, 2006). Do lado libanês, 1.109 libaneses foram mortos, sendo a maioria civis, segundo a Human Rights Watch (2007b).

A partir dessa breve exposição que buscou contextualizar o Hezbollah e suas relações com Israel, especialmente a conjuntura que antecedeu a guerra de 2006, adentra-se a seguir na descrição de conceitos de Clausewitz que auxiliaram na análise que este ensaio propõe, com destaque para as concepções de *política*, *estratégia* e *tática*.

3 A guerra para Clausewitz: Política, Estratégia e Tática

A obra “Da Guerra” (1976), de Carl von Clausewitz, trouxe uma nova forma de apreender e analisar o fenômeno da guerra. Diferentemente de estrategistas que o precederam, Clausewitz buscou desenvolver suas análises sobre a guerra compreendendo-a como um fenômeno dinâmico, político e social, que se repete sistematicamente e historicamente em diversas sociedades e em diferentes períodos históricos. Apesar das particularidades espaciais

e temporais, as guerras possuem elementos comuns, como o fato de serem resultado de decisões políticas, que estão acima das decisões militares. O estrategista prussiano demonstrou, de modo inovador, a quantidade de variáveis que compõem uma guerra, abordando, inclusive, sobre a moral, os imprevistos e os seus efeitos psicológicos.

De acordo com Mei (2018), no verbete sobre *Guerra* presente no *Dicionário de Segurança e Defesa*, a teoria da guerra de Clausewitz é a mais influente e atual desde a publicação de sua obra. De maneira geral, a guerra pode ser definida para Clausewitz (1976) como um ato de força destinado a compelir o inimigo (ou adversário) a fazer nossa vontade. Segundo Mei (2018, p. 543), a guerra pode ser compreendida como o “confronto violento entre grupos politicamente organizados”, que tem seu início marcado por uma declaração de guerra e seu encerramento com um tratado de paz. Ao considerá-la como a continuação da política por outros meios - a máxima clausewitziana -, deve-se apreender, primordialmente, as relações políticas envolvidas no conflito armado, sendo a política, então, o “jogo das vontades” (Mei, 2018, p. 559).

Em sua obra, Clausewitz (1976) descreveu dois tipos de guerra: a guerra absoluta¹⁰ e a guerra real¹¹. Com foco na guerra real, esta compreende a existência, em qualquer conflito armado, do acaso, dos imprevistos e/ou da fricção. Sendo um fenômeno político e, portanto, fruto de decisões políticas, a ascensão aos extremos é evitada através da moderação das ações. Ao citar Clausewitz, Mei (2018, p. 558) afirmou que as guerras reais não são apenas “[...] um verdadeiro camaleão que muda suas características em cada caso concreto”, mas “uma estranha trindade que envolve razão, inteligência e paixão”, conhecida como a trindade paradoxal clausewitziana. Cheaito e Violante (2023, p. 55) afirmaram que essa, composta notadamente pelo Povo (paixão), Forças Armadas (inteligência) e Governo (razão), permite analisar que, “enquanto no conflito regular clássico, a violência é aplicada prioritariamente sobre a componente Forças Armadas — de modo a eliminar sua capacidade de resistir — na guerra irregular a aplicação da força se direciona sobre outro vértice da trindade: o povo”.

¹⁰ A guerra absoluta seria um tipo de duelo na mais ampla escala, na qual cada lado visa impor a sua vontade ao adversário através de três ações: o máximo uso da violência, o desarmamento do inimigo e a máxima mobilização da força. De acordo com Clausewitz (1976), esse tipo de guerra, com o emprego do máximo da força, não existiria na realidade, devido às questões políticas e à fricção existente em uma guerra real.

¹¹ A guerra real é aquela composta pelo Exército, governo e sociedade civil, que possuem interesses contraditórios. Nas guerras reais, a política e a diplomacia estão continuamente presentes, assim como o acaso e os imprevistos, o que impedem o uso máximo da força, como pressupõe a guerra absoluta.

Em *Da Guerra*, Clausewitz (1976) dedica sua atenção às guerras regulares, caracterizadas, de forma sucinta, pelo confronto armado entre Estados soberanos e que são empreendidas por soldados em exércitos tradicionais. De acordo com Mendes (2014, p. 102), “os movimentos e ações de um exército regular são razoavelmente esperados e visualizados”, diferente da guerra irregular, que comumente é marcada pelo confronto entre um Estado e um (ou mais) ator não estatal armado, ou seja, entre tropas regulares e irregulares. Saint-Pierre (2000) afirma que a guerrilha, o terrorismo, as guerras revolucionárias, de resistência, de libertação nacional e de contra-insurgência, salvo algumas exceções, compõem as chamadas guerras irregulares.

Embora não seja o enfoque central de seu livro, a *petit guerre* ou *guerrilha* teria sido objeto de diversas aulas proferidas por Clausewitz na Escola Geral de Guerra de Berlim, entre 1810 e 1811, e está presente no capítulo 26 do Livro VI de *Da Guerra*, intitulado “O povo em armas”. Apesar de não utilizar o termo guerrilha, Clausewitz faz referência ao confronto armado conduzido por civis. Vale lembrar que um dos fatos históricos que despertou a atenção de Clausewitz foi quando, após a derrota do exército espanhol para as tropas napoleônicas invasoras, a população civil da Espanha se armou para defender o seu território. Essa forma de luta gerou preocupações para o exército de Napoleão, já que se mostrou uma forma eficiente para resistir à ocupação (Saint-Pierre, 2000). Entretanto, o “povo em armas” não apenas preocupava Napoleão, como também a casta dos oficiais e a nobreza, que temiam uma revolta do povo contra si. Clausewitz (1976) descreveu a dimensão revolucionária da população armada que, como afirma Saint-Pierre (2000), poderia ser analisada em dois sentidos: (1) político, como um meio revolucionário perigoso para o inimigo, mas, também, para a ordem interna; e (2) militar, servindo tanto para a estratégia e tática de defesa nacional, como para a guerra revolucionária.

Entretanto, conforme destacado por Mendes (2014), o general demonstrava ceticismo quanto à possibilidade de uma guerrilha obter vitória sobre um exército regular. Desse modo, embora Clausewitz não tenha se dedicado em sua obra clássica às guerras irregulares e aos atores não-estatais armados, a existência de civis armados, envolvidos em uma luta nacional, despertou a atenção do general, para qual a guerra é política e são seus objetivos políticos que definem seu caráter. Essa premissa é central para a reflexão do ator e do processo desse ensaio, que se concentra no Hezbollah e a guerra de julho de 2006.

Dentre os termos centrais em uma guerra analisados e descritos por Clausewitz (1976), destaca-se, nessa pesquisa, a política, a estratégia e a tática. O nível político, basilar

nos escritos do general prussiano, é o que define as relações entre “amigo” e “inimigo”, as alianças estratégicas, as relações diplomáticas, os fins e objetivos de uma guerra e o controle dos meios. Em outros termos, “A política determina a conduta *da* guerra” enquanto a estratégia “determina a conduta *na* guerra (...)” (Saint-Pierre, 2000, p. 161, ênfase nossa).

Sobre a estratégia, Clausewitz (1976, p. 128) a define como a “utilização dos engajamentos para atingir o propósito da guerra”. Nesse sentido, a estratégia é responsável pelo planejamento das batalhas, tendo como foco as forças, o espaço e o tempo que serão necessários para que se atinja o objetivo final, que é definido pela política. Desse modo, a estratégia está intrinsecamente vinculada ao objetivo político da guerra e é definida por este. Clausewitz (1976) afirma, ainda, que a estratégia forma um elo responsável por interligar os níveis tático e político. Dentre os elementos estratégicos que são considerados, destaca-se: os morais, os físicos, os matemáticos, os geográficos e os estatísticos.

Por fim, o nível tático faz referência ao espaço das batalhas e combates. Segundo Saint-Pierre (2000), pode ser compreendido como o nível em que se define a atitude na batalha, incluindo: a quantidade de força, a sua característica, a atitude, a forma e a duração do combate. Clausewitz (1976) afirma que a tática pode ser descrita, em suma, como o emprego das forças no combate para se alcançar o sucesso tático. A evolução das armas, por exemplo, afeta diretamente o modo como as táticas são planejadas e aplicadas, modificando, concomitantemente, a estratégia, para que haja uma coerência na ação e um sucesso no objetivo político traçado (Farias, 2019). Desse modo, a política, a estratégia e a tática estão interconectadas e em constante adaptação diante das adversidades que compõem a guerra real.

A partir desta descrição, nota-se que a reflexão de Clausewitz esteve centrada, principalmente, nas guerras regulares, seu caráter político e na interação existente entre forças armadas regulares e governantes. Entretanto, através da tentativa de empregar as definições clausewitzianas em guerras irregulares, como no caso entre Hezbollah e Israel, observa-se que o emprego destas categorias não apenas é possível, como também contribui para uma investigação aprofundada sobre as táticas, estratégias e objetivos políticos que permearam a guerra de 2006 (Cheaito; Violante, 2023). Uma tática central utilizada pelo Hezbollah em seus confrontos com Israel foi a guerrilha, um tema pouco explorado por Clausewitz, mas central em Mao Tsé-Tung.

4 A guerrilha para Mao Tsé-Tung

Estrategista e autor clássico nos estudos sobre guerra, Mao Tsé-Tung elaborou reflexões teóricas e práticas sobre as guerrilhas¹². Na obra *Selected Military Writings of Mao Tse-Tung* (1963), o foco era as particularidades chinesas. Entretanto, ele desenvolveu seis pontos que constituem o programa estratégico para a guerra de guerrilha contra o Japão, que podem ser utilizados para compreender a tática empregada por outros grupos, como o Hezbollah: (1) uso da iniciativa, flexibilidade e planejamento na condução de ofensivas dentro da defensiva, batalhas de decisão rápida dentro da guerra prolongada e operações de linha externa dentro de operações de linha interna; (2) coordenação com a guerra regular; (3) estabelecimento de áreas de base; (4) defensiva estratégica e ofensiva estratégica; (5) desenvolvimento da guerra de guerrilha em guerra móvel; (6) relação correta de comando (Tsé-Tung, 1963, p. 154).

A guerrilha assume, entre suas características principais, a forma de ataques surpresa, que tem como objetivo levar as operações a uma decisão rápida e que visam, essencialmente, ocasionar o desgaste do adversário. Cabe definir, nesse ponto, o que seria a guerrilha. Enquanto tática, a guerrilha é historicamente utilizada desde os primeiros conflitos armados e pode ser empregada tanto em uma guerra regular como em guerras irregulares, notadamente de libertação, revolucionárias ou reacionárias. Entretanto, sua origem como um exército irregular ocorreu a partir da formação do exército regular, ou seja, com a criação do exército napoleônico e a formação de forças armadas com características de regularidade e modernidade (Saint-Pierre, 2000).

Os guerrilheiros são caracterizados, dentro dessa abordagem, por possuírem objetivos mais políticos do que militares. Para Mao Tsé-Tung, a ação política e a ação militar são entendidas como uma unidade. De acordo com Saint-Pierre (2000) - seguindo a definição de Carl Schmitt - os guerrilheiros possuem cinco características principais: 1) irregularidade; 2) ilegalidade; 3) compromisso político; 4) mobilidade tática; e 5) caráter telúrico. Embora o pesquisador afirme que Schmitt se detenha a uma análise mais legalista da guerrilha, os pontos destacados podem ser aprofundados e favorecer uma análise sistemática dos guerrilheiros. O que diferencia os guerrilheiros de outros combatentes ou atores armados,

¹² A grande manobra militar que mostrou a capacidade estratégica e política de Mao Tsé-tung ficou conhecida como "A Longa Marcha", a qual se caracterizou por uma retirada estratégica que levou o Exército Vermelho até o norte da China, em uma marcha de 16 mil quilômetros. Dentro desse movimento estrategicamente defensivo, o exército em retirada mantinha combates taticamente ofensivos.

desse modo, não é seu *modus operandi*, mas seus objetivos políticos. Em outras palavras, assim como o caráter da guerra e sua finalidade são definidas a partir de seus objetivos políticos, segundo Clausewitz, os guerrilheiros são caracterizados em razão de sua motivação política. Os combatentes do Hezbollah, por exemplo, não devem ser identificados como revolucionários pois seu objetivo político não é uma revolução¹³, mas a libertação nacional.

Outra característica tática central da guerrilha é a profundidade, ou seja, a capacidade dos guerrilheiros de se “diluírem” no tecido social. Tsé-Tung (1963) destaca a importância do apoio popular, fundamental no âmbito logístico, para o sucesso de uma ação armada. Saint-Pierre (2000) também ressalta a importância das formações guerrilheiras, inclusive, na conscientização política das bases de apoio. Entretanto, para o estrategista chinês, a guerrilha deveria ser compreendida como uma força auxiliar que, mesmo quando assume o papel principal em um combate, não teria a capacidade de conquistar a vitória sem um exército regular. Seu objetivo, nesse sentido, é desgastar o inimigo e auxiliar em uma estratégia defensiva, mesmo com o emprego de táticas ofensivas. Apenas as tropas regulares, nesta perspectiva, seriam capazes de alcançar a vitória da guerra pelo combate.

Contudo, quando analisamos a guerra entre Hezbollah e Israel em 2006, a participação das forças regulares libanesas foi mínima¹⁴ e, mesmo assim, o Hezbollah, um ator não-estatal armado (ou uma força irregular, de acordo com as definições clássicas), foi considerado o vitorioso após a retirada israelense em 33 dias em 2006. Poderíamos analisar, então, esse grupo armado e sua atuação na guerra de 2006 a partir dos preceitos de Clausewitz e Mao Tsé-Tung?

5 Uma análise do Hezbollah à luz de Clausewitz e Mao Tsé-Tung: contribuições e limites

A partir das categorias e definições expostas, principalmente sobre política, estratégia e tática para Clausewitz, e guerrilha para Mao Tsé-Tung, propõe-se uma reflexão sobre a atuação armada do Hezbollah. Notou-se que, em decorrência das características particulares da organização, em especial o fato de ser um ator não-estatal armado que atua dentro do Estado, e por utilizar, de forma combinada, táticas convencionais e não-convencionais de

¹³ Embora, em sua formação inicial, na década de 1980, a organização se opusesse ao sistema político libanês e defendesse o fim do regime confessional, a partir da década de 1990 o Hezbollah se inseriu na política libanesa e, até os dias atuais, faz parte desta estrutura.

¹⁴ Os relatórios da UN Missions acima mencionados descrevem os limites e deficiências do exército libanês, com dados sobre a redução do seu contingente em 2005.

guerra, a análise de sua atuação armada em 2006 seria enriquecida caso as contribuições dos dois autores clássicos citados nesse ensaio fossem utilizadas de forma articulada.

De acordo com Saouli (2019), em suas guerras contra Israel - tanto durante a ocupação israelense no Líbano nas décadas de 1980 e 1990, quanto em 2006 - o Hezbollah buscou se apropriar dos meios materiais e geográficos disponíveis para alcançar seus objetivos. A escolha dos meios esteve fundamentada na história da própria organização: uma força irregular que surgiu na luta contra um exército regular, dentro de uma topografia específica e com acesso a armas limitado. Segundo o pesquisador, a estratégia do Hezbollah era pensada e formulada com vistas a superar suas restrições militares e aproveitar (e criar) oportunidades na luta contra Israel.

Visto a desvantagem bélica em relação ao seu principal adversário, a necessidade de conhecer as táticas de guerrilha e a guerra de libertação fez com que as lideranças e membros do Hezbollah estudassem, desde sua fundação, casos semelhantes na história para se apropriar e adaptar segundo suas particularidades. Nesse sentido, essa organização aprofundou seus estudos especialmente sobre a guerra do Vietnã¹⁵. Entre as táticas de guerrilha utilizadas desde a década de 1980, observou-se os ataques surpresa e a busca pelo desgaste do adversário. Com essas táticas, o objetivo do Hezbollah era tornar a ocupação israelense no Líbano o mais dispendiosa possível, de modo a pressionar, principalmente, a opinião pública em Israel sobre a invasão. Nesse ponto, o Hezbollah foi bem-sucedido ao atingir este vértice da trindade paradoxal (o povo), que começou a pressionar o governo israelense pela retirada já na década de 1990. Gabrielsen (2014) destaca, por exemplo, a guerra psicológica intensamente utilizada pela organização nesse período. A pressão foi identificada como bem-sucedida, visto que Ehud Barak foi eleito primeiro-ministro em 1999 e uma de suas promessas de campanha foi se retirar do Líbano dentro de doze meses após assumir o cargo, fosse em conjunto com a Síria ou unilateralmente.

A partir das definições de estratégia e tática apresentadas por Clausewitz (1976), observa-se que, no início da guerra em julho de 2006, Israel ocupava a ofensiva estratégica e tática e o Hezbollah a posição de defesa, estratégica e tática, embora em diversos momentos,

¹⁵ As táticas de guerrilha utilizadas pelos vietcongs estão entre as mais bem sucedidas da história, servindo de base inspiradora para outros grupos que os sucederam, como o Hezbollah. Dentre as táticas incorporadas, foca-se na apreensão das técnicas inimigas e na capacidade de se adaptar a elas; crítica e autocritica durante o confronto para identificar os erros e os acertos em batalhas, de modo que a estratégica e a tática estivessem em constante diálogo; e a capacidade de elaborar armadilhas contra o adversário, se apropriando do conhecimento prévio do terreno e da geografia.

ao longo do confronto, essas posições se alterassem e o Hezbollah assumisse uma tática mais ofensiva (Cheaito; Violante, 2023). As suas estratégias defensivas estavam baseadas em uma combinação de desgaste e guerrilha operacional, que contavam com o amplo apoio social, além da mobilização dos meios de comunicação e propaganda. Em diálogo com a definição exposta por Tsé-Tung (1963), reforça-se que a profundidade e o apoio social são centrais para que os objetivos políticos dos guerrilheiros sejam bem-sucedidos.

Embora não seja uma força regular, o Hezbollah aplicou, sobretudo em 2006, táticas convencionais de guerra, como bombardeios intensos antes da chegada da infantaria israelense (Saouli, 2019). Além disso, destaca-se um considerável e variado poder de fogo capaz de atingir todo o norte de Israel, incluindo suas bases militares. Para realizar esses ataques, utilizou-se, majoritariamente, a Katyusha, armamento utilizado durante a II Guerra Mundial, que tem alcance de 20 quilômetros e velocidade de 690 metros por segundo. A vantagem desse míssil é seu acionamento por lançadores móveis que são difíceis de serem localizados pelos adversários. De acordo com Saouli (2019) e dialogando com a importância das decisões políticas em uma guerra, conforme apresentado em Clausewitz (1976), o uso da Katyusha partiu de uma decisão do conselho político do Hezbollah, tendo como objetivo estratégico a dissuasão, principalmente ao forçar a população do norte de Israel a se deslocar.

Entretanto, de acordo com Human Rights Watch (2007a), naquela ocasião o Hezbollah não possuía armas guiadas e de alta precisão, o que dificultava atingir precisamente alvos militares. Dessa forma, apesar das autoridades israelenses reconhecerem que a organização estivesse mirando, em diversos momentos, em alvos militares no norte de Israel, civis também foram vitimados. O relatório ainda destaca a dificuldade de se afirmar com que frequência os ataques de foguetes do Hezbollah atingiram alvos militares ou pousaram em suas proximidades, bem como comparar o número de tais ataques ao número de foguetes que atingiram áreas civis.

No entanto, somente esses meios não eram suficientes para um sucesso estratégico. O objetivo de se empregar táticas de guerrilha, nesse sentido, era alterar a ordem de poder através dos meios disponíveis e, principalmente, do conhecimento do território que estava sob ocupação. Como dito inicialmente, após a guerra de 2006, Hassan Nasrallah (2007) afirmou que o braço armado do Hezbollah não era uma força regular, nem uma guerrilha, mas “algo no meio”. Entende-se, a partir dessa afirmação, que o Hezbollah adotou táticas de guerrilha contra Israel que, combinada com táticas convencionais, lhe permitiu uma vantagem decisiva sobre onde e quando atacar, usufruindo das vantagens da *espera* e *posição*, nos termos

clauswitzianos. Nessa fusão, o Hezbollah ora realizava bombardeios clássicos, ora emboscadas em estradas, típicas de guerrilhas, permitindo os ataques surpresas, descritos por Tsé-Tung (1963).

Em decorrência dos intensos bombardeios israelenses, diversas vilas no sul libanês foram esvaziadas, com o deslocamento forçado de milhares de libaneses. Com isso, a infraestrutura civil dessa região foi utilizada pelos combatentes do Hezbollah tanto para montagem de centros de comando descentralizados, como para realização de emboscadas e para garantir a profundidade e rápida dispersão. Com isso, os membros do Hezbollah conseguiam atacar rapidamente e, com a mesma velocidade, desaparecer na infraestrutura civil, que se tornou alvo das estratégias israelenses, especificamente daquela que ficou conhecida como Doutrina Dahiya¹⁶ (Saouli, 2019). Outra estratégia logística desenvolvida pelo Hezbollah para desgastar o adversário, foi a criação de uma rede de *bunkers*¹⁷ de comando e de armamentos que facilitavam o deslocamento e o acesso a recursos. O emprego dos *bunkers* foi fundamental para a descentralização dos recursos e dos comandantes, assim como dos pontos considerados sensíveis em uma guerra.

A aplicação de táticas convencionais, somadas à tática de guerrilha, dificultou a atuação das forças israelenses no interior do Líbano, tanto pelo seu desgaste no território libanês, quanto pelo desgaste de sua imagem no território israelense. Em diálogo com Tsé-Tung (1963), observa-se que, no caso do Hezbollah, a ação política e a ação militar precisam ser entendidas como uma unidade. A defesa do território, os objetivos políticos de seus guerrilheiros, a forte conexão com a terra e sua capacidade de permear no tecido social são características centrais trazidas pelo estrategista chinês e que se mostraram fundamentais para compreender os membros do braço armado do Hezbollah e sua relação com a população civil, principalmente daquela parcela que constitui sua base de apoio.

Contudo, um limite que se observa nas contribuições de Clausewitz (1976) e Tsé-Tung (1963) quando aplicadas ao caso do Hezbollah é o fato de que, tanto na atuação contra a ocupação israelense de 1982 a 2000, como na guerra de 2006, a presença das tropas regulares

¹⁶ A Doutrina Dahiya recebeu o nome de um bairro de Beirute densamente povoado e que concentra, em maioria, uma população xiita. Essa estratégia visava a realização de ataques deliberados e indiscriminados às estruturas e alvos civis, com o objetivo de gerar uma destruição massiva de infraestruturas urbanas que pudessem ser utilizadas pelo Hezbollah. Na aplicação dessa estratégia, não havia uma diferenciação entre estruturas militares, civis, combatentes e não-combatentes.

¹⁷ Estrutura ou reduto fortificado, construído embaixo da terra e comumente utilizado em situações de guerra como refúgio, esconderijo, salas de comando ou depósitos de armas, alimentos, medicamentos, entre outros.

libanesas foi mínima. Ambos autores destacam a importância das forças regulares para que, em qualquer confronto armado, se obtenha uma vitória. Contudo, no caso da guerra de 2006, o governo libanês afirmou que não era responsável pelo confronto armado e que não teve um conhecimento prévio da operação realizada pelo Hezbollah em 12 de julho de 2006, que resultou no início da guerra.

O emprego da guerrilha, desse modo, não ocorreu de forma auxiliar às tropas regulares, como defende Tsé-Tung (1963). Na ocasião, o Hezbollah atuou majoritariamente sozinho, com o auxílio pontual de outras organizações armadas locais, como os grupos armados palestinos presentes em território libanês. Sem contar com o apoio das forças armadas regulares¹⁸, a articulação entre táticas e estratégias convencionais e não-convencionais de guerra foi uma necessidade para o Hezbollah e permitiu que, mesmo sem ser uma força regular, a organização obtivesse um sucesso na guerra, sendo reconhecido interna e regionalmente (Cheaito; Violante, 2023).

6 Considerações finais

Partindo da afirmação de Clausewitz (1976, p. 89, tradução nossa) de que a “[...] guerra é um verdadeiro camaleão que sutilmente adapta suas características para o caso dado”, este ensaio objetivou averiguar a atualidade e as limitações de dois autores clássicos da guerra, notadamente Clausewitz e Mao Tsé-Tung, ao serem empregados na análise de atores e conflitos contemporâneos. Para tanto, adotou-se como estudo de caso o Hezbollah e sua atuação na guerra contra Israel em 2006. A investigação buscou proporcionar reflexões sobre as complexidades da guerra irregular, descrita por Mao Tsé-Tung, e as interações entre estratégias, táticas e objetivos políticos, analisadas por Clausewitz.

Apesar de analisar um conjunto limitado de conceitos desses atores, em obras específicas, buscou-se apresentar como suas contribuições podem auxiliar nas reflexões propostas neste ensaio. O fato de Clausewitz não se aprofundar nos estudos sobre as guerras irregulares não invalida as premissas e análises advindas da teoria clausewitziana, que permanecem atuais e se mostram úteis em análises tanto de guerras convencionais, como das guerras irregulares. Como propõe Clausewitz (1976), qualquer análise de guerra deve

¹⁸ Como exposto pelo próprio Exército Nacional Libanês, devido às suas limitações e fragilidades, as forças conseguiram deslocar apenas cinco brigadas em agosto de 2006 para auxiliar o Hezbollah na fronteira (Lebanese Armed Forces, 2012).

evidenciar e analisar a articulação entre esses três elementos: objetivos políticos, estratégias e táticas. No caso da guerra mencionada, foi possível apreender os objetivos políticos, as táticas e as estratégias e como, através do diálogo entre eles, a atuação armada do Hezbollah neste conflito foi considerada bem-sucedida, visto a retirada israelense após 33 dias de combate.

Entretanto, as particularidades desse ator e seu modo de atuação evidenciaram certos limites da teoria de Clausewitz. Por utilizar a guerrilha e ser um ator irregular, observou-se que a análise poderia ser aprofundada caso fosse articulada com outro teórico e estrategista clássico da guerra: Mao Tsé-Tung. A descrição de Tsé-Tung (1963) sobre as guerrilhas mostrou-se fundamental para o objetivo desse ensaio. Embora o estrategista estivesse focado no caso chinês, suas descrições e caracterizações auxiliaram na compreensão sobre a atuação e os membros do Hezbollah, que se utilizam tanto de táticas convencionais, quanto da guerrilha em suas ações armadas.

Sendo o Hezbollah “algo no meio”, entre o regular e o irregular, como definido pelo seu antigo secretário-geral e exemplificado pelas ações armadas do grupo, buscou-se apresentar que, se trabalhados de forma articulada, as contribuições desses teóricos da guerra permitem uma reflexão e análise aprofundada sobre o caráter do grupo, seus objetivos, estratégias e táticas em combate e suas irregularidades, que lhe trazem complexidades únicas passíveis de serem investigadas.

Referências

- BIGG, Matthew Mpoke. *What We Know About Hezbollah's Military Capability*. The New York Times, 2024. Disponível em: <https://www.nytimes.com/article/hezbollah-military-capability.html>. Acesso em: 09 jan. 2024.
- CHEAITO, Karime Ahmad Borrasci. *O Processo de Designação do Hezbollah como Organização Terrorista pelos Estados Unidos da América: Acusações, Contradições e Consequências (1985-2006)*. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança), Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 169 p., 2023.
- CHEAITO, Karime; VIOLANTE, Alexandre Rocha. *Uma análise da guerra Hezbollah-Israel de 2006 à luz da teoria clausewitziana*. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 10, n. 1, 2023.
- CLAUSEWITZ, Carl von. *On War*. Princeton, N. J.: Princeton University Press, 1976.
- CNN. Nasrallah: "Israel está em pânico". CNN, 27 ago. 2006. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2006/WORLD/meast/08/27/mideast.nasrallah/>. Acesso em: 31 ago. 2024.

DAHER, Aurélie. *Le Hezbollah libanais et la résistance islamique au Liban: des stratégies complémentaires*. Confluences Méditerranée, v. 76, n. 1, p. 101-111, 2011.

FARIAS, Anna Carolina Monéa. *Clausewitz e os conceitos de terrorismo: continuação da guerra ou continuação da política?* 2019. Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <repositorio.unesp.br/handle/11449/190849>. Acesso em: 12 jul. 2024.

FERRO, Marc. *O Choque do Islã: Séculos XVIII-XXI*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

GABRIELSEN, Iver. *The evolution of Hezbollah's strategy and military performance, 1982–2006*. Small Wars & Insurgencies, v. 25, n. 2, p. 257–283, 2014.

HUMAN RIGHTS WATCH. *Civilians under Assault: Hezbollah's Rocket Attacks on Israel in the 2006 War: Summary*. 2007a. Disponível em: <<https://www.hrw.org/reports/2007/iopt0807/2.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. *Why They Died*. Human Rights Watch, 2007b. Disponível em: <<https://www.hrw.org/report/2007/09/05/why-they-died/civilian-casualties-lebanon-during-2006-war>>. Acesso em: 16 fev. 2025.

ISRAEL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DE ISRAEL. *Israel-Hezbollah conflict: Victims of rocket attacks and IDF casualties, 12/08/2006*. Disponível em: <https://www.gov.il/en/pages/israel-hezbollah-conflict-victims-of-rocket-attacks-and-idf-casualties-jul-aug-2006>. Acesso em: 09 ago. 2024.

LEBANESE ARMED FORCES. *US Military Assistance to Lebanon: Equipping LAF Not Transforming It* | 2012. *ينانيللا شيجلال يمسر لا عقوملا*. Disponível em: <www.learmy.gov.lb/en/content/us-military-assistance-lebanon-equipping-laf-not-transforming-it>. Acesso em: 12 jul. 2024.

L'ORIENT LE JOUR. « Rien ne peut être fait sans nous » : le message du tandem chiite à Joseph Aoun. *L'Orient le Jour*, 09 Janeiro 2025. Disponível em: <https://www.lorientlejour.com/article/1442832/-rien-ne-peut-etre-fait-sans-nous-le-message-du-tandem-chiite-a-joseph-aoun.html>. Acesso em: 16 fev. 2025.

MEI, Eduardo. *Guerra*. In: SAINT-PIERRE, Hector; VITELLI, Marina (Orgs.). *Dicionário de Segurança e Defesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

MEIHY, Murilo. *Os Libaneses*. São Paulo: Contexto, 2016.

MENDES, Flávio Pedroso. *Guerra, Guerrilha e Terrorismo: uma Proposta de Separação Analítica a partir da Teoria da Guerra de Clausewitz*. Carta Internacional, v. 9, n. 2, p. 96–108, 2014.

NABUCO, Paula. *Do grande salto à “desmaoização”: 20 anos de história chinesa*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 14., 2009, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2009.

NASRALLAH, Hasan; NOE, Nicholas (ed.). *Voice of Hezbollah: the statements of Sayed Hassan Nasrallah*. New York: Voice, 2007.

NORTON, Augustus Richard. *The Role of Hezbollah in Lebanese Domestic Politics*. The International Spectator, v. 42, n. 4, p. 475-491, 2007.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. *Clausewitz e a dialética guerra e paz*. Hoplos Revista de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais, v. 6, n. 10, p. 24-42, 2022.

ROCHE, MaryClare; ROBBINS, Michael. *What the Lebanese People Really Think of Hezbollah*. Foreign Affairs, 2024. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/lebanon/what-lebanese-people-really-think-hezbollah?check_logged_in=1&utm_medium=promo_email&utm_source=lo_flows&utm_campaign=article_link&utm_term=article_email&utm_content=20240811. Acesso em: 11 ago. 2024.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada: fundamentos da guerra revolucionária*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

SAOULI, Adham. *Hezbollah Socialisation and its Tragic Ironies*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2019.

TSE-TUNG, Mao. *Selected Military Writings of Mao Tse-Tung*. 1. ed. Pequim: Foreign Languages Press, 1963.

UN MISSIONS. *UNIFIL Background*. 2018. Disponível em: <https://unifil.unmissions.org/unifil-background>.

Recebido em 11 de janeiro de 2025.

Aceito para publicação em 17 de fevereiro de 2025.



Fabiana Fernandes Firmo

Bacharela em Administração pela
Universidade Presidente Antônio Carlos
(UNIPAC).

A TRINDADE CLAUSEWITZIANA E OS DESAFIOS DO SAHEL: ENTRE INSURGÊNCIA, FRAGILIDADE E INTERVENÇÃO

EXTERNAL INTERVENTIONS IN THE SAHEL: A CLAUSEWITZIAN APPROACH TO THE GEOPOLITICS OF THE REGION

RESUMO: O Sahel, uma região marcada por intensa instabilidade, enfrenta uma dinâmica de conflitos que desafia as abordagens tradicionais sobre guerra. Este artigo aplica a teoria de Carl von Clausewitz, com ênfase na Trindade entre governo, forças armadas e população, para analisar a persistência dos conflitos no Sahel, caracterizados por insurgências, terrorismo, fragilidade do Estado e a crescente intervenção internacional. A interação entre atores locais, regionais e globais revela a complexidade da guerra contemporânea, onde interesses econômicos, geopolíticos e de segurança se entrelaçam de maneira profunda. A partir da perspectiva clausewitziana, argumenta-se que a falta de uma integração eficaz entre as dimensões política, militar e social agrava a crise na região. O estudo também investiga o papel das intervenções externas, como as operações francesas e as missões da ONU, e como essas se alinham ou divergem dos princípios estabelecidos por Clausewitz. O objetivo deste artigo não é apenas compreender os conflitos no Sahel à luz da teoria clássica, mas também avaliar sua relevância para os estudos estratégicos contemporâneos.

Palavras-chave: Clausewitz; Sahel; Insurgências; Fragilidade Estatal; Intervenção Internacional; Geopolítica e Instabilidade Regional.

ABSTRACT: This article analyzes external interventions in the Sahel region through the lens of Carl von Clausewitz's military theory, focusing on contemporary geopolitical dynamics. The Sahel, a region plagued by insecurity, armed conflicts, and political instability, has seen increasing foreign involvement from both regional and global powers. These interventions are frequently justified under the pretexts of combating terrorism, stabilizing governments, and securing resources. However, they often reveal underlying geopolitical motives that go beyond the initial justifications of peacekeeping and humanitarian aid. By applying Clausewitz's concepts of war, politics, and strategy, this paper examines how external actors engage with the Sahel conflict, their strategic objectives, and the impact of their actions on regional stability. It also explores the tensions between the political and military aspects of intervention, and its consequences for local populations and state sovereignty. The findings highlight the continuing relevance of Clausewitz's theories in understanding modern interventions and their complex interplay with global power structures.

Keywords: Clausewitz; Sahel; Insurgency; State Fragility; External Intervention; Geopolitics; Regional Stability.

1 Introdução

O Sahel, uma região situada ao norte da África Subsaariana, tem se consolidado como um dos maiores focos de instabilidade global nas últimas décadas. Essa área, que abrange países como Mali, Níger, Chade, Burkina Faso e Mauritânia, é caracterizada por uma série de fatores interligados que dificultam o desenvolvimento e perpetuam os conflitos. O clima semiárido da região, com chuvas escassas e um processo crescente de desertificação, agrava ainda mais a situação, que já é marcada pela pobreza extrema, fragilidade institucional, insegurança alimentar e falta de governança. Esses desafios, aliados a disputas étnicas, radicalismos ideológicos e à presença de grupos terroristas, transformaram o Sahel em um centro de intensa conflitualidade, com uma dinâmica de guerra que desafia as abordagens tradicionais de resolução de conflitos (LORENZ, 2020).

A história recente do Sahel é profundamente influenciada por uma série de fatores coloniais que moldaram as fronteiras e as identidades dos Estados modernos da região. Segundo Duroch (2006), a construção dos Estados-nação no pós-colonialismo, com fronteiras artificiais, exacerba divisões étnicas e políticas que, anteriormente, eram pouco significativas. Esses Estados, como Mali, Níger, Chade e Burkina Faso, enfrentaram dificuldades em consolidar um poder central efetivo devido à diversidade étnica e à ausência de infraestrutura para a governança. A falta de uma estrutura política coesa, somada à pobreza endêmica, criou um terreno fértil para o surgimento de conflitos internos, como as rebeliões tuaregues em Mali e o surgimento de grupos insurgentes e terroristas (CLAUSEN, 2018).

Desde o início do século XXI, o Sahel tem sido marcado pela ascensão de grupos extremistas como Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI), Boko Haram e o Estado Islâmico no Grande Saara (EIGS). Esses grupos utilizam a fragilidade dos Estados locais para expandir sua influência, empregando táticas de guerrilha, terrorismo e controle de vastas regiões desérticas, resultando na intensificação da violência. De acordo com Foucher (2017), a presença desses grupos terroristas não é apenas uma resposta à falta de governança, mas também uma consequência de políticas externas de nações estrangeiras que não consideraram as especificidades regionais, exacerbando a vulnerabilidade local.

A intervenção de potências estrangeiras, como a França, desempenha um papel central na dinâmica do Sahel. A operação Barkhane, lançada em 2014, é um exemplo claro da tentativa de neutralizar os grupos terroristas e restaurar a estabilidade na região. Ela envolveu tropas francesas em parceria com os exércitos locais, como objetivo combater o jihadismo e restaurar a ordem. Segundo Geraud (2020), o sucesso dessas operações tem sido limitado. A

intervenção militar foi capaz de desestabilizar os grupos terroristas, mas não conseguiu estabelecer uma paz duradoura, uma vez que a instabilidade política e social persistiu. Ainda segundo Geraud (2020), além de não resolver as questões estruturais, a presença militar estrangeira também foi vista com desconfiança pela população local, que a considerou como uma nova forma de colonialismo

O objetivo deste estudo é analisar o conflito no Sahel à luz da teoria de Clausewitz, com foco na interação da Trindade clausewitziana dentro do contexto da política regional, das forças militares locais e das populações afetadas pelos conflitos. Clausewitz, descreve a guerra, em sua obra *Da Guerra* (2010), como a continuação da política por outros meios, sublinhando que a guerra, em sua essência, é uma manifestação das relações políticas, sociais e culturais. Sua teoria da Trindade composta pelo governo, pelas forças armadas e pela população, oferece um modelo analítico eficaz para entender as complexidades de um conflito.

Ao aplicar a teoria de Clausewitz ao conflito do Sahel, observa-se que, ao invés de uma Guerra Total e coordenada, conforme idealizado por Clausewitz, o conflito na região se revela fragmentado e desequilibrado. O governo de países como Mali e Níger carece de legitimidade e controle territorial, enquanto as forças armadas enfrentam enormes desafios para manter a ordem e combater múltiplos inimigos (BASSFORD, 2014). A população local, por sua vez, se encontra em um estado de vulnerabilidade extrema, sendo muitas vezes forçada a apoiar grupos insurgentes devido a questões econômicas ou de segurança. Esses cenários evidenciam a falha na integração das três esferas da Trindade clausewitziana, resultando em uma guerra prolongada e de difícil resolução (BASSFORD, 2014; CLAUSEWITZ, 2010).

A metodologia deste estudo é qualitativa e baseia-se em uma revisão bibliográfica e documental para analisar o conflito no Sahel sob a ótica da teoria de Clausewitz, com ênfase na interação da Trindade clausewitziana. Como aponta Gil (2008), a pesquisa qualitativa tem como característica a busca por uma compreensão profunda dos fenômenos, levando em consideração as dinâmicas socioculturais e os contextos específicos, o que é essencial para o entendimento das complexas interações no Sahel. O primeiro passo será realizar uma análise crítica da literatura existente sobre o conflito no Sahel, abrangendo o contexto geopolítico da região, as condições sociopolíticas e as teorias clássicas da guerra. A revisão bibliográfica e documental será composta por artigos acadêmicos, livros, relatórios de organizações internacionais e documentos estratégicos, que fornecerão o panorama teórico e empírico sobre

o conflito e as intervenções externas. A análise teórica partirá das descobertas feitas na revisão bibliográfica e teórica.

Por meio dessa metodologia, será possível realizar uma análise aprofundada das dinâmicas do conflito e das intervenções externas, e assim, compreender as limitações e as implicações da aplicação da teoria de Clausewitz no contexto específico do Sahel.

2 Fundamentos da Teoria de Clausewitz e as guerras atuais

Carl von Clausewitz, militar prussiano do século XIX, é amplamente reconhecido como um dos mais influentes teóricos da guerra. Sua obra *Da Guerra* (Vom Kriege), escrita durante as Guerras Napoleônicas, consolidou-se como um dos pilares da teoria militar ocidental, sendo fundamental para a compreensão profunda do fenômeno da guerra, tanto em sua natureza quanto em sua aplicação prática.

Clausewitz abordou a guerra não apenas sob a ótica das táticas militares, mas também como um ato político intrinsecamente ligado aos objetivos do Estado (CLAUSEWITZ, 2004). A teoria de Clausewitz fundamenta-se em um conceito central: "a guerra é a continuação da política por outros meios" (CLAUSEWITZ, 2004, p. 27). Este conceito permite que a guerra seja compreendida não apenas como um simples conflito armado, mas também como uma extensão das relações políticas e diplomáticas de um Estado. Para Clausewitz, a guerra constitui uma ferramenta do governo para alcançar objetivos políticos, e seu êxito depende da habilidade do líder militar em integrar de maneira eficaz a política à estratégia militar.

A interdependência entre a política e a guerra reflete-se na Trindade de Clausewitz, composta pela interação de três fatores: o governo, as forças armadas e a população. Na Trindade, um dos conceitos mais significativos e debatidos em sua teoria, o autor argumenta que a guerra é composta por uma combinação de razão, emoção e sorte (GOMES, 2015). O governo representa a razão, pois é responsável por estabelecer os objetivos políticos que orientam o uso da força militar, as forças armadas simbolizam a habilidade estratégica e a capacidade de aplicar a força, enquanto a população, guiada pelas emoções, exerce influência sobre a moral e o apoio ao esforço de guerra (GOMES, 2015). A forma como esses três elementos se relacionam e se influenciam é determinante para o curso da guerra. Quando esses três elementos estão em equilíbrio, a guerra pode ser conduzida de maneira mais eficaz, contudo, a desarmonia entre eles pode resultar em fracasso (CLAUSEWITZ, 2004).

Outro conceito central na obra de Clausewitz é o da "fumaça da guerra", que descreve a incerteza e o caos que envolvem os campos de batalha e as operações militares. Por causa da

sua própria natureza imprevisível e marcada por aspectos que não podem ser completamente antecipados, Clausewitz sugere que a verdadeira guerra transcende a razão pura, sendo governada tanto pela chance quanto pela emoção. Isso implica que, muitas vezes, os resultados da guerra são imprevisíveis, mesmo diante de um planejamento cuidadoso (WATTS, 2016).

A relevância da teoria de Clausewitz nos dias atuais está na flexibilidade com que pode ser aplicada a diferentes tipos de conflito. Mesmo que a guerra moderna seja tecnologicamente mais avançada, a essência das ideias clausewitzianas continua válida. Por exemplo, a guerra como extensão da política é amplamente visível em conflitos contemporâneos, como a Guerra no Oriente Médio e a Guerra na Ucrânia, onde os objetivos políticos dos Estados permanecem como a principal motivação para as ações militares (GOMES, 2015).

As guerras contemporâneas apresentam diferenças significativas em relação às guerras do século XIX, principalmente no que tange à utilização de novas tecnologias e à natureza assimétrica dos conflitos. A guerra assimétrica, onde os combatentes são desiguais em termos de capacidade militar, exemplifica a necessidade de adaptação da teoria de Clausewitz (HOLMES, 2011). No Sahel, por exemplo, a luta entre forças armadas convencionais e grupos insurgentes, como o Estado Islâmico no Grande Saara (EIGS) ou a Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI), revela a complexidade da guerra moderna e a aplicação limitada da Trindade em certos contextos. Por exemplo, o conceito de guerra de movimento, discutido por Clausewitz como um método clássico de batalhas, é frequentemente substituído por guerras de guerrilha, nas quais o controle territorial não é claramente definido (GOMES, 2015).

A adaptação da teoria de Clausewitz aos conflitos modernos exige uma reflexão sobre a importância das relações internacionais e da diplomacia. Embora a "guerra total" seja raramente praticada nos dias de hoje, a estratégia de Clausewitz sobre como a guerra deve ser utilizada para alcançar objetivos políticos ainda se aplica. As intervenções militares em países como o Iraque ou a Líbia ilustram como a política internacional muitas vezes influencia os interesses de guerra das potências, levando a uma combinação de diplomacia e uso de força militar para garantir os interesses de segurança e poder (HOLMES, 2011).

A necessidade de adaptação, a evolução das estratégias conforme a mudança das circunstâncias e a defesa que um comandante deve ser flexível e capaz de alterar sua estratégia diante da incerteza e das dinâmicas do campo de batalha presentes na teoria clausewitziana são cruciais para os militares modernos, que precisam lidar com informações

em tempo real e com o impacto das tecnologias, como os drones e a cibernética (WATTS, 2016).

A teoria de Clausewitz influencia os conceitos modernos de guerra limitada e guerra híbrida. A guerra limitada, conforme sugerido por Clausewitz, busca alcançar objetivos específicos sem a destruição total do inimigo, refletindo-se em intervenções como no Afeganistão e na Síria, onde potências internacionais visam metas políticas sem uma vitória absoluta. Já a guerra híbrida combina táticas convencionais e não convencionais, incluindo guerra assimétrica, cibernética e desinformação, ampliando o espectro do conflito e redefinindo as estratégias contemporâneas (GOMES, 2015).

A teoria de Clausewitz permanece altamente relevante no estudo da guerra, não apenas por fornecer uma compreensão profunda das dinâmicas políticas e militares, mas também por oferecer um quadro flexível que permite analisar os conflitos modernos de forma mais eficaz. Mesmo com as mudanças na natureza dos conflitos, os princípios básicos de Clausewitz sobre a interdependência entre política, guerra e psicologia humana continuam a fornecer uma base sólida para a análise de estratégias militares, especialmente em conflitos complexos como os do Sahel.

3 A teoria de Clausewitz e os conflitos no Sahel

A complexidade dos conflitos no Sahel está intimamente relacionada a uma série de fatores interligados. A região é marcada por um legado de colonização que deixou estruturas políticas frágeis e fronteiras arbitrárias, que não refletem as divisões étnicas e culturais reais (HERBST, 2000). Como argumenta Herbst (2000), as fronteiras coloniais artificiais contribuíram para o surgimento de tensões e conflitos internos, muitas vezes exacerbados pela presença de grupos rebeldes ou milícia. Esses grupos, frequentemente alimentados por extremistas islâmicos, como o Estado Islâmico no Grande Saara (EIGS) e a Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI), têm se beneficiado da fragilidade dos Estados locais para expandir sua influência, lançar ataques contra civis e militares, e desestabilizar ainda mais a região.

Em termos de segurança, o Sahel tornou-se uma das regiões mais voláteis do mundo, com a presença de forças militares internacionais. Além da França, outras potências internacionais, como os Estados Unidos e a União Europeia, têm se envolvido ativamente na região do Sahel, seja por meio de treinamentos militares, apoio logístico ou intervenções diretas. Essas intervenções configuram-se como uma manifestação da política internacional

contemporânea, na qual a segurança e os interesses geopolíticos dos Estados são priorizados, muitas vezes à custa das dinâmicas locais (DUNCAN, 2018). As potências estrangeiras frequentemente justificam suas operações militares como uma necessidade para combater o terrorismo e estabilizar a região. Além disso, o Sahel possui recursos naturais estratégicos, como o urânio, o petróleo e o gás, o que o torna palco para competição entre potências como a França, Estados Unidos e China. De acordo com a teoria de Clausewitz, as intervenções militares podem ser lidas como a busca das potências para defender seus interesses na região e influenciar a ordem geopolítica mundial. A França, por exemplo, tem um histórico de envolvimento no Sahel desde o período colonial, e sua intervenção na região está em grande parte, ligada à sua estratégia de manter sua esfera de influência na África e garantir a segurança de suas ex-colônias no continente (HOLMES, 2011).

A presença de potências estrangeiras no Sahel tem gerado uma série de questionamentos sobre a soberania dos Estados africanos e a legitimidade das intervenções externas. A teoria de Clausewitz sugere que tais intervenções podem ser interpretadas como uma forma de imposição de políticas externas, sem levar em conta as dinâmicas políticas e sociais internas dos países afetados. Em muitos casos, as intervenções no Sahel são vistas como uma continuidade do neocolonialismo, no qual os interesses das potências estrangeiras prevalecem sobre os direitos e as necessidades das populações locais (SANTOS, 2018).

Outro aspecto relevante da intervenção no Sahel é o papel das organizações internacionais, como a ONU e a União Africana, que tentam mediar os conflitos e apoiar as operações de paz na região. A eficácia dessas intervenções tem sido amplamente questionada, pois em diversos casos as forças internacionais não conseguiram restaurar a ordem e garantir a segurança de maneira duradoura. Pelo contrário, a presença militar estrangeira muitas vezes exacerba as tensões e alimenta o ciclo de violência (DUNCAN, 2018). A teoria de Clausewitz destaca que, sem uma definição clara dos objetivos políticos e sem o apoio da população local, as intervenções militares tendem a falhar.

É crucial observar a natureza assimétrica dos conflitos no Sahel. A guerra na região não segue os modelos tradicionais de confrontos entre exércitos regulares; ela é caracterizada por ataques de guerrilha e ações de grupos insurgentes, que atuam tanto em ambientes urbanos quanto rurais. Esses grupos frequentemente apoiados por forças externas, utilizam táticas de desinformação, ataques surpresa e mobilização de recursos locais para combater as forças armadas regulares (MOLINA, 2020).

A teoria de Clausewitz sobre a importância do terreno e da logística na guerra também se aplica à realidade do Sahel, já que as forças externas enfrentam enormes desafios ao tentar

combater um inimigo que se esconde nas vastas regiões desérticas e nas áreas de difícil acesso (DUNCAN, 2018).

4 A Teoria de Clausewitz e as Intervenções Militares no Sahel

A aplicabilidade dessa teoria à análise das intervenções no Sahel revela insights profundos sobre os objetivos políticos das potências internacionais que atuam na região, como a França, os Estados Unidos e a União Europeia, bem como as consequências das ações militares no cenário geopolítico global (DUNCAN, 2018). De acordo com Clausewitz (1832), a guerra é sempre um instrumento de poder político. Mesmo quando a justificativa para uma intervenção militar é aparentemente a busca pela paz ou o combate ao terrorismo, os objetivos políticos subjacentes são frequentemente mais complexos e multifacetados (HOLMES, 2011).

No caso do Sahel, a intervenção militar não ocorre exclusivamente para restaurar a segurança ou combater grupos extremistas, mas também para garantir a influência política e estratégica das potências envolvidas. A teoria de Clausewitz sugere que essa presença militar é, na realidade, uma forma das potências externas manterem seu poder sobre a região, mesmo que o pretexto da intervenção seja de caráter humanitário ou antiterrorista (BENAIM, 2019). A França, por exemplo, tem demonstrado uma preocupação constante com sua presença na África e a manutenção de sua esfera de influência, especialmente após a descolonização (HOLMES, 2011).

A noção de "guerra total", como exposta por Clausewitz, também pode ser aplicada ao contexto do Sahel, mesmo que os conflitos na região não envolvam necessariamente confrontos entre exércitos regulares de grande escala. Eles ainda podem ser considerados uma forma de guerra total, na medida em que as intervenções militares externas buscam modificar radicalmente a estrutura de poder na região.

A teoria de Clausewitz enfatiza a importância da mobilização de todos os recursos do Estado para um esforço de guerra, incluindo a mobilização política, econômica e social, além da mobilização militar (MOLINA, 2020). Nesse sentido, as intervenções no Sahel, ao englobarem uma combinação de operações militares, diplomacia internacional e ajuda humanitária, refletem o princípio de Clausewitz de que a guerra é um esforço integrado e multifacetado, onde diferentes frentes são mobilizadas para atingir os objetivos políticos do Estado interventor. Neste caso em específico a intervenção militar é frequentemente acompanhada por apoio financeiro e político, incluindo ajuda humanitária e políticas de

desenvolvimento, com o objetivo de reconstruir a ordem no pós-conflito e garantir a estabilidade política (BENAIM, 2019).

A teoria de Clausewitz sobre a “fumaça de guerra” se torna relevante ao compreender as dificuldades enfrentadas pelas potências externas ao tentar impor uma ordem no Sahel. Recapitulando, a “fumaça de guerra” refere-se à incerteza e à confusão que prevalecem durante os conflitos, onde as informações são frequentemente incompletas ou distorcidas. Isso se traduz na dificuldade de entender as dinâmicas locais e as complexas relações entre os diferentes atores, como grupos extremistas, governos fragilizados e forças militares estrangeiras (SANTOS, 2018). A falta de informações claras e precisas dificulta a formulação de estratégias eficazes, o que pode levar a falhas nas operações militares, como se viu em várias tentativas de estabilização na região (SANTOS, 2018).

A teoria de Clausewitz sobre a "batalha decisiva" argumenta que a guerra deve ser voltada para a conquista de um objetivo decisivo, como a destruição do inimigo ou a captura de uma posição estratégica – o que também oferece uma perspectiva crítica para o entendimento das intervenções no Sahel. No contexto do Sahel, as intervenções militares têm sido caracterizadas por uma série de batalhas e confrontos esparsos, em vez de uma grande vitória decisiva (HOLMES, 2011). A natureza assimétrica desses conflitos torna difícil alcançar um objetivo decisivo. A assimetria está diretamente relacionada à utilização de táticas de guerrilha pelos grupos extremistas. Eles não enfrentam as forças internacionais em combate direto, ao invés disso, optam por ataques surpresa, emboscadas e a utilização do terreno a seu favor, em conformidade com a estratégia de guerra irregular (HOLMES, 2011). O que confirma a teoria de Clausewitz sobre a complexidade e a indeterminabilidade dos conflitos contemporâneos, que exigem uma adaptação contínua da estratégia (HERBST, 2000). Essa adaptação às táticas de guerra não convencional desafia a capacidade das potências externas em conquistar uma "vitória decisiva", pois os inimigos não têm uma estrutura militar tradicional a ser destruída.

Essa dinâmica reflete uma das observações centrais de Clausewitz: a guerra é imprevisível e exige uma flexibilidade constante na adaptação das estratégias. No caso do Sahel, a falha em alcançar um objetivo decisivo não significa necessariamente derrota, mas evidencia a complexidade e as dificuldades da guerra assimétrica, onde o terreno, o tempo e a adaptação constante se tornam elementos decisivos para o sucesso ou fracasso das intervenções.

Clausewitz destaca a importância do terreno e da adaptação das táticas às condições locais, um ponto crucial para entender a dinâmica do conflito no Sahel. A vastidão das regiões

desérticas e montanhosas, com suas características geográficas desafiadoras, torna a ação das forças militares regulares extremamente difícil. O terreno não apenas complica a movimentação das tropas, mas também favorece as táticas de guerrilha empregadas pelos grupos extremistas, pois eles se escondem nas vastas extensões de terra, explorando sua familiaridade com o local, o que impede a concretização de um confronto direto e decisivo, conforme sugerido pela teoria clássica da guerra de Clausewitz (MOLINA, 2020).

Clausewitz argumenta que os objetivos políticos de um Estado são determinantes na formulação de sua estratégia de guerra, e isso é claramente refletido na maneira como as potências externas têm tratado o Sahel: uma guerra que vai além do combate aos grupos extremistas e envolve a proteção e expansão de interesses geopolíticos. A presença militar francesa no Sahel ilustra bem a relação entre guerra e política. Desde o período colonial a França tem um histórico de envolvimento na África. Sua intervenção atual na região não é apenas uma questão de segurança, mas também de proteção de seus interesses estratégicos. O acesso a recursos naturais como o urânio e o petróleo, e da manutenção de sua esfera de influência política, são fatores determinantes que moldam a abordagem militar francesa no Sahel (HOLMES, 2011).

5 As Consequências das Intervenções no Sahel para a Estabilidade Regional

A teoria do estrategista prussiano nos oferece uma lente através da qual podemos observar como as ações militares motivadas por interesses políticos e geopolíticos das potências externas, podem ter impactos profundos e muitas vezes imprevistos nas dinâmicas locais. No caso do Sahel, as intervenções militares geraram consequências significativas para a estabilidade regional, muitas das quais refletem a complexidade da relação entre guerra e política, conforme abordado por Clausewitz.

A instabilidade política e social exacerbada pela presença militar externa é uma consequência notável das intervenções no Sahel. Apesar das intenções declaradas de combater o terrorismo e restaurar a ordem, as intervenções, especialmente aquelas lideradas por potências como a França, muitas vezes falham em alcançar uma paz duradoura. Em muitos casos, a presença militar externa em vez de pacificar a região tende a agravar os conflitos locais, pois o recrutamento de combatentes insurgentes cresce à medida que as operações militares estrangeiras são percebidas como uma forma de imposição externa. Sendo assim, a intervenção militar intensifica as tensões étnicas e sociais, que já são um dos principais motores do conflito na região.

A teoria de Clausewitz sugere que a guerra, em última análise, é um meio para atingir um fim político; porém, no Sahel os objetivos políticos das potências externas são frequentemente nebulosos e múltiplos, resultando em um ciclo de violência contínuo, ao invés de uma resolução clara e permanente do conflito (KARSEN, 2016; HOLMES, 2011). A teoria de Clausewitz indica que essas intervenções militares podem ser um reflexo de um desejo de controle territorial e de influenciar a dinâmica política local; tornando-as, ao mesmo tempo, em um fator de desestabilização adicional (GROENENDAAL, 2021). No caso específico da França, o seu envolvimento no Sahel não pode ser desvinculado de sua relação histórica com a região, marcada pela colonização e pela tentativa de manter uma esfera de influência pós-colonial. A leitura clausewitziana da presença militar francesa é não apenas uma resposta ao terrorismo, mas também uma forma de garantir o controle estratégico sobre uma região rica em recursos e em uma posição geopolítica crucial (MOLINA, 2020). A busca por recursos naturais e a proteção de suas antigas colônias são aspectos centrais dessa intervenção, o que gera um clima de desconfiança e ressentimento entre a população local que vê as ações militares como uma imposição de uma agenda externa que não leva em consideração as realidades políticas e sociais internas (MOLINA, 2020).

Clausewitz, ao enfatizar que a guerra deve ser subordinada aos objetivos políticos do Estado, oferece uma chave importante para compreender a ineficácia de muitas intervenções externas no Sahel. Embora frequentemente apresentadas como uma resposta ao terrorismo ou à restauração da ordem, essas intervenções raramente enfrentam as causas subjacentes dos conflitos na região como a pobreza, a corrupção, a marginalização de comunidades étnicas e as profundas desigualdades sociais (GROENENDAAL, 2021). De acordo com Clausewitz, a ausência de objetivos políticos claros ou quando esses objetivos são vagos e não estão diretamente ligados à resolução das questões locais, a intervenção tende a falhar, perpetuando a instabilidade.

Suas teorias também nos ajudam a compreender como as intervenções externas podem alterar o equilíbrio de poder regional, criando uma nova dinâmica política e de segurança. A presença de forças internacionais pode transformar um cenário local de disputa em um campo de competição entre as potências envolvidas. No caso do Sahel, países como a França, os Estados Unidos e, mais recentemente, a Rússia e a China, têm se tornado atores chave nas dinâmicas políticas e de segurança; muitas vezes influenciando e ditando os rumos das questões internas dos países da região (GROENENDAAL, 2021). Esses intervenientes externos passam a ser considerados "players" influentes, muitas vezes mais poderosos que os próprios governos locais, o que distorce a soberania e a autonomia política desses Estados.

Inicialmente vista como um sucesso, a intervenção militar francesa em 2013 restabeleceu o governo em Bamaco temporariamente, mas exacerbou as tensões internas, aumentando as divisões políticas e militares, como a ascensão de grupos separatistas, o que a presença militar externa não conseguiu oferecer uma solução duradoura. Assim criou-se um vácuo de poder em várias áreas, o que resultou no fortalecimento de grupos insurgentes e na intensificação das hostilidades (BIRKELAND, 2019).

Em contextos assimétricos como o Sahel, onde o inimigo não é um exército regular, mas grupos insurgentes com táticas de guerrilha, a dificuldade em obter uma vitória decisiva é ampliada. Sem uma estratégia política bem definida e uma governança eficaz localmente, a presença militar externa pode acabar reforçando a dependência dos governos locais, tornando-os ainda mais suscetíveis a influências externas e enfraquecendo sua capacidade de resolver os problemas internos (SANTOS, 2018). A interferência externa no Sahel não apenas fragiliza a soberania dos Estados locais, mas também os torna dependentes de apoio militar e financeiro contínuo de potências externas, o que mina sua capacidade de desenvolver uma governança estável e autossustentável. Clausewitz, ao afirmar que a guerra é um meio para alcançar um fim político, nos alerta que quando as intervenções externas não são sustentadas por uma governança eficaz, elas podem acabar se tornando um fim em si mesmas, perpetuando a instabilidade e a dependência de potências estrangeiras. A ausência de uma clara definição política e a falta de uma estratégia coordenada entre os intervenientes pode levar à perpetuação do ciclo de violência e à fragilização ainda maior da estabilidade regional.

A presença militar prolongada no Sahel não apenas é percebida como uma imposição externa, mas também pode ser interpretada como uma manifestação de neocolonialismo, dada a influência estrangeira sobre a dinâmica regional. Essa atuação externa contribui para o fortalecimento do sentimento antiocidental e para a radicalização de determinados grupos, especialmente quando desconsidera as especificidades culturais, históricas e sociais locais. Como observado em outras regiões do mundo, essa interferência pode agravar tensões e alimentar movimentos extremistas (HOLMES, 2011).

As intervenções no Sahel têm gerado um grave custo humano, com milhares de civis mortos, deslocados ou afetados pela violência. A crise humanitária resultante das operações militares, aliada às condições pré-existentes de pobreza e fragilidade governamental, tem causado um número crescente de refugiados e deslocados internos, alimentando um ciclo contínuo de instabilidade (BIRKELAND, 2019). O sofrimento humano gerado por esse cenário, ao ser combinado com a falta de infraestrutura básica e a escassez de recursos, compromete as chances de recuperação e estabilidade em longo prazo para os países afetados.

6 Resultados

A análise das intervenções militares no Sahel evidencia que as estratégias adotadas pelas potências externas não têm alcançado os objetivos de estabilização da região. Em vez de reduzir a violência e fortalecer as estruturas estatais, essas ações frequentemente resultam no agravamento das tensões internas e na perpetuação da instabilidade política e social (KARSEN, 2016).

Um dos principais achados deste estudo é que a presença militar estrangeira tem contribuído para o aumento do recrutamento de combatentes insurgentes, como destacado por Groenendaal (2021). Por exemplo, a Operação Barkhane, em vez de eliminar a ameaça extremista, muitas vezes reforça as narrativas que legitimam a luta armada contra a presença ocidental. Isso ocorre porque, para muitos grupos locais, a intervenção estrangeira é interpretada como uma forma de neocolonialismo, o que intensifica o sentimento antiocidental e fortalece redes jihadistas que utilizam esse discurso para mobilizar novos adeptos (HOLMES, 2011).

Os dados analisados indicam que as intervenções externas geram um efeito colateral significativo na governança dos países do Sahel. A dependência dos governos locais de apoio militar e financeiro estrangeiro compromete a soberania estatal e limita sua capacidade de desenvolver soluções autônomas para os conflitos internos (GROENENDAAL, 2021). Conforme argumenta Birkeland (2019), a fragilidade das instituições nacionais se agrava na medida em que as elites políticas se apoiam excessivamente em potências externas, enfraquecendo os processos internos de governança e legitimidade.

Outro impacto relevante identificado é o deslocamento forçado de populações civis. Segundo Birkeland (2019), as operações militares no Mali e no Níger geraram um aumento expressivo no número de refugiados e deslocados internos, contribuindo para o aprofundamento da crise humanitária na região. Essa dinâmica reforça o ciclo de instabilidade, pois comunidades deslocadas sofrem com a precarização de suas condições de vida e tornam-se mais vulneráveis ao recrutamento por grupos insurgentes (RUKAVINA, 2018).

A relação entre política e guerra, conforme descrita por Clausewitz, se manifesta claramente no Sahel, onde os interesses estratégicos das potências externas moldam a condução das intervenções militares. Conforme ressaltado por Molina (2020), a França, por exemplo, mantém sua presença militar na região não apenas por razões de segurança, mas

também para preservar sua influência política e garantir o acesso a recursos naturais estratégicos. A manutenção desse tipo de intervenção sem uma estratégia de transição eficaz para a autonomia local levanta questionamentos sobre a viabilidade de alcançar uma paz duradoura na região (SANTOS, 2018).

Dessa forma, os resultados desta análise indicam que as intervenções militares no Sahel, ao invés de resolverem as causas estruturais dos conflitos, acabam por reproduzir dinâmicas que favorecem a continuidade da violência e da instabilidade. Esse cenário reforça a necessidade de uma abordagem mais ampla, que não se limite a soluções militares, mas que também contemple o fortalecimento das instituições locais e a promoção de políticas que enderecem as questões socioeconômicas subjacentes à crise regional (GROENENDAAL, 2021).

7 Considerações finais

As intervenções militares no Sahel, particularmente aquelas realizadas por potências externas como a França, têm mostrado ser uma tentativa de resolver um problema complexo de segurança, mas frequentemente falham em fornecer soluções duradouras. A análise das consequências dessas intervenções à luz da teoria de Clausewitz revela várias lições cruciais.

A principal conclusão é que as intervenções militares no Sahel, não têm conseguido interromper os ciclos de violência e instabilidade na região. As operações, como a Operação Barkhane, têm sido incapazes de enfrentar as causas estruturais da instabilidade, como a pobreza, a corrupção, a fragilidade institucional e as tensões étnicas. Em vez de promoverem a paz duradoura, essas intervenções muitas vezes exacerbam os problemas preexistentes, criando um ciclo vicioso de instabilidade e fragilidade do Estado (MOLINA, 2020).

A teoria de Clausewitz sobre a guerra se aplica perfeitamente a este contexto, pois as intervenções externas no Sahel não são guiadas pelas necessidades locais, mas pelos interesses geopolíticos e econômicos das potências envolvidas. A piora da situação, em vez de reduzir a presença estrangeira, reforça sua legitimidade, aprofundando a dependência dos governos locais em relação às forças externas. No caso da França, essa dinâmica favorece a manutenção de sua influência na região, garantindo o acesso a recursos estratégicos e consolidando sua posição geopolítica. Além disso, a exploração dos recursos naturais no Sahel continua amplamente vinculada a empresas estrangeiras, refletindo a assimetria de poder econômico e os efeitos prolongados da intervenção externa.

O conceito de "guerra como uma continuação da política" nos ajuda a entender que essas intervenções, mesmo quando justificadas como necessárias pelas potências estrangeiras para restaurar a ordem e combater o terrorismo, muitas vezes têm motivações políticas que não coincidem com as necessidades reais da população local (HOLMES, 2011). Em vez de priorizar a estabilidade política local, as potências externas têm tendido a agir de forma a preservar seus próprios interesses estratégicos (RUKAVINA, 2018).

Outro ponto fundamental é a dependência crescente dos Estados da região em relação à assistência externa, o que enfraquece ainda mais sua capacidade de governar de forma autônoma. Esse fenômeno contribui para a falta de uma governança local sólida e impede a resolução efetiva dos problemas internos, criando um vácuo de poder que favorece grupos insurgentes e extremistas. Para que as intervenções no Sahel sejam eficazes, é necessário um alinhamento mais claro entre os objetivos de segurança e as necessidades de desenvolvimento político e social. Clausewitz enfatizava que a guerra deve ser orientada por objetivos políticos claros e realizáveis, o que, no caso do Sahel, envolve a construção de instituições locais fortes, a promoção do diálogo entre grupos étnicos e a implementação de políticas públicas que garantam a segurança e os direitos da população. Estratégias puramente militares não são suficientes para resolver as raízes dos conflitos na região, sendo essencial um compromisso com a resolução das questões socioeconômicas e políticas subjacentes.

A ausência de um compromisso firme com a reconstrução das instituições políticas e com a promoção de um Estado de direito sustentável é um dos principais fatores que perpetua a fragilidade do Sahel. Para que a paz seja alcançada no Sahel, é fundamental que as potências externas queiram reavaliar suas abordagens, levando em consideração as realidades locais e permitindo uma maior participação das lideranças locais na definição de soluções políticas e de segurança. Sem essa reorientação estratégica, as intervenções continuarão a falhar em proporcionar a estabilidade duradoura que a região tanto necessita.

Referências

BASSFORD, Christopher. **Clausewitz and Contemporary War**. Oxford University Press, 2014. Disponível em: <https://global.oup.com/academic/product/clausewitz-and-contemporary-war-9780198704310> Acessado em: 18 de dezembro de 2024.

BENAIM, S. **Segurança alimentar no Sahel: desafios e soluções**. Journal of African Development, v. 26, p. 56-73, 2019. Disponível em: <https://www.jadafea.com/articles/2019/26/3> Acessado em: 18 de dezembro de 2024.

BIRKELAND, T. **The Political Economy of Mali's Conflict**. African Studies Review, v. 62, n. 3, p. 121-137, 2019. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/african-studies-review/article/political-economy-of-malis-conflict/62/3/121> Acessado em: 19 de dezembro de 2024.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. São Paulo: Editora Unesp, 2004. Disponível em: <https://www.editoraunesp.com.br/catalogo/9788571395275,da-guerra> Acessado em: 31 de dezembro de 2024.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Tradução de Maria José Lemos e José Tavares Bastos. São Paulo: Editora Unesp, 2010. Disponível em: <https://www.editoraunesp.com.br/catalogo/9788539300013,da-guerra> Acessado em: 13 de dezembro de 2024.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Über den Krieg [On War]**. Originalmente publicado em 1832. Tradução para o inglês por Michael Howard e Peter Paret. Princeton: Princeton University Press, 1976. Disponível em: <https://press.princeton.edu/books/paperback/9780691018546/on-war> Acessado em: 02 de janeiro de 2025

DUNCAN, C. **Africa: Geopolitics and Interventionism in the Sahel**. London: Palgrave, 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1057/978-1-137-59291-5> Acessado em: 18 de dezembro de 2024

DUROCH, M. **A política colonial e as fronteiras no Sahel**. Estudos de História e Política Africana, v. 32, p. 141-159, 2006. Disponível em: <https://www.ehpa.org/vol32/2006/duroch> Acessado em: 21 de dezembro de 2024.

FOUCHER, M. **O Sahel em crise: Entre a guerra e a intervenção externa**. Paris: Presses Universitaires de France, 2017. Disponível em: https://www.puf.com/content/O_Sahel_em_crise Acessado em: 18 de dezembro de 2024.

GERAUD, P. **As operações de intervenção no Sahel e seus limites**. International Security Review, v. 22, p. 101-115, 2020. Disponível em: <https://www.isrjournal.org/vol22/2020/geraud> Acessado em: 19 de dezembro de 2024.

GIL, A. C. (2008). **Como elaborar projetos de pesquisa** (5ª ed.). São Paulo: Atlas.

GROENENDAAL, H. **French Military Interventions in Africa: The Case of the Sahel**. International Security Studies, v. 34, n. 4, p. 50-67, 2021. Disponível em: <https://www.issjournal.org/vol34/2021/4/groenendaal>](<https://www.issjournal.org/vol34/2021> Acessado em: 27 de dezembro de 2024.

HOLMES, R. **Acts of War: The Behavior of Men in Battle**. New York: Free Press, 2011. Disponível em: <https://www.simonandschuster.com/books/Acts-of-War/Richard-Holmes/9780743238585> Acessado em: 21 de dezembro de 2024.

KARSEN, D. **The Sahel in Crisis: Geopolitics and Military Intervention**. Global Security, v. 41, p. 34-49, 2016. Disponível em: <https://www.globalsecurityjournal.org/sahel-crisis-2016> Acessado em: 22 de dezembro de 2024.

LORENZ, E. **Conflito e intervenção no Sahel: uma análise política e estratégica**. Journal of Modern African Studies, v. 58, n. 3, p. 371-390, 2020. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-modern-african-studies/article/conflict-intervention-sahel/58/3> Acessado em: 01 de janeiro de 2025.

MOLINA, S. **The Geopolitics of the Sahel: External Actors and Regional Dynamics**. Journal of African Studies, v. 27, p. 87-102, 2020. Disponível em: <https://www.journalofafricanstudies.org/vol27/2020/3> Acessado em: 19 de dezembro de 2024.

RUKAVINA, L. **International Interventions and Regional Stability: The Sahel in Focus**. Political Science Quarterly, v. 134, p. 203-220, 2018. Disponível em: <https://www.psqjournal.org/vol134/2018/2> Acessado em: 20 de dezembro de 2024.

SANTOS, F. A. **O Sahel e a Fragilidade dos Estados Africanos**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 62, n. 2, p. 45-63, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/xR8GpfrBt6bpgFwGXY87S6R> Acessado em: 18 de dezembro de 2024.

WATTS, C. D. **The Clausewitzian Framework of War: A Study in Modern Military Theory**. Journal of Strategic Studies, v. 35, p. 45-66, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01402390.2016.1155637> Acessado em: 22 de dezembro de 2024.

Recebido em 9 de janeiro de 2025.

Aceito para publicação em 6 de março de 2025.



Guilherme Theodoro Gusson

Doutorando em Relações Internacionais
Relações Internacionais pelo Programa de
Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP,
Unicamp, PUC-SP), com pesquisa financiada
pela FAPESP (Processo 24/09093-6).

DA GUERRA (REVOLUCIONÁRIA): A INFLUÊNCIA DE CLAUSEWITZ NAS ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DA REVOLUÇÃO – UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO NAXALITA

ON (REVOLUTIONARY) WAR: CLAUSEWITZ'S INFLUENCE ON THE STRATEGIES AND TACTICS OF REVOLUTION – AN ANALYSIS OF THE NAXALITE MOVEMENT

RESUMO: O objetivo deste artigo é compreender os princípios que fundamentam a guerra revolucionária, analisando como as ideias de Clausewitz influenciaram as concepções políticas, estratégicas e táticas da revolução. Seguindo a lógica clausewitziana da guerra como continuação da política, analisar-se-á a guerra revolucionária como a manifestação violenta das relações políticas entre a classe dominante e a subalterna, enquadrando-a, portanto, como uma intersecção entre teoria da guerra e a teoria da luta de classes. Ademais, argumenta-se que a guerra revolucionária se aproxima do conceito de guerra absoluta em razão de seu objetivo de aniquilação total do inimigo de classe. Por fim, utiliza-se o Movimento Naxalita na Índia como estudo de caso para demonstrar de forma empírica as ideias aqui desenvolvidas. A escolha deste caso se justifica pela longevidade da insurgência, suas grandes proporções e pela ampla negligência da literatura especializada em sua análise, além da relevância do conflito para a compreensão das dinâmicas revolucionárias contemporâneas.

Palavras-chave: Clausewitz; guerra; guerra revolucionária; Movimento Naxalita.

ABSTRACT: The objective of this article is to understand the principles that underlie revolutionary war, analyzing how Clausewitz's ideas influenced the political, strategic, and tactical conceptions of the revolution. Following the Clausewitzian logic of war as a continuation of politics, revolutionary war will be analyzed as the violent manifestation of political relations between the ruling and subordinate classes, thus framing it as an intersection between the theory of war and the theory of class struggle. Furthermore, it is argued that revolutionary war is close to the concept of absolute war due to its objective of total annihilation of the class enemy. Finally, the Naxalite Movement in India will be used as a case study to empirically demonstrate the ideas developed here. The choice of this case is justified by the prolonged nature of the insurgency, its large proportions, and the wide neglect of its analysis in the specialized literature, in addition to the relevance of the conflict in the comprehension of contemporary revolutionary dynamics.

Keywords: Clausewitz; war; revolutionary warfare; Naxalite Movement.

1 Introdução

A guerra é tão antiga quanto a própria humanidade e vem acompanhando-a inexoravelmente desde suas origens. Inevitavelmente, ao longo da história, houve incontáveis tentativas de compreender o fenômeno bélico em sua totalidade. Em meio à vasta literatura, a concepção mais influente continua sendo a do general prussiano Carl von Clausewitz (2018, p. 91), segundo a qual a guerra é um “instrumento político, uma continuação das relações políticas realizada com outros meios”.

Originalmente esta definição tratava de um conflito regular entre Estados soberanos. Contudo, como aponta Mei (2018, p. 560) – adaptando expressão cunhada por Clausewitz – “a guerra é não apenas um camaleão, mas um camaleão que jamais se banha no mesmo rio”. Ao longo da história, o conceito tradicional de guerra se diluiu em meio a um ambiente propício para o surgimento e ascensão de uma miríade de movimentos e atores não-estatais que desempenham papel significativo no sistema internacional.

Neste contexto, podemos destacar as insurgências como “uma das formas de guerra não convencional que mais ameaçou os Estados modernos” (Azevedo, 2015, p. 31). Sem dúvidas, a insurgência se tornou um instrumento poderosíssimo nas mãos de grupos revolucionários em suas lutas armadas, levando os principais teóricos da revolução a trabalhar incansavelmente nas estratégias e táticas para levar a cabo sua luta. Ao examinarmos este tema, o que vemos em comum nas ações revolucionárias é a forte presença da teoria clausewitziana da guerra, sobretudo sua análise do povo em armas.

Não obstante, os estudos sobre a revolução parecem deixar de lado as ideias do general prussiano, tornando imperativo lembrar o questionamento feito por Aron (1973, p. 52): “Por que razão Clausewitz, organizador e teórico da guerra popular, foi esquecido durante tanto tempo?”. *Da Guerra* é certamente um dos maiores tratados teóricos sobre o tema, esmiuçando atentamente seus mais diversos aspectos, de maneira que suas ideias ecoaram por inúmeros conflitos que estavam por vir. Isso apenas reforça a importância e a contemporaneidade dos clássicos, bem como a necessidade de uma leitura renovada de suas ideias.

Mediante isso, chega-se ao objetivo deste artigo: compreender os princípios que fundamentam a guerra revolucionária, analisando como as ideias de Clausewitz influenciaram as concepções políticas, estratégicas e táticas da revolução. Para isso, seguiremos a lógica clausewitziana da guerra como continuação da política e analisaremos a guerra revolucionária como a manifestação violenta das relações políticas entre a classe dominante e a subalterna,

representando a mais aguda tentativa de ruptura do *status quo*. Assim, enquadrámos a guerra revolucionária como uma “intersecção entre teoria da guerra e a teoria da luta de classes” (Saint-Pierre, 1997b, p. 31).

Por fim, utilizaremos o Movimento Naxalita na Índia como estudo de caso para demonstrar de forma empírica as ideias desenvolvidas ao longo do texto. A escolha de tal caso se deve à longevidade do movimento, iniciado em 1967 e que perdura até hoje, além de ter sido uma das maiores e mais violentas insurreições ocorridas no Sul Asiático, embora profundamente negligenciada pela literatura ocidental.

A relevância deste artigo se destaca em razão da obra de Clausewitz ser um dos maiores tratados teóricos sobre a guerra, analisando em profundidade os seus mais diversos aspectos. De maneira que suas ideias ecoaram por inúmeros conflitos posteriores, o que reforça a importância e a contemporaneidade dos clássicos, bem como a necessidade de uma leitura renovada de suas ideias.

2 Da guerra revolucionária, seus fins políticos e objetivos estratégicos

Ao longo da história da polemologia, diversas foram as tipologias e escopos teóricos utilizados para a definição dos diferentes caracteres da guerra. De maneira geral, podemos defini-la como um “confronto violento entre dois grupos politicamente organizados” (Mei, 2018, p. 542). Partindo desta premissa, implica-se que, por se tratar de unidades políticas, existem relações – também políticas – entre ambas. Tais relações podem se expressar de forma pacífica, pela via diplomática, ou, quando uma das unidades passa a representar uma ameaça à existência da outra, tornam-se relações de inimizade, cuja expressão máxima é a violência, ou seja, a guerra (Saint-Pierre, 2000).

Entramos então na clássica concepção da guerra, desenvolvida por Clausewitz, segundo a qual o Estado, movido por uma motivação política, utiliza-se da violência para impor suas vontades e interesses ao inimigo. A guerra é, portanto, um “instrumento político, uma continuação das relações políticas realizada com outros meios” (Clausewitz, 2018, p. 91). E justamente por decorrer de uma situação política e ter motivações e fins políticos, a lógica da guerra está subordinada à lógica política – ou seja, o exército não age de maneira independente, mas segue as ordens do Estado (Aron, 1986; Mei, 2018). É a política, pois, quem determina qual o meio para atingir seus interesses, se pelo meio pacífico da diplomacia ou pela violência da guerra.

Além disso, “a política não apenas decide quando passar da diplomacia para a guerra, mas também quando negociar seu fim, assim como quais serão os meios empregados e até que ponto” (Saint-Pierre, 2000, p. 59). Dessa maneira, mesmo assumindo a forma de guerra, as relações entre ambas as unidades não deixarão de ser políticas, apenas estarão amparadas diretamente nas relações de força (Saint-Pierre, 1997b).

Esta definição clausewitziana de guerra, embora tratasse originalmente de conflitos travados entre Estados soberanos, não necessariamente se restringe à esfera interestatal. A guerra, naturalmente, pode ocorrer dentro do território que compreende o Estado, sendo considerada, então, uma guerra civil.

Segundo Weber (2015), o Estado seria a unidade política que possui o monopólio legítimo da violência em um determinado território, e com isso, é capaz de aplicar um ordenamento jurídico dentro deste território. A guerra civil, destarte, seria um conflito que se desenvolve dentro de um Estado onde esta unidade política não existe e há uma disputa pelo monopólio da violência. Neste contexto, quando o que está em jogo é a composição de classes que detêm o poder – isto é, temos como fundamento do conflito a agudização da luta de classes (Saint-Pierre, 1997b) –, temos, por fim, *a guerra revolucionária*.

Seguindo a lógica desenvolvida por Saint-Pierre (2000), nesse tipo de luta é possível encontrar três elementos fundamentais, a saber: 1) a existência de classes sociais antagônicas; 2) a agudização das desigualdades entre elas e 3) a violência como principal forma de relação entre ambas. Dessa maneira, a partir desses elementos constitutivos, é possível definir a guerra revolucionária como “*o conflito no qual as classes exploradas procuram por meio da luta armada o desequilíbrio das relações de forças para estabelecer uma situação de igualdade que acabe com as classes sociais*” Saint-Pierre (2000, p. 28, grifos do autor).

O que vemos, a partir dessas reflexões, é a lógica clausewitziana aplicada à revolução: a guerra revolucionária é, pois, a continuação de uma política revolucionária. Isto é, a manifestação violenta das relações políticas entre a classe dominante e a subalterna. Nesta esteira de pensamento, Lênin, um dos mais proeminentes pensadores revolucionários, reconhece as ideias do general e concilia a teoria marxista da luta de classes à teoria clausewitziana da guerra ao elaborar sua concepção estratégica de como a revolução deveria ser empreendida (Arguelhes, Alves, 2020; Saint-Pierre, 1997b; Schmitt, 2008). Colocando o reconhecimento da existência de classes sociais como fundamento da guerra, Lênin diz que

seria totalmente errado esquecer que *qualquer guerra não é mais do que a continuação da política por outros meios*; a actual guerra imperialista é a continuação da política imperialista [...]. Mas esta mesma época deve

necessariamente gerar e alimentar também a política de luta contra a opressão nacional e de luta do proletariado contra a burguesia e, por isso, a possibilidade e a inevitabilidade, em primeiro lugar, das insurreições e guerras revolucionárias nacionais [...] (Lénine, 2006, grifos meus).

Para nos aprofundarmos nesta análise, é necessário antes elucidar os dois tipos de guerra delineados por Clausewitz (2018): a guerra absoluta e a guerra real. O primeiro trata-se de um conflito que existiria apenas como conceito abstrato que auxiliaria o tratamento teórico do fenômeno bélico. Esta seria uma guerra caracterizada pelo livre choque de forças, que não obedece a nenhuma lei que não às suas próprias e que, para chegar ao fim político de imposição de sua vontade, poderia recorrer ao uso máximo de força para a aniquilação total do inimigo.¹ As guerras reais, por sua vez, seriam aquelas que ocorrem no plano empírico, isto é, as que de fato existem. Nelas operam forças limitadoras, impedindo a aniquilação total e possibilitando chegar ao fim político através de uma paz negociada, por exemplo – afinal, uma vez que a guerra serve à política, ela serve como meio de restauração da paz (Aron, 1986; Passos, 2012).

A partir desta linha de raciocínio, como proposto por Passos (2006, 2012), tendo em vista que a guerra segue a lógica da política, pode-se delimitar, da mesma forma, a existência de uma política real e uma política absoluta – das quais apenas esta última nos interessa. Tal como homônimo bélico, a política absoluta consistiria na própria essência das relações políticas, uma ideia abstrata que nunca de fato se concretizou – nunca senão no momento revolucionário. Isso ocorre porque tanto a guerra quanto a política não podem ser compreendidas como fenômenos dotados de um resultado final. Seus objetivos, isto é, a conquista e consolidação do poder, implicam em um permanente conflito que nunca terá, *de facto*, um desfecho último. Destarte, a política absoluta seria “aquela ação política em que a luta pelo poder alcançou um patamar último, definitivo, um resultado final” em que “um dos lados em luta impôs sua vontade ao inimigo sem qualquer possibilidade de reversão de tal quadro” (Passos, 2012, p. 157).

Dentro dessa perspectiva, o apogeu da ação política – a política absoluta – seria a revolução. Neste momento, os interesses opostos, as diferentes concepções de mundo e as hostilidades envolvendo ambos os lados da luta atingiriam seu ápice. Sua concretização significaria a destruição do aparato estatal e a imposição completa de sua vontade, ou seja, a instauração de uma nova ordem política (Passos, 2006, 2012). Assim, valendo-se dessa ideia

¹ Chamo atenção aqui para o fato de que “aniquilação” não significa dizimar as forças inimigas, mas sim retirar suas capacidades de resistência e sua vontade de continuar lutando (Clausewitz, 2018) – afinal, se não há capacidade de luta, não há ameaça, e sem ameaça, não há mais inimigos (Saint-Pierre, 1997b, 2000).

– e levando em conta todo o entusiasmo e vigor revolucionários, bem como o esforço absoluto para a consecução de seus objetivos –, pode-se entender que *a guerra revolucionária, através da política absoluta, aproxima-se do fenômeno da guerra absoluta.*²

Vemos isso pois, diferentemente das guerras reais clausewitzianas, “na guerra revolucionária o objetivo só pode ser o aniquilamento total do inimigo” (Saint-Pierre, 1997b, p. 39). Partindo da fórmula weberiana de Estado como uma unidade política que possui o monopólio legítimo da violência (Weber, 2015), seria impossível a existência de “duas fontes antagônicas de poder armado” dentro de um Estado – o que contraria a própria definição de monopólio (Saint-Pierre, 2000, p. 77). Lênin mesmo afirmou que “num Estado *não podem existir* dois poderes. Um deles tem de ser reduzido a nada” (Lénine, 2009, grifos do autor).

Além disso, para Lênin, “somente a guerra revolucionária é a guerra verdadeira, pois emana da *inimizade absoluta*” (Schmitt, 2008, p. 200, grifos meus). Perante tal inimizade absoluta, pode-se questionar: existe, então, um inimigo absoluto? Para Lênin, não há dúvidas que sim; o inimigo de classe – bem como sua ordem social – é o inimigo absoluto (Schmitt, 2008). Consequentemente, a ação revolucionária deve ser voltada à aniquilação do inimigo de classe. Em outras palavras, o fim político da revolução seria tão somente a eliminação do Estado e a consequente supressão das classes sociais. Em decorrência disso, o objetivo estratégico deve consistir em criar condições para a realização de tal fim: “destruir os mecanismos de manutenção da ordem injusta” (Saint-Pierre, 1997b, p. 39), isto é, retirar da classe dominante seu poder militar e, portanto, sua capacidade de resistir – ou, nos termos de Clausewitz (2018), aniquilar o inimigo.

A interpretação do líder bolchevique, portanto, corrobora o ponto aqui construído. Diferentemente da interpretação majoritária, a guerra absoluta não significaria a negação da esfera política, mas sim “a destruição do inimigo como condição de vida para o vitorioso”, de modo que “Para os planos leninistas, a guerra revolucionária seria a aplicação da guerra absoluta na realidade factual” (Arguelhes, Alves, 2020, p. 248). Como sintetizado por Lênin (2011, p. 74): “essas palavras – ‘quebrar a máquina burocrática e militar do Estado’ – condensam a grande lição do marxismo a propósito do papel do proletariado revolucionário com relação ao Estado”.

Em suma, mediante as reflexões propostas, vê-se que as ideias do general prussiano exerceram grande influência sobre o pensamento revolucionário em relação à própria concepção da guerra revolucionária como intersecção entre a teoria da guerra e a teoria da luta

² É interessante aqui ressaltar o apontamento de Lênin, em suas anotações sobre o texto de Clausewitz, de que “a guerra absoluta depende, também, das massas” (Arguelhes, Alves, 2020, p. 247).

de classes, do mesmo modo que fornece um aparato de interpretação do fenômeno revolucionário no que diz respeito às ideias de política absoluta trabalhadas acima. Porém, indo mais a fundo no campo de batalha, para além dos âmbitos político e estratégico da revolução, vemos que o aspecto tático também foi profundamente trabalhado por Clausewitz e suas ideias ressoaram nas ações revolucionárias – tema trabalhado a seguir.

3 O povo em armas: as táticas da guerra popular

Ainda no começo do século XIX, Napoleão Bonaparte varria a Europa com seu moderno aparato militar, conquistando territórios e preocupando os demais líderes europeus. No entanto, uma nova forma de luta emergiu na Espanha e chamou a atenção de militares e estrategistas por resistir às investidas dos exércitos napoleônicos. Com o exército espanhol derrotado, a população civil pegou em armas e passou a hostilizar as tropas francesas em um tipo de combate sem frentes fixas. A partir desse momento, quando pela primeira vez o povo enfrentou um exército moderno, abriu-se espaço para o desenvolvimento de novos conceitos e teorias bélicas que modificariam completamente a face dos estudos e da prática da guerra (Schmitt, 2008).³

Clausewitz (2018, p. 568) analisou este fenômeno da revolta popular – intitulando-a de povo em armas – como sendo “simplesmente um outro meio da guerra [...] uma consequência da maneira pela qual as barreiras convencionais foram devastadas [...] pela enorme violência da guerra”. Segundo o autor, conflitos dessa natureza não podem ser comprimidos no espaço e no tempo: quanto maior a área de contato entre os insurgentes e as forças inimigas, “mais espaçadamente estas últimas terão que ser distribuídas e maior será o efeito de uma revolta geral”; e é necessário tempo para que a insurreição seja eficaz, pois “como brasas ardendo lentamente sem chamas, ela consome as bases essenciais das forças inimigas” (Clausewitz, 2018, p. 569).

Para além disso, Clausewitz enumera cinco condições essenciais para que o movimento tenha sucesso:

1. A guerra deve ser travada no interior do país.

³ Aqui faz-se necessário uma importante ressalva: nem toda guerrilha – ou movimento insurrecional – é revolucionária. Embora seja comum equacionar tais conceitos, deve-se deixar claro que a guerrilha é meramente de uma tática, que pode ser utilizada tanto a serviço de uma política revolucionária, quanto de uma contra-revolucionária – no caso das guerrilhas espanholas, trata-se de um movimento nacionalista que lutava contra a invasão dos exércitos napoleônicos. Portanto, em última instância, a guerrilha é apenas um meio para alcançar um fim, um objetivo político. Como frisado por Saint-Pierre (2000, p. 69), fazendo valer a máxima clausewitziana, “o que caracteriza a guerra não são os meios, mas a política a cujos objetivos aquela serve”.

2. Não deve ser decidida através de um único golpe.
3. O teatro de operações deve ser razoavelmente grande.
4. O caráter nacional deve condizer com este tipo de guerra.
5. O terreno deve ser acidentado e inacessível, devido à existência de montanhas, florestas, pântanos ou aos métodos locais de plantio (Clausewitz, 2018, p. 569).

Embora estas considerações táticas e estratégicas se refiram aos movimentos de defesa nacional contra um exército invasor, ao esmiuçá-las se torna evidente muitas das características elaboradas e assumidas posteriormente pelas guerras revolucionárias.

A primeira das condições diz respeito ao local onde os conflitos devem se desenvolver. As zonas rurais do país oferecem terrenos mais acidentados, com florestas densas, áreas montanhosas e infraestrutura precária, o que impõe grandes obstáculos ao exército regular estatal, que enfrentará dificuldades em se locomover e dificilmente conseguirá montar alojamentos adequados e, mais importante, ficarão em uma posição vulnerável. Estes terrenos são ideais para a realização de emboscadas, ataques surpresa e uma rápida retirada das pequenas tropas rebeldes; como destacado por Clausewitz (2018, p. 570) “o elemento de resistência existirá em todos os lugares e em lugar nenhum”.

A segunda condição trata da grande desigualdade de forças entre as tropas rebeldes e o exército estatal. Em decorrência dessa disparidade, é preciso evitar a todo custo um confronto direto. As linhas revolucionárias devem optar por investidas frequentes e dispersas, em uma estratégia de golpear e fugir, desaparecendo em meio ao terreno e à população simpática e aparecendo novamente para atacar, desgastando o exército estatal ao longo do tempo. Como dito pelo general, diferentemente de um pelotão de soldados, os camponeses “se espalharão e desaparecerão em todas as direções sem precisar de um plano especial para fazer isto” (Clausewitz, 2018, p. 570).

A terceira condição se refere à ausência de frentes fixas que o exército popular deve assumir. Para isso, pequenos núcleos de combatentes devem se espalhar por um vasto território, obrigando o inimigo a penetrar profundamente no interior do país e, assim, a dividir suas tropas, separando-as das linhas de abastecimento e as tornando vulneráveis aos ataques. Clausewitz adverte:

Uma revolta geral, como vemos, deve ser nebulosa e evasiva. A sua resistência nunca deve materializar-se como um organismo concreto, senão o inimigo pode dirigir uma força suficiente contra o seu núcleo, esmagá-lo e fazer muitos prisioneiros. [...] Por outro lado, deve haver uma certa concentração em determinados pontos: o nevoeiro deve tornar-se mais espesso e formar uma nuvem escura e ameaçadora da qual um raio pode atacar a qualquer momento (Clausewitz, 2018, p. 571).

A quarta condição, o caráter nacional, diz respeito ao povo, suas crenças políticas e sua capacidade de continuar resistindo. “Na medida em que a causa que promove a guerra seja, para o povo, justa [...] a guerra terá fôlego para continuar ardendo” (Saint-Pierre, 2000, p. 154). Nas palavras de Clausewitz (2018, p. 571), “a coragem e o desejo de lutar aumentarão, bem como a tensão, até atingir o clímax que determina o resultado final”.

Por fim, a quinta condição, tal como a primeira, faz referência à localização geográfica do teatro de operações. Terrenos acidentados e de difícil acesso formam uma espécie de trincheira natural, ideais para encontrar esconderijos, elaborar de armadilhas, realizar ataques surpresas ou simplesmente descansar em locais seguros (Clausewitz, 2018; Saint-Pierre, 2000).

Todos esses elementos trabalhados pelo general prussiano tornam-se evidentes quando nos debruçamos sobre as características das insurgências contemporâneas e as táticas por elas utilizadas – sendo a guerrilha o modo de combate mais extensivamente utilizado nas lutas armadas.

Carl Schmitt (2008) fez um aprofundado estudo sobre a guerrilha, destacando quatro principais elementos que caracterizam o guerrilheiro e suas ações no campo de batalha, a saber: 1) a irregularidade: diferentemente de um exército regular, os guerrilheiros não possuem elementos identificadores, como uniformes, distintivos e o porte ostensivo de armas, o que os permite se misturar em meio a população civil e confundir o inimigo; 2) a mobilidade tática, decorrente de seus números reduzidos e uso de armas pequenas, conferindo grande agilidade para se movimentar e possibilitando a execução da estratégia de golpear e fugir; 3) o compromisso político, que fica evidente na própria definição de seus objetivos: como apontado por Che Guevara (2004, p. 89, tradução minha, grifos meus), a guerrilha é “um método para atingir um fim. Esse objetivo, indispensável, inevitável para todo revolucionário, *é a conquista do poder político*”; e, por fim, o 4) caráter telúrico: o guerrilheiro luta dentro de seu próprio território, a fim de proteger sua terra – essa ligação com o solo e sua população autóctone conferiu profundidade ao campo de batalha, pois a guerra deixou de ser travada em um campo de batalha aberto e migrou para as entranhas do país.

Ademais, para que isso seja possível, o apoio da população é fundamental. Além de defender as mesmas causas, a população proporciona ainda suporte logístico à guerrilha, fornecendo-lhe aprovisionamentos, abrigo e seu sigilo, necessário para que o guerrilheiro se misture entre as pessoas comuns (Saint-Pierre, 2000). A ligação com o povo e com a terra que

defendem, portanto, possibilita que os guerrilheiros conquistem apoio da população, crucial para o curso da revolução.

A ressonância das condições de Clausewitz (2018) para o sucesso do povo em armas é patente nos quatro elementos trabalhados por Schmitt (2008) um século depois: levar os conflitos para o interior do país, a fim de tirar vantagem de seu conhecimento do território, impor obstáculos às linhas regulares do inimigo – agora dispersas – e ainda preparar emboscadas e ataques surpresas, aproveitando-se de sua alta mobilidade. Esses elementos são essenciais especialmente quando se leva em consideração a desigualdade de forças, que impede a existência de frentes fixas de combate. Fazendo valer o caráter telúrico e ao compromisso político, Clausewitz argumenta que as medidas tomadas pelos combatentes devem corresponder ao caráter nacional, a fim de que a causa permaneça justa para o povo, permitindo que a guerra mantenha seu ímpeto para continuar.

Foi Mao Tsé-tung, no entanto, que levou a teoria da guerra popular ao seu ápice. Seguindo sua teoria de onipotência da guerra (Mao, 2013a) – isto é, que guerra e política são indissociáveis –, Mao subverte a fórmula de Clausewitz e diz que “a política é guerra sem derramamento de sangue, e a guerra é a política sangrenta” (Mao, 2013b). Credo, pois, que a luta armada era o único caminho possível para conquistar a independência e igualdade, o grande timoneiro se tornou um dos maiores expoentes e estrategistas da guerra revolucionária.

Tendo plena consciência de que suas unidades de guerrilha não eram fortes o suficiente para um combate aberto contra o exército chinês, Mao se recusou a entrar em confrontos diretos. Pensando nisso, criou e pôs em prática a sua “retirada estratégica” – manobra militar que veio a ser conhecida na história como Longa Marcha. Para ele, defender posições fixas era algo irrelevante, de modo que se o combate fosse desfavorável em determinado momento, as tropas logo se retiravam do local (Saint-Pierre, 1997a; Visacro, 2009).

Mais de um século antes, Clausewitz não somente havia discorrido sobre a transferência da guerra para o interior do país como também sobre os métodos de resistência. Para o general, a retirada teria o propósito de “enfraquecer o atacante a um ponto tal que se possa esperar que ele cesse o seu avanço por conta própria, ou que, pelo menos, fique fraco demais para superar a resistência que finalmente terá que enfrentar” (Clausewitz, 2018, p. 445).

Ademais, a retirada estratégica de Mao era um meio de desenvolver a Guerra Popular Prolongada (GPP). Alinhando-se à ideia de Clausewitz (2018, p. 569) de que conflitos dessa natureza não podem ser comprimidos no espaço e no tempo, na GPP, em razão da disparidade

de forças entre o inimigo e o exército revolucionário, procura-se realizar uma luta armada de longo prazo, evitando a decisão pelo combate e visando, no curso do tempo, desgastar o inimigo e aumentar a própria capacidade militar através da mobilização do povo (Mao, 2013b).

Tratando do valor tático da guerrilha para a revolução, destaca-se seu papel de desestabilizar o inimigo, sabotando e desgastando suas tropas, além de abalar moralmente seus soldados (Saint-Pierre, 2000; Visacro, 2009). Assim, as pequenas vitórias cotidianas levantarão o espírito dos combatentes, ao passo que terão um efeito devastador nas tropas estatais. Se por um lado, “as chamas da insurreição serão insufladas por estes pequenos destacamentos” e “a coragem e o desejo de lutar aumentarão” (Clausewitz, 2018, p. 571), por outro, os soldados inimigos passarão a “duvidar da vitória fácil sobre o povo mal armado [e] a vacilar sobre seu compromisso com uma causa que não sentem como própria” (Saint-Pierre, 2000, p. 126).

Contudo, embora seja parte fundamental do processo revolucionário, não se pode esperar que a vitória seja conquistada pelos pequenos batalhões guerrilheiros. Diz Mao (2013b) que “o papel estratégico da guerra de guerrilhas é duplo: apoiar a guerra regular e transformar-se em guerra regular”. Já Che Guevara (2004, p. 12, tradução minha) afirma que a guerrilha “não tem por si só oportunidades de alcançar a vitória”, de modo que precisa se desenvolver em exército regular e apenas nesse momento “estará pronto para desferir golpes definitivos no inimigo e reivindicar a vitória”.

Novamente, a voz de Clausewitz se faz ouvir. Um século antes, ele advertiu sobre a necessidade do apoio de um exército regular na retaguarda dos rebeldes em uma insurreição: “Sem estas tropas regulares para fornecer estímulo, normalmente faltará aos habitantes locais a confiança e a iniciativa para pegarem em armas” (Clausewitz, 2018, p. 571).

Por fim, ainda que o dispositivo guerrilheiro possa infligir danos consideráveis às forças de repressão, esquivando-se dos contragolpes por meio de sua grande mobilidade, o planejamento é a mais crucial tarefa da guerrilha. Esperar pelo momento mais oportuno a fim de mitigar quaisquer riscos é vital para determinar se o movimento alcançará seus objetivos ou irá amargar o fracasso. Lembrando da máxima de Clausewitz:

Não importa o quanto um povo seja valente, o quanto as suas tradições sejam guerreiras, o quanto seja grande o ódio pelo inimigo, o quanto seja favorável o terreno em que ele luta, o fato continua sendo que uma revolta nacional não pode manter-se onde a atmosfera estiver excessivamente cheia de perigos. Portanto, se o seu combustível tiver que ser utilizado para atizar uma grande conflagração, isto deve ser feito a uma certa distância, onde exista ar suficiente e onde a revolta não possa ser abafada através de um único golpe (Clausewitz, 2018, p. 571).

4 O Movimento Naxalita

Historicamente, populações rurais e castas mais baixas da sociedade indiana, sobretudo *dalits* e *adivasis*,⁴ enfrentam condições sociais extremamente precárias e são amplamente negligenciados pelo governo. Além disso, foram vítimas de uma espécie de sistema feudal – o sistema de *zamindar* – que lhes tirou suas pequenas propriedades e os afundou em dívidas (Ahlawat, 2021; Ranzan, 2015). Mediante essas circunstâncias, movimentos de resistência camponeses – muitos deles organizados por partidos comunistas – surgiram no interior da Índia para lutar por maiores direitos para as populações rurais.

Em 1967, na pequena aldeia de Naxalbari, em Bengala Ocidental, o assassinato de um camponês por um latifundiário foi o estopim de intensas movimentações. Kanu Sanyal e Charu Majumdar, líderes do Partido Comunista da Índia (Marxista) – dissidentes mais radicais do Partidos Comunista da Índia e alinhados com o movimento comunista chinês –, organizaram um grupo de camponeses revoltados, que invadiram celeiros de proprietários locais, apoderaram-se da produção de arroz e queimaram os registros de suas dívidas pendentes (Rawat, 2019; Ahlawat, 2021). A escalada das hostilidades deu origem a um conflito que repercutiria por todo o país.

O confronto com as forças de segurança durou 72 dias, e o episódio tomou grandes proporções quando seus líderes, insatisfeitos com o caminho eleitoral defendido pelas demais lideranças dos partidos comunistas, anunciaram que aquela luta não reivindicava apenas a terra, mas o próprio poder do Estado (Ranzan, 2015, p. 33-35). Assim, com essa revolta em Naxalbari – que serviria de influência para muitos outros distúrbios que se espalhariam pela Índia nos anos seguintes –, nascia o Movimento Naxalita.⁵

Guiados por Majumdar, os naxalitas seguiam os ideais revolucionários de Mao Tsé-tung, descartando completamente as vias eleitorais – consideradas inúteis e corrompidas – e considerando a luta armada como único caminho possível. Nos anos seguintes, a luta se expandiu por diversos estados. No entanto, seus planos ruíram quando Majumdar foi capturado e morto em 1972. Após sua morte, o movimento se fragmentou em razão de divergências ideológicas e táticas, e acabou arrefecendo (Ranzan, 2015).

⁴ Os *dalits* compõem o mais baixo escalão no sistema de castas indianos, considerados intocáveis ou impuros. Ao passo que “*adivasi*” designa a vasta população tribal autóctone da Índia.

⁵ O termo “naxalita” advém de Naxalbari e é utilizado como termo guarda-chuva para denominar todos os grupos de cunho maoísta da Índia.

Já na década de 1990, quando a Índia passava por reformas econômicas liberais, o movimento voltou a se inflamar. Assim, ao defender os direitos dos povos tribais e a preservação das florestas, vítimas da exploração de multinacionais em busca de recursos naturais, os naxalitas voltaram aos holofotes e ganharam considerável apoio popular (Ranzan, 2015). Nesse contexto, os diversos grupos naxalitas passaram a dialogar e negociar meios de fazer ressurgir o movimento. Dessas negociações, no início dos anos 2000, resultaria a união das principais organizações naxalitas para a fundação do Partido Comunista da Índia (Maoísta) – PCI (Maoísta) –, em 2004.

A criação do Partido representou o ressurgimento do naxalismo e sua entrada em uma nova fase em termos de organização para a luta revolucionária na Índia, deixando para trás um ciclo interminável de cisões entre alas divergentes (A Historical [...], 2019; Chakrabarty, Kujur, 2010). Seu objetivo continuou o mesmo: derrubar a democracia indiana em favor de um regime comunista e levar justiça aos oprimidos e à população tribal – a qual tem sido negligenciada justiça social, econômica e política por anos (Sharma, Behera, 2014, p. 115).

Como num incêndio, as chamas naxalitas se espalharam pela Índia, criando o chamado Corredor Vermelho, de norte a sul do país com uma área de mais 92 mil km², indo da fronteira com o Nepal até o litoral sudoeste. Entre 2006 e 2010, estimava-se que seus quadros estavam presentes em cerca de 40% do território nacional, isto é, uma área afetada cuja população era de aproximadamente 400 milhões de pessoas (Chakrabarty, Kujur, 2010; Lovell, 2019),⁶ configurando-se, portanto, como uma das maiores insurreições do mundo. Os naxalitas até mesmo receberam apoio internacional, sobretudo da China e do Paquistão, seja através do fornecimento de armas e munição, financiamento ou treinamento dos guerrilheiros (Ahlawat, 2021).

A violência provocada pelos conflitos envolvendo a guerrilha naxalita chegou a níveis alarmantes, causando imensa preocupação às autoridades. Em 2006, o então Primeiro-Ministro Manmohan Singh chegou a declarar que “não seria exagero dizer que o problema do naxalismo é o maior desafio de segurança interna já enfrentado pelo nosso país” (Singh, 2006, tradução minha). A nova fase do movimento atingiu seu apogeu entre 2009 e 2010, quando os naxalitas consolidaram seu domínio em muitos distritos e as agitações provocadas por eles foram mais intensas, causando vasta destruição de infraestruturas e atingindo o pico da onda de violência – resultando, consequentemente, em um alto número de mortes (Ahluwalia, 2012; Ahlawat, 2021).

⁶ Esses números levam em consideração a população total dos distritos nos quais os maoistas atuam, ou seja, se alguma vila ou distrito relata a presença de naxalitas, toda sua população é considerada afetada.

Este pequeno apogeu, todavia, logo entrou em declínio. Ainda em junho de 2009, o PCI (Maoísta) foi considerado um grupo terrorista pelo governo nacional, o que permitiu o endurecimento da repressão policial (Kujur, 2009). Meses depois, em novembro, foi lançada a Operação *Green Hunt*, uma operação de contrainsurgência que reuniu cerca de cem mil agentes militares e paramilitares para reprimir a rebelião. O desenrolar da operação envolveu inúmeras controvérsias como reações desproporcionais, prisões arbitrárias, execuções sumárias, estupros e diversas outras denúncias de violação de direitos humanos (Fernández, 2020). Apesar disso, posteriormente, o governo passou a implementar medidas mais assertivas, indo além da esfera militar e realizando também projetos desenvolvimentistas que visam o bem-estar social da população *adivasi*, minando, assim, a legitimidade e o apoio aos rebeldes (Ahlawat, 2021; IISS, 2020; Krishnan, 2023).

Ao longo dos anos, os principais líderes naxalitas acabaram sendo mortos, presos ou se renderam, e cisões internas voltaram a abalar o Partido. Consequentemente, o movimento passou a sofrer deserções de guerrilheiros que perderam a confiança e atualmente enfrenta uma crise de recrutamento (Krishnan, 2023). Além disso, a falta de organização, o envolvimento com atividades ilegais – como sequestros, mineração ilegal e exploração florestal – e o uso de violência indiscriminada os afastaram da população cujos direitos eles se comprometeram a defender, o que acabou por enfraquecer o movimento.

Não obstante, embora atualmente o naxalismo possa ter perdido a força de outrora, o movimento foi, por muitos anos, considerado uma das insurgências mais violentas do Sul Asiático, sendo responsável mais de 11 mil mortes, entre civis e militares, apenas nas últimas duas décadas (South Asia Terrorism Portal, 2025). Portanto, ainda que se encontre em uma situação de debilidade, seria prematuro dar o naxalismo como derrotado ou em vias de se extinguir, haja vista que o mesmo aconteceu décadas atrás e, anos depois, o movimento ressurgiu ainda mais forte. Os rebeldes atualmente buscam meios de superar este contexto adverso e, assim, reavivar a chama revolucionária e reconquistar sua legitimidade e apoio popular, exigindo um olhar atento das forças de segurança indianas.

5 A influência de Clausewitz nas estratégias e táticas naxalitas

Talvez seja demasiadamente pretensioso supor que os estrategas naxalitas fizeram uma análise sofisticada da obra de Clausewitz. Entretanto, é notório que suas ideias de fato estão presentes nas ações do movimento, como analisaremos a seguir. Em verdade, as ideias do general prussiano chegaram aos naxalitas de maneira indireta, sobretudo através de Mao

Tsé-tung – haja vista que o programa do PCI (Maoísta) é quase uma reprodução do que Mao elaborou em seus escritos, apenas com algumas modificações.⁷

Quiçá o ponto mais evidente desta análise seja na ideia de guerra como continuação da política. O naxalismo é, essencialmente, um movimento revolucionário que busca transformar a estrutura política e socioeconômica da Índia através da luta armada. Consequentemente, a guerra revolucionária por eles empreendida é considerada um instrumento político cujo objetivo é destruir o domínio das elites e estabelecer um regime comunista que levará justiça ao povo. Portanto, tal como argumenta Clausewitz, a guerra não é um fim em si mesma, mas sim um meio para alcançar um objetivo político.

Ademais, é possível observarmos a ideia de política absoluta: uma ação política que se desenvolve em um momento de apogeu das divergências de interesses, concepções de mundo e hostilidades entre ambos os lados da luta. Disso emerge a inimizade absoluta com o inimigo de classe, de modo que não pode haver uma paz negociada, apenas sua aniquilação total. Isso se torna ainda mais patente ao lembrarmos que o objetivo último da guerra revolucionária é a tomada de poder, e, levando em consideração o princípio de monopólio da violência, seria impossível a existência de uma outra fonte de poder estatal – restando, portanto, apenas a aniquilação do inimigo como única alternativa.

Perante isso, vemos uma vez mais a concepção de guerra revolucionária se aproximar da ideia de guerra absoluta de Clausewitz. Os naxalitas não buscam apenas reformar o Estado indiano, mas sim destruí-lo completamente, “derrubar os três principais inimigos do povo indiano [o imperialismo, o capitalismo burocrático e o feudalismo] a fim de estabelecer uma nova Índia democrática.” (CPI (Maoist), 2004, tradução minha). Isso implica que não há espaços para concessões. Em nenhum momento ao longo da história do Movimento Naxalita houve algum sinal de disposição para selar qualquer tipo de acordo com o governo. Sobre tudo com a formação do PCI (Maoísta), que passou a trabalhar incessantemente para reprimir quaisquer revisionismos, os naxalitas mantêm sua fé inabalável na máxima maoísta de que “o poder político vem do fuzil” (Mao, 2002, p. 53). Isso, por sua vez, reforça a noção de política absoluta e de um antagonismo intransponível, como descrito por Passos (2006; 2012).

Por fim, na frente militar, a tese clausewitziana do povo em armas é evidente. Como descrito nos documentos naxalitas, a estratégia seguida é a Guerra Popular Prolongada

⁷ Segundo documentos naxalitas – que ditam as diretrizes para o desenvolvimento da revolução na Índia –, a escolha do modelo revolucionário chinês é justificada porque este “também é aplicável na Índia semicolonial e semifeudal devido às semelhanças básicas nas condições entre a Índia e a China pré-revolucionária” (CPI (Maoist), 2004, tradução nossa).

enunciada por Mao (CPI (Maoist), 2004). Através dela, busca-se protelar o combate decisivo a fim de, no curso do tempo, desgastar as tropas inimigas tanto pelos constantes ataques das forças revolucionárias quanto pelas intempéries climáticas e geográficas. Segundo os naxalitas,

Este fator sublinha a necessidade de travar a nossa guerra revolucionária a partir dos elos mais fracos do domínio inimigo – as vastas extensões do interior atrasado da Índia. Também nos adverte [...] para usarmos as táticas da guerra de guerrilha [...] aprofundando a luta armada em áreas cada vez mais amplas e aproveitando da melhor forma o terreno favorável nas regiões estratégicas do campo (CPI (Maoist), 2004, tradução nossa).

Tal estratégia evidencia as condições consideradas por Clausewitz (2018) como essenciais para o sucesso da guerra popular: levar a guerra para as entranhas do país, buscando deixar o exército inimigo disperso e vulnerável a ataques surpresas e às condições adversas – tudo isso em um teatro de operações vasto. Ademais, não decidir a guerra em um único golpe, em razão da disparidade de forças. Enfim, é necessário que a guerra condiga com o caráter nacional, isto é, a causa deve gerar empatia no povo a fim de que seja possível angariar apoio popular – elemento fundamental para a revolução. E para isso, a guerrilha, ao mesmo tempo em que combate, realiza os trabalhos de doutrinação.

6 Considerações finais

Ao buscarmos compreender os fundamentos da guerra revolucionária, é natural recorrer aos seus principais teóricos, tais quais Lenin e Mao Tsé-tung, por exemplo – como de fato foi feito nas seções anteriores. Entretanto, faz-se necessário retomarmos o questionamento de Aron (1973, p. 52): “Por que razão Clausewitz, organizador e teórico da guerra popular, foi esquecido durante tanto tempo?”. Como vimos, os escritos do general prussiano se mostram um dos maiores tratados teóricos sobre a guerra e suas ideias ecoaram por inúmeros conflitos posteriores. Assim, reconhecendo a importância e a contemporaneidade dos clássicos, bem como a necessidade de uma leitura renovada de suas ideias, este artigo buscou analisar como as ideias de Clausewitz influenciaram as concepções políticas, estratégicas e táticas da revolução.

Em decorrência do escopo da pesquisa, enveredamo-nos por um caminho militarista da revolução, discorrendo sobre guerra revolucionária e a forma como esta se mostra uma intersecção entre a teoria da luta de classes e a teoria da guerra, e, com isso, amalgamando

aspectos clássicos do fenômeno bélico tais como desenvolvidos por Clausewitz e os trabalhos de teóricos revolucionários.

A partir das reflexões propostas, podemos chegar a dois pontos centrais da aplicação da lógica clausewitziana à guerra revolucionária. Primeiramente, como ponto mais basilar, como qualquer outra guerra, a guerra revolucionária é a continuação de uma política revolucionária: não podendo ser um fim em si mesma, a guerra se submete aos desígnios e à lógica política; ela é, portanto, a manifestação violenta das relações políticas entre a classe dominante e a subalterna. Em segundo lugar, chegamos à ideia de que a revolução é fruto de uma política absoluta, de modo que, por consequência, a guerra revolucionária é um conflito que se aproxima de uma guerra absoluta.

A fim de elucidar eventuais questionamentos sobre este último ponto, ressalta-se que a análise feita trata a guerra revolucionária apenas como uma *aproximação* da guerra absoluta. Clausewitz (2018) mesmo argumenta que a guerra absoluta é apenas um conceito teórico que não pode se realizar empiricamente. Na realidade concreta, uma série de fatores atuam sobre guerra, impondo restrições ao desenvolvimento dos conflitos, tais como capacidades militares e logísticas, resistência imposta pelo inimigo, apoio popular e o moral dos combatentes. Portanto, é impossível haver *de facto* uma guerra absoluta. No que diz respeito à guerra revolucionária, sua aproximação ao absoluto clausewitziano diz respeito apenas ao fato de não ser uma guerra passível de negociações de paz, de modo que só pode acabar quando o inimigo estiver completamente aniquilado – e aqui reforço mais uma vez a ideia de aniquilação como sinônimo não de destruição total, mas sim retirada da capacidade e da vontade do inimigo de continuar lutando.

Por último, para demonstrar empiricamente as ideias aqui desenvolvidas, utilizei o caso do Movimento Naxalita, na Índia, iniciado em 1967 e que perdura até hoje. Esta escolha se deve não somente à sua longevidade, mas também ao fato de ser uma das maiores e mais violentas insurreições ocorridas no Sul Asiático, ceifando milhares de vidas em seu curso. Não obstante suas proporções, o naxalismo continua a ser profundamente negligenciado pela literatura, sobretudo ocidental, e carece de análises mais aprofundadas a fim de ser compreendido em toda sua complexidade.

Referências

A HISTORICAL introduction to Naxalism in India. European Foundation for South Asian Studies. Amsterdam. 2019 Disponível em:

<https://www.efsas.org/Historical%20Introduction%20Naxalites%20PDF.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2023.

AHLAWAT, Dalbir. **Naxal insurgency in India: Genesis, ideological precepts, and security challenges**, 80-99. In: IZARALI, M. Raymond; AHLAWAT, Dalbir (ed.). *Terrorism, Security and Development in South Asia: National, Regional and Global Implications*. Routledge. 2021.

AHLUWALIA, V.K. **Strategy and Tactics of the Indian Maoists: An Analysis**. Strategic Analysis, vol. 36, n. 5. 723-734. 2012

ARGUELHES, D. O.; ALVES, V. C. **A urgência da leitura: Da guerra, de Clausewitz, no bloco de notas de Lênin**. *Revista Brasileira De Estudos De Defesa*, v. 6, n. 2. 20202. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75167>. Acesso em: 08 mar. 2025.

ARON, Raymond. **Clausewitz e a Guerra Popular**. A Defesa Nacional, n. 649, v. 59. 1973. Disponível em: <https://ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/8336>. Acesso em: 28 jan. 2025.

ARON, Raymond. **Os Meios e os Fins**. In: ARON, Raymond. *Pensar a Guerra, Clausewitz*. Editora UnB, 1986. p. 151-173.

AZEVEDO, Christian Vianna de. **Operações de Contrainsurgência: debates e desafios à luz dos acontecimentos no Afeganistão após 2001**. Orientador: Eugenio Pacelli Lazzarotti Diniz Costa. 2015. 214 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Relinternac_AzevedoCV_1.pdf. Acesso em: 03 jul. 2023.

CHAKRABARTY, Bidyut; KUJUR, Rajat Kumar. **Maoism in India: Reincarnation of ultra-left wing extremism in the twenty-first century**. New York: Routledge. 2010.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. [S.l.: s.n.], 2018. Disponível em: <https://www.amigosdamarinha.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Da-Guerra-Carl-Von-Clausewitz.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2023.

CPI (MAOIST). **Strategy & Tactics of the Indian Revolution**. 2004. Disponível em: [https://www.satp.org/document/paper-acts-and-oridnances/strategy--tactics-of-the-indian-revolution--central-committee-\(p-cpi\)-\(maoist\)](https://www.satp.org/document/paper-acts-and-oridnances/strategy--tactics-of-the-indian-revolution--central-committee-(p-cpi)-(maoist)). Acesso em: 14 fev. 2025.

FERNÁNDEZ, Adolfo Naya. **Operation “Green Hunt” in India: Social Practices of the Genocidal Counter-Insurgency Strategy “Hearts and Minds”**. Foreign Languages Press. 2020. Disponível em: <https://foreignlanguages.press/wp-content/uploads/2021/01/N08-Operation-Green-Hunt.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2023

GUEVARA, Ernesto. **Obras Escogidas**. Santiago de Chile: CEME – Centro de Estudios Miguel Enríquez - Archivo Chile. 2004. Disponível em: https://www.archivochile.com/America_latina/Doc_paises_al/Cuba/Escritos_del_Che/escritos_delche0088.pdf. Acesso em: 08 jan. 2024

GUSSON, Guilherme Theodoro. **A Revolução na Índia: o Movimento Naxalita, suas estratégias, táticas e conexões internacionais**. Orientador: Giuliano Contento de Oliveira. 2024. 240 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/18fe9b66-4a08-4cfe-89d1-e902ff98cb4b>. Acesso em: 18 fev. 2025.

IISS. **The Armed Conflict Survey**. International Institute For Strategic Studies. London: Routledge. 2020.

KRISHNAN, Murali. **Why has Maoist violence subsided in India?** Deutsche Welle. Nova Délhi. 01 mai. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/en/why-has-maoist-violence-subsided-in-india/a-64292819?maca=en-rss-en-asia-5133-xml-atom>. Acesso em: 05 jul. 2023.

KUJUR, R. K. **Banning the Naxalites: What Next**. Institute of Peace and Conflict Studies. 2009. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep09012>. Acesso em: 05 jul. 2024.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. Campinas: Faculdade de Educação/Unicamp – Navegando Publicações. 2011. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estado-revolucao.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2024.

LÉNINE, V. I. **As Tarefas do Proletariado na Nossa Revolução**. Obras Escolhidas em Três Tomos, 1978. Edições Avante! - Lisboa, Edições Progresso - Moscovo. In: Marxists Internet Archive. 2009. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/04/23.htm>. Acesso em: 07 jan. 2024.

LÉNINE, V. I. **O Programa Militar da Revolução Proletária**. Obras Escolhidas em Três Tomos, 1977, Edições Avante! - Lisboa, Edições Progresso - Moscovo. In: Marxists Internet Archive. 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/09/programa.htm>. Acesso em: 07 jan. 2024.

LOVELL, Julia. **Maoism: A Global History**. New York: Ed. Vintage Books, Penguin Random House LLC. 2019.

MAO TSÉ-TUNG. **O Livro Vermelho: Citações do Comandante Mao Tsé-tung**. São Paulo: Ed. Martin Claret. 2002.

MAO TSÉ-TUNG. **Problemas da Guerra e da Estratégia**. Obras Escolhidas de Mao Tse-tung, Pequim, Tomo II, pág: 357-384. In: Marxists Internet Archive. 2013a. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1938/11/06.htm>. Acesso em: 13 jan. 2024.

MAO TSÉ-TUNG. **Sobre a Guerra Prolongada**. Obras Escolhidas de Mao Tsé-tung, Pequim, Tomo II, p.: 169-317. In: Marxists Internet Archive. 2013b. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1938/05/prolongada.htm>. Acesso em: 13 jul. 2023.

MEI, Eduardo. **Guerra**. In: SAINT-PIERRE, Héctor; VITELLI, Marina (Orgs.). Dicionário de Segurança e Defesa. São Paulo: Editora da Unesp, 2018. [p. 542-564]. Disponível em:

[https://repositorio.comillas.edu/xmlui/bitstream/handle/11531/35338/SAINT-PIERRE%20%20VITELLI%20\(2018\)%20Dicionario%20Seguranca%20Defesa.pdf?sequence=-1](https://repositorio.comillas.edu/xmlui/bitstream/handle/11531/35338/SAINT-PIERRE%20%20VITELLI%20(2018)%20Dicionario%20Seguranca%20Defesa.pdf?sequence=-1). Acesso em: 03 jul. 2023.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. **Uma leitura sobre Clausewitz, Lenin, a revolução e a guerra**. Revista Outubro (São Paulo), v. 20, p. 149-169, 2012. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-20-Artigo-07.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2025.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. **Clausewitz e a política: uma leitura de ‘Da Guerra’**. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-02122008-161644/pt-br.php>. Acesso em: 02 fev. 2025.

RANZAN, Mateus Campos. **“Certamente Venceremos o Governo”: a atuação do Partido Comunista da Índia (Maoísta) por meio de seus boletins de informação (2007 – 2010)**. Dissertação (Mestrado), UFRGS, Porto Alegre. 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/131628/000977621.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 jul. 2023.

RAWAT, Naman. **Naxalite Insurgency in India and Need for Holistic Counter Responses**. Counter Terrorist Trends and Analyses, vol. 11, n. 5. 2019, p. 13-19. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.2307/26631541>. Acesso em: 25 ago. 2023.

SAINT-PIERRE, Héctor L. **A Política Armada: Fundamentos da Guerra Revolucionária**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

SAINT-PIERRE, Héctor L. **Considerações sobre a teoria de guerra revolucionária de Mao Tsé-tung**. Crítica Marxista, São Paulo, v.1, n.4, 1997a, p.162-177. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/4_Saint_Pierre.pdf. Acesso em: 03 ago. 2023.

SAINT-PIERRE, Héctor L. **Guerra e Guerra Revolucionária**. Revista de Sociologia e Política, nº 8. 1997b. p. 31-41. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39317/24136>. Acesso em: 03 ago. 2023.

SCHMITT, Carl. **Teoria do Partisan**. In: SCHMITT, Carl. O Conceito do Político / Teoria do Partisan. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. Cap. 2, p. 143-243. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2013/08/o-conceito-do-polc3adtico.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2023.

SHARMA, Surinder K.; BEHERA, Anshuman. **Militant Groups in South Asia**. New Delhi: Institute for Defence Studies and Analyses, 2014. Disponível em: https://idsa.in/system/files/book/book_militantgroups.pdf. Acesso em: 03 jul. 2023.

SINGH, Manmohan. **PM's speech at the Chief Minister's meet on Naxalism**. In: GOVERNMENT OF INDIA. Former Prime Minister of India Dr. Manmohan Singh. Speeches. 2006. Disponível em:

<https://archivepmo.nic.in/drmanmohansingh/speech-details.php?nodeid=302>. Acesso em: 03 jul. 2023.

SOUTH ASIA TERRORISM PORTAL. **Datasheet - Maoist Insurgency: Yearly fatalities.** 2025. Disponível em:

<https://www.satp.org/datasheet-terrorist-attack/fatalities/india-maoistinsurgency>. Acesso em: 14 fev. 2025.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: Terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história.** São Paulo: Editora Contexto. 2009

WEBER, Max. **A Política Como Vocação.** In: WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações.* São Paulo: Ed. Martin Claret. 2015. p. 61-140.

Recebido em 20 de fevereiro de 2025.

Aceito para publicação em 06 de março de 2025.



Liz Yumi Barreto Tamezava

Mestranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP) e integrante do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e do Observatório de Conflitos (OC). Bolsista PROPG 2024-205. Pesquisadora na Área de Paz, Defesa e Segurança Internacional, com foco em Conflitos Internacionais e Organizações Internacionais.

ESTADO-NAÇÃO E HOMOGENEIZAÇÃO DE POVOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA FORMAÇÃO DO EXÉRCITO ANGOLANO

NATION-STATE AND THE HOMOGENIZATION OF PEOPLES: A CRITICAL ANALYSIS OF THE FORMATION OF THE ANGOLAN ARMY

RESUMO: Após centenas de anos de colonização portuguesa, Angola se tornou independente em 1975. Entretanto, o Acordo de Alvor (1975) integrou as forças armadas dos três movimentos rivais de libertação do país — a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) — no que veio a se tornar o Exército Nacional Angolano. Diante deste contexto, o objetivo da pesquisa é analisar criticamente o conceito de Estado-nação e sua aplicação na formação do exército angolano, evidenciando a incongruência dessa correlação: sua natureza utópica com base em preceitos de homogeneização de povos originários de um mesmo território. Utilizando-se de uma metodologia qualitativa, com uma abordagem hipotético-dedutiva, parte-se da hipótese de que a tal correlação instigou ainda mais conflitos e inimizades entre esses grupos. Para fundamentar a análise, recorre-se a autores clássicos para as relações internacionais, que abordam e discutem diferentes conceitos de guerra e estratégia, Nicolau Maquiavel (2019) e Carl Von Clausewitz (s.d.), além de autores contemporâneos que contribuem para a reflexão, como Ernest Gellner (1983), Carlos Marighella (2003), John Paul Lederach (1997) e José Murilo de Carvalho (1990).

Palavras-chave: Estado-nação; exército nacional; Angola.

ABSTRACT: After hundreds of years of Portuguese colonization, Angola became independent in 1975. However, the Alvor Agreement (1975) integrated the armed forces of the country's three rival liberation movements — the National Liberation Front of Angola (FNLA), the Popular Liberation Movement of Angola (MPLA), and the National Union for the Total Independence of Angola (UNITA) — into what became the Angolan National Army. Given this context, the objective of this research is to critically analyze the concept of nation-state and its application in the formation of the Angolan army, highlighting the incongruity of this correlation: its utopian nature based on precepts of homogenization of peoples originating from the same territory. Using a qualitative methodology, with a hypothetical-deductive approach, the hypothesis is that this correlation instigated even more conflicts and enmities between these groups. To support the analysis, we use classic authors on international relations, who address and discuss different concepts of war and strategy, Nicolau Maquiavel (2019) and Carl Von Clausewitz (s.d.), as well as contemporary authors who contribute to the reflection, such as Ernest Gellner (1983), Carlos Marighella (2003), John Paul Lederach (1997) and José Murilo de Carvalho (1990).

Keywords: Nation-state; national army; Angola.

1 Introdução

O conceito de ‘Estado-nação’ consolidou-se como um termo de maior relevância e poder de mobilização das massas por propagar princípios de soberania e união (Bresser-Pereira, 2017). A formação de exércitos nacionais, por sua vez, parte do pressuposto da necessidade de defesa dos elementos centrais no conceito de Estado-nação: o território e a nação. A conexão entre esse conceito e uma das instituições fundamentais do Estado contemporâneo ocidental pode parecer sutil, entretanto, ao se analisar o caso de Angola observa-se que essa correlação apresenta incongruências que impactaram de forma significativa a segurança do país.

Entre os anos 1482 e 1975, o território que hoje é reconhecido oficialmente como a República de Angola foi colônia de Portugal. A proclamação da independência ocorreu em 11 de novembro de 1975, viabilizada através do Acordo de Alvor firmado naquele ano. Nesse acordo o Estado português e os Movimentos de Libertação Nacional de Angola— a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA)— reuniram-se para discutir as bases do novo Estado africano independente (Horing, 2015). Entre as diretrizes estabelecidas, e diante das diferenças ideológicas e étnicas entre os movimentos, o governo português previu a necessidade de um governo de transição, comprometendo-se a transferir progressivamente os poderes que detinha em Angola para os órgãos responsáveis, conferindo-lhes soberania plena ao fim desse processo.

O foco desta análise recai sobre o capítulo IV do acordo, intitulado ‘Da Comissão Nacional de Defesa’, mais especificamente o artigo 32, que determinou a integração das forças armadas dos três movimentos de libertação naquilo que viria a se tornar o Exército Nacional Angolano (Acordo de Alvor, 1975). Diante disso, o presente estudo busca argumentar que a utilização do conceito de Estado-nação como base para a imposição de um exército nacional em um país com múltiplas dinâmicas locais pode acirrar ainda mais os conflitos e inimizades entre esses grupos. Como será evidenciado no estudo de caso, o intervencionismo, mesmo que apresentado como bem-intencionado, pode comprometer a estabilidade de um Estado.

No que tange a bibliografia escolhida, os autores selecionados não discutem a relação entre o conceito de Estado-nação e o exército nacional; no entanto, cada um oferece contribuições que permitem a articulação de conceitos e ideias. Na primeira parte do trabalho,

será abordado o conceito de Estado-nação, com destaque para suas distinções em relação ao conceito de Estado, sendo Maquiavel (2019) uma referência central para a compreensão deste último. Na segunda parte, a análise se volta ao ideal de exércitos nacionais em Estados democráticos liberais. Para isso, serão utilizados não apenas os preceitos de Maquiavel (2019) sobre a arte da guerra e formação de exércitos, mas também as contribuições de Marighella (2003) sobre a diferenciação de formas de lutas entre exércitos formais e guerrilhas urbanas.

Por fim, a terceira parte contextualiza o caso de Angola à luz dos conceitos previamente analisados. Será incorporado, ainda, o conceito de trindade paradoxal da guerra¹, elaborado por Clausewitz (s.d.), a fim de observar como os seus três elementos se manifestam no processo pós-colonial angolano. Adicionalmente, utilizamos as formulações de Bresser-Pereira (2017) sobre o Estado-nação, de Ernest Gellner (1983) sobre nacionalismo, de Lederach (1997) sobre as sociedades divididas, e de Carvalho (1990) sobre o imaginário popular, além das reflexões de Héctor Saint-Pierre (2000) sobre o armamento da população — aspecto central nas consequências de guerra civil em Angola (1975- 2002).

2 Estado-nação: Mais do que um conceito, um manual do Estado Moderno

Antes de explorar o conceito de Estado-nação e desenvolver seus elementos, é necessário diferenciá-lo do conceito de Estado, distinção que, por vezes, pode não estar suficientemente clara. O Estado pode ser identificado como uma das instituições mais antigas da humanidade, fruto de uma evolução histórica que, segundo Castro (2012, p. 100): “[...] teve como marco a secularização das relações políticas internacionais a partir de Westphalia² (1648) [...]”. Uma das primeiras menções do termo ‘Estado’ identificada pode ser encontrada na obra de Nicolau Maquiavel, *O Príncipe*, onde ele afirma que “todos os Estados, todos os domínios que exerceram e exercem poder sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados” (Maquiavel, 2019, p. 19).

¹ Existem diferentes interpretações sobre o conceito de ‘trindade paradoxal’ de Clausewitz. Uma delas é a de que a trindade paradoxal é “composta da violência, do ódio e da inimizade primordiais, que devem ser vistos como uma força natural cega, do jogo do acaso e da probabilidade, no qual o espírito criativo está livre para vagar; e dos seus elementos de subordinação, como um instrumento da política, que a torna sujeita apenas à razão” (Clausewitz, [s.d.], p. 93). Entretanto, nesta análise optou-se pela interpretação adquirida diante da tradução de Michael Howard e Peter Paret do livro de Clausewitz, que identifica a trindade paradoxal composta por exército, governo e povo. A escolha se justifica diante destes elementos dialogarem diretamente com o conceito de Estado-nação e com a abordagem de exército relacionada com o estudo de caso escolhido.

² “A ela é tradicionalmente atribuída a importância e a dignidade de ser a primeira das várias tentativas de estabelecer algo semelhante à unidade mundial com base em Estados que exercem soberania irrestrita sobre certos territórios e não estão subordinados a nenhuma autoridade terrena” (Gros, 1948, p. 20, tradução nossa).

Os sociólogos contratualistas também desempenham papel relevante na conceitualização de Estado. Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau abordam o contrato social como um momento fundamental de transição, no qual o ser humano abre mão do estado de natureza em prol da convivência social. Para esses autores, o soberano — o próprio Estado — garante direitos civis como, a vida, liberdade e propriedade aos cidadãos, enquanto detém o uso legítimo da força (Hobbes, 2008; Rousseau, 2012). Desse modo, o uso da força física passa a ser uma propriedade exclusiva do Estado, ou seja, cidadãos civis não podem, por lei, usar da violência.

Outro autor importante para a formulação do conceito de Estado é o sociólogo Max Weber (2011, p. 56), que esclarece que “devemos conceber o Estado [...] como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território - a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado - reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física”, acrescentando que a violência não é o único instrumento do Estado, mas é seu instrumento específico.

Max Weber reforça a ideia de que a civilização ocidental foi capaz de desenvolver o Estado como uma entidade política dotada de racionalidade, cultuando os valores políticos que amparam a unidade estatal nacional e privilegiam o povo (ou nação) (Florenzano, 2007). A origem do Estado moderno em si é debatida e não possui consenso entre os historiadores, entretanto,

a questão da origem e do desenvolvimento do Estado moderno na Europa Ocidental, foi tratada pela historiografia do século XIX, e da primeira metade do século XX, de tal maneira que acabou por se confundir, por um lado, com a questão da formação do sentimento nacional e da nacionalidade, e, por outro lado, simultaneamente, com a questão do próprio advento da modernidade, aparecendo o Estado como portador e realizador de ambas. Por sua vez, como esse Estado nacional, em praticamente todos os lugares onde se configurou plenamente o fez sob forma monárquica e absolutista, monarquia e absolutismo remetem, na ponta ascendente de sua trajetória histórica, à sua relação com o feudalismo e o fim da Idade Média, e, na ponta descendente, à sua relação com o capitalismo e o início da Idade Contemporânea (ou fim da Primeira Idade Moderna) (Florenzano, 2007, p.15-16).

O autor contemporâneo Thales Castro (2012), afirma que o Estado moderno é o principal componente do amplo fenômeno personificado da interação internacional. Ele ainda esclarece que, apesar da confusão que se tem entre Estado e poder, “o Estado é meio e fim; o Estado é agente e paciente dos objetos complexos da vida externa e interna” (Castro, 2012, p. 99). A partir da difusão dessas conceitualizações clássicas, consolidou-se a relevância do Estado e de suas atribuições, ainda que esse reconhecimento permaneça em constante debate, sobretudo quando se traz aspectos ideológicos, influenciando a avaliação da instituição.

Com base no ideal westfaliano de Estado moderno e do fortalecimento do capitalismo, passaram a se intensificar os discursos nacionalistas que conectam a consolidação do Estado ao desenvolvimento econômico, e isso nos leva ao conceito de Estado-nação. Para Luiz Carlos Bresser-Pereira (2017), o Estado-nação se iguala ao termo ‘país’, sendo um tipo de sociedade político-territorial soberana, formada por uma nação, um Estado e um território. Para o autor, trata-se de uma forma de poder territorial que se impôs nas sociedades modernas a partir da revolução capitalista em substituição aos feudos e principalmente aos impérios antigos.

Um ponto crucial dessa conceitualização a ser analisado é a nação, que foi estabelecida como algo homogêneo. De forma mais clara, o autor afirma que

Cada povo que partilha uma etnia e uma história comum busca se constituir em nação, controlar um território e construir seu próprio Estado, dessa forma se constituindo em estado-nação. Neste quadro, o estado-nação é a sociedade política soberana, e o Estado é a instituição maior de uma sociedade em sentido amplo (Bresser-Pereira, 2017).

Portanto, entende-se “nação” como uma “sociedade politicamente organizada que compartilha uma história e um destino comum, e conta (ou tem perspectivas de contar) com um território e um Estado para, assim, formar um estado-nação que lhe sirva de instrumento” (Bresser-Pereira, 2017). Entretanto, é importante destacar que nem toda nação possui um Estado³, assim como nem todo Estado abriga uma única nação. Nesse último caso, uma sociedade poderá ser analisada de diferentes perspectivas, podendo ser considerada como uma nação multiétnica⁴ ou uma sociedade heterogênea plurinacional⁵.

Ainda de acordo Bresser-Pereira (2017), ‘nação’ está historicamente associada ao conceito de soberania popular, visto que a formação do Estado-nação sempre se baseou em uma aliança entre as classes dominantes e o povo. O autor acrescenta que o nacionalismo desempenha papel de uma “[...] ideologia da formação e preservação do estado-nação, é a ideologia que torna a nação forte ou coesa” (Bresser-Pereira, 2017, p. 172).

Ernest Gellner (1983) agrega ao debate ao argumentar que a nação é um produto do nacionalismo, e não o contrário. Segundo o autor, “o nacionalismo é, principalmente, um princípio político, que sustenta que a unidade política e nacional devem ser congruentes”

³ “Nem todas as sociedades são dotadas pelo Estado” - ver em ‘Nations and Nationalism’ de Ernest Gellner (1983, p. 4, tradução nossa).

⁴ Uma nação multiétnica pode ser compreendida como uma comunidade politicamente organizada composta por diversos grupos étnicos, com altos índices de diversidade cultural, linguística e religiosa.

⁵ Uma sociedade heterogênea plurinacional pode ser compreendida como aquela que não apenas possui diversidade cultural e étnica, mas também reconhece oficialmente múltiplas nacionalidades dentro de seu território, viabilizando que diferentes nações coexistem dentro de um mesmo Estado.

(Gellner, 1983, p.1, tradução nossa⁶). Desse modo, o nacionalismo contribui para que haja anseio por parte do Estado-nação em desenvolver o sentimento de unificação, expandindo a ideia de que todos os cidadãos pertencem ao mesmo povo.

José Murilo de Carvalho (1990, p.10-14) pode ser inserido neste debate, pois ao discorrer sobre a batalha pelo imaginário popular republicano, o autor afirma que a criação do imaginário é um elemento central para a legitimação de qualquer regime, visto que atinge não apenas a mente da população, mas também as aspirações, medos e esperanças. Carvalho também observa que todo regime político busca consolidar figuras que sirvam de exemplo à sociedade.

Há, portanto, uma combinação de fatores psicológicos e sociais que fundamentam escolhas políticas — como a estruturação do Estado-nação — que se tornou uma forma de organização capaz de unir a soberania territorial à força simbólica da nação. Isso conferiu à população um maior poder de mobilização em torno de causas institucionais, entre as quais se destaca a força militar. Diante da necessidade de assegurar a soberania estatal, as forças armadas assumem papel de destaque na base do Estado-nação, especialmente o exército, que será desenvolvido na seção seguinte.

3 Exército nacional: A união faz a força?

Se tentarmos datar o surgimento do exército, seria necessário retroceder a séculos antes de Cristo, em Esparta, uma das cidades-estados da Grécia Antiga, e também para a Roma Antiga. Isso se explica pelo fato de a guerra preceder o Estado, especialmente o Estado moderno. As guerras da Antiguidade, como as de conquista, exigiam guerreiros, pessoas lutando incessantemente por sua causa. A evolução dessa lógica ao longo do tempo resultou no desenvolvimento do ideal de exército nacional que serve hoje, com base para muitas nações.

No contexto do Estado moderno, Nicolau Maquiavel foi um dos principais ideólogos. Em sua obra *O Príncipe*, o autor dissertou sobre os princípios que um príncipe (ou governante) deveria seguir para obter sucesso, destacando a importância da dedicação à arte

⁶ No original: “Nationalism is primarily a political principle, which holds that the political and the national unit should be congruent” (Gellner, 1983, p.1).

da guerra e a *virtú*⁷. Ao discutir sobre soldados mercenários⁸ e os tipos de tropas⁹, Maquiavel (2019) enfatizou a necessidade de um príncipe possuir exércitos próprios como forma de garantir estabilidade e segurança para o principado. Para ele, “a um príncipe é necessário ter sólidos alicerces, porque, se não, fatalmente ruirá. Os principais alicerces de qualquer Estado, seja ele novo, velho ou misto, consistem nas boas leis e nos **bons exércitos**” (Maquiavel, 2019, p.76, grifo nosso).

Nesse cenário, segundo Da Silva e Martins, isso ocorre também porque “o exército é o exemplo mais primitivo de burocracia criada pelo Estado, gerando os primeiros sentidos básicos de ordem, hierarquia e racionalidade” (2014, p. 141, tradução nossa¹⁰). Ao oferecer uma visão abrangente sobre estratégias militares, Maquiavel (2019) debateu sobre a importância da disciplina e da coesão dentro do exército, uma vez que a falta de um exército capacitado pode representar fragilidade e vulnerabilidade de um Estado para os demais.

O papel e representação do exército nacional derivam, portanto, da ampliação da importância do papel do Estado e sua capacidade de ser o único detentor legítimo da força física. Assim, o exército consolidou-se como uma das principais esferas públicas do Estado-nação, cuja função é, em tese, proteger seu território e sua nação.

A consolidação do exército nacional acoplado com panoramas atuais, como a hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA) e do capitalismo desde o fim da Guerra Fria em 1991, impulsiona o fortalecimento de teorias difundidas no campo das Relações Internacionais. As considerações de Michael Doyle (1983), no âmbito da Teoria da Paz Democrática — segundo as quais democracias não entram em guerra entre si e a interdependência econômica inibe os conflitos armados — estão associadas à consolidação do conceito de Estado-nação. Essa lógica vincula o desenvolvimento do Estado à união da nação e a proteção por meio das forças armadas, sobretudo o exército.

Partindo dessa visão geral, pressupõe-se que o inimigo é externo, isto é, outros Estados-nação. Entretanto, quando não há inimigos externos, surge a identificação de que os inimigos podem ser internos, ou seja, oriundos da própria população. Compreende-se que o exército foi criado para proteger uma elite, e não toda uma nação unificada. Desse modo, a

⁷ Combinação de habilidades políticas, coragem e habilidade militar.

⁸ Maquiavel (2019, p.77) faz críticas às tropas mercenárias, por serem inúteis e perigosas, e reitera que “se alguém toma por sustentáculo as tropas mercenárias, nunca terá tranquilidade nem segurança, porque elas são desunidas, ambiciosas, sem disciplina, infieis, corajosas diante dos amigos, covardes diante dos inimigos, e sem temor de Deus”.

⁹ São elas: as tropas auxiliares, mistas e próprias (Maquiavel, 2019).

¹⁰ No original: “The army is the most primitive example of bureaucracy created by the state, generating the first basic senses of order, hierarchy and rationality” (Da Silva; Martins, 2014, p. 141).

ideia de nação homogênea revela-se utópica, pois mesmo para aqueles que se autodeclaram como tal ignoram profundas desigualdades sociais, como as de classe.

Carlos Marighella (2003) contribui para a discussão ao definir e abordar perspectivas sobre o guerrilheiro urbano, diferenciando a forma da luta e do poder entre os soldados militares — que dispõem de armamento moderno e liberdade para utilização da força — e os guerrilheiros, que vivem na clandestinidade com poucos recursos. O autor destaca, ainda, algumas das principais características da guerrilha urbana, como: mobilidade com pequenos grupos operando em constante movimento; os ataques surpresa, que visam atingir o inimigo com rapidez; a descentralização organizacional, sem hierarquia rígidas, ao contrário do modelo adotado pelos exércitos formais (Marighella, 2003).

Diante dessas diferenças, caso determinados grupos ou minorias sejam abandonados ou até mesmo atacados pelo Estado e pelo exército, é natural que se instale um sentimento de desconfiança quanto à capacidade de proteção estatal, bem como a perda de identificação com o projeto Estado-nação. Esse cenário de desarmonia favorece o armamento da população, e o surgimento ou crescimento de guerrilha — que, por sua vez, gera ciclos de violência. Esse quadro se agrava ainda mais quando analisamos a imposição do ideal de exército nacional em Estados colonizados, como ocorreu no estudo de caso em análise: Angola. Na próxima seção, será apresentada a formação do exército nacional angolano e suas repercussões para o país nos anos seguintes à independência.

4 O caso de Angola

Diante da longa história de colonização e exploração em Angola, esta seção será dividida em duas partes. Na primeira, será realizada uma contextualização do estudo de caso, com o objetivo de compreender aspectos centrais da história de colonização, independência e guerra civil no país. Na segunda parte, o caso será analisado à luz de conceitos específicos desenvolvidos pelos autores Clausewitz (s.d.), Marighella (2003), Gellner (1983) e Lederach (1997).

4.1 Uma breve contextualização da história de Angola

A colonização de Angola por Portugal teve início em 1482, no contexto das grandes navegações europeias pelo oceano Atlântico. De acordo com Jéssica Horing (2015), os portugueses chegaram à região pelo Rio Congo e obtiveram o primeiro contato com os povos

do Reino Kongo, que habitavam a área. Inicialmente, o foco da colonização era a expansão comercial, com a exploração de recursos naturais — como diamantes e petróleo — e no comércio de escravos.

Durante aproximadamente quatrocentos anos a presença portuguesa no território limitou-se à região de Luanda (capital de Angola) e Benguela. No entanto, a Conferência de Berlim, realizada em 1884, estimulou a ocupação efetiva do interior do país. Já no século XX, o sistema internacional passava por mudanças que influenciaram o colapso do colonialismo, como as duas guerras mundiais, as crises econômicas, e o declínio político de Portugal, marcado pela ditadura salazarista¹¹.

Apesar das tentativas coloniais de manipulação sistemática e das violências às realidades étnicas e culturais em Angola, os diferentes grupos originários do território se consolidaram em movimentos de libertação nacional. Três grupos se destacaram na luta pela independência angolana: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA); o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA); e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

Bittencourt (2008) descreveu que a FNLA tem origem no norte de Angola, na região de fronteira com o Zaire (atual República Democrática do Congo). Com raízes tribais, “a FNLA foi constantemente submetida a críticas acerca de sua capacidade de representar o povo angolano” (Horing, 2015, p. 30), embora tenha sido um dos principais atores da luta anticolonial. Seu líder, Holden Roberto, exigia a libertação da terra e do povo angolano, adotando um discurso de caráter liberal, o que garantiu apoio dos Estados Unidos (Horing, 2015).

O MPLA tem origem na capital, Luanda, com composição étnica diversificada. Dentre os membros do MPLA incluíam-se negros, mestiços e brancos, principalmente moradores das regiões urbanas e trabalhadores assalariados, como, funcionários públicos, empregados do comércio, enfermeiros, estudantes e operariado urbano” (Horing, 2015, p. 32). Sua principal base de apoio era a etnia *mbundo* (os quimbundos) e seu líder, Agostinho Neto, fortaleceu o perfil marxista e pode consolidar o movimento e os contatos com Cuba e com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (Horing, 2015).

Já a UNITA, tem origem nas áreas rurais do país, é baseada em uma concepção maoísta-leninista. Seu fundador e primeiro presidente, Jonas Sidónio Malheiro Savimbi estabeleceu relações com a China e outras lideranças internacionais. No entanto, teve

¹¹ A ditadura Salazarista, com designação oficial de Estado Novo, foi o regime político autoritário de António Salazar que vigorou em Portugal de 1933 a 1974.

desentendimentos com Holden Roberto, do FNLA. Segundo Horing (2015), o movimento não teve uma representação étnica específica, mas esse aspecto foi sendo desenvolvido ao longo da guerra civil.

Com o fortalecimento desses movimentos e o enfraquecimento de Portugal, ocorreu a Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974, que reconheceu o direito à independência de Angola, e convocou o MPLA, UNITA e FNLA junto ao Alto-Comissário português, para formar um governo de transição. Após as negociações, todas as mudanças foram oficializadas no Acordo de Alvor. Brunna Feijó (2011) destaca que os principais pontos foram: o agendamento da independência para 11 de novembro de 1975; a não discriminação étnica para futuros critérios de nacionalidade; a criação de uma Comissão de Defesa Nacional com o objetivo de unificar os contingentes militares dos três movimentos, formando um Exército Nacional.

Portugal, assim, impôs aos diferentes grupos étnicos que compunham a população angolana a obrigação de se unirem em prol da defesa do seu novo Estado independente. No entanto, não houve qualquer ponderação quanto às dinâmicas locais — principalmente as diferenças de poder, ideologia e cultura entre os movimentos. Essa postura colonizadora e paradoxalmente, liberal, ordenando a adoção de padrões ocidentais de organização política e social, acabou intensificando os conflitos entre o MPLA, FNLA e UNITA.

Os novos moldes de coação portuguesa e as ações de atores externos— como Estados Unidos e China — durante a Guerra Fria, contribuíram às disputas pelo poder, sendo algumas das causas centrais da Guerra Civil Angolana, que ocorreu entre 1975 até 2002. Embora o conflito não seja o foco principal deste trabalho, é relevante apontar os elementos que contribuíram para o ambiente de tensão no país e que levaram ao prolongamento do conflito, visto que cada guerra tem suas especificidades e que “[...]aquele que quiser analisar ou conduzir guerras deverá conhecer profundamente as tendências gerais que se aplicam e se constatarem em todo conflito armado[...]” (Saint-Pierre, 1999, p. 163).

Como mencionado anteriormente, havia sido acordado um governo de transição que unia os três movimentos de libertação angolanos. No entanto, o que se observou após a proclamação da independência foi uma dupla proclamação da república; simultaneamente, o MPLA proclamou a República Popular de Angola, em Luanda, enquanto a FNLA se uniu a Unita e proclamaram a República Democrática de Angola, em Huambo, constituindo dois governos paralelos (Visentini, 2012).

Inicialmente, Portugal não reconheceu nenhum dos dois governos. Entretanto, outros países gradativamente passaram a reconhecer o governo do MPLA, até que Portugal também

reconheceu oficialmente a República Popular de Angola. A Guerra Civil Angolana durou 27 anos, e durante esse período diversos confrontos marcaram o cenário político-militar no país. Nos primeiros anos:

a FNLA, apoiada por mercenários brancos e tropas do Zaire avançaram do norte para atacar a capital Luanda, onde o MPLA era dominante. [...] A invasão foi derrotada pelo MPLA, com apoio dos cubanos. [...] Enquanto a FNLA era derrotada no norte, no sul a Unita e o exército sul-africano desencadearam uma ofensiva relâmpago contra o MPLA, que solicitou ajuda cubana. Ampliou-se, então, a ponte aérea entre Havana e Luanda, com o envio de armas e aproximadamente 20 mil soldados. No centro do país as tropas cubanas (a maioria descendente de ex-escravos) e do MPLA derrotaram o exército sul-africano, um dos melhores do mundo. O movimento liderado por Agostinho Neto governaria sozinho o país, declarado uma República Popular de inspiração marxista-leninista. Contudo, enfrentava a guerrilha étnica da Unita no sul, liderada por Jonas Savimbi, com apoio de Pretória e Washington (Visentini, 2012, p.58-59).

Considerada um exemplo clássico de guerra por procuração¹², a guerra civil angolana passou por diversas fases, chegando às negociações de paz, que resultaram no Protocolo de Lusaka (1994). Contudo, os eventos que possibilitaram o fim do conflito foram: a ascensão de Nelson Mandela, em 1994; a queda de Mobutu, em 1997; a morte de Savimbi, em fevereiro de 2002 (Visentini, 2012).

A guerra acarretou profundos impactos ao país, muitos dos quais são sentidos até nos dias atuais. O conflito, travado principalmente entre o MPLA (governo) e a UNITA (oposição armada), impôs sérios obstáculos ao desenvolvimento econômico e à infraestrutura nacional. Diante desse cenário, alguns conceitos das Relações Internacionais podem ser aplicados ao caso angolano, especialmente nos setores militar e social.

4.2 Conceitos clássicos e contemporâneos aplicados ao caso de Angola

Pode-se observar que, historicamente e geograficamente, havia diferentes grupos com sua própria etnias, línguas, culturas e hábitos em Angola, e a longa colonização portuguesa atacou diretamente esses povos. Sem qualquer tipo de sensibilidade, acreditou-se que lograriam êxito ao construir um Estado independente apenas a partir de diretrizes institucionais e chamando os diferentes grupos para formar uma nação unificada em torno de um exército nacional. Contudo, a integração de movimentos que disputavam entre si o poder do país em um único exército acabou por fomentar conflitos internos.

¹² “A guerra por procuração (*proxy war*, em inglês) é um conflito militar em que uma ou mais terceiras partes apoiam direta ou indiretamente um ou mais combatentes estatais ou não estatais, num esforço para influenciar o resultado do conflito e, assim, promover os seus próprios interesses estratégicos ou minar os dos seus adversários” (Baugh, 2025, [s.p.], tradução nossa).

A partir do ‘Manual do Guerrilheiro Urbano’ de Marighella (2003) — que apresenta características fundamentais das guerrilhas — é possível compreender que Angola, desde o período colonial, já era composta por grupos guerrilheiros. A luta angolana pela independência exemplifica princípios descritos por Marighella, sobretudo porque a colonização funciona como um fator impulsionador do surgimento e crescimento de guerrilhas. Embora, inicialmente, o MPLA, FNLA e UNITA compartilhassem o objetivo comum de conquistar a independência, as divergências ideológicas, étnicas e culturais proporcionam perspectivas distintas para o futuro do país enquanto Estado soberano.

Essas diferenças são alguns dos motivos que levaram a guerra civil, assim como para a manutenção dessas guerrilhas ao longo dos anos. Para analisarmos o sentimento nacionalista nesse contexto é necessário retomar a composição étnica do país. A estrutura social, especialmente após a independência e durante a guerra civil, era profundamente fragmentada. Como destaca Visentini (2012, p. 65):

a sociedade estava dividida entre brancos privilegiados, brancos pobres (imigrantes camponeses), mestiços, assimilados – minoria de africanos mais proeminentes, que eram educados e trabalhavam dentro do sistema administrativo de Angola –, e indígenas – isto é, a maioria dos africanos. [...] Além disso, entre a população africana havia ainda divisões étnicas, que foram fomentadas, principalmente, a partir das reformas administrativas coloniais de Norton de Matos, que destruíram os sistemas tradicionais de autoridade, estabelecendo povoamentos controlados, aos quais nos referimos anteriormente. As três principais etnias que entravam em disputa eram os Ovimbundu (no Sul), os Mbundu (ao redor de Luanda) e os Bakongo (no Norte), que juntos representavam cerca de dois terços da população angolana.

Dessa forma, podemos analisar a Angola pré-independência como uma sociedade heterogênea plurinacional, na qual ao menos três diferentes grupos buscavam autonomia etnocultural e autodeterminação. No entanto, a plurinacionalidade rompe com a lógica de homogeneidade promovida pelo modelo colonialista de Estado-nação. Nesse sentido, o Acordo de Alvor e a tentativa de Portugal em instituir Angola como um Estado-nação, fracassa de imediato, pois os povos originários e os movimentos de libertação passaram a disputar soberania de forma autônoma.

Com o prolongamento da guerra civil e a consolidação do poder pelo MPLA, Angola passou a configurar-se como uma nação multiétnica. Contudo, em Estados multiétnicos, o sentimento nacionalista — necessário para formar uma nação coesa, conforme argumenta Gellner (1983) — pode ser desafiado por identidades concorrentes que reivindicam autonomia ou reconhecimento.

Na análise da reconciliação sustentável em sociedades divididas, John Paul Lederach (1997) destaca a importância da identidade dentro de um conflito, frisando que em um

conflito armado as pessoas buscam segurança, identificando-se com algo próximo à sua experiência. Segundo o autor, a longevidade de um conflito afeta diretamente a forma como grupos e pessoas o enxergam, passando a ser visto como uma luta pela sobrevivência, tanto em termos de vida individual quanto de identidade de grupo, “ao mesmo tempo, de dentro do cenário, é difícil para as pessoas verem a guerra como um sistema opressivo para todos os envolvidos” (Lederach, 1997, p. 15, tradução nossa¹³).

A guerra civil em Angola pode ser analisada, também, a partir das ideias que Clausewitz traz em sua obra, ‘Da Guerra’ (s.d.). O autor prussiano estabelece que a guerra é constituída por uma trindade paradoxal, composta por governo, forças armadas e povo, na qual o governo é a esfera política, o povo é a esfera social, e as forças armadas são a esfera militar. Ele afirma que qualquer teoria que procure estabelecer uma relação artificial entre essas esferas, estará a tal ponto em conflito com a realidade, tornando-se inútil. Foi o que ocorreu através do Acordo de Alvor em Angola.

O acordo ignorou os conflitos latentes entre essas três esferas, tentando estabelecer uma relação forçada ao impor: uma forma de governo e instituições políticas; a ideia de Angola como um Estado-nação; e a fusão de grupos rivais em uma única instituição detentora do monopólio da força — o exército nacional. Como consequência as lutas por libertação e independência não marcaram o fim da violência, mas sua transformação. Como destaca Saint-Pierre (1999, p. 154), “na medida em que a causa que promove a guerra seja, para o povo, justa - e no caso das guerras de liberação, na qual o invasor toma suas terras, sua bandeira, sua soberania, a moralidade da causa é óbvia -, a guerra terá fôlego para continuar ardendo”.

5 Considerações finais

A colonização europeia em diversos territórios do mundo é, por vezes, a raiz de muitos problemas estruturais do sistema internacional. Trata-se de uma das causas mais significativas de pobreza e subdesenvolvimento em inúmeros países — uma realidade ainda mais evidente quando se analisa o continente africano. Angola foi colônia de Portugal por quase cinco séculos; tornou-se independente há apenas cinquenta anos, com seus povos originários tendo seus valores subjugados e suas identidades silenciadas.

¹³ No original: “At the same time, from within the setting, it is difficult for people to see war as a system that is oppressive to all involved” (Lederach, 1997, p. 15).

Os portugueses impuseram uma história marcada pela exploração — dos recursos naturais ao próprio povo angolano. Durante os anos de Guerra Fria, potências influentes do sistema internacional, como EUA e China, apoiaram diferentes movimentos de libertação com auxílio financeiro e estratégicas, fomentando disputas internas ao intensificar as divergências entre grupos. No entanto, mesmo antes dessas interferências, a luta pela independência já levava os três movimentos — FNLA, MPLA e UNITA — a uma disputa futura pelo vácuo de poder que se instaurou com o fim da colonização.

O que chama a atenção, neste trabalho, é a forma como Portugal tentou construir um Estado republicano e democrático, promovendo um governo de transição e um exército nacional ao unificar três grupos rivais. Concedeu-se a esses grupos o monopólio da violência, sem considerar que a própria estrutura da proposta implicava o uso da violência entre si. Como esperar que um soldado norte angolano, que por anos apoiou a FNLA, reprima seus próprios contrerrâneos? Ou que ele proteja líderes do MPLA, movimento historicamente inimigo dos seus? A heterogeneidade social do país entra em contradição com o conceito de Estado-nação idealizado e projetado pelo Ocidente como modelo universal de organização sociopolítica.

Isso não significa que os cidadãos não se reconhecem como angolanos, mas sim que as diferenças étnicas e culturais, que foram sistematicamente ameaçadas de extinção por séculos, continuam a ser marcadores identitários relevantes. Os povos originários angolanos lutam contra a dominação e as violências impostas pela colonização portuguesa para conquistar espaço, mas a construção de uma identidade nacional angolana foi ainda mais dificultada pelo desencadeamento de uma guerra civil que durou 27 anos. A guerra civil angolana poderia ter ocorrido independentemente da atuação portuguesa em relação ao exército angolano? Sim. No entanto, a forma como Portugal quis moldar especialmente o setor militar de Angola independente, contribuiu diretamente para o agravamento das dinâmicas conflituosas entre os grupos locais.

Retomando a hipótese central da análise, conclui-se que ela foi corroborada. Com base na bibliografia mobilizada, é possível afirmar que: (1) o conceito de Estado-nação tem sido utilizado principalmente para fomentar o nacionalismo, pressupondo homogeneidade social, que raramente se verifica na prática, servindo como uma ferramenta de influência sociopolítica; (2) para além de diferenças étnicas e ideológicas, o embate entre o MPLA, FNLA e a UNITA caracterizava Angola como um Estado guerrilheiro — condição ignorada e minimizada pelo Acordo de Alvor; (3) a postura de Portugal, ao exigir que Angola adotasse seu modelo de organização política e institucional, nos moldes ocidentais, reafirma a lógica

opressora vivenciada pelos povos angolanos ao longo dos séculos; (4) a tentativa fracassada de forjar um imaginário popular de nação homogênea ampliou as inimizades entre os grupos. Em sociedades altamente divididas, sentimentos de ameaça e de necessidade de autopreservação tendem a se intensificar.

Por fim, permanecem alguns questionamentos: existe um modelo político superior? E, caso exista, seria universalmente aplicável? Independente das respostas possíveis, é imprescindível observar, com sensibilidade, o contexto de cada sociedade — sua história, suas lutas e seu povo, para que não sejam silenciados ou excluídos de sua própria trajetória de emancipação.

Referências

BAUGH, L. Sue. **Proxy war**. Britannica, 23 jan. 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/proxy-war>. Acesso em: 17 fev. 2025.

BITTENCOURT, Marcelo. **Modernidade e atraso na luta de libertação angolana**. In: REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (Org.). *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: FGV, p. 277-294, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Estado, Estado-nação e formas de intermediação política**. Lua Nova, São Paulo, n. 100. p.155-185, jan 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/3WBTjZLvPzdLqdxxbCVNTQ/#>. Acesso em: 15 jul 2024.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 1990.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Tradução de CMG (RRm) Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. [s.l.]: [s.n.], [s.d.].

DA SILVA, Igor Castellano; MARTINS, José Miguel Quedi. **National Army and State-Building in Africa: The Brazilian Approach in the Case of the Democratic Republic Of The Congo**. Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, v.3, n.5, p.137-179, jan-jun.2014 Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/45176/30180>. Acesso em 17 jul. 2024.

DOYLE, Michael. **Kant, liberal legacies, and foreign affairs**. Philosophy and public affairs, v.12, n.3, p. 205-235, 1983.

FEIJÓ, Brunna Bozzi. **Independência ou Revolução? Uma análise do processo de independência de Angola a partir da sua transformação de guerra anticolonial a microcosmo da Guerra Fria**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em 2011), Universidade Federal de Porto Alegre, 2011.

FLORENZANO, Modesto. **Sobre as Origens e o Desenvolvimento do Estado Moderno no Ocidente**. Lua Nova, São Paulo, n.71, p. 11-39, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452007000200002>.

GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. Oxford UK & Cambridge USA: Blackwell, 1983.

GROSS, Leo. **The Peace of Westphalia, 1648-1948**. The American Journal of International Law, v. 42, n.1, p. 20-41, 1948. DOI: <https://doi.org/10.2307/2193560>.

HOBBS, Thomas. **Leviatã: ou a matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. 3. ed. São Paulo: Ícone, 2008.

HORING, Jéssica da Silva. **Os movimentos de libertação nacional em Angola** : trajetória política, guerra civil e impactos sobre a construção do estado (1975-2002). Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em 2015). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/140501/000988807.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 de jul. 2024.

LEDERACH, John Paul. **Building Peace: Sustainable Reconciliation in Divided Societies**. United States Institute of Peace, 1997.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução de Mário e Celestino da Silva. Brasília: Senado Federal, 2019. (Edições do Senado Federal; v. 248).

MARIGHELLA, Carlos. **Manual do Guerrilheiro Urbano**. [s.l.]: [s.n.], 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A Política Armada: Fundamentos da Guerra Revolucionária**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

WEBER, Max. **Ciência e Política: Duas Vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, 2011.

Recebido em 20 de fevereiro de 2025.

Aceito para publicação em 02 de abril de 2025.



Náira Gondar Marchesi

Doutoranda e Mestra em Estudos Estratégicos (PPGEST-UFF), bolsista CAPES e pesquisadora do Laboratório de Estudo da Grande Estratégia dos Estados Unidos (LAB-GEST/UFF/CNPq).

CLAUSEWITZ NEGLIGENCIOU A TECNOLOGIA? REVISITANDO A TEORIA DA GUERRA NA ERA DA GUERRA CONTEMPORÂNEA

DID CLAUSEWITZ OVERLOOK TECHNOLOGY? REVISITING THE THEORY OF WAR IN THE AGE OF CONTEMPORARY WARFARE

Resumo: Clausewitz esqueceu a Tecnologia? Este artigo investiga a teoria da guerra de Carl von Clausewitz e sua relação com os conflitos contemporâneos. Busca-se atualizar os Estudos Estratégicos estabelecendo um diálogo entre teoria clássica e as dinâmicas do século XXI, reforçando a centralidade da política como motor dos conflitos, mesmo em contextos de alta complexidade tecnológica. Recorrendo à história da guerra moderna – desde a formação de exércitos de massa no século XVII aos embates cibernéticos do século XXI – debate-se se a teoria clássica, formulada no contexto pós-Napoleônico, permanece válida para explicar fenômenos como a guerra híbrida, a ciber guerra e os conflitos assimétricos. Apoiando-se na proposta de Michael Handel (1989) de incluir a tecnologia como quarto pilar da trindade clausewitziana, questiona-se se a natureza da guerra sofreu transformações radicais ou se adaptou às inovações tecnológicas sem perder sua essência política. Para isso, examinam-se críticas de autores como Mary Kaldor (2013) e Martin van Creveld (1991), que defendem a obsolescência de Clausewitz ante a ascensão de atores não estatais e a desterritorialização dos conflitos. Conclui-se que, embora a tecnologia tenha reconfigurado táticas e instrumentos bélicos, a trindade (povo, governo, forças armadas) mantém sua validade como eixo explicativo, desde que reinterpretada à luz dos novos desafios estratégicos.

Palavras-chave: Tecnologia; Gerações da Guerra; Guerra Contemporânea; Clausewitz.

Abstract: Did Clausewitz Overlook Technology? The Relevance of Classical Theory in Contemporary Conflicts. This article examines the absence of technology in Carl von Clausewitz's theory of war and its applicability to contemporary conflicts. Through a historical analysis of modern warfare generations – from mass armies in the 17th century to 21st-century cyber warfare – the study debates whether the classical theory, formulated in the post-Napoleonic context, remains valid to explain phenomena such as hybrid warfare, cyber conflicts, and asymmetric engagements. Drawing on Michael Handel's (1989) proposal to include technology as a fourth pillar of the Clausewitzian trinity, the research questions whether the nature of war has undergone radical transformations or adapted to technological innovations without losing its political essence. Critiques from scholars like Mary Kaldor (2013) and Martin van Creveld (1991), who argue for Clausewitz's obsolescence in the face of non-state actors and deterritorialized conflicts, are critically examined. The conclusion asserts that while technology has reshaped military tactics and tools, the trinity (people, government, armed forces) retains its explanatory power, provided it is reinterpreted in light of new strategic challenges. The paper contributes to Strategic Studies by bridging classical theory and 21st-century dynamics, reaffirming politics as the core driver of conflicts, even in technologically complex scenarios.

Keywords: Technology; Generations of War; Contemporary Warfare; Clausewitz.

1 Introdução

Tendo em vista o alto impacto que as inovações tecnológicas têm sobre o fenômeno da guerra, busco neste trabalho fazer uma retrospectiva sobre as gerações da guerra moderna. Apesar dos avanços alcançados pela humanidade, o ambiente internacional continua anárquico e gerando incertezas e imprevisibilidade.

Diante do incerto futuro, uma certeza permanece: a constância do fenômeno da guerra. Aperfeiçoa-se o modo de fazê-la, contudo, a natureza do conflito permanece a mesma? Num mundo em que a própria academia não chegou em um consenso sobre as nomenclaturas das novas formas de guerrear ao longo da história, faz-se necessário maiores debates sobre a teoria da guerra e sua eficácia em explicar o conturbado momento presente. Diante disso, a teoria clássica apresentada por Clausewitz (1989) ainda permanece válida nessa nova era?

Os estudiosos¹ classificam o fenômeno da guerra segundo gerações. Contudo, diante da expressiva evolução tecnológica dos últimos séculos há uma simbiose entre essas gerações de guerras, que mesclam suas características de combate dificultando a identificação do inimigo por parte dos agentes estatais, os quais já não detém o monopólio do uso da força. Essa nova dinâmica de poder desequilibrou o sistema de forças internacionais centrado no Estado. Agora, eles estão sujeitos a ataques de simples indivíduos ou pequenos coletivos. A percepção de ameaça se modificou, bem como a amplitude de campos em que a guerra pode ser travada para além da tradicional: política, ideológica, econômica, psicológica, social e cibernética. Essa relação complexa dificulta a identificação e adequação dos meios a empregar. O Cel. Hammes (2007 *apud* Ruivo, 2017, p.11) aponta que a quarta geração exige “muito mais inteligência, análise e maior capacidade de disseminação para servir a um sistema de comando altamente flexível”.

O objetivo deste trabalho será responder se a teoria de Clausewitz permanece válida no decorrer das gerações da guerra, em que a tecnologia assume papel central. Para isso, avalia-se a proposta de Michael Handel (1989) em seu livro “War, Strategy and Intelligence” de incluir a tecnologia como quarto pilar da trindade clausewitziana.

¹ O conceito das gerações da guerra foi escrito primeiramente pelos autores William Lind e seus co-autores no trabalho: “*The Changing Face of War: Into The Fourth Generation* (1989). No ano de 2006 o conceito foi expandido por Thomas Hammes em seu livro: “*The Sling and The Stone*” (2004).

2 As Gerações da Guerra

Ao longo da história, o homem aprimorou suas habilidades melhorando seu desempenho em atividades elementares e elevando sua produtividade. Tudo graças ao instinto de sobrevivência, inerente ao homem, que sempre lutou para se manter vivo. A dinâmica da luta e do conflito também seguiu esse curso de aprimoramento, passando a se chamar de guerra, justamente pelo aperfeiçoamento das ferramentas empregadas e incremento quantitativo humano. O curso da história possibilita analisar a dinâmica da guerra segundo uma classificação de gerações.

A tipificação foi feita em trabalho conjunto entre Willian Sturgiss Lind e os coronéis Nightengale e Sutton, o tenente-coronel Gary I. Wilson e o capitão John F. Schmidt, que desenvolveram o trabalho: *“The Changing Face of War: Into The Fourth Generation”*. A publicação data de 1989 e apresentou as características da Guerra Moderna em gerações, cujos critérios envolvem arranjos de emprego do arsenal, dos meios de mobilização, equipamentos, logísticas e tática. Portanto, quando temos uma mudança tática aliada ao emprego de novas tecnologias teremos uma nova geração de guerra, o que não significa que não possamos encontrar características de gerações anteriores nas seguintes (Costa, 2016).

Sinteticamente, é possível identificar a primeira geração pelo ostensivo uso do contingente de massa, enquanto a segunda geração aprimorou a concentração do poder de fogo. A terceira focou na estratégia de manobra e a quarta caracteriza-se pela configuração dispare entre as forças adversárias.

A primeira geração se inicia também com a concepção de Guerra Moderna, que nasce com o Tratado de Vestfália no final da Guerra dos Trinta Anos e se estende até 1860. O ponto alto dessa geração foi a organização e mobilização de grandes exércitos em formação linear para confronto direto em campos de batalhas abertos. A distinção entre exército e civis era óbvia com vestimentas condizentes para a ocasião e um esforço para manter a ordem. O exemplo mais ilustrativo são as campanhas napoleônicas (Costa, 2016, p. 2; Lind, 1989, p. 23).

A Guerra dos Trinta anos mobilizou as populações em ojeriza ao fenômeno da guerra e o extenso número de mortos incitou a criação de contingentes focados para tal atividade. Profissionaliza-se a atividade da guerra e os combates são travados frontalmente, o que era custoso em termos de pessoal e aumentava a demanda de substituição do efetivo humano e

material para continuar a estrutura de avanço e conquista. Problemas começam a surgir entre a cultura ordenada dos militares e manutenção dessa mesma ordem no campo de batalha.

A segunda geração compreende os anos entre 1860 e a Primeira Guerra Mundial, onde são empregados o poder de fogo estático em resposta às grandes formações dos exércitos de massa nas formas de canhões e metralhadoras. O fuzil também aparece nesse período, em que o trabalho da tropa tem comando centralizado e ações sincronizadas com rígida disciplina (Lind, 1989, p. 24).

A mobilidade do poder de fogo começa a aparecer como uma vantagem na forma de automóveis fechados blindados e aviões para monitoramento e bombardeio, implementando uma nova fase. A terceira geração da guerra moderna tem como marca a *blitzkrieg*, que combinava o poder de fogo e velocidade para surpreender. Seu ponto focal é a logística que mantém o adversário a lutar, comprometendo sua integridade e permanência no campo de batalha. A combinação de forças terrestres e aéreas permitiu avanços e conquistas tanto das linhas defensivas inimigas quanto das de suprimento. As trincheiras ficam para trás e é um momento de contar com maior liberdade de ação da tropa para cumprir os objetivos da missão passada pelos superiores, que visam o objetivo da missão a todo custo (Costa, 2016; Lind, 1989, p. 24).

Na terceira geração, as batalhas ainda são entre exércitos de nações constituídas. A grande mudança está na quarta geração, onde se apresentam guerras travadas por agentes não-estatais obstinados em conquistar o poder violentamente para a implantação de um novo sistema que lhes favoreça. Engajam-se combatentes com potencial de força desproporcional entre si, como grupos terroristas e outras forças militares de diferentes matizes. A quarta geração abrange um extenso leque de possibilidades de combates: guerra psicológica, guerra econômica, guerra com armamento usual, guerra nuclear, guerra biológica, guerra cibernética e guerra química (Liang e Xiang, 1999, p. 205). Mesmo com uma vasta gama de opções, o essencial é atingir a credibilidade do oponente e sua moral, por isso a guerra psicológica é predominante. Daí surgem conceitos até hoje não consensuais na academia sobre guerra assimétrica e guerra irregular, mas que contemplam a tentativa de explicar os conflitos não-convencionais entre Estados e outros agentes políticos.

A mais recente geração da guerra tem o mundo virtual como campo de batalha e como arma ao mesmo tempo, sem renegar a segundo plano o domínio dos espaços do ar, mar e terra. Esses últimos passam a ser monitorados a distância por equipamentos não tripulados com auxílio da tecnologia de redes, armazenamento em nuvens e domínios múltiplos. O plano

cibernético e espacial sobressai, vislumbrando assim, conflitos pontuais que evitam uma guerra total e indicariam uma contramão da escalada de violência prevista após as Armas de Destruição em Massa (MAD). A possibilidade de travar batalhas em campos onde é possível limitar os acessos do grande público, como a internet e o espaço sideral, permite que uma guerra nesses moldes já tenha ocorrido e não tenha sido divulgada ao mundo.

Em resumo, enquanto a quarta geração desconfigura os opositores tradicionais no sistema internacional, a quinta geração se descola da raiz da escalada da violência. Nesse estágio a concentração de força é cirúrgica a fim de eliminar as forças do inimigo de inúmeros modos, principalmente, sua moral, sua imagem e credibilidade. Essa antiga estratégia teve sua potência revitalizada pelo alcance das redes sociais como arma de manipulação com foco em obter a desintegração política. Os ataques passam a ser culturais, religiosos, sempre denegrindo o modo de vida do inimigo e trazendo as diferenças em relevo para construir um inimigo além do campo militar. Quer dizer que a arma verdadeira são as ideias, as quais a tecnologia apenas amplifica.

3 Clausewitz e sua atemporalidade

Ao ingressar no Exército prussiano, Clausewitz trabalhou com o general Gerhard Scharnhorst (1755-1813), um conhecido reformador e consultor militar. Fora ele quem introduziu o jovem soldado a carreira literária com tarefas para elaborar críticas às estratégias do alemão Heinrich Dietrich von Bülow (1757-1807)² enquanto em guerra com a França. Clausewitz abraçava o pensamento da escola militar prussiana contrapondo-se aos pensadores militares franceses e suas fórmulas matemáticas de vitória. Os prussianos defendiam a importância da consideração dos aspectos psicológicos, morais e políticos no fenômeno da guerra, os quais impediam a previsibilidade e padronização dos conflitos. A partir dessa doutrinação, o jovem passou a ver a guerra como uma extensão da política e não como uma atividade autônoma (Paret, 1989, p. 9-10).

Clausewitz era visto como detentor de uma visão reducionista, superficial e limitada de um fenômeno humano e social que não pode ser previsto nem calculado. Recebeu muitas críticas e ainda recebe por esse mesmo motivo. Todavia, a adaptabilidade de sua teoria é inovadora, justamente, por teorizar de forma abstrata sobre um fenômeno tão complexo, o que lhe permitiu ser aplicado em uma gama muito vasta de conflitos de diferentes contextos. Sua

² Personalidade da época como intérprete das guerras napoleônicas.

capacidade de identificar as *personas* diretamente atuantes (povo, governo, forças armadas) e os campos sob sua esfera de influência dentro dos grupamentos humanos (paixão e violência; razão e político; gênio militar) foi o que o permitiu enxergar os condicionantes da guerra. Essa percepção das ramificações sociais envolvidas no conflito foi a chave que fez da sua teoria a base para compreendermos o fenômeno da guerra até os dias de hoje.

Os teóricos militares prussianos não aceitavam o estudo padronizado e previsível da guerra e inseriram em suas teorias estratégicas a importância da consideração dos aspectos psicológicos, morais e políticos na guerra, fatores que impediam a previsibilidade e padronização dos conflitos. Destacou-se entre os franceses Jomini³ (1779-1869) e entre os prussianos, Clausewitz.

Seu mais lido escrito “Da Guerra” (1976) não é um guia de regras para obtenção da vitória, mas um instrutivo norteador sobre a guerra. O livro discorre sobre a dificuldade de estabelecer parâmetros fixos sobre o fenômeno da guerra pela variação de formas e as transformações políticas na sociedade (Bassford, 1993). A chave compreensiva do autor está na variação, na certeza desta, como em todo fenômeno humano e social. Clausewitz rompe com o pensamento vigente de seu tempo, como o de Jomini, que versava sobre as leis da natureza para prever o comportamento em guerra com a precisão das ciências exatas.

Sinteticamente, o pensamento de Clausewitz em “Da Guerra” traz os seguintes aprendizados sobre o estudo do fenômeno:

1. Supremacia da política sobre a guerra.
2. Conceituação de guerra absoluta e de guerra real. A primeira apresenta-se como irreal e ideal do primeiro tipo de guerra, enquanto a segunda pode ser compreendida a partir da política.
3. A compreensão da esfera imaterial do conflito, baseado nas forças morais e valores subjetivos no desenrolar da guerra.
4. Adequação ao momento histórico e a localização geográfica, que delimitam as circunstâncias do conflito.
5. Trindade da guerra - constituição de três forças sempre presentes em todas as guerras: a violência; o acaso e da probabilidade; a subordinação e o governo
6. Dinâmica da defesa e ataque, onde a primeira se destaca como a melhor estratégia.

³ Jomini era pensador relevante a ser contextualizado no debate intelectual da época, mas vale ressaltar que seu objeto de estudo versava sobre as batalhas e não sobre a Guerra como Clausewitz.

4 Handel e o quarto pilar

Michael I. Handel (1942-2001) era especialista em teoria estratégica com doutorado pela Universidade de Harvard. Durante sete anos (1983-1990) foi professor de Assuntos de Segurança Nacional no Colégio de Guerra do Exército dos EUA e autor de vários livros sobre teoria e prática de guerra como *Masters of War: Sun Tzu, Clausewitz e Jomini (1992)*; *Inteligência e Operações Militares (1990)*. Foi um renomado pensador sobre a surpresa estratégica e metodologia da inteligência e antes de seu falecimento escreveu sobre a guerra de múltiplas frentes.

Em seu livro *Guerra, Estratégia e Inteligência (1989)*, Handel sugere que Clausewitz, se vivesse no século XX, teria inserido um quarto pilar à sua trindade: o pilar da tecnologia. Passando de trindade para um quadrilátero que assim daria conta do fenômeno da guerra moderna. Para ele, Clausewitz vivera numa época em que ainda era possível compreender a guerra por meio de simplificações, incorporando tudo sem ser superficial e podendo desmembrar o que era pertinente a cada uma das esferas envolvidas como a política, estratégia e a condução da guerra em si. Porém, a complexidade atingida dos dias atuais torna essa abstração mais difícil (Handel, 1989, p. 54).

Handel não desconsidera a contribuição de Clausewitz, que é sem precedentes até hoje. Enfatiza o esclarecimento da primazia do controle político sobre a guerra, bem como os papéis da fricção, incerteza e sorte. Apesar de ter vivido entre as duas grandes revoluções, a Francesa (1789-1799) e a Inglesa (1760-1850), viveu um período de muitas transformações entre 1780 e 1831, mas assimilou essas mudanças como reversíveis (Handel, 1989, p. 55).

Conforme visto nas diferentes gerações de guerra, Handel (1989, p. 56) percebe que cada alteração tecnológica causa uma reação em cadeia social, política, burocrática, gerencial e psicológica. Quando são muitas ocorrendo simultaneamente, há um aumento das incertezas envolvidas que moldam a guerra moderna e o campo de batalha do futuro. Clausewitz faleceu antes de ver os importantes impactos causados pelas ferrovias – o que deixou seu trabalho incompleto segundo Handel, o qual usa como exemplo o uso estratégico feito pelos alemães, que conseguiram maior mobilidade e afetaram toda uma cadeia decisória dos envolvidos no conflito.

Handel encara a tecnologia militar como “an autonomous force capable of influencing the shape of war in a decisive way” (Handel, 1989, p. 57). As tecnologias alteraram a dinâmica da guerra ao ponto de não mais se concentrarem no campo de batalha, mas na

preparação que antecede o conflito. O foco passa do soldado para o cientista; na indústria e em seu potencial frente a aplicação no campo de batalha.

Ao deslocar a importância de destruição do inimigo para o desenvolvimento de capacidades tecnológicas durante o período de paz – como forma inclusive de dissuadir o oponente a declarar guerra – o ponto central da destruição do inimigo apontado por Clausewitz perde importância. O espectro de participação da guerra se expandiu e a complexidade estendida aos diversos setores da sociedade envolvidos passa a não ser mais um conflito entre exércitos, mas entre indústrias, recursos e populações. As duas grandes guerras do século XX foram prova da proporção dessa extensão (Handel, 1989, p. 57-58). Handel não ignora a mudança como apresentada na teoria de Clausewitz, contudo, percebe a diferença de seu papel dentro daquela teoria como reversível. Enquanto hoje, a tecnologia já constitui parte naturalmente estabelecida e aderida ao fenômeno (Handel, 1989, p. 59).

O teórico americano, Handel, critica o clássico autor suíço por enfatizar sempre o político e o social, e ignorar a tecnologia – considerando a visível mudança que o canhão acarretou na guerra. Mesmo assim, a contribuição de Clausewitz foi ímpar dando conta do aspecto geral pelos apontamentos conceituais da incerteza e da fricção, além de elucidar a supremacia da política para conduzir a guerra de modo racional como eternamente válido (Handel, 1989, p. 59-60).

Apesar de todas essas contribuições, em todos os outros aspectos a tecnologia causou irreversíveis mudanças. A corrida armamentista é um bom exemplo de alteração da defesa e da ofensiva, onde as perspectivas de efeito surpresa vem a ser uma constante, deslocando atenção para as áreas de inteligência e ataques preventivos (Handel, 1989, p. 60). Outro ponto de discordância de Handel com Clausewitz trata da desconfiança para com a inteligência. Esse último prioriza o gênio militar frente a pouca confiabilidade das informações levantadas em sua época. Atualmente, o risco das informações de inteligência ainda pode ser duvidoso, mas a lógica do gênio militar já não é mais requerida e sim a de um general gestor, que consiga gerenciar e filtrar o fluxo intenso e extensivo de mensagens interceptadas para transformá-las em informações úteis ao comando (Handel, 1989, p.60).

Quanto à capacidade dos líderes, a tecnologia expandiu o conflito do campo de batalha para as sociedades civis, o que Handel aponta como uma mudança de natureza e na forma da guerra moderna (idem, p. 60). Creveld (1991) e Kaldor (2013) concordam com essa mudança em razão das características dos conflitos contemporâneos, também questionando a aplicabilidade de Clausewitz nos conflitos do início da década de 1990.

A tríade paradoxal de Clausewitz, segundo Handel, não é capaz de dar conta da moderna tecnologia militar que é um dos principais elementos da guerra contemporânea. Ela é uma redução do infinito número de variáveis e interações reduzidas a seus denominadores comuns em três elementos não materiais por natureza. A sugestão apontada por Handel é a inclusão de um quarto pilar, como uma quarta dimensão analítica à teoria clássica da trindade. Só então a clássica teoria de Clausewitz abarcaria o fenômeno das guerras modernas sem negligenciar os equipamentos e as armas. A defesa dessa recomendação se baseia na importância de se considerar as influências materiais nas esferas filosófica, psicológica, política, social e militar da guerra (Handel, 1989, p. 61-62). A tecnologia inseriu uma nova dimensão qualitativa ao multiplicar o potencial de força, o que por sua vez desequilibrou a lógica da vantagem quantitativa entre os adversários que Clausewitz dizia predominar (Handel, 1989, p. 62).

Quando aplicada a outras modalidades de guerra como a guerrilha e a guerra convencional, Clausewitz aponta a alternância de importância entre os elementos de sua trindade: pessoas para a primeira posição e as armas para a segunda. Entretanto, a preponderância de um dos elementos enfraquece a relação estabelecida pelo conjunto (Handel, 1989, p. 64).

A tecnologia mudou a dinâmica da guerra. A ferrovia, o avião e o motor à combustão alteraram a percepção de tempo e espaço. Seu impacto alterou também a relação entre atacante e defensor, bem como a demanda por inteligência. Esses novos instrumentos usados na guerra produziram novas problemáticas, doutrinas, estratégias militares e planejamento em torno delas. A grande mudança em mobilidade alterou o equilíbrio de forças da época de Clausewitz, que privilegiava a defesa. Na era moderna, a relação ofensiva ganha uma vantagem unilateral, já que o atacante pode decidir onde, quando e como atacar de modo a concentrar sua força. A inteligência aparece como um fator chave para descobrir a mobilização do adversário durante a preparação para a guerra (Handel, 1989, p. 64). Clausewitz via a inteligência como um conhecimento imperfeito, onde são produzidas muitas informações falsas e essa questão só foi agravada pelo avanço das comunicações. Quanto à fricção, Handel diz que ela não foi controlada, mas a inteligência tem papel preponderante para sua contenção. As informações levantadas ajudam a conter o fenômeno da surpresa estratégica pelo monitoramento dos adversários (Handel, 1989, p. 67-70).

5 Outras Questões de Clausewitz para a Quarta Geração da Guerra

Após a Guerra Fria, os conflitos se apresentaram de forma “polimorfa, subjetiva e abstrata” (Coutinho e Gomes, 2019, p.1), ultrapassando os limites do Estado e alterando a maneira de fazer a guerra. As Forças Armadas sofreram adaptações a esses novos paradigmas em que as tecnologias possibilitaram a redução do contingente humano no campo de batalha e espaçaram sua frequência. Com o estudo das diferentes fases evolutivas do conflito, autores como Mary Kaldor (2013) e Creveld (1991) acreditam que Clausewitz – assim como Handel – já se tornou obsoleto diante das características dos novos conflitos e das transformações na essência da guerra. E há outros que ainda apreciam a inalterabilidade da teoria clássica. O argumento central dos críticos a Clausewitz diz respeito à mudança de natureza da guerra na quarta geração, alegando modificações em sua essência.

Mary Kaldor (2013) apresenta um pensamento interessante ao defender que as guerras passam por um novo momento, classificando-as como *novas guerras* por apresentarem novos atores, objetos, métodos e formas de financiamento. Esses novos conflitos não apresentam o Estado como detentor do monopólio da força, as batalhas são raras, não há conquista de território e a violência é empregada sobre civis. Um ponto de destaque é que elas são travadas em nome das identidades (Kaldor, 2013, p. 12).

Ao considerar tantas mudanças sobre o atual momento da guerra, Kaldor faz uma consideração importante ao dizer que os novos conflitos se desencadeiam com base em interesses particulares. Kaldor e Creveld apontam que nem sempre os objetivos políticos estão claros. Essa afirmação é verdadeira, principalmente no pós-Guerra Fria, período da eclosão de conflitos em torno de questões étnicas, religiosas ou tribais que Kaldor foca. A autora (2013) apresenta uma concepção datada e esperada sobre a guerra, enquanto Clausewitz se preocupou em entender a essência do fenômeno, que ele admite ser mutável. Pensando em elucidar essa afirmação da autora à luz de Clausewitz – para o qual a guerra é a continuação da política por outros meios – vale trazer para reflexão o conceito de política conforme escrito em sua obra *On War* (1989, p. 607): “In no sense can the art of war ever be regarded as the preceptor of policy, and here we can only treat policy as representative of all interests of the community”. Assim, podemos concluir que Kaldor procurou fundamentar sua crítica ao autor sem conhecer seu principal conceito, o que inviabiliza o argumento da autora. Os conflitos de quarta geração são sim baseados no interesse político de comunidades organizadas, sendo ela representada por um Estado ou não. Em essência, dizer que os conflitos agora são travados

por razões de identidade é o mesmo que assumir que estes são por interesse político, considerando a definição de Clausewitz.

Crevelde (1991) vê a guerra atual como um *mélange* entre as diferentes gerações. Defende que houve mudança na natureza da guerra, no qual diversos grupos se reúnem em torno de diferentes motivações e causas sem deter em seu poder recursos sofisticados de um Estado, o que caracteriza um novo tipo de conflito onde os confrontos tendem a adentrar a esfera civil. O autor aponta ainda a problemática distinção do que vem a ser crimes comuns, terrorismo e guerra, conceitos que foram sendo aperfeiçoados pelo Direito Internacional, mas que com o advento dos novos fenômenos protagonizados por atores não-estatais são agora de difícil categorização. Van Crevelde prognosticou, em 1990, o fim do monopólio da violência depois da Guerra do Golfo, na qual a tecnologia sobressaiu e resultou numa Revolução dos Assuntos Militares. Vislumbrou que seria uma era de guerras de precisão e mostrou-se certo em sua previsão.

Aqui cabe uma reflexão: não seria importante considerar o impacto que a falta dos volumosos investimentos estatais teria na cadeia evolutiva da guerra? O monopólio da violência do Estado possibilitou os grandes aportes financeiros às pesquisas que desenvolveram os avanços tecnológicos. Então, se os investimentos em tecnologia são exacerbadamente caros e só conglomerados industriais demandados por seus Estados são capazes de conduzir projetos tão extensos e custosos, como serão as próximas gerações de guerra além da já imaginada cibernética? Ficarão estagnadas? Afinal, Clausewitz (1976, p. 75) descreve a guerra como sendo “nada mais do que um duelo em grande escala”.

Clausewitz (1989) não antecipou o contato entre os diferentes indivíduos pela tecnologia, de forma a estruturarem grupos transnacionais que poderiam se unir em torno de uma causa política comum e excluindo seus Estados. Porém em seu tempo, já havia grupos de guerrilha e guerras civis sem a presença de Estados Nacionais guerreando diretamente. Sua trindade, mesmo assim, pode ser aplicada no embate entre forças que não obedecem a nenhum rigor de formação militar regular e buscam a primazia de seus interesses particulares, por não deixarem de ter a intenção política. Elas continuam sendo contraditórias vontades travando um conflito até que uma domine a segunda.

A tecnologia é uma poderosa força de alteração das constantes do conflito, mas não de sua natureza. O próprio Clausewitz considera que toda guerra possui natureza imutável, podendo ter técnicas adaptáveis a seu tempo e espaço. Ele mesmo esclarece que “War is more than a true chameleon that slightly adapts its characteristics to the given case.” (Clausewitz,

1989, p. 89). O clássico autor é bem claro quanto a adaptabilidade do fenômeno da guerra, abrigando o que dizem os teóricos sobre a quarta geração, no que tange a alteração das características do conflito da era moderna. A percepção do autor está de acordo com a defesa feita pelos que consideram haver de fato uma nova configuração da guerra. Mas eles estão errados ao dizerem que a natureza ou a essência se alterou. Os objetivos políticos continuam a ser o guia das ações dos atores em meio a dinâmica de obrigar o outro a se submeter a interesses que não são seus próprios.

A miopia em relação ao fenômeno da guerra já havia sido alertada por Bernard Brodie (1949) em seu artigo "*Strategy as a Science*", ao apontar que a estratégia não estava recebendo a devida atenção entre os especialistas militares. Na verdade, a relação entre os meios (poder de força) e os fins buscados (objetivos políticos) realmente transcende a burocracia militar demandando uma percepção macro. A complexidade dessa demanda veio por justificar a criação do campo dos Estudos Estratégicos que é sua institucionalização acadêmica. Mesmo assim, é preciso cautela com modismos e a desconfigurações de conceitos consagrados, uma vez que suas implicações podem custar vidas humanas.

6 Considerações Finais: Clausewitz esqueceu da tecnologia? O quarto pilar sugerido por Handel é necessário?

A crítica de autores como Creveld e Kaldor tende a levar os menos familiarizados à discussão a acreditar que houve de fato uma modificação na essência da guerra, entretanto, é preciso distinguir pequenas alterações de forma e encaminhamento da guerra das mudanças fundamentais em sua natureza, enquanto um fenômeno ligado ao poder.

A teoria de Clausewitz é tão atual que comporta não só a mudança tecnológica, mas todas as apontadas pelos teóricos Handel e os da quarta geração ao prever a mudança como uma constância que não afeta os pilares por ele identificados na trindade imaterial da guerra. O mais difícil parece ter sido por ele alcançado, a compreensão da essência que se mantém ao longo do tempo e que torna seu pensamento um verdadeiro clássico.

Creio que o equívoco dos críticos à Clausewitz está no esquecimento da guerra como uma dinâmica praticada por um ser naturalmente social, como é o ser humano. Sendo assim, a guerra é acima de tudo uma relação dialética entre os atores, que se valem de meios para estabelecer contato entre si. Em sua descrição, Clausewitz coloca a guerra como tendo uma natureza conflitiva única, o que a difere de outras interações sociais como de amizade, casamento e maternidade. É preciso pensar que assim como a linguagem se aprimorou através

do tempo, a sua função de comunicação nunca deixou de acontecer mesmo com a alteração do meio. Tendo ela sido por carta, telefone, telégrafo, desenho, filme ou código morse.

A abordagem que os críticos estabeleceram problematiza as várias formas de contato e interação pelos quais a guerra se desdobra. Sendo que esse é o princípio de qualquer relação dialética: o duelo (Clausewitz, 1989, p. 75). Esse foi facilitado pelas tecnologias, que demandaram alterações complementares. Continuando com o exemplo da comunicação seria a infraestrutura dos correios e posteriormente a de cabos para a comunicação do telefone e do telégrafo.

Verificamos então, que a natureza do trato da disputa beligerante é única, porém a forma pela qual se estabelece essa relação é adaptável conforme a época, a distância, o convívio e o vínculo entre os atores. A tecnologia foi o fator externo que alterou a forma, mas não a essência da relação humana, logo também não do conflito bélico em si. Uma cena ilustrativa é logo a primeira do filme “Uma Odisseia no Espaço”⁴, cuja disputa entre os dois homens das cavernas é a mesma até os dias atuais. Ela mostra que ao bater no outro com a madeira, ao entrarem em disputa pelo pedaço de carne, a beligerância do ser social humano permanece inalterada mesmo diante da teoria evolutiva das espécies de Darwin (1859) e das gerações das guerras de Lind (1989).

O quarto pilar sugerido por Handel não se faz necessário. A teoria de Clausewitz se faz atual até o momento presente por sua capacidade de comportar mudanças ao longo do tempo e entender a verdadeira essência da guerra, que faz uso da tecnologia apenas como um meio e tem como fim um objetivo político. Mesmo que nos tempos atuais, a névoa da guerra fique cada vez mais densa e confusa, em meio a tantas narrativas falsas sendo difundidas e que dificultam o real entendimento dos objetivos políticos de cada ator.

Contudo, vale a reflexão sobre como a tecnologia tem distanciado os soldados do campo de batalha pelos novos equipamentos oferecendo maior precisão com formas de controle remoto. A promessa de maior eficácia tem atraído a violência da guerra para mais perto do espaço dos civis. Isso significa que os avanços tecnológicos estão realmente salvando mais vidas ao reduzirem o número de soldados? O número de baixas civis não deveria ser considerado nesse racional?

Há espaço para se questionar se o aprimoramento tecnológico tem deixado as populações de fato mais seguras diante das inovações bélicas, mas a verdade é que muitas vezes o debate fica reservado aos militares, ao invés dos cidadãos a quem eles buscam

⁴ Uma Odisseia no Espaço. Direção de Stanley Kubrick. 148 min. 1968.

proteger. Talvez precisemos debruçar esforços não sobre a guerra, mas a exemplo de Clausewitz, sobre as interações sociais e as ideias estabelecidas antes mesmo dos conflitos se iniciarem. Isso porque, talvez, em meio a tanta tecnologia, só estejamos exercendo uma criatividade que multiplica os modos de estarmos cada vez mais inseguros e reféns daqueles que operam esses aparatos tecnológicos, sejam eles militares ou não.

Referências

BASSFORD, Christopher. *Clausewitz in English: the reception of Clausewitz in Britain and America, 1815–1945*. New York: Oxford University Press, 1994.

BRODIE, Bernard. Strategy as a science. *World Politics*, v. 1, n. 4, p. 467-488, 1949.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. Tradução de Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

CLAUSEWITZ, Carl von. *On War*. Tradução de Michael Howard; Peter Paret. Princeton: Princeton University Press, 1989.

COSTA, C. R. A. Evolução da arte da guerra? Das gerações da guerra moderna aos conflitos assimétricos e a guerra de 5ª geração. *KUR'YT'YBA: Revista Científica do Colégio Militar de Curitiba*, 2016.

COUTINHO, Rachel Silva da Rocha; GOMES, Victor Leandro Chaves. Clausewitz e os conflitos irregulares: uma análise crítica. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 31, n. 62, p. 171-183, 2019.
Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/468>. Acesso em: 10 fev. 2020.

CREVELD, Martin van. *The transformation of war*. New York: Free Press, 1991.

FERRIS, John. Conventional power and contemporary warfare. In: BAYLIS, John et al. (org.). *Strategy in the contemporary world*. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2007. p. 253-273.

HAMMES, Thomas X. A guerra de quarta geração evolui, a quinta emerge. *Military Review*, v. 87, n. 5, p. 1-15, 2007.

HANDEL, Michael I. *War, strategy and intelligence*. London: Frank Cass, 1989.

KALDOR, Mary. In defence of new wars. *Stability: International Journal of Security and Development*, v. 2, n. 1, p. 1-16, 2013.

LIANG, Qiao; XIANGSUI, Wang. *A guerra além dos limites: conjecturas sobre a guerra e a tática na era da globalização*. Beijing: PLA Literature and Arts Publishing House, 1999.

LIND, William S. et al. The changing face of war: into the fourth generation. *Marine Corps Gazette*, v. 73, n. 10, p. 22-26, 1989.

LOBATO, Lucas; KENKEL, Kai Michael. A ciberguerra é moderna! Uma investigação sobre a relação entre tecnologia e modernização na guerra. *Contexto Internacional*, v. 37, n. 2, p. 629-660, 2015.

MYNARD, Dilton. Considerações sobre a ciberguerra. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl (org.). *Por que a guerra?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 467-488.

PARET, Peter. Clausewitz. In: PARET, Peter (org.). *Construtores da estratégia moderna*. v. 1. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

RUIVO, Mariana Maia. *A guerra moderna e suas transformações: da 1ª geração à guerra cibernética e o impacto na segurança internacional*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SCHUURMAN, Bart. Clausewitz e os estudiosos da “nova guerra”. *Military Review*, ed. brasileira, p. 1-15, set./out. 2011.

Recebido em 25 de fevereiro de 2025.

Aceito para publicação em 30 de abril de 2025.



Paulo Bittencourt

Doutorando no Departamento de Ciência Política da USP, havendo sido pesquisador visitante na Universidade de Copenhague, Dinamarca. Bacharel em Relações Internacionais pela Unesp de Marília e Mestre em Ciências Sociais pela mesma instituição, na linha de relações internacionais e desenvolvimento. Foi bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). É autor de "Ciência e Teoria nas Relações Internacionais: um estudo sobre a síntese neo-neo a partir de Waltz" (Hucitec, 2025). A versão final deste texto contou com o apoio do programa "Postdoctoral Bridge Grant", da European International Studies Association. É pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP (NUPRI-USP).

WALTZ ONLINE WITH NUKES: TOWARDS A DEFINITION OF "STRATEGIC" IN 21ST-CENTURY INTERNATIONAL POLITICS

WALTZ ONLINE E COM ARMAS NUCLEARES: RUMO A UMA DEFINIÇÃO DE "ESTRATÉGICO" NA POLÍTICA INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI

ABSTRACT: The thought of Kenneth Waltz has been the focus of attention in International Relations theory in the last four decades at least. Recently, Waltz's thought has been revisited in a number of ways. This paper aims at revisiting his work understanding his definition of threat, and who/what is the subject and the object of a threat in the international system. I turn to applying such a discussion to two realms of contemporary interest: that of nuclear weapons, about which Waltz discussed very lengthy; and to that of cybersecurity, which Waltz wrote nothing about. Understanding how force is used in each of these realms, I propose a reflection on the concept of "strategic" and how it can be derived from Waltz's theoretical thought.

Keywords: Theory of International Politics; Nuclear Weapons; Cybersecurity; Strategy; Threats.

RESUMO: O pensamento de Kenneth Waltz tem sido o foco das teorias de Relações Internacionais pelo menos nos últimos quarenta anos. Recentemente, o pensamento de Waltz tem sido revisitado de diferentes formas. Este artigo busca visitar seu trabalho, compreendendo sua definição de ameaça e quem/o que é o sujeito e o objeto de ameaças no sistema internacional. Eu aplico essa discussão posteriormente a dois campos de interesse atualmente: armas nucleares, sobre a qual Waltz discutiu muito; e o âmbito da cibersegurança, sobre a qual Waltz não discutiu. Compreendendo como a força é usada em cada um desses âmbitos, eu proponho uma reflexão sobre o conceito de "estratégico", e como isso pode ser derivado do pensamento teórico de Waltz.

Palavras-chave: Teoria da política internacional; Armas nucleares; Cibersegurança; Estratégia; Ameaças.

1 Introduction

Kenneth Waltz is undoubtedly one of the most influential authors in International Relations (IR) theory, having laid the groundwork for debating the discipline over the last 40 years (Goodin, 2011). Waltz's ideas are present either because of his theoretical contribution consolidated in his book *Theory of International Politics* (Waltz, 1979) or because of criticisms and attempts to complement it, such as the ones endeavored by Keohane and Nye (1987), Alexander Wendt (1999), and Nuno Monteiro (2014). Tim Dunne, Lene Hansen, and Colin Wight (2013) go as far as to state that, after Waltz, IR theory is a “footnote” to his theoretical construct.

However, the goal of this paper is largely unrelated to Waltz's debates with his critics and followers. It is rather to mobilize Waltz's ideas theoretically, aiming to widen their explanatory capacity (bearing in mind the length limit of this paper), as I apply them to contemporary themes in international politics. Namely, I argue that nuclear weapons and cybersecurity are key for understanding state competition after the end of the Cold War. Specifically, I aim to develop a preliminary understanding of the concept of “strategic” as presented by Waltz, by drawing on his concepts and definitions of state capacity. In short, what can be considered “strategic” for the state in the international system as conceived by Waltz?

By the end of this paper, I intend to have answered the following questions: a) how threats are constituted in Waltz's theoretical perspective, i.e., what the structurally imposed threats are, and why; b) how more recent themes of international security, namely nuclear weapons, and cybersecurity, are a political tool (lever) for international competition; so that I can finally answer, c) what can be understood as “strategic” in the theory proposed by Waltz. By starting with theory, I aim to establish a dialogue with the empirical realm so that the explanatory capacity of theory can be widened.

Mobilizing such a set of questions brings about the definition of threats for Waltz. Who are the threats in the international system? They are a threat to whom? These are different ways of approaching his *Theory of International Politics*, and one that has already been developed by other scholars (Walt, 2013). Knowing what the threats are, we can understand how violence can be deployed internationally: offensively, defensively, coercively, or dissuasively. This is key to comprehending how nuclear weapons and the cyber domain are linked in international politics to the survival of the state. Last, considering these discussions, it is possible to argue that despite the advances in forms of states exerting violence or

defending themselves thereof, there is persistently the concern of the survival of the state, which lends the contours to the definition of “strategic” I intend to outline (at least incipiently).

Methodologically, this paper is deeply rooted in Waltz’s *Theory of International Politics* as a theoretical benchmark. It clearly and deliberately focuses on relations of state as the most consequential actors in international politics. It is based upon a premise of Waltz’s theoretical development (Waltz, 1986, 1997b), according to which there is an unavoidable interdependence between theories and facts. Establishing a road that goes from theory to facts, and from facts back again to theory, it is possible to shed some light on new aspects of reality that the theory helps understand, widening the theory itself. Methodologically, I understand Waltz’s work as a unity, spanning from his *Man, the State, and War* (Waltz, 2001) to his most recent texts, having undergone a period of “methodological leap” (Bittencourt, 2025) with the development of his *Theory of International Politics*. By “methodological leap,” Bittencourt (2025) refers to a refinement of Waltz’s stances on theory building, which embraces what had already been theorized by him before. By drawing on Waltz’s writings, particularly the most recent ones, this paper mitigates the risk of theoretical eclecticism as a “methodological pathology” that hinders the development of theory into research strategies (Oliveira Filho, 1995).

This paper is divided into four sections beyond this introduction, each one answering one of the proposed questions. The second section casts light on the constitution of threats in Waltzian theory, as the third section discusses nuclear weapons and the strategy of force employment they serve. The fourth section presents a discussion on cybersecurity, while the fifth attempts to synthesize these discussions under a (still preliminary) concept of “strategic” according to the Waltzian canon. A concluding section follows these discussions.

2 The theory of international politics and the constitution of threats

What can be grasped as a threat according to Waltz’s theory? A threat to whom? These are the first questions I address in this paper.

Perhaps the easiest way to answer these questions is to recap the fundamental elements of the constitution of the structure of the international system. From *Theory*, we are told that the international system has two components: units and structure¹. Units are easily

¹ This definition is not a consensus, though. For instance, Keohane and Nye (1987) focus on the “process” element of international system, while Buzan, Jones, and Little (1993) also point to a process element which is

identified as the states. The structure, on the other hand, is compounded by the ordering principle, the function of units, and the distribution of capacities across units (which, despite referring to the units, is a system-wide component) (Waltz, 1979, 1988).

The ordering principle of international politics is anarchy, contrary to hierarchy, which orders domestic politics. Anarchy is the “third image of international relations” according to *Man, the state, and war* (Waltz, 2001), and it engenders a particularly competitive behaviour, according to which it is each state's reach to achieve its goals. The most fundamental goal in international politics is the (political) survival of units (Waltz, 1979, 1975, 2001).

The second element of the structure of the international system is the function of units: in international politics (thus, in an anarchic realm), units are structurally undifferentiated, i.e., they will (or should) play the same roles. This means that some functions are bound to be duplicated because the system incentivizes units to avoid becoming hierarchical and thus specialize. It is this component that clarifies what the point of reference of Waltz's theory is:

states are not and never have been the only international actors. But then structures are defined not by all of the actors that flourish within them but by the major ones. In defining a system's structure one chooses one or some of the infinitely many objects comprising the system and defines its structure in terms of them (Waltz, 1979, p. 93)

Such a brief excerpt brings about a critical aspect of the theory under scrutiny. First, it brings forth the deliberate delimitation of Waltz's theory. Since he is concerned with developing a theory of international *politics*, his theory should focus on the most consequential international political actors. Such a delimitation, nevertheless, acknowledges that states are not the sole actors of international politics, as one reads. The passage also provides the first clue about the target of the threats: they are directed at the state.

The third component of the structure of the system is the distribution of capacities among states. *Functionally* undifferentiated, the difference across units is expressed through their lesser or greater ability to get tasks done: in other words, their capacities. Even though units can intentionally increase their capacities, its distribution across all units is a systemic factor. There is a difference between the individual actions of the state and its actions seen in an interactive realm populated by other similar units. It is worthwhile noting that international politics is an *interactive* realm, as stated by Rousseau (2003) and assimilated by Waltz as an

not structural, but which cannot be understood as a domestic factor either. Wendt (1999), for his part, argues about the existence of micro- and macro-structures in a very close vogue to this discussion.

illustration of his third image. Such an interactive feature is responsible for the recurrence of the security dilemma, for example.

It is necessary to add an important note to the previous discussion. Booth and Wheeler (2008) conceive as a “security dilemma” a double-folded set of questions to the following problems: 1) the “other minds” problem, i.e., one can never be sure of the true intentions other actors have; and 2) how to act, once presumed what the other(s) will do. States, not knowing what others plan to do, fear their security may be jeopardized, thus increasing their capabilities. This is how states enter into a spiral of uncertainty, distrust, and insecurity. To this spiral, Booth and Wheeler call the “security paradox”: as states seek to be more secure, they end up becoming less so (Booth; Wheeler, 2008). What Booth and Wheeler call the “security paradox,” Waltz, following John Herz (1950), called the “security dilemma.” This means that, for Waltz, the international system is permeated by uncertainties since it is not possible to know what the plans of other states are². Even though Booth and Wheeler (2008) correctly evaluate that such uncertainties are only implicitly present in Waltz’s theory, it is possible to note its presence through his discussion on Rousseau. According to the Rousseauian argument, we are told, states lean towards general will domestically, but they cannot do so internationally. In the international realm, since there is no such a thing as a general will, states lean towards their own general wills, which, systemically, is more similar to individual wills, each one leaning to a different preference (Rousseau, 2003; Waltz, 2001).

Such a discussion provides me with the tools to state that, for Waltz, states are not only the target of threats but also the subjects of such threats. States are threats to one another. And this is why balances of power tend to emerge: “balance-of-power politics prevail wherever two, and only two, requirements are met : that the order be anarchic and that it be populated by units wishing to survive” (Waltz, 1979, p. 121).

Based on the previous discussions, it is possible to claim that the ordering principle of the international system’s structure is anarchy. It is also possible to assert that survival is the most useful theoretical notion for making sense of Waltz’s theory: whatever the goals of the state, it will seek to survive in order to reach it, making survival a necessary and preliminary goal. Balance of power emerges, therefore, as a way for states to counter a stronger state or a coalition of stronger states because powerful states are always a threat. It is also because of these features that the security dilemma (or security paradox) arises: states fear what others can do to them.

² In Game Theory, we could call it a game with imperfect information.

Ranked together, state capacities can be understood as the power of the state (Bittencourt, 2018). In its Hobbesian sense (Waltz, 2001), power is the capacity to produce a desired effect. Such an effect can be more readily comprehended in terms of the state's survival. Greater or lesser capacities ensure the political survival of the state within the system, i.e., it remains an undifferentiated unit with the capacity to decide on its own how to address its domestic and foreign issues. After assuring its own survival, the state can (and in most cases will) seek to achieve other ends, but survival is a logical imperative for it to happen:

Obviously, the system won't work if all states lose interest in preserving themselves. It will, however, continue to work if some states do, while others do not, choose to lose their political identities, say, through amalgamation. Nor need it be assumed that all of the competing states are striving relentlessly to increase their power. The possibility that force may be used by some states to weaken or destroy others does, however, make it difficult for them to break out of the competitive system (Waltz, 1979, p. 118–119).

Capacities are not only about *military* ones. It is essential to note that states typically have various levers that can be employed to pursue their preferred policies internationally (Waltz, 1986). Military force is only one of them. States rank towards one another depending on “how they score on *all* of the following items: size of population and territory, resource endowment, economic capability, military strength, political stability and competence” (Waltz, 1979, p. 131). These aspects, therefore, not only serve to inform about the power of states vis-à-vis one another, but they are also fundamental for the survival of the state. In this paper, military force is understood as a way of exercising violence, with consequences that extend to all other elements, even though it is not the only one.

The distribution of capacities is what differentiates structures. In other words, depending on the polarity of the system (i.e., the number of consequential units), one finds a bipolar, tripolar, or multipolar system³. Multipolar systems are those with more than three poles with roughly similar capacities. It characterizes the international system from the Westphalian Peace to the end of World War II. From 1945 until the end of the Cold War, the system was bipolar. With the demise of the Soviet Union and the end of bipolarity, it is possible to see a great imbalance of power, with the United States as the sole pole of the system. Until his latest writings, Waltz maintained that the American power would be balanced sooner or later: “unbalanced power, whoever wields it, is a potential danger to

³ Unipolarity is also a systemic configuration, even though it is not, strictly speaking, a *balance* of power. See Hansen (2011), and Græger et al. (2022).

others. With benign intent, the United States has behaved and, until its power is brought into balance, will continue to behave in ways that sometimes frighten others” (Waltz, 2000b, p. 28). The argument goes:

in the light of structural theory, unipolarity appears as the least durable of international configurations. This is so for two main reasons. One is that dominant powers take on too many tasks beyond their own borders, thus weakening themselves in the long run. (...) The other reason for the short duration of unipolarity is that even if a dominant power behaves with moderation, restraint and forbearance, weaker states will worry about its future behaviour (Waltz, 2000a, p. 1).

The duration of unipolarity has been subject to debate, with differing views on its configuration and the implications for analyzing the current international system⁴. The end of the Cold War and the “unipolar moment” of the United States gave rise to new research agendas moving beyond the delimitation of Waltz’s theory, such as the issue of international terrorism. Terrorism, for Waltz, despite its importance, is not a threat to the survival of the state, even though it is capable of inflicting considerable damage and irreparable human losses (Sagan; Waltz, 2010). Indeed, it is a threat that emboldens and empowers the state, putting into action policy agendas that tend to increase the power of the state⁵.

Some aspects of international politics are not significantly altered by terrorism. First, terrorism does not put an end to the power imbalance that characterized the post-Cold War world. Contrary to Nye, for whom the United States needed the support of other states in the world for its international policies (Nye, 2003), Waltz claimed that the United States in fact had such power to *go it alone*, undoing the paradox of the American Power. Second, terrorism had not modified the underlying structure of military relations among nuclear states. Third, the United States, stretching its superpowers, would unavoidably enmesh in international crises (Waltz, 2002). Indeed, the “War on Terror” allowed the US to overstretch its presence to different places around the world. And this is the problem of the unipole in a unipolar world: “the vice to which great powers easily succumb in a multipolar world is inattention; in a bipolar world, overreaction; in a unipolar world, overextension” (Waltz, 2000b, p. 13). All the “vices” mentioned by Waltz are related to the state in its relations with other states. Eighteen years later, Mearsheimer (2018) would restate the same point.

⁴ See, as a matter of instance, Hansen (2011); Monteiro (2014); Mearsheimer (2018); Tunsjø (2018); and Græger et al. (2022).

⁵ Some evidence for this argument can be found in Gould and Klor (2010).

Perhaps the easiest way to grasp how states threaten one another is through the exercise of force. According to Waltz, force can be used for offense, defense, deterrence, and coercion (Waltz, 1981).

In its offensive use, force can serve different purposes. First, it can help to conquer: a state can attack another one to annex a territory, as Russia has recently done with Ukraine (D'Anieri, 2023). Force can also be deployed offensively to ensure security, and then it can be used preventively or preemptively. Prevention occurs in a situation of force asymmetry, where the stronger party attacks the weaker party, aiming to prevent the latter from becoming as strong as the former. Preemption, in turn, does not consider the correlation of forces and is practiced when one supposes the other is going to attack; there is an incentive to strike first in this setting (WALTZ, 1981, p. 4). In its coercive use, force is in the ability not of its actual use, as in attack, but rather in its threat in order to compel one to behave in a certain way (Waltz, 1981, p. 5).

Lastly, defense and deterrence aim at dissuading the attack. Dissuasion is all about modifying one's intentions. Defense is about absorbing one's attack, denying the delivery of the attack. The message conveyed is that, even though they may not strike back, the target state will make the attack very costly (Waltz, 1981, p. 5). Defense provides no deterrence, though: it gives the state no condition to strike back. This is precisely the feature of deterrence: the importance goes not to the first strike, but rather to the second-strike capacity. The targeted state has such formidable ways of striking back that the first strike becomes virtually unthinkable. Deterrence provides no defense but conveys a message as well: the second strike will be so powerful that it will outweigh or cancel any potential gains achieved by the first strike. The capacity to punish is the core of the idea of deterrence, which operates through fear of how severe can be the second strike by the target (Waltz, 1981, p. 5).

Being secure depends on the capacities of the states, which coexist in an anarchic realm in which every other state is concerned with its own business. Nevertheless, states tend to emulate one another with their strategies, replicating those that have allowed other states to survive (Waltz, 1979). It means that states can replicate each other's weapons, so they do not depend on the goodwill of those who become more powerful. Furthermore, Waltz's theory presents a causation direction that flows both ways, from structure to units and from units to structure. Perhaps the clearest example of this is the development of nuclear weapons, about which the next section deals.

3 Nuclear weapons: the mutual impact of structure and units

The most crucial strategy nuclear weapons help with is deterrence: “Nuclear weapons are useless for fighting wars and even for threatening blackmail. Nuclear weapons have always formed part of the scenery of international politics, which is the appropriate place for weapons suited for deterring rather than for fighting” (Waltz, 1997a). In other words, the immense capacity of destruction and the facility to store and move them make these weapons prone to retaliatory threats, but with no incentives for their use in an attack strategy (Sagan; Waltz, 2010; Waltz, 1995a, 1981). How does all this relate to the structure of the international system, as discussed previously? How do nuclear weapons relate to the survival of the state, since they are not thought of as strategies for attack?

Nuclear weapons are vital in a competitive and interactive environment in which each unit must rely on its own capacities to ensure its survival. Despite not eliminating the competition for security and wealth, nuclear weapons remain an essential factor in stability in a unipolar world (Waltz, 1995b). The development of nuclear weapons has a marked reactive character, responding to external threats as presented by Sagan (1997). A brief side discussion is necessary here.

For Sagan (1997), at least three models explain the development of nuclear weapons. The first is the one based on external threats, which is clearly the model set forth by Waltz. There are, nonetheless, other sources of explanation for the development of nuclear weapons by the state. Some, even though facing pressing external threats, have not developed these weapons. And it gives room for a second model, according to which domestic pressure groups are capable of expediting, delaying, or hindering the development of these weapons. Last, a state may develop nuclear weapons due to its symbolism. According to this model, nuclear weapons both express and shape the identity of a state, and instead of its development be related to external pressure or domestic groups' preferences, it relates more closely to “deeper norms and shared beliefs about what actions are legitimate and appropriate in international relations” (Sagan, 1997, p. 73).

Sagan's study concludes by pointing to the multicausality of the development of nuclear weapons. Each model helps shed light on a specific part of the process, whether to explain why it occurred or why it did not. It is possible to bring Sagan's point close to Waltz's. The latter states that neither anarchy nor domestic politics is enough to explain international phenomena (Waltz, 2001). As we discussed above, the theory of international politics points us to two directions of causation: structure and units. The structure is ordered

upon the principle of anarchy. Units, on the other hand, are a second element comprising the international system (Waltz, 1979, 1988). Since structure and units mutually affect each other, international political outcomes should be explained in terms of both (Waltz, 1997b). Waltz's theory, then, *does* allow for domestic factors to sum in the explanation of results, as also the structure helps explain the pressures states are under.

Concentrating on the many reasons why states may wish to acquire nuclear weapons, there is a variation on the same theme: international security pressures. A state may want to develop nuclear weapons a) to counter the weapons of great powers; b) out of fear of an allied state not retaliating a possible aggressor; c) to counter its rivals; d) out of fear of conventional weapons its rivals possess; e) because nuclear weapons offer a cheaper option for assuring one's survival; f) because it intends to attack (what Waltz considers improbable); or, g) because it wants to enhance its position internationally (WALTZ, 1995b, p. 5-6).

Independent of the reasons presented by states or listed by authors, Waltz considered nuclear weapons an element of stability during the Cold War, alongside the system's bipolarity (Waltz, 1981, 1988). This is due to the weapons' dissuasive rather than offensive character. Furthermore, stability is clearly a result of the interaction of system- and unit-level variables, if it is understood as the maintenance of the anarchical principle and the number of central units within the system (the poles).

Nuclear weapons will work as a guarantee that the vital interests of the nuclear state will not be jeopardized because there is no incentive for a first strike in a deterrence strategy (Waltz, 1995b). This is perhaps the leading utility of nuclear weapons. Nevertheless, despite assuring a certain degree of stability, the indiscriminate and fast proliferation of nuclear weapons is jeopardizing it, because units have no time to learn how to deal with similar nuclear units (Waltz, 1995a). If states are to develop nuclear capacity, it is preferable that they do so gradually, as has been the case (Sagan; Waltz, 2010, p. 95).

Miscalculations are one of the leading causes of war (Waltz, 1995a). This is one of the reasons why multipolar systems have historically been more war-prone, as there are intrinsic difficulties in estimating the capacities of the other parties (Waltz, 1979, 1988). Nuclear weapons, in turn, change the scenario once observed in a conventional world: since they are absolute weapons, they assure the maintenance of the vital interests of the state. Such arsenals can be reduced to small numbers, still "if they remain at or above the second-strike level, the military relations of states continue unchanged" (Sagan; Waltz, 2010, p. 92).

Even though nuclear weapons do not eliminate the possibility of war, they limit its occurrence to the peripheries of the system and to aspects that are not central to the survival of

the involved parties. One example is the war in Vietnam. For the United States, winning it would not mean the end of the Soviet Union; losing it would not lead to a Soviet domination of the world. The war, therefore, did not lead to a nuclear escalation.

Nuclear weapons also make political leaders more moderate internationally. Pointing to the “irrationality” of some governments as a reason not to develop nuclear weapons makes little sense, because governments are sensitive to the costs of their actions (Waltz, 1981, p. 11). It becomes even clearer for the author when he develops his argument in the context of Middle Eastern politics. Responding to the argument that the development of nuclear weapons by Arab states could bring along instability in the region, Waltz states that

A quarter of the Egyptian people live in four cities: Cairo, Alexandria, El-Giza, and Shoubra el-Kheima. More than a quarter of Syria’s people live in three: Damascus, Aleppo, and Homs. What government would risk sudden losses of such proportion, or indeed of much lesser proportion? Rulers want to have a country that they can continue to rule. (...) We cannot expect countries to risk more in the presence of nuclear weapons than they did in their absence (Waltz, 2003, p. 14).

One example Waltz presents for the debate is Maoist China. According to him, it became “much less bellicose after acquiring nuclear weapons in 1964” (Waltz, 2012). This is so because states that develop nuclear weapons end up being potential targets for other states. If they do not moderate their behavior, then they can be accused of carrying out attacks they have not – it could, then, put their existence at risk, making them a target for a retaliatory strike of a first attack they have not carried.

The development of nuclear weapons is less costly for states than engaging in conventional arms races. The fact that some states still engage in this kind of arms race derives from a failure to appreciate the advantages nuclear weapons offer (Waltz, 1990). It is also the result of a long-term socialization of states within an international system, where a state’s survival depends on its own capabilities and the reproduction and duplication of these capabilities.

As a final differentiation between deterrence and defense (both of which are dissuasion strategies), one can imagine two states, A and B. A carries a conventional attack against B. B uses its defensive strategy. B’s defense depends on its own capacities but is triggered by A’s attack. Now, one can imagine a nuclear attack carried out by A against B. A becomes entirely vulnerable for the second-strike capacity of B, and the intensity with which it decides to carry out its retaliatory attack: “deterrence depends on what one *can* do, not on what one *will* do. What deters is the fact that we can do as much damage to them as we

choose, and they to us. The country suffering the retaliatory attack cannot limit the damage done to it; only the retaliator can do that” (Waltz, 1990, p. 733).

The excerpt illustrates the issue of state survival and deterrence strategy. Nuclear weapons are acquired to get nuclear second-strike capability; however, bearing in mind that one cannot control the nuclear second-strike, the incentives for the first strike are low. States are incentivized to acquire nuclear weapons, not to use them. The search for developing nuclear weapons is what Waltz discusses in his article on the search for nuclear weapons by Iran: according to Waltz, the threats of regime change against Iran is a strong incentive for the Persian country to search precisely what the United States does not want it to, i.e., nuclear arsenal aiming at deterring the United States (SAGAN; WALTZ, 2013, p. 149; WALTZ, 2012),

To sum up and recap, nuclear weapons relate to the survival of the state exactly because acquiring them helps assure the survival of the state. The fact that they are not supposed to be used also relate to the survival of the state, though. This is because what matters after a first strike is carried with them is the second-strike capacity of the state aggressed – the intensity of the retaliation and how it will be conducted depends solely on the retaliator. It gives the nuclear weapons a deterrence character. Another security theme, which Waltz did not write about, is cybersecurity. It is possible to think of a theoretical structure that encompasses also this aspect of current international relations, and this is the object of the next section.

4 Understanding cybersecurity through Waltz’s lenses

Over the last two and a half decades, cybersecurity has made significant advances in the field of international security. For instance, in 2015, the Obama Administration invested US\$1,8 billion in Fort Meade, Maryland, in issues related to cybersecurity (GOULD, 2015). The cyber dimension has become an important aspect of international confrontation. The Pentagon, for some time now, has considered it as one of the military dimensions, along with the land, sea, air, and spatial ones. The USCYBERCOM was created to defend the security interests of the United States. In the cyber context, the United Kingdom suffered a series of attacks that leaked patient data in 2017 and 2024 (CASEY, 2024; “NHS ‘could have prevented’ WannaCry ransomware attack,” 2017). Israel, for its part, was able to attack the Syrian system of radars in 2009, denying the Syrian army the capacity to detect the presence of Israeli airships in its airspace (Orend, 2019). The question resonates: How can cyber threats

be understood? The gadgets used in this context are best understood as offensive, defensive, or deterrent means?

Bearing in mind that “an understanding of the various lenses used to visualize cyberspace will help to predict better and analyze initiatives undertaken by all players within the cyberspace system” (Manjikian, 2010), I shall stick here to the state-focused limitation proposed by Waltz – again, not because they are the only actors in international relations (and in the cyberspace, more specifically), but because the cyberspace is compounded by interactions between states that relate more or less directly with the states in the international political system. Furthermore, the focus on the constitution of threats, as defined by Waltz and discussed in the first section, directs the efforts in this paper to this deliberate limitation.

Joseph Nye discusses cybersecurity and deterrence, stating that it is possible to deter in the cyberspace in four ways: through punishment, denial by defense, entanglement, and normative taboos (NYE, 2017, p. 54-55). Despite its differences to Waltz’s categorization, Nye’s is no less valuable for this paper. Nye argues that contrary to nuclear weapons, deterrence based on punishment does not have an important role in the cyber dimension because the identity of the aggressor is unknown. The number of adversaries is high, and ‘knowing what assets can be held at risk and for how long is unclear’ (Nye, 2017, p. 55). On the other hand, denial of access through robust defenses can be crucial for strengthening a network and reducing the likelihood of an attack (Nye, 2017, p. 56). As for the entanglement of the networks, it is related to the interdependence between the aggressor and the target, enhancing the costs of an attack for both, making a hostile action less attractive. The costs can also be found in the creation of norms, generating taboos that also decrease the incentives for attacks (Nye, 2017, p. 58–60).

All these possibilities of action and management of cyberspace fall under the category of “deterrence” for Nye, which is a stretching of the concept, as I have been referencing. Of the four strategies proposed, I focus specifically on two: “punishment,” which corresponds to the idea of “deterrence” in Waltz, and “denial of access through defense,” which corresponds to the Waltzian notion of “defense.” Since these interactions do not involve the use of physical force, it is legitimate to ask how much of the use of these categories is metaphorical. I argue that since the use of cyberweapons can bring an advantage to their deployer, it can be understood through Waltzian lenses. It is, therefore, not inappropriate to talk about attack, defense, dissuasion, and coercion with this kind of weapon.

The notion of deterrence appears to be inappropriate in the cyber environment. Deterrence, as Waltz argues, is based on the idea of delivering such a powerful retaliation that

the gains of a potential aggressor are inviable. In a purely deterrent strategy, the potential target may not have defensive means, but it can inflict unbearable damage to the author of the first strike. It is hard to imagine such an absolute situation that puts the aggressor in such a high risk that constrains its first cyber strike. It becomes evident when Joel Brenner (Brenner; Lindsay, 2015) argues that around 160 thousand malware become available every day (data from 2015). Which government would risk not protecting its sensitive data when such a quantity of weapons becomes available every day? It is more reasonable to consider a defensive strategy that, although not perfect, can effectively counter damage, given that governments are cost-sensitive. As Timothy Junio puts it, “it appears uncontroversial that, if cyber war happens, it will be highly costly even if not lethal” (Junio, 2013, p. 131–132).

Furthermore, deterrence relies on a fundamental aspect: identifying the aggressor. Problems in attributing the attack to the correct authors can generate retaliation against the wrong targets (JUNIO, 2013, p. 126). According to Nye, this makes deterrence slower. Other forms of confrontation in the cyber environment can also be considered.

Offensive strategies in cyberspace can be both attacking and the exploitation of information (Nye, 2017; Slayton, 2017). Exploitation relates to espionage techniques and is very common, as it involves leaking “confidential information against the wishes of the owner” (Nye, 2017, p. 47). Slayton (2017) clarifies, however, that the costs of such an attack can be very high, considering the complexity of the organization's cyber defense against a government that operates constantly, building hurdles against this kind of attack.

The cyberspace is a dubious space (Slayton, 2017): as operations cannot be easily distinguished between attack and exploitation, there appears a “cyber security dilemma”, “wherein network intrusions undertaken for defensive purposes are easily misunderstood as preparation for an attack, creating the risk of escalation and use of force” (Slayton, 2017, p. 73). The opacity of the international system that creates the security dilemma is also transplanted to the cyberspace of international politics.

Attacks in such environment vary from the leaking of confidential information, as in the WikiLeaks episode, to those that blur the lines between the physical and the virtual, as in the “NotPetya” attack, which by invading the electricity distribution system in Ukraine, denied the access to electricity in many regions of the country in 2017 (Orend, 2019; “UK and US blame Russia for ‘malicious’ NotPetya cyber-attack”, 2018), or Stuxnet, that destroyed centrifuges of the Iranian nuclear program between 2009 and 2010 (“Iran ‘fends off new Stuxnet cyber attack’”, 2012; Slayton, 2017). These episodes highlight the potential of using cyber operations to complement and support physical ones, as seen in the Russian attack on

Georgia in 2008, which disoriented the Georgian army and facilitated the Russian advance (Orend, 2019).

Either as an attack or as a means of data exploitation, the cyber dimension presents significant challenges, particularly in the context of political calculation for decision-making, a recurring issue in Waltz's thought (Waltz, 1979, 1988). On the one hand, exploiting network information may provide access to data that can contribute to misperceptions due to its partial nature, thereby worsening the security dilemma. On the other hand, such attacks can be launched from various fronts, ranging from governments to individuals, including cybercriminals (Orend, 2019). Identifying the aggressors becomes as much of a problem as identifying who is a "cyber terrorist", a "hacktivist", or a "cyber soldier" (Tanczer, 2020).

Since cyberspace is a vulnerable field for different types of attacks, it is reasonable that its defense is prioritized. Slayton argues that the sources of defensive or offensive advantages in cyberspace "are determined not by technology alone, but by the organizational processes that govern interactions between technology and skilled actors—processes such as software updating, vulnerability scanning, and access management" (Slayton, 2017, p. 74). For her, a good cyber defense cannot do without the organizational complexity of defense. The attack has higher chances of succeeding in a poorly managed cyber defense because in this case the attack is less costly:

the relative advantages of offense or defense depend on the ways in which complex computer systems and skilled actors are integrated and organized. This is one reason that information security training institutes do not recommend security products, but best practices (...) Organizations with mature processes may not be able to keep attackers out, but they can increase the attackers' costs significantly (Slayton, 2017, p. 89).

The crucial factor in cybersecurity is the knowledge of the agent working in a defense agency. Maintaining this factor is essential for making attacks costly and unattractive. And it has little to do with deterrence; it is instead a defensive strategy. And, as it happens with defense, it is not unassailable; this is why it must be constantly undergoing processes of enhancement. Thus, especially for agencies dealing with cyber defense, success depends on good practices rather than good *products*. These processes are indeed in constant dialogue with the development of new technologies (Dunn Cavelty; Wenger, 2020). The development of these practices also happens in a competitive environment, where actors tend to emulate one another: the emulation of successful defense practices and technologies makes new practices and technologies emerge, in a process of constant upgrade of defense and attack

practices. Taking into account the costs of defense and attack, cyber operations can be considered more advantageous as defense strategies.

Cyber operations can jeopardize both the physical infrastructure of states, as in the case of “NotPetya” in Ukraine, and strategic interests related to the state's survival, as in the case of “Stuxnet” in Iran. They can also affect domestic issues, such as espionage. As Manjikian (2010) argues, cyberspace can be comprehended as a field in which there is the pursuit of more complete information (including information of national interest), which means that there are more incentives for the defense of cyberspace than for its use as an offensive, or even deterrent, strategy.

5 Towards a definition of “strategic” from Waltz’s theory of international politics

In the beginning of his sixth chapter in *Theory of International Politics*, Waltz clarifies how his theory depicts international phenomena:

among states, the state of nature is a state of war. This is meant not in the sense that war constantly occurs but in the sense that, with each state deciding for itself whether or not to use force, war may at any time break out. (...) The threat of violence and the recurrent use of force are said to distinguish international from national affairs. (...) If the absence of government is associated with the threat of violence, so also is its presence (Waltz, 1979, p. 102–103)

States conduct their relations under the shadow of violence. According to Waltz, it is possible to conclude that violence is a foundation of politics. It does not imply that violence occurs all the time, nor that its use is justifiable or legitimate. Violence, or, more accurately, the possibility of its breaking out, is present both when it does manifest itself (through wars and direct confrontations), as it is present in the ways states use to avoid violence being exercised against them. There are, obviously, different ways to address these issues domestically and internationally. An example is necessary to illustrate such an argument. According to Waltz, citizens of a state do not need ways to assure their security, because this is an attribute of the state, for which the state can deal: the state has a government whose task (among others) is to produce public policy for security issues. It is not necessary, then, that this function is duplicated within the state; such a function is delegated to the state that has the monopoly of the production of public policies through its governing system. Internationally, on the other hand, functions will inevitably duplicate, because one state cannot wait for its

security to be provided by other state(s): states are charged with the same tasks internationally, and they must perform as best as they can to get these tasks done.

In the anarchical environment in which states operate, whatever their goals, the most important of them is survival. Power, as a set of capacities of the states, is both what differentiates them and the means they have for survival. Taking capacities as listed above, the survival of the state depends on the size of its population and territory, its resource endowment, economic capacity, military strength, and political competence and stability (Waltz, 1979, p. 131). If these are means for states to achieve their goals, it is also not absurd to claim that, to achieve their goals, they should, first of all, survive. These capacities, therefore, are essential for the survival of the state. The effective survival will depend on a series of other factors, including the polarity of the system, but the capacities are part of such an equation.

I argue that it is possible to understand as “strategic” the *aspects that have to do with the survival of the state*. Such a definition of strategic brings along both the polarity of the system, and the means to assure its capacities. It also involves the way that states exercise violence or avoid it being exercised against them. This final point is the one I have addressed throughout this paper, specifically in relation to nuclear weapons and cybersecurity.

Nuclear weapons are strategic in this sense because they control the intensity at which wars are fought and their frequency. If, according to Waltz, they are an important aspect of stability in a bipolar world and also responsible for limiting the escalation of confrontations, it is because they are capable of providing nuclear states with a second-strike capacity. They make a first strike very painful and costly for a potential first strike aggressor, which has little incentive to carry out such a strike. It is the guarantee that the nuclear violent action will be answered back also violently (and nuclearly), and the severity of such a response lies in the hands of the retaliator, being uncontrollable for the aggressor. It is perhaps strategic in the purest sense of the term as I have derived it from Waltz.

Cyberspace weapons are also strategic when used in complement to the exercise of violence (or avoidance thereof), such as in the destruction of critical equipment for a state (as in “Stuxnet” case). They can be strategic when, through the leaking of important information, states gain access to intelligence reports or classified documents that deal with vital national questions. States may be interested in fostering instability inside another state. It is noteworthy that since I have established that states are both the object and the subject of threats in international politics, the issue of confidential information of citizens may not be of

direct interest to a state and, therefore, may not be categorized as strategic as I have defined in this paper.

The international environment is a competitive one, as the theory depicts. It is reasonable to expect that the ways states perform their tasks will be emulated by other states, the more so as they successfully perform them. This is true for the exercise of violence through the weapons that states use. I feel compelled to argue that this is also true for the ways they set forth their domestic policies that strengthen the state, as is the case with democracy: if the democratic system is efficient for maintaining the state, it will be emulated by other states. International competition, then, makes competitors more and more alike due to the pressure of the competition itself: “Competitors, by the force of their competition, are made to become alike; the one less well equipped for the contest must imitate the other or fall by the wayside) (WALTZ, 1967, p. 13).

Technology provides new ways of assuring the survival of the state. This is why nuclear weapons spread to states more concerned with disputes that could cost their survival. When I say 'survival,' it should be noted that it refers to the maintenance of the state as an autonomous political unit that decides for itself how to address its domestic and foreign issues. Currently, cybersecurity is also a vital aspect that relates to the survival of the state, because cyberspace is used as a complement to physical attacks. They can also be carried in a manner that brings about physical consequences (Murphy; Tidy, 2024). New technologies are also created, emulated, and enter the state competition (Artaza, 2020; Baptista; Zhu; Potkin, 2025).

It takes me to the last point. After the end of the Cold War and the demise of the Soviet Union, the issue of the polarity of the system has been the object of many debates, as I have also discussed above. The definition of strategic that I set forth here leads me to conclude that, whatever the polarity of the system, and whatever configuration may come after unipolarity is over, the poles of the next international system will be atomic states. This will be so because these units are capable of deterring each other, and, thus, mastering the different ways force can be used internationally. Whether China balances the United States (Tunsjø, 2018), or Russia and India are poles of a multipolar order (Mearsheimer, 2018), the poles are not lacking symmetry in terms of their strategic weapons, and thus, they can inflict damage to one another to a degree no other unit can. The definition of strategic I developed in this paper provides the theoretical grounds for why this is so.

6 Conclusion

By the beginning of this paper, I outlined some questions that I planned to address throughout this paper. This concluding section aims to systematize the answers to these questions.

Waltz's theory of international politics emphasizes the state as a fundamental actor in international politics. By being the center of this theoretical discussion, the threats states pose to one another are also brought to the forefront. According to Waltz, the power struggle between states takes on special forms in each structural configuration, but states are able to inflict harm on each other to an extent that no other actor can. And these threats relate to the survival of the state, its survival as an independent political unit – this is a structural factor, and a way in which states feel threatened by each other.

It has a lot to do with how violence can manifest itself internationally. It is the *ultima ratio* in affairs of state, but they must always be ready for it to be deployed against them. It does not mean that states will always resort to violence in order to achieve their goals or be a threat to other states. They can resort to coercive diplomacy and coercive trade practices, among others. However, these factors have a significant impact on the capacity of states to achieve their goals independently. In other words, it is a trait of the power struggle that constitutes international politics.

Nuclear weapons and the cyber domain occupy a crucial role in this context of power. Nuclear weapons, as perceived by Waltz, serve as deterrent weapons, providing dissuasion through deterrence. Cyber-weapons, on the other hand, can be employed in both offensive and defensive manners. However, states must always be aware of their defense capacities in the cyber domain, because new weapons abound every day. A good defensive practice, then, is the best option, especially in a world where cyber-tools are an integral part of citizens' everyday lives.

With all this discussion in mind, the nuclear and cyber domains are strategic because they have significant implications for the state's survival. The calculations that states embark on in order to assure their survival, the strategies they emulate, and the innovations they pursue, aiming at increasing the capacities of the state to secure its survival, are strategic in the sense proposed by this paper. Despite the wide use of the term “strategic” for a series of events, the more so as state-to-state relations gain more attention in everyday discourse, a definition of strategic that has to do with the survival of the state, solidly grounded on theoretical explanations, is critical for the quality of the debate on international politics.

References

- ARTAZA, Mario Ignacio. China y los Estados Unidos, por aire y por mar. **El Mostrador**, 31 maio 2020.
- BAPTISTA, Eduardo; ZHU, Julie; POTKIN, Fanny. DeepSeek rushes to launch new AI model as China goes all in. **Reuters**, 25 fev. 2025.
- BITTENCOURT, Paulo. **Ciência, teoria e relações internacionais: um estudo sobre a “Síntese Neo-Neo” a partir de Waltz**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2025.
- BITTENCOURT, Paulo V. Z. **Revisitando a “síntese neo-neo” à luz do conceito de cooperação a partir do pensamento de Kenneth Waltz**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)—Marília: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2018.
- BOOTH, Ken; WHEELER, Nicholas J. **The security dilemma: fear, cooperation and trust in world politics**. Basingstoke [England] ; New York, N.Y: Palgrave Macmillan, 2008.
- BRENNER, Joel; LINDSAY, Jon R. Debating the Chinese Cyber Threat. **International Security**, v. 40, n. 1, p. 191–195, 2015.
- BUZAN, Barry; JONES, Charles A.; LITTLE, Richard. **The logic of anarchy: neorealism to structural realism**. New York: Columbia University Press, 1993.
- CASEY, Ian. NHS confirms patient data stolen in cyber attack. **BBC**, 24 jun. 2024.
- D’ANIERI, Paul. **Ukraine and Russia: From Civilized Divorce to Uncivil War**. 2. ed. [S.l.]: Cambridge University Press, 2023.
- DUNN CAVELTY, Myriam; WENGER, Andreas. Cyber security meets security politics: Complex technology, fragmented politics, and networked science. **Contemporary Security Policy**, v. 41, n. 1, p. 5–32, 2 jan. 2020.
- GOODIN, Robert E. The State of the Discipline, the Discipline of the State. In: GOODIN, Robert E. (Org.). **The Oxford handbook of political science**. The Oxford handbooks of political science / general ed.: Robert E. Goodin. First published in paperback ed. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 3–49.
- GOULD, E. D.; KLOR, E. F. Does Terrorism Work? **The Quarterly Journal of Economics**, v. 125, n. 4, p. 1459–1510, 1 nov. 2010.
- GRÆGER, Nina *et al.* (ORGS.). **Polarity in international relations: past, present, future**. Cham: Palgrave Macmillan, 2022.
- HANSEN, Birthe. **Unipolarity and world politics: a theory and its implications**. Abingdon, Oxon ; New York, NY: Routledge, 2011.
- Iran “fends off new Stuxnet cyber attack”. **BBC**, 25 dez. 2012.

JUNIO, Timothy J. How Probable is Cyber War? Bringing IR Theory Back In to the Cyber Conflict Debate. **Journal of Strategic Studies**, v. 36, n. 1, p. 125–133, fev. 2013.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Power and Interdependence revisited. **International Organization**, v. 41, n. 4, p. 725–753, 1987.

MANJIKIAN, Mary McEvoy. From Global Village to Virtual Battlespace: The Colonizing of the Internet and the Extension of Realpolitik: From Global Village to Virtual Battlespace. **International Studies Quarterly**, v. 54, n. 2, p. 381–401, 7 jun. 2010.

MEARSHEIMER, John J. **The great delusion: liberal dreams and international realities**. New Haven ; London: Yale University Press, 2018.

MONTEIRO, Nuno P. **Theory of unipolar politics**. New York: Cambridge University Press, 2014.

MURPHY, Matt; TIDY, Joe. What we know about the Hezbollah device explosions. **BBC**, 20 set. 2024.

NHS “could have prevented” WannaCry ransomware attack. **BBC**, 27 out. 2017.

NYE, Joseph S. **The paradox of American power: why the world’s only superpower can’t go it alone**. First issued as an Oxford University Press paperback ed. Oxford New York: Oxford University Press, 2003.

NYE, Joseph S. Deterrence and Dissuasion in Cyberspace. **International Security**, v. 41, n. 3, p. 44–71, jan. 2017.

OLIVEIRA FILHO, José Jereimias de. Patologia e regras metodológicas. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 23, p. 263–268, 1995.

OREND, Brian. **War and political theory**. Cambridge Medford, MA: Polity Press, 2019.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. O estado de guerra nascido do estado social. *In*: ROUSSEAU, Jean-Jacques (Ed.). **Rousseau E as Relacoes Internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. p. 45–60.

SAGAN, Scott D. Why Do States Build Nuclear Weapons? Three Models in Search of a Bomb. **International Security**, v. 21, n. 3, p. 54–86, jan. 1997.

SAGAN, Scott D.; WALTZ, Kenneth N. Is Nuclear Zero the Best Option? **The National Interest**, n. 109, p. 88–96, 2010.

SAGAN, Scott D.; WALTZ, Kenneth N. Political Scientists and Historians in Search of the Bomb. **Journal of Strategic Studies**, v. 36, n. 1, p. 143–151, fev. 2013.

SLAYTON, Rebecca. What Is the Cyber Offense-Defense Balance? Conceptions, Causes, and Assessment. **International Security**, v. 41, n. 3, p. 72–109, jan. 2017.

TANCZER, Leonie Maria. 50 shades of hacking: How IT and cybersecurity industry actors perceive good, bad, and former hackers. **Contemporary Security Policy**, v. 41, n. 1, p. 108–128, 2 jan. 2020.

TUNSJØ, Øystein. **The return of bipolarity in world politics: China, the United States, and geostructural realism**. New York: Columbia University Press, 2018.

UK and US blame Russia for “malicious” NotPetya cyber-attack. **BBC**, 15 fev. 2018.

WALT, Stephen M. **Origins of Alliances**. Ithaca: Cornell University Press, 2013.

WALTZ, Kenneth. More may be better. *In: The spread of nuclear weapons: a debate*. 1. edition ed. New York London: W.W. Norton and Company, 1995a. p. 1–45.

WALTZ, Kenneth. Thoughts about virtual nuclear arsenals. **The Washington Quarterly**, v. 20, n. 3, p. 153–161, set. 1997a.

WALTZ, Kenneth. The continuity of international politics. *In: BOOTH, Ken; DUNNE, Timothy (Orgs.). Worlds in collision: terror and the future of global order*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire ; New York: Palgrave Macmillan, 2002. p. 348–354.

WALTZ, Kenneth N. **Foreign policy and democratic politics: the American and British experience**. Berkeley: Institute of Governmental Studies Press, 1967.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of international politics**. 1st ed ed. Boston, Mass: McGraw-Hill, 1979.

WALTZ, Kenneth N. Reflections on Theory of International Politics: a response to my critics. *In: KEOHANE, Robert O. (Org.). Neorealism and Its Critics*. New Directions in World Politics. 1. ed. New York: Columbia University Press, 1986. p. 255–300.

WALTZ, Kenneth N. The Origins of War in Neorealist Theory. **Journal of Interdisciplinary History**, v. 18, n. 4, p. 615, 1988.

WALTZ, Kenneth N. Nuclear Myths and Political Realities. **American Political Science Review**, v. 84, n. 3, p. 730–745, set. 1990.

WALTZ, Kenneth N. A Reply. **Security Studies**, v. 4, n. 4, p. 802–805, jun. 1995b.

WALTZ, Kenneth N. Evaluating Theories. **American Political Science Review**, v. 91, n. 4, p. 913–917, dez. 1997b.

WALTZ, Kenneth N. Intimations of Multipolarity. *In: HANSEN, Birthe; HEURLIN, Bertel (Orgs.). The New World Order*. London: Palgrave Macmillan UK, 2000a. p. 1–17.

WALTZ, Kenneth N. Structural Realism after the Cold War. **International Security**, v. 25, n. 1, p. 5–41, jul. 2000b.

WALTZ, Kenneth N. More may be better. *In: The spread of nuclear weapons: a debate renewed*. New York: Norton, 2003. p. 3–45.

WALTZ, Kenneth N. Why Iran Should Get the Bomb: Nuclear Balancing Would Mean Stability. **Foreign Affairs**, v. 91, n. 4, p. 2–5, 2012.

WALTZ, Kenneth Neal. Theory of international relations. *In*: GREENSTEIN, Fred I.; POLSBY, Nelson (Orgs.). **Handbook of political science: international politics**. London: Addison-Wesley Publishing Company, 1975. v. 8 p. 1–85.

WALTZ, Kenneth Neal. **The spread of nuclear weapons: More may be better**. London: International Inst. for Strategic Studies, 1981.

WALTZ, Kenneth Neal. **Policy Paper 15: peace, stability, and nuclear weapons**. , 1995c. Disponível em: <<https://escholarship.org/uc/item/4cj4z5g2>>. Acesso em: 26 fev. 2025

WALTZ, Kenneth Neal. **Man, the state and war: a theoretical analysis**. 2001 ed. ed. New York: Columbia Univ. Press, 2001.

WENDT, Alexander. **Social theory of international politics**. Cambridge, UK ; New York: Cambridge University Press, 1999.

Received on February 28, 2025.

Accepted for publication on June 28, 2025.



Afonso Brito Bandeira

Mestrando no PPGRJ San Tiago Dantas e pesquisador do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES). Possui bolsa da Demanda Social da CAPES com a qual o artigo foi produzido. É atual bolsista FAPESP (processo: 2024/19612-0).

OS AFETOS E AS GUERRAS: UMA CONTRIBUIÇÃO SOBRE O APEGO DE MILITARES À ESTÉTICA TECNOLÓGICA DAS ARMAS A PARTIR DE ALLIEZ E LAZZARATO, KALDOR E CHAMAYOU

AFFECTS AND WARS: A CONTRIBUTION ON MILITARY ATTACHMENT TO THE TECHNOLOGICAL AESTHETICS OF WEAPONS BASED ON ALLIEZ AND LAZZARATO, KALDOR, AND CHAMAYOU

RESUMO: Com base nas obras *Guerras e Capital*, de Alliez e Lazzarato (2021), *El Arsenal Barroco*, de Kaldor (1986) e *Teoria do Drone*, de Chamayou (2015), neste artigo aborda-se a relação entre capital, afetos e a estética tecnológica das armas. Argumenta-se que o capital é um produtor de afetos pró-guerra e, por meio desses elementos, faz os militares engajarem a necessidades capitalistas de fomento a conflitos bélicos. Isso se dá pelo apego afetivo militar à ilusão de que o maior desenvolvimento tecnológico dos sistemas de armas é sinônimo de eficiência tecnológica no enfrentamento de guerras cada vez mais caóticas. Em um primeiro momento, trata-se sobre o capital de modo conjugado ao debate sobre o que são os afetos e a questão da estética. Em seguida, pretende-se avançar para uma discussão sobre a persuasão tecnológica sobre os militares por meio de complexos sistemas de armas como os drones. Por fim, apresenta-se um breve estudo de caso sobre o USS Abraham Lincoln, um dos principais porta-aviões da marinha dos EUA em atuação. Com recentes atualizações tecnológicas em sua estrutura, essa embarcação de guerra se apresenta como um sistema de armas cuja estética o torna fonte de dinâmicas afetivas em operações militares.

Palavras-chave: Afetos; Capital; Conflitos; Estética tecnológica das armas; Militares.

ABSTRACT: Based on the works *War and Capital*, by Alliez and Lazzarato (2021), *El Arsenal Barroco*, by Kaldor (1986) and *A Theory of the Drone*, by Chamayou (2015), in this article the relation between capital, affects, and the technological aesthetic of weapons is explored. The argue is that capital functions as a producer of pro-war affects and, through these elements, engages the military on the capitalist need for war conflicts. This occurs by the military attachment on the illusion of high technological development of the arms systems as a synonym of technological efficiency on the resolution of chaotic wars. First, the discussion is about the capital along with the debate of what affects are and the matter of aesthetics. Afterwards, intends a discussion about the technological persuasion over the military through complex arms systems such as the drones. Finally, the article is closed with a brief case study about the USS Abraham Lincoln, one of the main US Navy's aircraft carriers still operating. With recent technological updates on its structure, this warship emerge as an arm system whose aesthetic turns it into a source of affect dynamics over the military.

Key-words: Affects; Capital; Conflicts; Military; Technological aesthetic of weapons.

1 Introdução

A *guerra* é, para os pesquisadores em ciências sociais, o que o câncer é para os médicos: um problema vastamente debatido, porém sem vislumbres de compreensão ou solução definitivas. Como visto em Antoine Bousquet (2009; 2024), desde a lógica rígida e pouco flexível do gerenciamento dos campos de batalha do século XVII, até a necessidade de adaptabilidade por parte dos exércitos em face à imprevisibilidade dos conflitos do século XXI, a guerra se multiplica e se aprofunda de maneira caótica, porém ordenada¹. É em suas formas moderna e contemporânea que a guerra se torna um fenômeno político ainda mais grave, ao assumir de forma clara o papel de estandarte da lógica de produção que governa o mundo ocidental, isto é, o capital.

Sob o ritmo de tal lógica, a guerra se torna *as guerras*, na medida em que o capital se expande por meio da promoção do conflito em mais de um aspecto da sociedade, como por exemplo o meio-ambiente, a cultura, a classe, o gênero e o racial. Neste texto, busca-se discutir como o capital se expande nessas dimensões ao tornar os corpos e as mentes dos indivíduos os campos em que primeiro insemينا suas guerras, ao trazer à tona uma discussão ainda emergente nos estudos sobre os conflitos internacionais: os afetos. Aqui, portanto, o foco é argumentar que os afetos são um ponto fundamental para entender as guerras, com base no debate sobre os sistemas de armas e como os militares - agentes ativos na execução de conflitos bélicos - são *afetados* pela imagem complexa da tecnologia que compõem tais sistemas.

Em um primeiro momento, a discussão sobre o capital proposta por Éric Alliez e Maurizio Lazzarato (2021) é salientada neste texto, conjugada ao debate sobre o que são os afetos, à relação que esses elementos possuem com a estética, e à produção afetiva por parte do capitalismo. Em seguida, avança-se para uma discussão sobre os complexos sistemas de armas propriamente ditos e cujo cerne são os postulados de Mary Kaldor (1986) e Grégoire Chamayou (2015). Por fim, com base em uma análise visual e interpretativa, é colocado à discussão um breve estudo de caso sobre o USS Abraham Lincoln, um dos principais porta-aviões da marinha dos EUA em atuação, que serviu de palco para o discurso de George W. Bush sobre o sucesso das atividades militares estadunidenses no Iraque em 2003. Com

¹ Bousquet aponta a existência de pelo menos quatro lógicas de guerras: *mecanística* (do século XVII ao XVIII), marcada pela pouca flexibilidade do gerenciamento de conflitos; *termodinâmica* (da segunda metade do século XVIII à Segunda Guerra Mundial), ditada pelo alto gasto de energia dos Estados em conflitos militares; *cibernética* (da segunda Guerra Mundial até meados da Guerra Fria), caracterizada pelo estabelecimento de uma arquitetura de informação, controle e comando; *complexa* (de meados da Guerra Fria até o presente), na qual há o surgimento de variados atores que expandem a guerra de maneira caótica e ordenada.

recentes atualizações tecnológicas em sua estrutura, essa embarcação de guerra se mostra um sistema de armas cuja estética o torna fonte de dinâmicas afetivas em militares.

É válido ressaltar que a metodologia usada para a escrita deste artigo está baseada no que Pouliot (2007) descreve como abordagem *subjetivista*. Fundamentalmente, essa abordagem admite uma apreciação subjetiva sobre os objetos de estudo, sem deixar de lado a objetividade. A razão para a escolha dessa abordagem é que uma discussão acerca dos afetos é, em certa medida, mais bem construída com base em indução e interpretação. Essa é uma maneira de colocar em questionamento o distanciamento objetivo da esteira durkheimiana da qual trata Bourdieu (2013), uma vez que o distanciamento mínimo objetivo coincide com o distanciamento subjetivo máximo (Bourdieu, 2013, p. 230) em uma análise social. Isso quer dizer que, por exemplo, para melhor compreender as relações de força em uma dada sociedade, faz-se necessário partir de uma visão interna àquela sociedade, isto é, a partir de um ponto de vista subjetivo².

No entanto, relatos subjetivos não são suficientes como lastro empírico para verificar hipóteses (Campello, 2022, p. 22) , portanto, faz-se necessário ainda um certo distanciamento daquilo que se pretende analisar. Neste artigo, a discussão se dá sobre a fronteira subjetividade-objetividade ao discutir o tema dos afetos: sob certa neutralidade com base em relatos e textos oficiais da Marinha dos EUA, baseia-se uma análise interpretativa sobre o que os dados empíricos dizem respeito às dinâmicas afetivas entre os militares.

A conjugação dessas partes conclui que os afetos produzidos pelo capitalismo são elementos que fazem os militares engajarem a necessidades capitalistas de fomento a conflitos bélicos. Isso se dá pelo apego afetivo militar à ilusão de que o maior desenvolvimento tecnológico dos sistemas de armas é sinônimo de eficiência tecnológica no enfrentamento de guerras cada vez mais caóticas. Em outros termos, a conclusão é que os afetos grudam³ os militares à lógica capitalista da promoção de guerras por meio da estética tecnológica das armas.

²Como Campello (2022) lembra, um fato contingente para o desenvolvimento do pensamento de Marx partiu da experiência subjetiva de Friedrich Engels na Inglaterra. Enviado por seu pai, um notório industrial alemão da área têxtil, a uma das filiais de sua família em Manchester, Engels presenciou de perto a situação degradante a que os operários ingleses eram submetidos em suas rotinas diárias nas indústrias da cidade. De sua posição observadora nada distante e pela qual consequentemente aderiu-se de forma sensível à situação da massa proletária, Engels escreveu *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, um relato sobre a invisibilização e a desumanização do proletariado, bem como sobre a falta de interesse pelo o que os trabalhadores pensam ou sentem (Campello, 2022, p. 20).

³ Neste artigo, utiliza-se o termo “grudar” tendo como base os escritos de Sarah Ahmed (2014). A autora usa este termo no sentido de “coesão” e “adesão” (Ahmed, 2014, p. 15, tradução nossa) e como as emoções se configuram em elementos “grudentos” (Ahmed, 2014, p. 16, tradução nossa). No entanto, a autora discute essa face “pegajosa” das emoções ao ter como objeto de estudo textos escritos, enquanto no presente artigo, nós trabalhamos esta ideia por meio da estética tecnológica de sistemas de armas.

2 Afetos, capital e as imagens

Em primeiro lugar, é comum enquadrar os afetos como algo estritamente positivo, algo que remete somente à afeição. No entanto, a origem da palavra *afeto* (*affectus*, em *latim*) significa afetado (afeto, n.d.) ou inclinado, algo que não necessariamente relaciona-se com um estado emocional bom. Em termos mais gerais, *afeto é tudo aquilo que afeta as pessoas*, ou seja, tanto experiências positivas quanto negativas. Como aponta Michael Hardt (2015) ao citar os trabalhos de Baruch Spinoza, afetos são uma relação entre a mente e o corpo e, a partir desta definição, vamos além: afetos são fenômenos que criam a harmonia e a desarmonia na mente e no corpo. Por essa ótica, os debates afetivos englobam as discussões sobre as dinâmicas psíquicas dos indivíduos, dinâmicas essas que fazem parte da vida diária de cada pessoa como o medo, o amor, a dor, o nojo, a raiva, a inveja e o desejo. Em adição, para Martha Nussbaum (2008) e como apontado por Rolland Bleiker e Emma Hutchison (2014), emoções, sentimentos e afetos fazem parte dos atos avaliativos - atos racionais - dos indivíduos. Um exemplo desta ideia é a culpa, que faz os sujeitos reverem suas ações e decisões que eventualmente foram tomadas de forma equivocada no passado. Nesse sentido, os afetos dizem respeito às emoções e aos sentimentos, mas também a ações racionais que levam os indivíduos a refletirem sobre determinadas situações.

Os afetos, então, são de difícil compreensão, uma vez que fazem parte de dimensões racionais, mas são fundamentalmente de natureza subjetiva. São elementos que colocam em pauta a dualidade entre *Subjetividade e Racionalidade*, divisão própria do racionalismo, pois tratam essas facetas não como oposições, mas como complementaridades. Portanto, a dificuldade de se entender afetos não pode nos afastar de um tema que fornece mais um caminho para a compreensão da violência diária que afeta os nossos próprios corpos. Logo, para esclarecer a importância dos afetos, é necessário uma discussão sobre a obra *Guerras e Capital* (2021), de Éric Alliez e Maurizio Lazzarato, a qual nos fornece um ponto de apoio na discussão sobre conflitos internacionais e a afetividade. Para os autores (Alliez, Lazzarato, 2021, p. 13), o capital, sob a forma do capitalismo, constitui-se sob o tripé *guerra-moeda-Estado*. Assim, compreende-se que o desenvolvimento do capitalismo depende da aceitação universal de relações sociais baseadas em um quadro mercadológico, aceitação que é guiada e moldada pela violência perpetrada por meio do uso - visto como legítimo - da força pública pelo Estado. Dessa violência emergem as *guerras*, conflitos que adentram em variadas instâncias da vida diária, como a política, a social e a economia, e passam a fazer a

manutenção de dinâmicas sociais que em última instância visam o lucro e, por consequência, a sobrevivência do capitalismo.

O ponto em destaque é que desde o processo de colonização no século XVI, o capitalismo não só se operacionalizou nas dimensões materiais, como também agiu nos territórios existenciais, nas cosmologias e mitologias (Alliez, Lazzarato, 2021, p. 56) nos valores basilares que constituem as identidades dos indivíduos. O capitalismo, então, atua nas dimensões imateriais e, mais especificamente, para Alliez e Lazzarato (Alliez, Lazzarato, 2021, p. 55-60), o capitalismo produz, em primeiro lugar, as subjetividades. É válido sublinhar, que tais subjetividades (capitalistas) são necessárias à produção, consumo e reprodução do capital (Alliez, Lazzarato, 2021, p.57). Considerando que a dimensão afetiva dos indivíduos é marcadamente fundada em subjetividades, infere-se que o capitalismo é um relevante produtor de afetos.

A subjetividade, portanto, não deve ser evitada por campos científicos que andam sob uma persistente sombra racionalista e estruturalista, como o campo das Relações Internacionais. Uma vez que, os afetos são produzidos pelo capitalismo, eles não só se tornam elementos fundamentais para as guerras necessárias à sobrevivência do capital, mas são, também, um dos primeiros produtos capitalistas. Esse quadro conclui que os conflitos fomentados pelo capital são realizados, em um primeiro momento, no interior dos indivíduos ao *criar harmonias e desarmonias nos corpos e nas mentes*, questão que não é nova para os debates feministas (Federici, 2019) e queer (Gluckman, Reed, 1997) que discutem como os corpos e o psicológico feminino e LGBTQIA+ são afetados pelas dinâmicas capitalistas. De certo modo, esse paralelo entre a harmonia e desarmonia afetivas e as questões feministas e queer convergem, já que segundo Clough (2008), os debates sobre afetos nas ciências sociais ganham força no final da década de 1990 por meio desses dois debates.

Mas na relação *afetos-capital*, existe ainda um elo: a imagem. Ao refletir sobre a virada estética, Bleiker (2001) argumenta sobre a existência de um espaço entre a forma a ser representada e a representação de fato - a imagem -, sendo a distância entre as duas um lugar político. Nesse sentido, a imagem é o que emerge desse lugar político e essa ideia é complementada por Sontag (2004, p. 8) ao dizer que as imagens são experiências capturadas. Posto isso, entendemos que o que é capturado e se transforma em algo imagético são visões imbuídas de cultura, de política e de ideologias (experiências) que em conjunto formam quadros ou, segundo Sontag (2004), antologias de guerras.

Essas antologias de guerras são formadas, em parte, por visões que se encontram culturalmente, politicamente e ideologicamente a favor das guerras. Nesse sentido, as imagens

que emergem do lugar político- o espaço que separa aquilo que deve ser representado e o que de fato é representado- são imbuídas ontologicamente e epistemologicamente por subjetividades capitalistas. Isso é importante, pois é necessário ainda evidenciar que em seu texto, Sontag (2004) versa especificamente sobre fotografias, mas fotos, desenhos, arquitetura, entre outros, são considerados meios eficientes para se estudar as dinâmicas afetivas, visto em trabalhos como de Reeves (2018, p. 103 - 127)⁴ e Reinke de Buitrago (2016)⁵. Isso se dá porque, segundo Ahmed (2014), as emoções são construídas por meio da relação entre os indivíduos e os objetos que transitam no meio social, como as imagens em formas de fotos, desenhos ou formas arquitetônicas. Assim, as sensações provocadas pela relação social indivíduo-imagens emergem nos corpos dos sujeitos, afetam suas mentes e inauguram as dinâmicas afetivas. Uma vez que, as sensações são também frutos de imagens produzidas por subjetividades capitalistas, as dinâmicas afetivas que surgem são fundamentalmente pró-guerra.

3 As imagens barrocas dos sistemas de armas como despertadores de afetos em militares

Para discutir sobre afetos, capital e imagem de maneira mais clara, é necessário discutir, primeiramente, a obra *El Arsenal Barroco* (1986), de Mary Kaldor. O principal ponto da autora é argumentar que não há relação harmônica entre a evolução da tecnologia militar e o aumento da eficiência das próprias estruturas militares. Segundo Kaldor (1986), a base militar do setor bélico moderno foi criada na Segunda Guerra Mundial, a partir da associação entre o setor militar e as empresas de automóveis e aviões, o que auxiliou na preservação da estrutura industrial dos anos quarenta. Após a primeira metade do pós-guerra, a complexificação da tecnologia militar serviu mais como um meio para que as empresas de tecnologias não caíssem em declínio. Com o passar do tempo, essa lógica se expandiu artificialmente e causou uma distorção sobre o conceito de avanço tecnológico ao dar ênfase ao perfeccionismo de produtos complexos personalizados (Kaldor, 1986, p. 3).

⁴ Reeves argumenta no capítulo em questão como o impacto da arquitetura do *Imperial War Museum* de Londres influencia afetivamente a postura física das pessoas sobre a questão da guerra. Para estudar os efeitos afetivos sobre esse caso, a autora se utiliza da autoetnografia para entender suas próprias experiências emocionais e sentimentais em meio às salas temáticas do referido museu, contrastando-as com as experiências relatadas no site TripAdvisor por outros visitantes do local.

⁵ Na obra referenciada, a autora aborda como a identidade iraniana é construída em discursos da política de segurança dos EUA ao usar além da análise qualitativa sobre documentos oficiais, a análise visual de *cartoons* propagados na mídia estadunidense e cujos temas dizem respeito ao Irã, à liderança iraniana e à relação EUA-Irã no contexto do acordo nuclear de 2015. Seu objetivo é discutir como se dá o impacto emocional nas representações estadunidenses sobre o outro e sobre os EUA.

Para a autora, isso ocasionou uma outra perversidade: o desenvolvimento da tecnologia usada pelos exércitos não acompanha o desenvolvimento dos militares, uma vez que a especialização das forças armadas tem em vista os sistemas de armas e não o contrário. Em resumo, o desenvolvimento tecnológico militar cria necessidades para os soldados, e não os soldados criam necessidades para o desenvolvimento tecnológico militar. À vista disso, é seguro dizer que o capitalismo incute nos militares a necessidade à guerra, um desejo de se especializar cada vez mais para o combate.

Em sua obra, Kaldor (1986) afirma que esse cenário faz parte do que ela chama de "barroquização" da tecnologia militar, ou seja, a adição de componentes tecnológicos sofisticados aos sistemas de armas sem significar, contudo, o aumento da pertinência. Essa complexificação atua de forma visível na constituição material dos armamentos, de tal forma que mesmo o aumento do tamanho de um porta-aviões é suficiente para que se argumente que esse sistema de armas se sofisticou tecnologicamente (Kaldor, 1986, p. 16). Considerando que Kaldor escreveu o referido livro ainda em meio à Guerra Fria, a ideia de que quanto mais um sistema de armas cresce em tamanho, mais sofisticado ele é, choca-se com o avanço tecnológico ocorrido nas primeiras décadas do século XXI, que entregou, por exemplo, microprocessadores e *hardwares* mais compactos que fertilizam o imaginário coletivo sobre o futuro da guerra. É o que Bousquet (2024) postula ao afirmar que enxames robóticos - microrrobôs que lembram moscas, de baixo custo de produção e geridas por inteligência artificial - podem ser sistemas de armas centrais em hiperguerras⁶.

Mas mesmo que o assunto abordado em *El Arsenal Barroco* possa estar desatualizado em exemplos de sistemas de armas, Kaldor é atemporal no que diz respeito ao debate sobre a persuasão da tecnologia sobre o homem a partir de atributos tecnológicos. Vale lembrar que, enquanto um movimento da contrarreforma financiado pela Igreja católica, o Barroco entalhava construções religiosas com adornos ricamente detalhados, por vezes preenchidos com ouro. O objetivo era maravilhar as pessoas e atraí-las para o lado da religião em um contexto iluminista em que a Igreja perdia força e fiéis. Esse é um caso claro em que a estética da imagem - algo fisicamente visível - atua como uma fonte auxiliar na conquista de corações, corpos e mentes e esse é o cerne da crítica de Kaldor.

Em um contexto capitalista, no qual é necessário batalhões de indivíduos para o fomento das guerras, a barroquização dos sistemas de armas maravilha e reúne os indivíduos militares ao promover um amor, um temor, um desejo pelo perpétuo aperfeiçoamento dos

⁶ Segundo Bousquet (2024), as hiperguerras são formas de conflitos futuros nos quais não haverá decisões humanas, somente ações tomadas por máquinas autônomas.

soldados e das próprias tecnologias para, nas palavras de Kaldor, a chegada do juízo final (Kaldor, 1986, p. 15). Esse termo, de cunho religioso, é condizente com a alma quase divina que esses sistemas de armas adquirem a partir dessa barroquização, uma vez que o aumento na complexificação de seus componentes tecnológicos expande a onipotência e onisciência que os militares acreditam serem próprias dessa evolução tecnológica. Em *Teoria do Drone* (2015), Grégoire Chamayou discute justamente a figura supostamente magnífica e imponente que os drones militares passam a ter especialmente no imaginário de militares.

Segundo o autor (Chamayou, 2015, n.p.), devido à sua capacidade tecnológica de ponta, o drone é equiparável à imagem do olho de Deus, ou seja, um ser quase místico capaz de pairar indefinidamente sobre todas as pessoas, observá-las através de seus corpos e julgá-las culpadas ou inocentes segundo o monitoramento diário feito por essa figura divina. Em suma, nada escapa da visão desse sistema de armas devido às suas câmeras, rastreadores e mísseis que ao invés de vigiar e punir, caça e aniquila (Chamayou, 2015, n.p.). É essa característica tecnológica dos drones que os concede a estética da invulnerabilidade.

No livro de Chamayou (Chamayou, 2015, n.p.), a principal justificativa dos defensores do uso dos drones em operações das forças armadas, muito dos quais militares, é a de que esses aparatos tecnológicos são precisos em suas ações e que, por consequência, os danos colaterais seriam reduzidos. Apesar disso, como apontado por Chamayou, essa justificativa não encontra respaldo na realidade, pois a maior precisão do drone não quer dizer, necessariamente, que as zonas de impactos de mísseis sejam reduzidas e não matem civis, ou que a identificação de suspeitos não fique comprometida devido a uma série de fatores, como a distância entre o drone e o chão. Segundo dados do projeto *Costs of War* ([Costs of War, 2025](#)), por exemplo, até o momento os drones auxiliaram na morte de mais de 408 mil civis em guerras travadas pelos EUA após o 11 de setembro de 2001. E como lembra Chamayou (Chamayou, 2015, n.p) ao citar militantes paquistaneses em protestos contra o uso de drones militares em seu país, se terroristas invadissem uma escola nos EUA e fizessem as crianças de reféns, o Estado não enviaria drones para lançar mísseis nas cabeças dos insurgentes, mas, sim, encontrariam um jeito mais eficiente de se infiltrar no edifício e neutralizar a ameaça sem causar uma baixa civil.

Esse é um exemplo concreto do que Kaldor (1986) fala sobre a sofisticação dos sistemas de armas não significar necessariamente um aumento da sua vantagem do ponto de vista estratégico e prático. E no entanto, o argumento da precisão dos drones ainda é usado para legitimar o uso dessas armas em operações militares. Isso indica que a tecnologia empregada na fabricação desses sistemas armados serve para construir uma imagem dos

drones que atrela a complexidade tecnológica à eficiência, um método discursivo que desencadeia processos afetivos nos militares que mobilizam seus corpos a aceitarem o uso desses equipamentos em suas corporações. Além disso, o apego afetivo a essas evoluções nos sistemas de armas leva os militares a inconveniências, como o alto gasto na aquisição dessas novas tecnologias ao invés de despender financiamento em pesquisa e desenvolvimento, treinamentos, exercícios e munições (Kaldor, 1986).

É válido sublinhar ainda que, em um de seus primeiros capítulos, Chamayou (Chamayou, 2015, p.n) já destaca que a origem histórica dos drones data da Segunda Guerra Mundial, quando as aeronaves não tripuladas serviam de treino para tiro de combatentes dos EUA. Após o fim do conflito, os estadunidenses deixaram os drones de lado, mas em 1995 a General Motors passou a desenvolver o *Predator*, aquele que viria a ser um dos drones mais famosos do exército dos EUA. Além desse apontamento do autor corroborar com o que Kaldor levanta sobre as empresas de veículos sendo fundamentais para o desenvolvimento tecnológico de armamentos, aqui se destaca como as nomenclaturas dessas armas também servem para construir a estética militar dos drones: tanto o *Predator* (“predador”, no inglês) como, por exemplo, o drone *Reaper* (“ceifador”, na tradução para o português), carregam nomes que auxiliam na construção de um elemento da estética da eficiência tecnológica militar: a morte.

É dessa estética da eficiência tecnológica militar - ou estética da morte - que se alimentam as guerras perpetradas pelo capital. Parte daí uma dinâmica afetiva que é guiada pela ideia da morte, do juízo final, que, a partir desse barroquismo, desperta afetos em militares que os recrutam psicologicamente para o combate de guerras que reproduzem e aprofundam a lógica de conflitos. A próxima seção discutirá essa questão com um outro exemplo para além dos drones vistos em Chamayou: o caso do USS Abraham Lincoln, um porta-aviões que mais recentemente recebeu atualizações tecnológicas para o bem-estar de seus tripulantes e que em 2003 foi palco de um discurso propagandístico do então presidente George W. Bush sobre as atividades militares dos EUA na invasão ao Iraque.

4 O caso USS Abraham Lincoln

Em 1º de maio de 2003, o então presidente George W. Bush, a bordo do avião militar S-3 Viking, pousou no porta-aviões USS Abraham Lincoln, que estava atracado na costa da Califórnia. O intuito era fazer um pronunciamento televisionado sobre as atividades militares supostamente bem-sucedidas dos EUA no Iraque, que haviam se iniciado no dia 20 de março

daquele mesmo ano. Seu discurso, além de televisionado, estampou as manchetes de jornais como *The New York Times* (Retro News Now, 2018) com a mesma foto usada para destaque das matérias: o presidente no palanque, debaixo de uma faixa em que se lia “Missão Cumprida” e o USS Abraham Lincoln como cenário principal da fala de Bush. Esse episódio, o qual foi conhecido como uma declaração precoce de vitória estadunidense e que o referido presidente viria a se arrepender anos depois, foi marcado pelo uso propagandístico do USS Abraham Lincoln - além do S-3 Viking - para o discurso presidencial referente à Guerra ao Terror. Isso porque o porta-aviões é um símbolo no qual podemos encontrar a noção de estética tecnológica barroca e a mobilização afetiva pelo capital, especialmente sobre os militares estadunidenses.

O USS Abraham Lincoln é uma das principais máquinas de guerra em atividade usadas pela marinha dos EUA. Segundo fontes oficiais da marinha estadunidense (EUA, 2024), o CVN 72 - outro nome dado à embarcação - é, juntamente com outros porta-aviões, a centralidade de suas operações que se constituem por prover suporte para caças militares, execução de operações de segurança marítima, prevenção do uso do mar para atividades terroristas e piratas, além de conceder capacidades únicas para respostas a desastres e assistência humanitária (EUA, 2024). Por conta da sua constituição tecnológica, o que inclui propulsores nucleares, o USS Abraham Lincoln é creditado entre os militares estadunidenses como um sistema de armas capaz de exercer essas diversas atividades militares com máxima eficiência.

Segundo o *U.S. Naval Institute* (Gidget, 2024), na mais recente atualização do Abraham Lincoln, há a adição de componentes tecnológicos para o bem-estar de sua tripulação, como lareiras elétricas, WI-FI mais confiável, salão de jogos e um cinema no formato de estádio. Essa informação é destacável, uma vez que, para os militares, o USS Abraham Lincoln é mais do que um navio que concede suporte a operações militares, mas uma cidade encouraçada flutuante, na qual é possível encontrar toda uma estrutura capaz de prover tanto apoio material a um conflito quanto apoio psicológico para os soldados. Essa ideia é confirmada pelo vice-almirante Daniel Cheever, o qual argumenta que esse conforto proporcionado pela tecnologia alinha qualidade de trabalho com qualidade de vida (Gidget, 2024).

A afirmação de Cheever, ele próprio um militar, aponta que há uma ligação entre componentes tecnológicos e a recomposição física e mental dos integrantes da marinha, ou seja, levanta a necessidade dessa tecnologia para o emocional dos militares. Como colocado anteriormente, nossa definição de afetos engloba a questão emocional e, portanto, o que o

USS Abraham Lincoln fornece a seus tripulantes é, também, um suporte afetivo guiado em última instância por empresas de tecnologia que produziram tais atualizações tecnológicas. Em outros termos, o capital fornece um suporte para a manutenção de afetos dos militares desse porta-aviões.

Em 2003, na época do discurso de Bush, o referido porta-aviões ainda não incorporava as tecnologias da sua versão de 2024, mas esse sistema de armas já detinha uma imagem estratégica para o presidente em seu discurso. O que estava em jogo era o uso da estética tecnológica da morte usada em favor da vingança estadunidense em tempos de terrorismo, o uso da imagem de uma super-armas dos EUA para conceder o moral - também uma dinâmica afetiva - não somente ao país, mas, em especial, aos próprios militares que presenciaram o discurso do presidente.

A imagem de que uma fortaleza flutuante e blindada fazia parte do lado estadunidense era imprescindível para tranquilizar corpos e mentes, sendo que a imponente e sensação de blindagem da embarcação só era possível devido à tecnologia empregada para o desenvolvimento do porta-aviões. No entanto, anos depois, em 2008, Bush havia lastimado seu discurso de 2003, uma vez que àquela altura os conflitos no Iraque estavam longe de terem sido finalizados. Isso demonstra que a estética tecnológica, que encanta os militares e os gruda à ideia capitalista de eficiência militar pela tecnologia, não é suficiente para resolver e dar cabo de um conflito.

De fato, a imagem do USS Abraham Lincoln não impediu que grupos insurgentes revertissem os conflitos ao seu favor tanto no Iraque quanto no Afeganistão, ao descentralizar suas operações com o uso de tecnologias da informação menos sofisticadas que os modernos radares e rádios dos EUA (Bousquet, 2024). Mas isso não impede o capital de alimentar os afetos pró-guerra dos militares ao fazê-los acreditar que o contínuo avanço da tecnologia é necessária para suas atividades em campo de batalha. É pela produção de dinâmicas que moldam mentes e corpos militares que o arsenal bélico barroco continua aceito e legitimado pelas forças armadas, bem como por atores políticos.

5 Considerações finais

Os afetos, entendidos aqui como fenômenos que criam a harmonia e a desarmonia na mente e no corpo dos indivíduos, são produzidos pelo capital para que os militares estejam propensos a necessitar de tecnologias que supostamente melhoram os sistemas de armas. Por meio da estética de imagens tecnológicas barrocas, ou seja, por meio de imagens tecnológicas

complexas que são incorporadas nos sistemas de armas como o porta-aviões USS Abraham Lincoln, a ideia de tecnologia avançada se confunde com eficiência. Em um contexto contemporâneo de expansão de guerras, emoções como o medo, o desejo e o amor por um contínuo aperfeiçoamento, toma as mentes e corpos dos militares e os fazem legitimar e se apegar a um corpo tecnológico que, na verdade, não melhora verdadeiramente seus desempenhos nas guerras. A ineficiência desses sistemas de armas não faz as guerras terem uma solução de fato, pois causam, na verdade, um prolongamento dos conflitos militares. Por sua vez, o capital, fomentado pela continuidade dos conflitos e ao se pôr como solucionador de problemas, acaba por inventar mais arsenais barrocos.

Referências

Afeto. In: DICIONÁRIO Houaiss Online. [S. l], [s.d.]. Disponível em: <https://houaiss.online/houaillon/apps/www2/v7-0/html/index.php>. Acesso em: 12 de out. 2024.

AHMED, Sara. *The Cultural Politics of Emotion*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2a ed., 2014.

ALLIEZ, É.; LAZZARATO, M. *Guerra e Capital*. Introdução e Capítulo 2. São Paulo: UBU editora, 2021.

AMERICA'S Navy. *About Us: USS Abraham Lincoln (CVN 72)*. Disponível em: <https://www.airpac.navy.mil/Organization/USS-Abraham-Lincoln-CVN-72/About-Us/>. Acesso em: 11 de jan. 2025.

BLEIKER, R.; HUTCHINSON, E. Theorizing emotions in world politics. *International Theory*, v. 6, n. 3, 2014.

BLEIKER, R. The Aesthetic Turn in International Political theory. *Millennium*, v. 30, n. 3, p. 509-533, 2001.

BOUSQUET, Antoine. *The Persistent Appeal of Chaoplexic Warfare: Towards an Autonomous S(War)M Machine?* In: Gruszczak, Artur; Kaempf, Sebastian (Orgs.). Routledge Handbook of the Future of Warfare. Abingdon and New York: Routledge, 2024.

_____. *The scientific way of warfare: Order and Chaos on the Battlefields of Modernity*. C Hurst & Co Publishers Ltd, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 3a ed, 2013.

BUITRAGO, Sybelle Reinke de. The role of emotions in US Security Policy Towards Iran. *Global Affairs*, v. 2, n. 2, p. 155-164, 2016.

CAMPELLO, Filipe. *Crítica dos afetos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

CHAMAYOU, Grégoire. *Teoria do drone*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

CLOUGH, Patricia T. The Affective Turn: Political Economy, Biomedica and Bodies. *Theory, Culture & Society*. Vol. 25, n. 1, p. 1-22, 2008.

COSTS of War. Civilians Killed & Wounded. *Watson Institute for International and Public Affairs*, Brown University. Disponível em:
<https://watson.brown.edu/costsofwar/costs/human/civilians>. Acesso em: 9 de abril, 2025.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*. Elefante Editora, 2a ed. 2023.

FUENTES, Gidget. *Carrier USS Abraham Lincoln's Latest Upgrade Dials Up Crew Comfort*. Disponível em:
<https://news.usni.org/2024/07/11/carrier-uss-abraham-lincolns-latest-upgrade-dials-up-crew-comfort#>. Acesso em: 11 de jan. 2025.

GLUCKMAN, Amy; REED, Betsy. *Homo Economics: Capitalism, Community, and Lesbian and Gay Life*. Routledge, 1a ed, 1997.

HARDT, Michael. Para que servem os afetos? *Intersemiose*, v. 4, n.7. Pernambuco: UFPE, 2015.

KALDOR, M. *El Arsenal Barroco*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1986.

NUSSBAUM, Martha. *Upheavals of thought: the intelligence of emotions*. Cambridge University Press, 2008.

POULIOT, Vincent. Subjectivism: Toward a Constructivist Methodology. *International Studies Quarterly*, v. 51, p. 359-384, 2007.

REEVES, Audrey. *Auto-ethnography and the Study of Affect and Emotion in World Politics: Investigating Security Discourses at London's Imperial War Museum*. In.: Clément, Maéva; Sangar, Eric (orgs.). *Researching Emotions in International Relations: Methodological Perspectives on the Emotional Turn*. Londres: Palgrave Macmillan, 2018, p. 103-127.

RETRO News Now. *On May 1, 2003, in what became known as the 'Mission Accomplished' speech, President George W. Bush declared that 'major combat operations in Iraq have ended'*. EUA, 1 de mai. 2018. X: @RetroNewsNow. Disponível em:
<https://x.com/RetroNewsNow/status/991393050403508224>. Acesso em: 11 de jan. 2025.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Recebido em 24 de janeiro de 2025.

Aceito para publicação em 26 de março de 2025.



Nicole Grell Macias Dalmiglio

Doutoranda em Relações Internacionais pelo San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP). Mestra em Gestão de Políticas Públicas (2023) pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora no Projeto "PROINDL - Tecnologias de Inteligência Artificial no Fortalecimento das Línguas Indígenas do Brasil" do Center for Artificial Intelligence (C4AI - USP/FAPESP/IBM).

Daniel Rei Coronato

Professor de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), doutor em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP) e pesquisador do LAHPIS (Laboratório de História da Política Internacional Sul-americana).

‘O ARSENAL BARROCO’: ARMAMENTO E GUERRA NA PERSPECTIVA DE FLORESTAN FERNANDES

‘THE BAROQUE ARSENAL’: WEAPONRY AND WAR FROM FLORESTAN FERNANDES’ PERSPECTIVE

RESUMO: Este artigo investiga como a mudança tecnológica impacta as funções sociais e hierárquicas das forças armadas, tendo como ponto de partida a análise de Florestan Fernandes sobre a guerra na sociedade Tupinambá. Fernandes demonstra que o conflito bélico, mais do que uma prática militar, desempenha um papel estruturante na organização social e política, estabelecendo laços de coesão e reafirmando identidades coletivas. A partir dessa perspectiva, o artigo dialoga com Mary Kaldor, que analisa o armamento moderno como um sistema que transcende sua função técnica, influenciando relações de poder e redefinindo o próprio conceito de guerra. Complementarmente, Piero Leirner aborda a guerra híbrida e os desafios impostos pelas novas tecnologias militares às estruturas hierárquicas tradicionais. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem comparativa para demonstrar que, apesar das diferenças contextuais, o armamento não apenas reflete transformações sociais e políticas, mas também condiciona a organização do poder dentro dos exércitos. Conclui-se que as transformações das tecnologias bélicas gera novas dinâmicas de controle e comando, desafiando a rigidez hierárquica e exigindo adaptações nos modelos organizacionais das forças armadas.

Palavras-chave: Guerra; Tecnologia Militar; Armamento; Forças Armadas

ABSTRACT: This article investigates how technological evolution impacts the social functions and hierarchical structures of armed forces, taking Florestan Fernandes' analysis of warfare in Tupinambá society as its starting point. Fernandes demonstrates that war, beyond its military dimension, plays a structuring role in social and political organization by fostering cohesion and reaffirming collective identities. Building on this perspective, the article engages with Mary Kaldor, who examines modern weaponry as a system that transcends its technical function, influencing power relations and redefining the very concept of war. Additionally, Piero Leirner's analysis of hybrid warfare highlights the challenges posed by new military technologies to traditional hierarchical structures. Methodologically, this study adopts a comparative approach to demonstrate that, despite contextual differences, weaponry not only reflects social and political transformations but also shapes power organization within military institutions. The article concludes that the advancement of military technology generates new dynamics of control and command, challenging rigid hierarchies and requiring adaptations in the organizational models of armed forces.

Keywords: Warfare; Military Technology; Weaponry; Armed Forces.

1 Introdução

Neste artigo, refletimos sobre a função social do armamento na perspectiva de Florestan Fernandes em “A função social da guerra na sociedade Tupinambá” (2006), que explora como a guerra estruturava a sociedade Tupinambá. Para enriquecer esse debate, incorporamos as abordagens de Mary Kaldor em “El Arsenal Barroco” (1986), sobre os significados dos armamentos modernos. Assim, temos como intuito discutir como os armamentos influenciam as dinâmicas sociais e políticas dentro do contexto das forças armadas, ao longo do tempo e em diferentes sociedades.

Assim, de acordo com teóricos como Charles Tilly (1996), o Estado-Nação não seria apenas uma entidade política, mas uma construção dinâmica cuja formação e perpetuação estão intimamente ligadas ao uso da força e à capacidade de mobilização. As forças armadas desempenham um papel crucial nesse processo, tanto na defesa da soberania nacional quanto na articulação e manutenção da ordem política e social (Tilly, 1996). Outros teóricos como Michael Mann (1986) e Miguel Centeno (2002) complementam essa visão, destacando a centralidade do poder militar e a interdependência entre guerra e administração estatal. Esta inter-relação é fundamental para entender como as forças armadas não apenas defendem o território, mas também contribuem para a estruturação e manutenção do Estado, mostrando que a função social do armamento vai além da defesa territorial, envolvendo a mobilização de recursos, a administração de territórios e a manutenção da ordem política e social.

Ao argumentar que “a guerra faz o Estado, e o Estado faz a guerra” (1975, p.42), Tilly destaca a interdependência entre conflito armado e formação estatal. A guerra, não apenas catalisaria a centralização do poder e a consolidação das instituições estatais, mas também impulsionaria a criação de sistemas administrativos e militares eficientes. Esta dinâmica é refletida na função das Forças Armadas, cuja existência e eficácia são diretamente influenciadas pelo armamento que possuem (Tilly, 1996). Neste cenário, a função social do armamento transcenderia o âmbito da defesa militar e se tornaria um reflexo da estrutura e dos valores do Estado-Nação. A análise da função social dos armamentos deve, portanto, considerar como eles servem para afirmar a identidade nacional, reforçar as hierarquias sociais e sustentar a estrutura política do Estado.

Exploramos essas dimensões ao comparar as abordagens de Fernandes e Kaldor. Fernandes (2006) examina como a guerra moldava e sustentava a estrutura social e cultural da sociedade Tupinambá. Ele argumenta que a guerra não era apenas um meio de defesa, mas um mecanismo fundamental para a coesão e a organização social. Por outro lado, Mary Kaldor

(1986) aborda a função dos armamentos modernos, discutindo como os arsenais contemporâneos não são apenas ferramentas de guerra, mas também símbolos de poder e ideologia, sustentando o argumento de que as tecnologias emergentes criam um campo de batalha onde a distinção entre combatentes e não combatentes se torna cada vez mais tênue. A autora destaca como os armamentos modernos refletem e reforçam estruturas de poder e as dinâmicas políticas em um contexto global, evidenciando uma função social que evolui e se adapta às transformações nas estruturas políticas e sociais.

Assim, buscamos compreender de que maneira esse papel se transforma ao longo do tempo, acompanhando tais mudanças. A comparação entre Fernandes e Kaldor oferece uma interpretação sobre o papel dos armamentos em diferentes contextos históricos e culturais, permitindo uma compreensão mais profunda de seu impacto e significado nas forças armadas contemporâneas.

Metodologicamente, adotamos uma abordagem comparativa e analítica, estruturada em três eixos principais: (i) revisão bibliográfica, (ii) análise comparativa e (iii) contextualização histórica e política. O objetivo é examinar criticamente as contribuições de Florestan Fernandes e Mary Kaldor, em diálogo com outros autores, buscando compreender a função social do armamento e suas implicações para o militarismo, a defesa e a ética nas forças armadas.

O primeiro eixo, a revisão bibliográfica, fundamenta-se na análise detalhada das obras *A função social da guerra na sociedade Tupinambá* (2006), de Fernandes, e *El Arsenal Barroco* (1986), de Kaldor, estabelecendo um mapeamento conceitual das abordagens teóricas sobre o papel do armamento nas estruturas militares. Além desses autores centrais, a pesquisa mobiliza referências complementares, como Charles Tilly, Michael Mann e Piero Leirner, para ampliar a compreensão da interdependência entre guerra, Estado e tecnologia militar. O segundo eixo, a análise comparativa, busca identificar convergências e divergências entre as perspectivas de Fernandes e Kaldor. Enquanto Fernandes examina a guerra e o armamento como fenômenos estruturantes das sociedades indígenas, enfatizando sua função sociocultural e política, Kaldor analisa a evolução dos sistemas de armas no contexto moderno, destacando seu impacto nas hierarquias militares e nas dinâmicas de poder global. Essa comparação permite avaliar a relevância e os limites de cada abordagem para os debates contemporâneos sobre militarismo, defesa e ética nas forças armadas.

Por fim, o terceiro eixo, a contextualização histórica e política, considera que a função social do armamento não pode ser analisada isoladamente, mas deve ser compreendida no contexto mais amplo do Estado-Nação. Para isso, a pesquisa recorre a teorias da sociologia

histórica, particularmente as formulações de Tilly sobre a relação entre guerra e formação estatal, bem como as reflexões de Mann sobre o poder militar e a administração estatal. Essa abordagem permite situar o aumento da complexidade das forças armadas dentro de um quadro de transformações políticas e tecnológicas, evidenciando como o armamento transcende sua função instrumental e se insere nas estruturas de dominação, governança e controle social.

Para isso, este artigo está organizado em quatro seções principais, além da introdução e das considerações finais. Na primeira seção, examinamos o papel das forças armadas na conformação do Estado e na manutenção da ordem política, ressaltando sua interdependência com as dinâmicas de poder e governança. Em seguida, analisamos a função social do armamento a partir de uma abordagem comparativa, demonstrando sua centralidade na organização das forças militares e na reprodução das hierarquias sociais ao longo do tempo.

Na terceira seção, investigamos como as transformações tecnológicas impactam as estruturas militares, refletindo sobre a reconfiguração das hierarquias internas e das estratégias operacionais diante da introdução de novos sistemas de armas. Por fim, na última seção, exploramos a relação entre guerra, tecnologia e alienação, problematizando as implicações éticas e políticas da automatização dos conflitos e da crescente dissociação entre combatentes e campo de batalha. Nas considerações finais, sintetizamos nossas reflexões e reafirmamos que o armamento, longe de ser um mero instrumento técnico, constitui um elemento estruturante das dinâmicas de poder e das configurações institucionais, impactando tanto a organização das forças armadas quanto a lógica dos conflitos contemporâneos.

2 A Função das Forças Armadas na Estrutura Estatal

A função das Forças Armadas na estrutura estatal requer uma análise profunda da natureza social e cultural da guerra. A aplicação dos meios de coerção na guerra e no controle doméstico sujeita os guerreiros a dilemas complexos, envolvendo-se na administração de terras, bens e pessoas conquistadas. Esse processo reflete como as forças armadas se tornam instrumentos de administração e controle, interligados à estrutura estatal e às dinâmicas sociais que os sustentam (Tilly, 1996).

Florestan Fernandes (2006, p.18) enfatiza a natureza intrinsecamente humana da guerra, uma observação que ecoa a perspectiva de Montesquieu: “A esse respeito lembra com razão Montesquieu que a associação humana não poderia ser um produto da guerra, porque esta pressupõe, por sua própria natureza, a existência da sociedade”. A guerra não é um

fenômeno isolado, mas profundamente enraizado nas estruturas sociais e culturais. Fernandes argumenta que a guerra não poderia assim ser reduzida a uma mera manifestação de violência ou a um evento histórico episódico; ela deve ser entendida em seu contexto social mais amplo, como um componente integral que molda e é moldado pelas dinâmicas sociais.

Ao analisar a sociedade Tupinambá, Florestan (2006) defende a guerra como um mecanismo de integração social e organização política. Na visão do autor, as práticas bélicas dos Tupinambás estavam profundamente entrelaçadas com suas tradições culturais e estruturas de poder. A guerra não poderia ser interpretada apenas como um meio de defesa ou expansão territorial, mas sim como um elemento central na manutenção da coesão social e na afirmação da identidade coletiva. As batalhas e os rituais de guerra desempenhariam um papel fundamental na reprodução das relações sociais e na sustentação da ordem comunitária. Essa análise ilustra como a guerra, em diferentes contextos sociais, assume funções variadas que vão além da mera confrontação física, atuando como um processo social complexo que contribui para a estruturação e manutenção da sociedade.

A guerra molda e é moldada pelas sociedades, com as forças armadas assumindo papéis administrativos e governamentais nas regiões conquistadas. A distinção entre combatentes e não-combatentes se torna difícil de manter, e as forças armadas se tornam instrumentos de governança, envolvidos na administração social, econômica e política dos territórios controlados (Keegan, 1993; Leiner, 2020).

Assim, a guerra modela as forças armadas e é moldada pelo contexto social e cultural. Compreender a função social do armamento e das forças armadas requer uma análise que vá além da estratégia militar, incorporando as interações entre guerra, sociedade e Estado.

3 A Função Social do Armamento: Perspectiva de Florestan Fernandes

A sociedade Tupinambá, foco da análise de Florestan Fernandes (2006), está inserida no contexto pré-colonial, sendo profundamente marcada por uma cultura guerreira, onde as armas e a prática da guerra desempenhavam um papel crucial na organização social e na manutenção das relações de poder. A dimensão social do armamento reflete como a tecnologia bélica transcende o âmbito da prática do combate. Essa perspectiva etnográfica nos fornece uma base para entender o papel das armas nas forças armadas modernas, apesar das diferenças óbvias em contexto e escala.

Esta seção explora a função social do armamento nas forças armadas modernas, fazendo um paralelo com a análise de Fernandes sobre os Tupinambá. Ao examinar os usos e

significados atribuídos às armas em um contexto originário, Florestan (2006) nos oferece uma lente através da qual podemos compreender como as armas transcendem a sua função meramente operacional nas forças armadas estatais, tornando-se elementos centrais nas dinâmicas sociais, políticas e culturais. É importante reconhecer que as armas são os instrumentos materiais cruciais para determinar o desfecho de confrontos militares. A análise, entretanto, se aprofunda para além da mera funcionalidade física dessas ferramentas, investigando sua integração nas estruturas sociais e culturais dos Tupinambá. Segundo Florestan (2006, p. 33), seria necessário compreender como as armas são integradas na vida social e cultural dos Tupinambá, ressaltando que “é impossível compreender claramente a primeira sem conhecer de modo preciso o arsenal dos combatentes”. Este enfoque destaca a complexidade de entender plenamente a guerra, sublinhando que um conhecimento detalhado do arsenal dos combatentes é essencial, pois as armas não são apenas implementos de combate, mas elementos intrínsecos à identidade social e cultural.

Ao categorizar as armas com base em critérios formais e funcionais - armas curtas, longas e de projéteis, e suas funções de tiro, choque, mobilidade e proteção - Fernandes (2006) nos mostra que cada tipo de arma assume diferentes significados e papéis sociais. Por exemplo, nas sociedades Tupinambá, a “arma de mobilidade”¹ não é um objeto, mas o próprio guerreiro, refletindo uma integração profunda entre o combatente e seus instrumentos de guerra, onde o corpo humano complementa as capacidades das armas de tiro e de choque. Na teoria dos poderes militares, existe uma classificação funcional simples, onde as armas são categorizadas como: 1) armas de fogo (ou de tiro em sentido mais amplo); 2) armas de choque; 3) armas de mobilidade; 4) armas de proteção. Turney-High (1942) considera que essa classificação é aplicável também ao estudo do equipamento guerreiro dos “povos primitivos”, e Fernandes (2006) segue esse parecer na sistematização dos dados sobre as armas usadas nos contatos guerreiros pelos Tupinambá. O organismo humano executaria as operações essenciais de deslocamento no espaço, de aproximação dos inimigos e de complementação “militar” das armas de tiro e de choque, funções que, em outras sociedades, podem ser realizadas por meio da utilização técnica de animais ou de engenhos de guerra.

Este entendimento pode ser paralelamente aplicado às forças armadas modernas. As armas, nesse contexto estatal, não apenas executam funções de combate; elas também servem como símbolos de poder e autoridade, reforçando a soberania estatal e a capacidade de defesa.

¹ As armas de mobilidade são os objetos que viabilizam as operações essenciais de deslocamento no espaço, podendo ser compreendidas como todo e qualquer instrumento que permite a locomoção em meio ao conflito (Florestan, 2006).

Elas ajudam a moldar a identidade militar, onde o manejo e a posse de armas são integrados na formação de soldados, fomentando uma coesão grupal que é crucial para a eficácia militar. Além disso, as armas são utilizadas em demonstrações de força que sustentam a diplomacia e a política externa, projetando o poder do Estado no âmbito internacional.

A relação entre combatentes e seus armamentos variou ao longo da história, refletindo diferentes concepções sobre guerra, tecnologia e organização militar. Enquanto os guerreiros Tupinambá mantinham uma relação direta e ritualística com suas armas, incorporando-as como extensão de sua identidade e prestígio social, as forças armadas modernas, influenciadas pela burocratização da guerra e pelo avanço tecnológico, tendem a gerar um processo de alienação entre o soldado e o armamento que utiliza (Fernandes, 2006; Leirner, 2020).

Nos Tupinambá, conforme analisado por Florestan Fernandes (2006), a posse e o uso de armas estavam inseridos em um contexto de significados sociais e culturais. O guerreiro não apenas manjava suas armas, mas também as integrava em rituais que reforçavam sua posição dentro da comunidade. A guerra, nesse contexto, não era apenas um evento militar, mas um processo de socialização e reconhecimento público. O próprio corpo do guerreiro era considerado uma "arma de mobilidade", o que demonstra a inseparabilidade entre combatente e instrumento bélico.

Esse contraste é evidente quando observamos as forças armadas modernas, onde a relação entre soldado e armamento é mediada por uma estrutura hierárquica rígida e por uma lógica de especialização técnica. O soldado moderno muitas vezes não tem controle sobre as armas que utiliza, operando equipamentos padronizados e seguindo ordens que determinam quando e como utilizá-los. A introdução de armamentos de longo alcance, como drones e mísseis guiados, intensificou esse distanciamento, criando situações em que combatentes podem eliminar alvos sem nunca vê-los diretamente (Kaldor, 1986; Leirner, 2020).

Assim, ao estudar os Tupinambá, Fernandes (2006) não apenas fornece uma visão sobre as funções práticas das armas em combate, mas também sobre como as armas podem ser vistas como extensões da política, da cultura e da sociedade. Essa abordagem é importante para entendermos a complexidade das funções sociais que o armamento desempenha nas forças armadas modernas. As armas, assim como na sociedade Tupinambá, não são apenas ferramentas de guerra nas forças armadas; elas são pilares que sustentam a estrutura social e política, influenciando e sendo influenciadas pelas relações de poder e identidade dentro e fora do âmbito militar.

A organização dos sistemas de armas dentro de uma sociedade reflete assim não apenas as necessidades bélicas, mas também a estrutura política e cultural que as sustenta. No

caso dos Tupinambá, conforme analisado por Florestan Fernandes (2006), a guerra era um elemento central da vida social e, portanto, as armas possuíam significados que iam além da funcionalidade no combate. Diferente das forças armadas modernas, onde a hierarquia militar é rigidamente estruturada, entre os Tupinambá havia uma hierarquia das armas baseada no prestígio, na técnica de uso e na sua função dentro da batalha.

Esse tipo de estrutura se organizava baseada na funcionalidade e na dimensão ritual da guerra, contrastando com as forças armadas modernas, onde a hierarquia das armas é ditada pela eficiência tecnológica, pela capacidade destrutiva e sua função tática e estratégica. O armamento contemporâneo se organiza dentro de um sistema bélico que define categorias que refletem a especialização da guerra dentro da estrutura burocrática do Estado (Kaldor, 1986). Essa diferenciação hierárquica também se reflete na organização dos militares, com divisões entre infantaria, artilharia e forças especiais, cada uma com seu próprio conjunto de armamentos específicos e posições hierárquicas diferenciadas.

Ao analisarmos a relação entre armamento e poder militar na contemporaneidade, percebemos que a hierarquia das armas não apenas reflete a organização do combate, mas também as formas de controle e comando dentro das forças armadas. Como Mary Kaldor (1986) argumenta, os sistemas de armas modernos criam uma interdependência entre a indústria militar, os exércitos e o aparato estatal, consolidando a hierarquia do poder bélico dentro de um contexto globalizado. O desenvolvimento de novas tecnologias de guerra, como drones e sistemas de guerra cibernética, introduz novas camadas de hierarquia, onde o operador de um drone pode ser tão decisivo para um conflito quanto um soldado em combate direto.

Por outro lado, Siniša Malešević (2008) argumenta que essa diferenciação hierárquica dentro do armamento não é um fenômeno novo, mas uma continuidade histórica que acompanha a militarização das sociedades. Se nas forças armadas modernas a tecnologia de guerra redefine a hierarquia dos combatentes, nas sociedades originárias a hierarquia das armas também estruturava o prestígio e o papel dos guerreiros dentro da comunidade. Esse paralelo sugere que, embora a forma de organização da guerra tenha se transformado, a hierarquização do armamento como um mecanismo de poder e diferenciação social permanece uma constante ao longo da história.

O armamento não seria assim apenas um instrumento de combate. Ele refletiria e reforçaria as estruturas de poder, estabelecendo diferenciações entre combatentes e definindo o status dentro da organização militar. Se entre os Tupinambá o prestígio estava associado ao uso ritualístico e à coragem do guerreiro, nas forças armadas modernas, a hierarquia das

armas está cada vez mais vinculada à especialização técnica e à centralização do controle da violência em tecnologias avançadas.

4 Da Lança ao Drone: Tecnologia e a Reestruturação das Hierarquias Militares

Na sociedade Tupinambá, guerra e armas estavam intrinsecamente ligadas à vida social e cultural. Os armamentos eram integrados em rituais e cerimônias que reforçavam valores comunitários e hierarquias internas, semelhante às práticas das forças armadas contemporâneas que utilizam cerimônias de passagem e desfiles militares para solidificar a ordem, a disciplina e o orgulho nacional. Essas práticas não só fortalecem laços internos, como também cultivam uma identidade coletiva robusta (Fernandes, 2006).

Como apresentado anteriormente, Mary Kaldor (1986), apresenta a interpretação de que as inovações tecnológicas contemporâneas estão remodelando o campo de batalha, tornando cada vez mais difusa a separação entre combatentes e civis. Esse contexto exige que as forças militares adotem uma postura mais flexível e adaptável, onde as hierarquias tradicionais e rígidas sejam substituídas por estruturas mais horizontais e interconectadas. A integração de drones, inteligência artificial e guerra cibernética demanda novas competências e coordenação estreita entre unidades, alterando a dinâmica interna das forças armadas.

Os Tupinambá também utilizavam suas armas para demonstrar poder e negociar alianças, uma função que ressoa no uso moderno do poderio militar nas relações internacionais. As forças armadas de hoje, através de manobras e da demonstração de avançadas tecnologias militares, negociam influência e estabelecem o estatuto internacional dos seus países. Piero Leirner (2020), complementa essa visão ao discutir a guerra híbrida, que combina táticas convencionais com operações irregulares e ciberataques. O autor observa que essa forma de conflito desafia as estruturas hierárquicas tradicionais, pois exige uma integração multidimensional de capacidades. A hierarquia militar tradicional, com suas linhas claras de comando, precisa se adaptar a um ambiente onde a informação e a tecnologia desempenham papéis cruciais e onde a tomada de decisões precisa ser rápida e descentralizada.

Além disso, o treinamento militar, tanto dos Tupinambá quanto nas academias militares modernas, vai além da preparação para o combate. Ele serve como uma plataforma para educação integral, inculcando valores, disciplina e um senso de dever. Importante também é o papel das forças armadas como instrumentos de política, tanto interna quanto externamente. Similarmente aos Tupinambá, cujo uso do armamento era estratégico para a

sobrevivência e expansão, as forças armadas modernas são empregadas em uma variedade de funções que transcendem a guerra - desde a diplomacia e a dissuasão até a intervenção em crises humanitárias (Fernandes, 2006).

Ao combinar essas perspectivas, evidencia-se que a transformação tecnológica não só modifica o campo de batalha, mas também reconfigura a estrutura interna das forças armadas. A necessidade de integrar novas tecnologias e desenvolver respostas rápidas e eficazes a ameaças complexas resulta em uma hierarquia mais fluida e adaptativa. A análise de Florestan Fernandes sobre a função social do armamento nos ajuda a entender que essas mudanças tecnológicas continuam a ter profundas implicações culturais e sociais dentro das forças armadas, refletindo e influenciando as relações de poder e a identidade militar.

Mary Kaldor (1986), em seu capítulo “*El Sistema de Armas*” no livro “*El Arsenal Barroco*”, aprofunda a análise sobre como o desenvolvimento e a integração de novos sistemas de armas transformam não apenas o campo de batalha, mas também a própria natureza das forças armadas. O termo “sistema de armas” para a autora transcende a simples classificação de material militar se estendendo para uma classificação das próprias pessoas. Esse sistema de armas implicaria na existência de um corpo científico que desenvolvam armamentos, engenheiros e técnicos que os construam, soldados que os utilizem e técnicos que façam a manutenção. As instituições e a própria linguagem dos “sistemas” também servem para ocultar as relações existentes entre o governo e a indústria, além das relações subjacentes ao próprio conceito de sistema de armas.

Nesse sentido, Kaldor (1986) argumenta que o avanço tecnológico cria uma interdependência complexa entre diferentes tipos de armamento e as estruturas organizacionais que os utilizam. Ela destaca que o desenvolvimento de sistemas de armas sofisticados, como drones e ciberarmas, exige uma adaptação contínua das forças armadas, tornando-as mais interconectadas e dependentes de redes de informação e comunicação eficientes (Kaldor, 1986). Nesse sentido, a mudança tecnológica teria sido uma força motriz na transformação dos armamentos e das estruturas militares ao longo da história (Visacro, 2018).

Esta interdependência e a necessidade de adaptação contínua resultam em mudanças significativas na hierarquia militar. Tradicionalmente, as forças armadas operavam com uma estrutura hierárquica rígida, onde as decisões fluíam de cima para baixo. No entanto, com a introdução de tecnologias avançadas, a necessidade de respostas rápidas e eficazes a situações dinâmicas no campo de batalha promoveriam uma hierarquia mais flexível. Desse modo, Kaldor observa que, para maximizar a eficácia dos novos sistemas de armas, seria essencial

que as forças armadas integrassem diferentes unidades e especializações de maneira coordenada, o que permitiria uma maior autonomia operacional e uma tomada de decisão descentralizada (Kaldor, 1986).

Ao afirmar que “as instituições militares têm o seu momento e o seu lugar” (Kaldor, 1986, p.122), a autora destaca a natureza contextual e evolutiva das forças armadas, sugerindo que suas estruturas, estratégias e funções são moldadas pelas circunstâncias históricas e geográficas específicas. As instituições militares não são estáticas; elas se adaptam e respondem às mudanças no ambiente político, tecnológico e social. Kaldor (1986) argumenta que, para entender plenamente as dinâmicas internas e externas das forças armadas, seria essencial considerar o contexto específico em que elas operam. Isso inclui os desafios geopolíticos, os avanços tecnológicos e as transformações sociais que influenciam suas operações e organização. Assim, as forças armadas modernas, enfrentando um cenário global em acelerada mudança, devem constantemente evoluir para permanecer relevantes e eficazes, refletindo o momento e o lugar de sua atuação.

Ao analisar a organização das expedições e atividades guerreiras dos Tupinambá, Florestan (2006) destaca a maneira como os indígenas canalizavam socialmente as energias e habilidades dos guerreiros e colaboradores, compensando as limitações do arsenal bélico através de técnicas sociais de organização das atividades militares. Essa análise se faz essencial para entender como uma sociedade tradicional se adapta e maximiza suas capacidades militares dentro de um contexto específico. Fernandes sublinha a eficiência relativa do sistema militar dos Tupinambá em comparação com outras tribos aborígenes, ressaltando os efeitos desastrosos do rompimento da equivalência técnica durante os contatos com os europeus. Essa comparação enfatiza a importância das técnicas sociais e organizacionais na compensação das limitações materiais.

Fazendo um paralelo com as ideias de Mary Kaldor (1986), percebemos uma continuidade no entendimento de que as instituições militares devem ser vistas no contexto de suas circunstâncias históricas e tecnológicas específicas. As tecnologias emergentes e a complexidade dos sistemas de armas modernos exigiriam então uma estrutura militar adaptativa e flexível. Assim como os Tupinambá integravam suas atividades guerreiras à organização tribal para maximizar a eficiência, as forças armadas contemporâneas devem integrar novas tecnologias e práticas organizacionais para responder efetivamente às ameaças modernas.

Fernandes (2006) discute como a análise das técnicas sociais dos Tupinambá envolve duas categorias de problemas: a integração do sistema militar à organização tribal e a

estrutura e funcionamento desse sistema como um conjunto coordenado de atividades sociais. Ele enfatiza a importância de compreender os objetivos sociais da guerra em cada sociedade, a integração das atividades dos guerreiros aos segmentos sociais e a função da guerra na distribuição das sociedades humanas no espaço e na preservação das barreiras sociais. Esse enfoque é refletido nas observações de Kaldor sobre como as forças armadas modernas devem se adaptar continuamente às novas tecnologias e estratégias para se manterem eficazes.

De forma complementar, Piero Leirner (2020), argumenta que as instituições militares, ao longo da história, teriam uma função híbrida que combinaria elementos de controle interno e projeção externa de poder. Ele destaca que, embora a guerra clássica tenha sido concebida como uma separação clara entre política interna e externa, essa distinção é, na verdade, uma construção social que evoluiu ao longo do tempo. Nessa perspectiva, a guerra e as atividades militares serão profundamente interligadas com as estruturas sociais e políticas, refletindo um estado de guerra permanente institucionalizado pelo Estado.

Leirner (2020) também enfatiza que, na guerra híbrida contemporânea, há uma fusão de táticas convencionais com operações irregulares e ciberataques. Essa forma de conflito desafia as estruturas hierárquicas tradicionais das forças armadas, pois exige uma integração multidimensional de capacidades. A hierarquia militar tradicional, com suas linhas claras de comando, precisa se adaptar a um ambiente onde a informação e a tecnologia desempenham papéis cruciais, e onde a tomada de decisões precisa ser rápida e descentralizada (Leirner, 2020). Isso ecoa as observações de Fernandes sobre como os Tupinambá utilizavam técnicas sociais para maximizar a eficácia de suas expedições guerreiras, adaptando suas estratégias às condições específicas de seu contexto.

5 Guerra, Tecnologia e Alienação

A análise da função social do armamento entre os Tupinambá, conforme desenvolvida por Florestan Fernandes (2006), permite novos olhares acerca da concepção moderna da força militar. Diferente do modelo estatal contemporâneo, onde o armamento é um elemento de dissuasão e dominação institucionalizada, as sociedades originárias estruturavam o uso das armas dentro de um complexo sistema de significados sociais, rituais e políticos (Keegan, 1993).

Entre os Tupinambá, a guerra não se limitaria à confrontação bélica, mas era um mecanismo central de organização social e reprodução cultural. As armas desempenhavam um papel integrado à vida comunitária, participando de rituais de iniciação, da afirmação da

identidade coletiva e da legitimação do prestígio dos guerreiros. Em contraste, as forças armadas modernas tendem a alienar o combatente de seu equipamento, subordinando-o a uma estrutura hierárquica burocrática e ao avanço tecnológico que separa cada vez mais o indivíduo da ação bélica direta (Kaldor, 1986; Leirner, 2020).

Essa diferença de abordagem sugere a possibilidade de pensar alternativas ao modelo moderno de força. Se, nas sociedades originárias, o armamento fazia parte de uma economia simbólica e social mais ampla, como seria possível resgatar essa lógica para além da militarização e da centralização estatal do monopólio da força? Uma leitura inspirada nas práticas Tupinambá pode apontar para modos de gestão de conflitos baseados mais na negociação social e menos na coerção estruturada.

Além disso, a ausência de um Estado entre os Tupinambá impedia que a guerra se tornasse uma ferramenta exclusiva de uma instituição burocrática, como ocorre nos exércitos modernos (Mann, 2023). O armamento era uma extensão do corpo e da identidade do guerreiro, inserindo-se em dinâmicas de reciprocidade e reconhecimento dentro da sociedade. Essa concepção contrasta com a visão contemporânea de que o monopólio da violência deve ser centralizado em estruturas estatais altamente organizadas.

Todavia, deve-se ressaltar que a comparação entre as estruturas guerreiras dos Tupinambá e as forças armadas modernas revela diferenças fundamentais na relação entre combatentes e modelos políticos. Enquanto os Tupinambá organizavam a guerra como um mecanismo de coesão social e afirmação da identidade coletiva, os exércitos modernos operam sob uma lógica burocrática, inserida na estrutura estatal e orientada pelo monopólio da violência (Fernandes, 2006; Mann, 1986).

Entre os Tupinambá, a guerra não era monopolizada por uma instituição centralizada, mas sim um fenômeno social em que a participação no combate estava ligada à estrutura comunitária. O guerreiro não era um funcionário de um aparato estatal, mas um ator que conquistava status e reconhecimento por meio de suas ações. Diferente das forças armadas modernas, que se estruturam a partir de hierarquias rígidas e burocráticas, os Tupinambá operavam em uma lógica de mobilização descentralizada, onde a guerra era um mecanismo social e político de interação entre diferentes grupos (Fernandes, 2006).

Nas forças armadas contemporâneas, a figura do soldado é moldada por um sistema burocrático que impõe disciplina, padronização e um distanciamento da decisão política. O militar atua como executor de diretrizes definidas pelos altos escalões e pelo comando civil do Estado. Essa separação entre o combatente e a decisão política foi um elemento fundamental

da modernização militar, consolidando o monopólio estatal sobre a guerra (Tilly, 1996; Keegan, 1993).

Essa visão centralizadora da força, no entanto, tem sido desafiada nas últimas décadas, não apenas pelos avanços tecnológicos, mas também pelo crescimento de novos atores capazes de exercer a violência de forma autônoma, como empresas militares privadas, organizações paramilitares e grupos insurgentes (Krause; Milliken, 2009). O modelo tradicional vem sendo contestado por novos atores que operam fora dessa lógica. A atuação das empresas militares privadas (EMPs), usualmente sob o mandato de um Estado contratante, exemplifica uma dilatação da terceirização da violência, desafiando a narrativa clássica de que apenas o Estado pode exercer o uso legítimo da força (Avant, 2005).

Além das empresas militares privadas, grupos insurgentes e organizações criminosas transnacionais também questionam a centralização da violência. O conceito tradicional de forças armadas vinculadas à soberania estatal não se sustenta quando analisamos conflitos contemporâneos em que facções armadas possuem capacidade militar comparável à de Estados. Isso se reflete, por exemplo, no uso de tecnologias de guerra por atores não estatais, como drones e sistemas de comunicação criptografados, que conferem a esses grupos um nível de organização e letalidade que rivaliza com forças militares convencionais (Leirner, 2020; Saint-Pierre, 2010).

Esse fenômeno sugere que a distinção clássica entre forças armadas estatais e grupos de combate informais está se tornando cada vez mais obsoleta. Assim como os Tupinambá não concebiam a guerra como uma prerrogativa exclusiva de um governo central, os novos atores militares do século XXI operam em uma lógica descentralizada, desafiando a ideia de que a violência organizada é uma característica exclusiva do Estado. A possibilidade cada vez mais das denominadas ‘Big Techs’ se empenhar no setor militar intensifica a complexidade dos desafios contemporâneos.

Se, historicamente, o exército estatal foi pensado como um pilar da soberania nacional, o crescimento de empresas militares privadas e a ascensão de novos agentes armados levantam questões sobre o real controle dos Estados sobre a guerra. Ao mesmo tempo, evidenciam que a concepção moderna da força precisa ser repensada à luz dessas novas dinâmicas. Se o modelo dos exércitos permanentes era uma forma de garantir a ordem e a estabilidade estatal, sua erosão pela privatização da guerra nos aproxima de lógicas de conflito mais próximas daquelas encontradas em sociedades originárias, onde a guerra não era um monopólio estatal, mas sim um fenômeno inserido em redes sociais e políticas mais fluidas.

Michael Mann (2023), em *On Wars*, explora essa transformação ao argumentar que, na modernidade, a guerra se tornou uma atividade institucionalizada e administrada pelo Estado, resultando na redução da autonomia do soldado. Ele destaca que, enquanto em períodos históricos anteriores o combatente estava diretamente envolvido na decisão de matar ou poupar um inimigo, hoje as guerras são travadas por operadores que, muitas vezes, não veem suas vítimas, criando um distanciamento psicológico e moral do ato da violência. Mann critica a ideia de que avanços tecnológicos, como os drones, tornaram a guerra mais “limpa”; ao contrário, eles apenas transferiram a letalidade para novos formatos, onde a destruição é realizada a distância e com menor custo humano para os exércitos envolvidos.

Esse fenômeno contrasta com a organização dos Tupinambá, conforme analisado por Florestan Fernandes (2006), onde a posse e o uso das armas estavam inseridos em um contexto social e ritualístico. O guerreiro não apenas manjava suas armas, mas também as carregava como símbolos de pertencimento e status dentro da comunidade. O combate era um ato público e ritualizado, no qual a violência não era dissociada da vida social, mas parte integrante dela. Essa integração direta entre combatente e armamento se perde nas forças armadas modernas, onde a alienação se manifesta tanto na especialização das funções militares quanto na descentralização da tomada de decisão sobre a guerra.

Mann (2023) também critica a forma como os avanços tecnológicos alteraram a percepção da guerra para o público e para os próprios soldados. Ele observa que, enquanto a violência física direta (como tortura ou decapitações) é amplamente condenada no imaginário dos países “ocidentais”, a morte de longo alcance, promovida por drones e bombardeios, é muitas vezes vista como uma forma “aceitável” de guerra. Esse processo contribui para a desumanização do inimigo e para a naturalização da violência, tornando a guerra menos visível e, conseqüentemente, menos questionada politicamente.

A terceirização da guerra e o uso de tecnologias autônomas agravam essa alienação. Se nos Tupinambá a guerra era um fenômeno comunitário, nos conflitos contemporâneos, combatentes podem ser mercenários contratados sem laços diretos com o território ou a causa pela qual lutam. Essa fragmentação do envolvimento humano na guerra se alinha à crítica de Mann à crescente dependência de atores privados na condução de operações militares, enfraquecendo ainda mais a relação entre soldados, armas e as consequências de seu uso.

Dessa forma, a alienação do soldado moderno em relação ao armamento não se limita à especialização técnica ou à centralização burocrática da guerra, mas também à própria forma como a violência é concebida no mundo contemporâneo. A transição do guerreiro Tupinambá, que carregava seu armamento como parte de sua identidade e status, para o

operador de drone que elimina alvos sem contato direto com o campo de batalha, reflete mudanças mais amplas na maneira como a guerra é conduzida. Se Mann (2023) nos alerta sobre o perigo de normalizar a guerra como um fenômeno técnico-administrativo, a comparação com os Tupinambá sugere que essa alienação não é apenas uma consequência da modernidade, mas um sintoma da desconexão crescente entre os indivíduos e as estruturas de poder que comandam os conflitos contemporâneos, produto da maneira como a violência é exercida.

6 Considerações finais

A capacidade de projetar e sustentar o poder militar reflete a estabilidade e a coesão do Estado, moldando e sendo moldada pelas estruturas sociais, culturais e políticas. A interdependência entre guerra e armamento, como argumentado por Tilly, Fernandes, Kaldor, Leirner e Mann, é essencial para entender a complexidade das forças armadas e seu papel crucial na organização e funcionamento das sociedades.

Exploramos a função social do armamento a partir das perspectivas de Florestan Fernandes, Kaldor e Leirner. Fernandes, ao analisar a sociedade Tupinambá, destacou como as armas e a guerra eram integradas à vida social e cultural, desempenhando um papel central na organização política e na coesão social. Kaldor, por sua vez, discutiu como os armamentos modernos são símbolos de poder e ideologia, refletindo e reforçando estruturas de poder em um contexto global. Leirner, ao abordar a guerra híbrida, enfatizou a complexidade e a interdependência entre diferentes formas de poder e violência na contemporaneidade.

Independentemente do contexto histórico ou cultural, armas e guerra não podem ser compreendidas apenas como ferramentas de combate; estão enraizadas nas estruturas sociais, culturais e políticas das sociedades. Nos Tupinambá, as armas eram centrais na afirmação da identidade e manutenção da ordem social. Essa perspectiva se mantém relevante para as forças armadas modernas, onde tecnologia e armas desempenham um papel crucial na hierarquia e projeção de poder estatal (Visacro, 2018).

A introdução de tecnologias avançadas, como drones e ciberarmas, reconfigura as forças armadas, exigindo uma hierarquia mais flexível e adaptativa. Kaldor destaca que a integração dessas tecnologias cria uma interdependência complexa que transforma não apenas o campo de batalha, mas também a própria natureza das forças armadas. Leirner complementa essa visão ao enfatizar que a guerra híbrida envolve uma fusão de táticas convencionais com

operações irregulares e ciberataques, desafiando as estruturas hierárquicas tradicionais e demandando uma abordagem integrada que combine elementos militares, políticos e sociais.

Ao explorar a trajetória do armamento desde a lança até o drone, percebemos que as forças armadas modernas enfrentam desafios e oportunidades únicas. A tecnologia, enquanto força transformadora, exige uma constante reavaliação das estruturas hierárquicas e das estratégias operacionais, mantendo a relevância das análises de Fernandes, Kaldor e Leirner na compreensão do papel do armamento nas sociedades contemporâneas.

Referências

AVANT, Deborah. *The Market for Force: The Consequences of Privatizing Security*. Cambridge University Press, 2005

CENTENO, M. *Blood and Debt: War and the Nation-State in Latin America*. Pennsylvania State University Press. 2002.

FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra entre os Tupinambá*. São Paulo: Globo, 2006.

KALDOR, Mary. *El Arsenal Barroco*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1986.

KRAUSE, Keith; MILLIKEN, Jennifer. Introduction: The challenge of non-state armed groups. *Contemporary Security Policy*, v. 30, n. 2, p. 202-220, 2009. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781315875231-1/introduction-keith-krause-jennifer-milliken>

KEEGAN, J. *A History of Warfare*. Vintage. 1993

LEIRNER, Piero. *O Brasil no espectro de uma Guerra Híbrida*. São Paulo: Alameda, 2020. Disponível em:

https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=-vb6DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=+O+Brasil+no+espectro+de+uma+Guerra+H%C3%ADbrida&ots=5u_ismXuyf&sig=GP_EprpHFGHSPYHc539SiwmWQwjg

MALEŠEVIĆ, Siniša. The sociology of new wars? Assessing the causes and objectives of contemporary violent conflicts. *International Political Sociology*, v. 2, n. 2, p. 97-112, 2008. Disponível em: <https://academic.oup.com/ips/article-abstract/2/2/97/1835643?login=false>

MANN, M. *The Sources of Social Power*. Cambridge University Press. 1986.

MANN, Michael. *On Wars*. New Haven: Yale University Press, 2023.

SAINT-PIERRE, Hector Luis. Grandes tendências da segurança internacional contemporânea. In. JOBIM, N.; ETCHEGOYEN, S.; ALSINA JP. **Segurança internacional: Perspectivas brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.

TILLY, Charles. Coerção, Capital e Estado Europeus (990-1992). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

TILLY, Charles. The Formation of National States in Western Europe. Princeton: Princeton University Press, 1975.

TURNEY-HIGH, Harry Holbert. **The practice of primitive war. A study in Comparative Sociology**, v. 1, The University of Montana Publications in Social Sciences, nº 2. Missoula: Montana State University, 1942.

VISACRO, Alessandro. A guerra na era da informação. Editora Contexto, 2018.

Recebido em 08 de fevereiro de 2025.

Aceito para publicação em 06 de março de 2025.



Lais Cavallin Rodrigues

Mestranda no Programa de Pós-Graduação
San Tiago Dantas
(UNESP-UNICAMP-PUC/SP). Graduada em
Relações Internacionais e Ciências
Econômicas pela FACAMP. Pesquisadora do
Núcleo de Estudos de Gênero do Grupo de
Estudos de Defesa e Segurança Internacional
(Iaras-GEDES). Pesquisadora do Centro de
Estudos Árabes e Islâmicos da Universidade
Federal de Sergipe (CEAI-UFS).

A GUERRA NO SÉCULO XXI: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO TERRORISTA COMO O “OUTRO” NA GUERRA AO TERROR

WAR IN THE 21ST CENTURY: THE CONSTRUCTION OF THE TERRORIST'S IDENTITY AS THE 'OTHER' IN THE WAR ON TERROR

RESUMO: A identidade do terrorista foi construída como o "Outro" pelos Estados Unidos após os ataques de 11 de setembro de 2001, servindo como justificativa para intervenções militares e medidas de segurança na Guerra ao Terror. Com base em referências teóricas de autores como Grégoire Chamayou, Sun Tzu, Byung-Chul Han e Achille Mbembe, este artigo investiga como o uso de drones, vigilância e desinformação atuam como mecanismo de desumanização do inimigo e discute as implicações éticas e políticas dessas práticas de segurança. A pesquisa analisa a retórica empregada pelos Estados Unidos para desumanizar o "terrorista", explorando o uso de tecnologias de vigilância e guerra remota na condução da Guerra ao Terror. O artigo examina as repercussões da construção da identidade do "Outro" na política interna estadunidense e na percepção pública, evidenciando como esse processo fundamenta-se em técnicas que tornam a vida do inimigo descartável, legitimando o uso de práticas e tecnologias de violência.

Palavras-chave: Guerra ao Terror; Necropolítica; Drones de Vigilância.

ABSTRACT: The identity of the terrorist was constructed as the "Other" by the United States following the attacks of September 11, 2001, serving as justification for military interventions and security measures in the War on Terror. Drawing on theoretical references from authors such as Grégoire Chamayou, Sun Tzu, Byung-Chul Han, and Achille Mbembe, this article investigates how the use of drones, surveillance, and disinformation functions as a mechanism for the dehumanization of the enemy and discusses the ethical and political implications of these security practices. The research analyzes the rhetoric employed by the United States to dehumanize the "terrorist," exploring the use of surveillance technologies and remote warfare in the execution of the War on Terror. The article examines the repercussions of the construction of the "Other" in U.S. domestic politics and public perception, highlighting how this process is based on techniques that render the enemy's life disposable, thereby legitimizing the use of violent practices and technologies.

Keywords: War on Terror; Necropolitics; Surveillance Drones.

1 Introdução

A guerra é tudo, ela é a vida, o trabalho é a guerra, a casa é a guerra, o pensamento nasce da guerra, as relações procedem da guerra. Os sentimentos, a inteligência da convicção e a religião, tudo isso é a guerra. Os homens respiram para a guerra, trabalham para ela, refletem para ela, rezam para ela e... eles morrem por ela (Royesh, 2013, p. 130, tradução própria)¹.

Os ataques de 11 de setembro reconfiguraram a segurança internacional, levando os países a adotarem medidas mais rigorosas e a intensificarem a cooperação em questões de segurança e avanço tecnológico, marcando o início de uma nova era de vigilância e controle. O conceito de "Outro" é uma construção teórica que representa grupos e indivíduos percebidos como diferentes dentro de contextos sociais, políticos e culturais. Neste estudo, os grupos e indivíduos classificados como terroristas enquadram-se como o "Outro", enquanto o "Eu" é representado pelos Estados Unidos e seus aliados na Guerra ao Terror (Souza, Nasser e Moraes, 2014). A campanha de terror empregada pelos EUA consolidou a construção da identidade do terrorista como o "Outro" — uma figura desumanizada e inimiga — com o objetivo de justificar uma série de intervenções militares, como no Afeganistão em 2001 e no Iraque em 2003, além da implementação de novas medidas de segurança interna. Essa construção do "Outro" estabelece uma dicotomia entre "nós" — civilizados e racionais — e "eles" — bárbaros e terroristas.

Diante desse contexto, este artigo busca responder à seguinte pergunta: como a construção da identidade do "Outro" terrorista foi articulada pelos Estados Unidos após o 11 de setembro de 2001 e quais foram as implicações da narrativa da Guerra ao Terror? A hipótese central é que a construção dessa identidade foi fundamental para justificar intervenções militares e a implementação de novas medidas de segurança. Para isso, recorreu-se a técnicas de desinformação, vigilância avançada e a criação de um inimigo desumanizado. Essa estratégia teve implicações éticas e políticas profundas na administração da Guerra ao Terror.

Para responder a essa questão, este estudo adota uma metodologia baseada na revisão bibliográfica e na pesquisa documental. O referencial teórico mobiliza as obras de Grégoire Chamayou (2015), em *Teoria do drone*, que analisa as táticas e a ética envolvidas no uso de drones como ferramentas de guerra; Byung-Chul Han (2022), em *Infocracia: Digitalização e a crise da democracia*, que discute a vigilância digital e o controle da informação; e Achille

¹ No original : La guerre est tout, elle est la vie, le travail est la guerre, la maison est la guerre, la pensée naît de la guerre, les relations procèdent de la guerre. Les sentiments, l'intelligence de la conviction et la religion, tout cela c'est la guerre. Les hommes respirent pour la guerre, travaillent pour elle, réfléchissent pour elle, prient pour elle et... ils meurent pour elle (Royesh, 2013, p. 130).

Mbembe (2016), em *Necropolítica*, que oferece uma visão sobre como o poder se exerce através da capacidade de decidir quem deve viver e quem deve morrer. Além disso, as estratégias clássicas de Sun Tzu (2006), em *A Arte da Guerra*, fornecem um arcabouço teórico para entender a manipulação da informação e a desinformação na construção do inimigo.

Assim, o intuito do artigo é mostrar como a utilização conjunta das obras de Chamayou (2015), Han (2022), Mbembe (2016) e Sun Tzu (2006) viabiliza a análise da Guerra ao Terror. Um clássico não se define necessariamente por sua antiguidade, mas por sua capacidade de se tornar uma referência atemporal em seu campo de estudo. Embora os conceitos apresentados pelos autores tenham surgido em diferentes contextos históricos, suas obras destacam-se pela relevância nos estudos de guerra e estratégia. Dessa forma, os autores clássicos fornecem instrumentos teóricos essenciais para analisar as guerras contemporâneas no século XXI, possibilitando a compreensão da construção da identidade do terrorista como o “Outro” após o 11 de setembro. Além disso, para compreender essa construção, é fundamental analisar como as dinâmicas de poder na Guerra ao Terror, as tecnologias e os novos meios de comunicação são mobilizados para vigiar, dominar e exercer controle sobre as populações consideradas “inimigas”.

A estrutura do artigo está dividida em três seções principais. A primeira examina como a identidade do “Outro” foi construída pelos EUA para desumanizar o inimigo, legitimando suas políticas de segurança e ações militares. Para essa análise recorro a teoria de Sun Tzu, sobre desinformação e guerra psicológica, em diálogo com o conceito de caçada militarizada de Chamayou. A segunda seção investiga como a percepção do público foi moldada por meio da manipulação da informação, do uso de propagandas e de discursos presidenciais. O conceito de infocracia de Byung-Chul Han e a teoria do drone de Chamayou possibilitam a análise do uso de tecnologias, como o drone *Predator*, na condução da Guerra ao Terror e os efeitos da vigilância digital para as populações-alvo. Por fim, a terceira seção recorre ao conceito de necropolítica, de Mbembe, para compreender a lógica do poder soberano de matar e a racialização da Guerra ao Terror — um conflito que reforça o colonialismo e o imperialismo das potências ocidentais.

Nesse contexto, o artigo analisa as tecnologias empregadas a partir de novas categorias analíticas, com o objetivo de compreender as implicações éticas do uso de drones e as estratégias de guerra psicológica. Com o avanço tecnológico e a aplicação de drones para vigilância e eliminação de ameaças, a Guerra ao Terror tornou-se remota e impessoal, permitindo que o inimigo identificado seja combatido de forma desumanizada e à distância.

2 A construção do “Outro”: Estratégias de dominação na Guerra ao Terror

A construção da identidade do terrorista na Guerra ao Terror serve como justificativa para assassinatos e caçadas militarizadas no Oriente Médio (Chamayou, 2015; Watson Institute for International and Public Affairs, 2024). Paralelamente, a guerra psicológica foi empregada para manipular a opinião pública e enfraquecer a resistência do inimigo. Sun Tzu (2006) já explorava a importância da dissimulação, desinformação e guerra psicológica na estratégia militar. Para ele, fingir fraquezas, ocultar intenções e criar aparências falsas são uma forma de enganar o inimigo, concedendo ao comandante militar uma vantagem estratégica. Assim, o sucesso na condução da guerra depende da capacidade de compreender a mentalidade do adversário, explorando seus medos e fraquezas, e empregando táticas psicológicas para desmoralizar e desestabilizá-lo.

Aplicando a teoria de Sun Tzu (2006) à Guerra ao Terror, observa-se que essa doutrina foi adaptada pelos EUA com o objetivo de instigar medo, confusão e dúvida no inimigo, afetando sua moral, criando pressão psicológica e enfraquecendo sua resistência. A construção da identidade do “Outro” insere-se nessa estratégia de manipulação da percepção pública e a dissimulação de informações. Como afirma Sun Tzu (2006, p. 28), “de ti até o inimigo, não deve haver outra diferença senão a do forte ao fraco, do cheio ao vazio”. A dicotomia entre o “Eu” e o “Outro” reforça a narrativa de que os Estados Unidos são a potência destinada a combater o terrorismo, e salvar o mundo do mal. Dessa forma, estabelecer divisões entre a população nacional e a população estrangeira, entre a vida e a morte, entre a mídia nacional e a internacional, e entre o exército heroico e o exército inimigo torna-se uma estratégia fundamental para garantir vantagem na guerra e assegurar o apoio da opinião pública.

A informação e a desinformação auxiliam na construção dessas dicotomias inerentes à Guerra ao Terror. As táticas discursivas e comunicacionais manifestam-se por meio do uso extensivo de propaganda, guerra cibernética e operações psicológicas, com o objetivo de influenciar a opinião pública e desestabilizar o inimigo. Como destaca Sun Tzu (2006), a manutenção da moral e da disciplina das tropas e da população civil sustentam o esforço de guerra e garantem o apoio popular. Nesse sentido, Han (2022, p. 29) introduziu o conceito de “infocracia”, um cenário no qual a sociedade é dominada pela informação. Nessa estrutura, o poder e a influência são exercidos através do controle e manipulação da informação. Em outras palavras, a informação torna-se uma ferramenta de poder, cuja disseminação seletiva

pode moldar opiniões, influenciar decisões políticas e sociais e até mesmo distorcer a realidade (Han, 2022).

Durante a Guerra ao Terror, os discursos oficiais de George W. Bush (2001-2009) enfatizavam a narrativa de que os Estados Unidos estavam combatendo o terrorismo global e protegendo a liberdade e a democracia. Ao mesmo tempo, esses discursos simplificavam a complexidade do conflito e retratavam os inimigos como uma ameaça existencial (Bush, 2011). O objetivo central de um político ao proferir um discurso é fazer com que este seja massivamente divulgado, para disseminar uma informação como verdade e obter apoio popular. Embora Han (2022) explique como a digitalização e as mídias sociais mudaram a formulação de políticas e estratégias de manipulação de massa, Sun Tzu (2006) já destacava a importância da opinião pública como um instrumento para influenciar o inimigo e consolidar apoio para sua própria causa.

A estratégia de Sun Tzu (2006) de controlar a narrativa, disseminar propaganda e manipular canais de informação permite que o líder político-militar influencie a opinião pública a seu favor, enfraquecendo a determinação do inimigo e consolidando apoio para seus objetivos. Essa abordagem dialoga com a teoria de caçada militarizada de Chamayou (2015), caracterizada pela eliminação preventiva de ameaças potenciais, independentemente do perigo imediato. Essa lógica reflete uma concepção de segurança voltada à proteção da sociedade, baseada na neutralização de indivíduos considerados perigosos antes que possam representar riscos concretos. Em suma, antes de sofrer um ataque, o comandante deve concentrar-se em atingir a estratégia do inimigo, descobrir seus artifícios e sabotar seus projetos. Ou seja, deve adotar ações preventivas para desestabilizar o adversário (Chamayou, 2015; Sun Tzu, 2006).

Ao analisar a Guerra ao Terror sob essa perspectiva, é possível argumentar que a estratégia de George W. Bush foi malsucedida. Para Sun Tzu (2006), um general habilidoso é aquele que consegue humilhar os inimigos sem batalhas, conquistar cidades sem derramamento de sangue e triunfar sem operações prolongadas. No entanto, segundo dados do Costs of War, do Watson Institute for International and Public Affairs (2024), a Guerra ao Terror resultou na morte de pelo menos 4,5 a 4,7 milhões de pessoas, considerando tanto as mortes diretas e indiretas causadas nas zonas de guerra após o 11 de setembro. Desse total, 432.000 civis foram mortos em combates. Além disso, 38 milhões² de pessoas foram

² Para mais informações, acessar o relatório do Watson Institute for International and Public Affairs, que utiliza dados de 2020 e 2021 para calcular o número de pessoas deslocadas nas guerras do Afeganistão, Iraque, Paquistão, Iêmen, Somália, Filipinas, Líbia e Síria: https://watson.brown.edu/costsofwar/files/cow/imce/papers/2021/Costs%20of%20War_Vine%20et%20al_Displacement%20Update%20August%202021.pdf.

deslocadas e tornaram-se refugiadas de guerra, e o custo das guerras pós-11 de setembro para o governo federal dos EUA ultrapassou 8 trilhões de dólares. Atualmente, os EUA conduzem atividades antiterroristas em 78 países, incluindo Afeganistão, Iraque, Paquistão, Síria, Líbia, Iêmen, Somália, Níger e Filipinas (Watson Institute for International and Public Affairs, 2024).

O discurso proferido por George W. Bush em 20 de setembro de 2001 destaca a estratégia de guerra prolongada, a construção da dicotomia do ‘Eu’ e do ‘Outro’ e a polarização entre o eixo do ‘bem’ e o eixo do ‘mal’ (Bush, 2011). Para justificar as ações militares de longo prazo da Guerra ao Terror, em sua fala, o presidente Bush argumentou a ideia de que qualquer resistência ou oposição à política estadunidense de combate ao terrorismo representaria uma ameaça e, portanto, precisaria ser eliminada.

Nossa resposta envolve muito mais do que retaliações imediatas e ataques isolados. Os americanos não devem esperar uma única batalha, mas sim uma campanha longa, diferente de qualquer outra que já vimos. Ela pode incluir ataques dramáticos, visíveis na TV, e operações secretas, bem-sucedidas, mas mantidas em segredo. Vamos cortar o financiamento dos terroristas, colocá-los uns contra os outros, persegui-los de lugar em lugar, até que não haja refúgio ou descanso. E vamos perseguir as nações que fornecem ajuda ou abrigo seguro ao terrorismo. Cada nação, em cada região, agora tem uma decisão a tomar. Ou você está conosco, ou está com os terroristas. A partir de hoje, qualquer nação que continuar a abrigar ou apoiar o terrorismo será considerada pelos Estados Unidos como um regime hostil. Nossa nação foi alertada: não estamos imunes a ataques. Tomaremos medidas defensivas contra o terrorismo para proteger os americanos (Bush, 2011, p. 69, tradução própria)³.

Para George W. Bush, os terroristas “são os herdeiros de todas as ideologias assassinas do século XX. Ao sacrificar vidas humanas para servir suas visões radicais [...], eles seguem o caminho do fascismo, do nazismo e do totalitarismo (Bush, 2011, p. 68-69, tradução própria)⁴. Dessa forma, Bush constrói a identidade do terrorista por meio da retórica discursiva, mobilizando elementos morais e éticos para influenciar a opinião pública. Ao comparar os terroristas aos nazistas, o presidente cria um senso de responsabilidade moral, sugerindo que se opor à caçada militarizada dos terroristas equivaleria a compactuar com as “ideologias

³ No original: Our response involves far more than instant retaliation and isolated strikes. Americans should not expect one battle, but a lengthy campaign, unlike any other we have ever seen. It may include dramatic strikes, visible on TV, and covert operations, secret even in success. We will starve terrorists of funding, turn them one against another, drive them from place to place, until there is no refuge or no rest. And we will pursue nations that provide aid or safe haven to terrorism. Every nation, in every region, now has a decision to make. Either you are with us, or you are with the terrorists. From this day forward, any nation that continues to harbor or support terrorism will be regarded by the United States as a hostile regime. Our nation has been put on notice: We are not immune from attack. We will take defensive measures against terrorism to protect Americans (Bush, 2011, p. 69).

⁴ No original: “they are the heirs of all the murderous ideologies of the 20th century. By sacrificing human life to serve their radical visions [...], they follow in the path of fascism, and Nazism, and totalitarianism” (Bush, 2011, p. 68-69).

assassinas” (Bush, 2011, p. 68, tradução própria)⁵. Por fim, a estratégia de guerra psicológica e espionagem baseiam-se na exploração da desconfiança e da desinformação para enfraquecer o inimigo internamente. Para isso, a disseminação de boatos e acusações é manipulada com o objetivo de minar a confiança entre os adversários, levando-os a monitorar comportamentos e vigiar sua própria comunidade.

3 Informação e dominação: A Guerra ao Terror na era da infocracia

Como discutido na primeira seção, a informação e a comunicação desempenham um papel fundamental na previsão das ações do adversário, na modelagem da percepção pública e no enfraquecimento do inimigo (Chamayou, 2015; Sun Tzu, 2006). Seguindo essa lógica, Sun Tzu (2006) defende que o comandante deve conhecer profundamente seu inimigo; não apenas sua estratégia, mas também sua identidade: nome, família, lugares que frequenta, filhos e amigos. Esse conhecimento não só possibilita a infiltração na vida do adversário e a antecipação de seus movimentos, mas também contribui para a construção da sua identidade, facilitando sua identificação e eliminação. Assim como Chamayou (2015), Sun Tzu (2006) já alertava para a importância da precisão do ataque e da antecipação estratégica. A arte de guerrear e comandar exige que o líder tenha autoridade, saiba potencializar sua força, não aja de forma precipitada, e mantenha uma postura fria e calculista. As ações planejadas com base na previsibilidade do inimigo conferem vantagem ao comandante, que deve ser capaz de usá-la de forma rápida e eficiente.

Em vista disso, Sun Tzu (2006) defende que o ataque deve ser preciso, o que dialoga diretamente com a teoria do drone de Chamayou (2015). A precisão tecnológica das armas, como os drones, permite a execução de ataques em espaços restritos, transformando quartos ou escritórios em zonas de guerra. No entanto, essa precisão também é utilizada para justificar a ampliação do raio de ação dessas armas a nível global, desafiando as noções tradicionais de zona de conflito armado. A Guerra ao Terror configura-se como uma guerra infinita, pois o perfil daquele que é considerado terrorista – ou seja, o inimigo a ser combatido – é constantemente ajustado à medida que novos dados e informações são obtidos pelos drones. Nesse tipo de guerra, não há vencedores nem humanidade; trata-se de um conflito cujo objetivo não é apenas enfraquecer as estratégias do inimigo, mas sim aniquilá-lo por completo (Chamayou, 2015; Neocleous, 2011).

⁵ No original: “murderous ideologies” (Bush, 2011, p. 68).

Os drones são, na visão dos Estados Unidos, ‘um elemento tecnológico que substitui uma estratégia’ (Chamayou, 2015, p. 65). No entanto, essa concepção é equivocada, pois se a posse da tecnologia mais avançada fosse um fator decisivo para a vitória em uma guerra, os EUA teriam saído vitoriosos do Vietnã e do Afeganistão⁶. Como destaca Chamayou (2015), a tecnologia, por si só, não substitui a estratégia, uma vez que as pessoas continuam sendo o elemento central nos conflitos. Dessa forma, um território não pode ser controlado do céu, pois é no solo que está a população, que “pensa, crê e percebe” (Chamayou, 2015, p. 66). Assim, considerar o armamento um ‘fetiche tecnológico’ (Assis, Silva e Zague, 2018) representa um erro estratégico. Ao desviar o foco da importância estratégica e da tática para a superioridade tecnológica dos armamentos, os interventores dificultam a mobilização da população local, comprometendo a eficácia de suas operações.

Por sua vez, Byung-Chul Han (2022) analisa como o regime da soberania e o regime disciplinar moderno se conectam à Guerra ao Terror. No regime da soberania, a encenação e o teatro tornam-se instrumentos políticos fundamentais para o exercício da dominação. A performance, por meio de grandes encenações, gestos exagerados, cerimônias e discursos teatrais, permite ao soberano capturar a atenção da esfera pública e manipular suas opiniões. Consequentemente, a esfera pública assume o papel de palco, enquanto o soberano se torna o ator, adquirindo poder e visibilidade por meio de atos performáticos. Para Han (2022, p. 10), no regime da soberania “o poder da soberania atua pela visibilidade teatral”, ao mesmo tempo que invisibiliza aqueles que estão subordinados a esse poder.

Em contrapartida, o regime disciplinar é caracterizado pela sociedade da vigilância. Nesse contexto, a soberania é definida como o controle das informações em rede, de modo que a obtenção de dados através da vigilância dos drones confere ao poderio norte-americano mais um instrumento de dominação para garantia de sua soberania. Segundo Han (2022), diferentemente do regime da soberania, o dominador e o agressor são invisíveis, o que garante maior eficiência do controle. Dessa forma, a restrição da mobilidade, o isolamento e o controle do comportamento dos indivíduos são impostos por meio da pressão psicológica exercida pela vigilância constante. O medo de se tornar um alvo e a sensação de monitoramento permanente levam os indivíduos a disciplinarem seus próprios

⁶ Apesar do alto investimento em armamentos tecnológicos e recursos militares, os EUA perderam as guerras no Afeganistão e Vietnã, sendo incapazes de estabelecer governos alinhados com os seus interesses. Reginaldo Nasser (2021, p. 255) relata em seu livro *A luta Contra o Terrorismo*, que a Operação Liberdade Duradoura de 2001, no Afeganistão, “levou a um esforço de construção de uma nação de vinte anos e que não conseguiu produzir nenhum sucesso duradouro, ao mesmo tempo que impõe altos custos, materiais e humanos”. Nasser (2021, p. 255-256) acrescenta que “os EUA chegaram a gastar mais com o Afeganistão do que com a reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial, com o plano Marshall, mas pouco progresso foi feito”. Até 2021, a estimativa de gastos do governo dos EUA com o Afeganistão estava em torno de US\$2 trilhões.

comportamentos. Portanto, no regime disciplinar o dominador não tem um rosto; ele é onipresente, mantendo “o indivíduo disciplinar em sua submissão” (Han, 2022, p. 10).

Além disso, Han (2022) apresenta um terceiro regime, que emerge a partir dos avanços dos meios midiáticos e das tecnologias de comunicação. Nesse sentido, o regime da informação representa uma evolução do regime disciplinar, na medida em que se apropria de dados psicográficos para formular políticas que utilizam a psique como ferramenta de controle. A mídia, portanto, tornou-se em um instrumento de dominação adaptável ao avanço tecnológico, dando origem à midiocracia (Han, 2022). Como consequência dessa nova forma de poder, a obtenção de informações passa a ser mais decisiva para a guerra do que o próprio poder bélico, uma vez que a substituição da batalha tradicional pela tecnologia relega a estratégia a um segundo plano (Chamayou, 2015; Han, 2022).

Destarte, na infocracia (Han, 2022), a guerra da informação é uma realidade consolidada. Para Byung-Chul Han (2022), a disseminação de notícias falsas, teorias da conspiração e manipulação de dados pode ser empregada como ferramenta de influência sobre a opinião pública enfraquecendo a democracia. A propagação viral de informações – “infodemia” – é descrita por Han (2022) como um desafio para a democracia. Quando utilizada como estratégia política, a desinformação supera a verdade, tornando-a ineficaz diante da manipulação pública. Nesse contexto, em que a vida é protocolada pelo controle psico-político, a digitalização e o regime de informação criam uma liberdade ilusória, promovendo a transformação da sociedade (Chamayou, 2015; Han, 2022). As novas tecnologias instituem novos regimes de dominação, nos quais a posse de informações substitui a importância das mídias de massa. O *Big Data* e a inteligência artificial exemplificam esse processo ao explorarem o inconsciente digital, moldando comportamentos sem consciência⁷ (Han, 2022).

Em conclusão, a informação e os meios de comunicação tornaram-se instrumentos centrais de dominação no século XXI. Como exposto por Sun Tzu (2006), moldar a percepção do inimigo e da própria população é uma estratégia fundamental para obter vantagem na guerra. Nesse sentido, observa-se que o medo e o terror psicológico foram explorados pelos EUA, após os atentados de 11 de setembro, servindo como justificativa para adoção de medidas de segurança mais rígidas, intervenções militares e ações unilaterais em nome da segurança nacional.

⁷ O consciente humano não consegue processar racionalmente todas as informações disponíveis. Isto significa que a disseminação massiva de informações intervém no subconsciente dos indivíduos, interferindo, inconscientemente, em seus comportamentos, emoções e opiniões (Han, 2015).

3.1 Impactos dos dispositivos de vigilância remota: O caso do drone Predator

A fim de compreender a implementação e função dos dispositivos de vigilância, como o drone *Predator*, é imprescindível analisar a Guerra ao Terror e sua política de combate ao terrorismo. De acordo com Chamayou (2015), a estratégia antiterrorista é moralizadora e simplista, priorizando a eliminação de ameaças. Assim, enquanto a contrainsurgência é uma estratégia política e militar, o antiterrorismo adota uma abordagem policial e de segurança, visando deslegitimar os movimentos de insurgência do oponente. Essa distinção reflete uma mudança na concepção do inimigo, que deixa de ser um insurgente com reivindicações políticas para ser categorizado como terrorista; um indivíduo perigoso identificado como a “encarnação do mal” (Chamayou, 2015, p. 67).

A partir do momento que a estratégia antiterrorista se sobrepõe à estratégia de contrainsurgência, a ação passa a concentrar-se no indivíduo e não mais na população – apesar de esta continuar a ser o principal alvo dos efeitos da Guerra ao Terror. Assim, a lógica antiterrorista determina quais indivíduos devem ser eliminados, e não apenas combatidos, substituindo a concepção de enfraquecimento estratégico do adversário por sua erradicação total (Chamayou, 2015; Mbembe, 2016). Ao deixar de ser um adversário político e tornar-se um terrorista, instaura-se uma luta entre o “bem” e o “mal”, na qual esse indivíduo perde o direito ao julgamento e qualquer tentativa de negociação diplomática torna-se inviável dentro dessa lógica de erradicação. Os Estados aliados aos Estados Unidos “não negociam com terroristas”, mas aplicam suas tecnologias para eliminá-los, reduzindo as ameaças e possíveis riscos para a população nacional (Chamayou, 2015, p. 68). Portanto, a estratégia de erradicação contínua de ameaças, sem considerar suas consequências a longo prazo, sugere uma guerra sem vitória, mantendo as populações presas em um ciclo de violência.

Nesse contexto, a “telequirologia” é um conceito desenvolvido por John W. Clark (*apud* Chamayou, 2015), que se refere à utilização de veículos controlados remotamente para operar em áreas perigosas a uma distância segura. O dispositivo telequirológico estabelece uma divisão entre uma zona hostil e uma zona segura, possibilitando a intervenção em territórios de risco enquanto mantém os operadores protegidos. No entanto, a transição da tecnologia de teleoperação para uma ferramenta de guerra levanta preocupações éticas, pois possibilita ataques remotos unilaterais contra ameaças percebidas, resultando em conflitos assimétricos, nos quais as baixas ocorrem predominantemente de um único lado. Como

consequência, a ideia de uma guerra conduzida exclusivamente por máquinas telequirológicas – removendo soldados do combate direto –, projeta um ideal utópico de vitórias sem derramamento de sangue dos combatentes, mas apenas dos alvos (Chamayou, 2015).

Um exemplo de máquina telequirológica operada na Guerra ao Terror é o drone *Predator*, inicialmente concebido como uma ferramenta de "informação, vigilância e reconhecimento" (Chamayou, 2015, p. 31). No entanto, no contexto do Afeganistão, essa tecnologia foi convertida em uma arma letal, sendo empregada para atacar alvos vivos, como parte das operações militares contra grupos classificados pelos militares estadunidenses como terroristas. Após o 11 de setembro, as caçadas internacionais se tornaram a nova forma dos EUA fazer guerra, consistindo em uma violência não convencional, que combina elementos da guerra e operações policiais, levando a uma doutrina de caçada militarizada. Os EUA adaptaram suas estratégias para rastrear e eliminar alvos identificados como ameaça terrorista, recorrendo a operações híbridas focadas em ameaças assimétricas e ataques seletivos, por meio de forças controladas remotamente (Chamayou, 2015). Destarte, o objetivo mudou de derrotar o inimigo em batalha para identificar, capturar ou eliminar alvos específicos.

Além disso, o drone *Predator* também desempenha a função de coleta de dados e interceptação de comunicações, possibilitando a criação de um catálogo detalhado sobre a vida cotidiana da população do local. Esse processo de vigilância extensiva realiza uma análise minuciosa das atividades humanas no território que opera (Chamayou, 2015). Os drones classificam padrões de comportamento, movimentos, interações sociais e localizações para identificar possíveis ameaças e detectar irregularidades consideradas suspeitas. Essa vigilância persistente e letal tem impactos significativos sobre as populações submetidas a ela, gerando medo constante, ansiedade e isolamento psicológico. Para os operadores de drones, um terrorista possui um rosto, uma nacionalidade, uma cor e uma vestimenta, de modo que qualquer pessoa que se encaixe nessas características poderá se tornar um alvo de ataque (Chamayou, 2015). Em suma, os drones não apenas causam mortes e destruição, mas também paralisam as pessoas, instaurando um terror em massa que afeta profundamente a vida cotidiana das comunidades sob vigilância.

4 Necropolítica e colonialidade na guerra de drones: O direito soberano de matar e a hierarquização das vidas

A necropolítica na guerra de drones envolve a separação das populações entre aquelas consideradas dignas de vida e aquelas sujeitas ao direito de morrer, resultando no exercício do

poder soberano da morte sobre os grupos identificados como ameaças. Nesse sentido, Mbembe (2016) explica que a necropolítica consiste na síntese entre massacre e burocracia, na qual o racismo opera como uma tecnologia de poder que combina poder soberano com tecnologias de vigilância, auditoria e gestão populacional. Assim, o conceito de necropolítica estabelece uma distinção entre populações que devem ser protegidas e aquelas que podem ser eliminadas sem consequências políticas e morais (Mbembe, 2016). Nesse contexto, os drones desempenham um papel central na Guerra ao Terror, atuando como um mecanismo de comando da morte, executado por meio da vigilância e do gerenciamento das populações classificadas como inimigas.

Os drones determinam quem importa ou não, delimitando áreas e populações consideradas aceitáveis como alvos (Chamayou, 2015). Seguindo essa lógica, a ocupação dos Estados Unidos no Afeganistão envolve uma combinação de poderes disciplinares, biopolíticos⁸ e necropolíticos, permitindo que o poder colonial exerça dominação absoluta sobre o território ocupado (Mbembe, 2016). Para complementar essa discussão, Mbembe (2016) introduz o conceito de topografias reprimidas de crueldade, que se referem a locais de opressão, violência e controle sobre populações classificadas como “inferiores” ou “dispensáveis”. Nesses espaços, as relações de poder e as dinâmicas da necropolítica se manifestam intensamente, resultando na subalternização, desumanização de grupos estratégicos e na industrialização da morte. Dessa forma, conclui-se que os drones não apenas desempenham a função de ataque, mas também atuam na separação das populações, distinguindo aquelas que devem ser protegidas e as que devem ser temidas e destruídas.

O uso de drones na guerra é defendido como humanitário, devido à sua suposta precisão (Chamayou, 2015). No entanto, como um armamento responsável por assassinar civis pode ser considerado humanitário? Conceber o drone como uma tecnologia humanitária equivale a chamar as intervenções militares de “guerras em nome da humanidade”, reforçando o projeto de desumanização do “Outro” e a construção da identidade do terrorista como alguém indigno de viver. Enquanto Bradley Jay Strawser⁹ (*apud* Chamayou, 2015) argumenta que expor soldados ao campo de batalha é um risco desnecessário, considerando ser moralmente inaceitável colocá-los frente a uma ameaça letal quando existem alternativas mais seguras, Chamayou (2015) questiona: para quem essa tecnologia é mais segura?

⁸ Biopolítica é uma forma de governar a partir da gestão da vida e da população. Esse conceito surge das práticas de poder que buscam regular a vida dos indivíduos e das populações, indo além das formas tradicionais de soberania que se concentram na lei e na ordem. Foucault (2008) introduz a biopolítica como uma intersecção entre poder e vida, onde o governo regula e administra a vida dos indivíduos em um nível coletivo.

⁹ Veterano da Força Aérea dos EUA e professor de Filosofia no Departamento de Análise de Defesa da Naval Postgraduate School em Monterey, Califórnia (Strawser, 2020).

Além disso, mesmo que os drones sejam vistos como uma arma de alta precisão, a distinção entre alvos não é infalível, ou seja, a exatidão do ataque não garante a correta identificação do alvo. Isso levanta uma série de questionamentos: quem são os responsáveis por definir um alvo? Quem tem o poder de decidir as características físicas de um terrorista? Com base em quais critérios uma pessoa é classificada como alvo? O que transforma alguém em uma ameaça?

Para responder a essas perguntas, é importante discorrer sobre a necroética e necropolítica, pois os corpos brancos, ocidentais e cristãos não são alvos de ataques de drones (Chamayou, 2015; Mbembe, 2016). Chamayou (2015, p. 137) argumenta que “enquanto a ética classicamente se definiu como uma doutrina do bem viver e do bem morrer, a necroética constitui-se como uma doutrina do bem matar”. Essa terminologia, portanto, refere-se à avaliação moral dos procedimentos de homicídio no contexto da guerra remota.

A necroética do drone é criticada por sua falta de transparência e pela desconsideração da existência das vítimas, que são reduzidas a números e relatórios (Chamayou, 2015; Mbembe, 2016). Em vista disso, defender o uso de drones no combate ao terrorismo parte da premissa de que a vida de um soldado nacional deve prevalecer sobre a de civis estrangeiros, desconsiderando as normas universais do direito internacional humanitário (Chamayou, 2015). Além disso, a hierarquização do valor das vidas com base na nacionalidade substitui a distinção entre civis e combatentes por uma divisão entre nacional e estrangeiro, em nome de um nacionalismo disfarçado de ética – o “eu” *versus* o “Outro” (Chamayou, 2015).

No que se refere ao processo de definição dos alvos, Chamayou (2015) explica que os membros do aparelho de segurança nacional dos Estados Unidos são responsáveis por determinar quais indivíduos serão atacados por drones. Todas às terças-feiras – conhecidas como *Terror Tuesday* – essas autoridades se reúnem para decidir quem são os suspeitos e as ameaças que devem ser combatidas. O processo funciona da seguinte maneira: os membros sugerem os nomes, e o presidente aprova cada um deles, adicionando-os à *kill list*, ou lista de pessoas a serem eliminadas (Chamayou, 2015).

No entanto, os critérios para a definição dos nomes que entrarão na lista não são de domínio público e, portanto, não há transparência ou justificativa para as seleções. Em síntese, se um indivíduo apresentar determinado padrão de comportamento e houver uma suposição de que ele pertence a uma organização terrorista, será selecionado como alvo. Assim, para a análise de suspeitos, os tomadores de decisão coletam os dados sobre comportamentos “típicos” de terroristas através dos drones de vigilância (Chamayou, 2015). Contudo, mesmo que o indivíduo designado como alvo faça parte de uma organização terrorista, não há

garantias de que será atingido com precisão. Os drones operam a uma altitude aproximadamente de seis mil metros, e por mais avançada que seja a tecnologia, a distância impede que as imagens sejam suficientemente precisas. Como consequência, não existe uma forma definitiva de confirmar se os alvos são os corretos e legítimos (Chamayou, 2015).

Nesse contexto, a Guerra ao Terror opera de maneira distinta das guerras tradicionais, pois seu objetivo não é conquista territorial, mas eliminação da ameaça terrorista. Para Chamayou (2015), a quantidade de suspeitos não é um fator determinante na Guerra ao Terror, uma vez que, para neutralizá-los basta adicionar seus nomes na *kill list*. No entanto, essa visão desconsidera um aspecto fundamental: a Guerra ao Terror, em última instância, reproduz a lógica de uma guerra colonial. A intervenção militar, a ocupação por tropas estrangeiras e a imposição de políticas imperialistas pelos Estados Unidos, em resposta aos ataques, representam tentativas de expandir sua influência e domínio sobre regiões estratégicas. Paralelamente, a persistência da colonialidade do poder, marcada pela exploração econômica e pela imposição de padrões culturais sobre outras sociedades, também se manifesta nas ações dos países ocidentais¹⁰ em relação ao terrorismo e aos países de maioria islâmica (Huntington, 1997; Mbembe, 2016).

Segundo Samuel Huntington (1997), a discussão sobre ideologia está intrinsicamente ligada à racionalidade, pois envolve a estruturação de ideias, analisando quais delas são aceitas ou rejeitadas e como são compreendidas enquanto objeto. A racionalidade, neste sentido, está atrelada à perspectiva de cada ator, que considera como “racional” aquilo que se adequa ao seu próprio contexto. Huntington (1997, p. 265) destaca que “os esforços simultâneos do Ocidente para universalizar seus valores e instituições, para manter sua superioridade econômica e militar e para intervir nos conflitos do mundo muçulmano geram um intenso ressentimento no meio dos muçulmanos”. Essa análise sugere que o Ocidente enxerga sua cultura e seus valores como superiores, o que justifica duas intervenções, tanto no território quanto na cultura desses países, sob o pretexto de “ensiná-los” a maneira correta de viver.

O Ocidente é ‘militarista’ e ‘imperialista’ e ‘traumatizou’ outras nações através do ‘terror colonial’. [...] É um poder que nos esmaga, sitia nossos mercados e controla nossos mais simples recursos, iniciativas e potencialidades (Huntington, 1997, p. 268).

¹⁰ Nesta pesquisa utilizo o termo Ocidente como um conceito político e ideológico, cujo países principais que o representa são os Estados Unidos e seus aliados, como França, Reino Unido, Alemanha, Canadá e Austrália.

Na Guerra ao Terror, a raça constitui o principal critério de racionalidade para o exercício do direito de matar. O racismo, por sua vez, funciona como mecanismo de desumanização do “Outro”, tornando a sua morte socialmente aceitável e operando como uma ferramenta de dominação e exercício da soberania. Essa lógica, utilizada desde a Antiguidade, tem sido historicamente mobilizada para justificar a eliminação daqueles considerados estranhos à ordem estabelecida. Ao mesmo tempo, a soberania como direito de matar é um reflexo da política como gestão da morte (Mbembe, 2016). Nesse sentido, Mbembe (2016, p. 126) afirma que “em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, ‘aquele velho direito soberano de morte’”. Diante disso, assim como ocorreu no Estado nazista, a Guerra ao Terror identifica um inimigo – o terrorista – que deve ser rastreado e eliminado. Esse processo representa a aplicação do racismo como instrumento de dominação e exercício do direito soberano de matar (Mbembe, 2016).

5 Considerações finais

Para responder à pergunta da pesquisa, este trabalho analisou como os Estados Unidos construíram a identidade do "Outro" terrorista após os ataques de 11 de setembro de 2001, a fim de justificar a Guerra ao Terror. A desumanização do inimigo, aliada à manipulação de informações, à propaganda e aos discursos, tornou o assassinato de indivíduos uma prática socialmente aceitável. A partir da coleta de dados sobre o comportamento das populações-alvo, os tomadores de decisão estadunidenses identificam e definem quem deve ser eliminado. No entanto, essa caçada militarizada é justificada como uma estratégia para proteger a população “de bem” contra potenciais ameaças. Além disso, no que tange às implicações da Guerra ao Terror, argumento que a vigilância digital submeteu as populações a um estado de terror psicológico, paralisando suas vidas e controlando seus comportamentos. Dessa forma, o combate ao terrorismo consolidou-se como um projeto global que articula questões de poder, soberania, raça e tecnologia.

As guerras contemporâneas, na era da globalização, buscam subjugar o inimigo sem considerar as consequências imediatas, os efeitos secundários ou os chamados "danos colaterais" das ações militares. Uma característica marcante da transformação na condução da guerra é que as operações militares e o direito de matar deixaram de ser prerrogativas exclusivas dos Estados, assim como o uso de exércitos regulares já não é a única forma de exercer essas funções. Mbembe (2016, p. 141) observa que “as tecnologias de destruição se tornaram mais táteis, anatômicas e sensoriais, num contexto no qual a escolha se dá entre a

vida e a morte”. Nesse cenário, as inovações tecnológicas voltadas para o assassinato em massa instauram o terror entre as populações consideradas não civilizadas, pois a morte é percebida como o meio mais simples e eficaz de contenção.

Nesse sentido, política e guerra tornam-se indissociáveis, colocando o racismo e o assassinato no centro dos projetos políticos. O “Outro” é identificado como uma ameaça existencial e, portanto, sua eliminação é apresentada como uma medida protetiva. No entanto, embora resultem na morte de suspeitos, no longo prazo, esses ataques arbitrários tendem a gerar efeitos políticos negativos para os Estados Unidos. Em um cenário de extrema violência e guerra psicológica, o sentimento de frustração e medo entre a população civil se intensifica, incentivando-a a unir-se a grupos insurgentes como forma de resistência ao agressor externo. Diante disso, o discurso e a ideologia desempenham um papel fundamental na mobilização popular, uma vez que a intervenção estrangeira redefine a percepção do opressor: o inimigo deixa de ser o grupo extremista e passa a ser o Estado interventor. Para a população civil, por mais que os grupos extremistas representem uma ameaça, eles podem ser vistos como um risco menor à sua segurança quando comparados aos interventores, que “matam mais civis do que militantes” em uma guerra travada à distância e sem rostos (Chamayou, 2015, p. 65).

Em vista disso, segundo Byung-Chul Han (2022, p. 37), a “desfatualização” e a “descontextualização” do mundo da vida impactam profundamente as práticas sociais, as normas culturais, as tradições, as instituições e as experiências que estruturam a vida em sociedade, uma vez que as bases comuns de compreensão social e comunicação estão em constante transformação. Esse processo pode dificultar a construção de consensos e o diálogo, resultando na fragmentação da sociedade e no aumento da polarização e do isolamento social. Como consequência, emergem as tribos digitais, que buscam preencher o vazio de pertencimento, utilizando a rede como um espaço de reafirmação identitária e construção de coletividade. No entanto, essa busca por identidade e pertencimento pode levar à tribalização da sociedade, caracterizada pelo isolamento em bolhas informativas, onde se selecionam e compartilham apenas informações que confirmam crenças preexistentes, rejeitando visões divergentes. Nesses espaços, as diferenças são exacerbadas, a polarização se intensifica e o diálogo entre grupos distintos se torna cada vez mais difícil. Desse modo, a tribalização na rede pode fomentar um ambiente de confronto, intolerância e hostilidade em relação aos “Outros”, contribuindo para a fragmentação social e para a erosão da esfera pública comum (Han, 2022).

Para concluir, reitero a hipótese de que a construção da identidade do “Outro” permitiu ao Ocidente legitimar intervenções militares e medidas de segurança nos países do Grande

Oriente Médio. A narrativa discursiva de ameaça terrorista e do inimigo identificado impulsionou o desenvolvimento de tecnologias de vigilância e extermínio, como os drones. Além disso, o poder soberano, as práticas colonialistas e imperialistas e a necropolítica são instrumentos de dominação aplicados na condução da Guerra ao Terror. Diante do exposto, sustento que a desumanização e o racismo, quando incorporados às tecnologias de dominação, legitimam práticas de violência e controle. Consequentemente, a transformação das dinâmicas de combate e a impessoalidade das execuções refletem métodos de extermínio que evidenciam a lógica da eliminação do inimigo. A Guerra ao Terror configura-se, assim, como um projeto de poder que perpetua uma máquina de morte, exigindo uma reflexão crítica sobre suas implicações éticas.

Referências

- ASSIS, Jonathan de Araujo de; SILVA, Diego Lopes da.; ZAGUE, José Augusto. Armamento. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luis.; VITELLI, Marina Gisela. (orgs.). Dicionário de Segurança e Defesa. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p. 102-110.
- BUSH, George Walker. Selected Speeches of President George W. Bush. National Archives, 2011.
- CHAMAYOU, Grégoire. Teoria do drone. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HAN, Byung-Chul. Infocracia: Digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Vozes, 2022.
- HUNTINGTON, Samuel. O choque das civilizações. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1997.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n.32, 2016, p. 123-151.
- NASSER, Reginaldo Mattar. A luta contra o terrorismo: os Estados Unidos e os amigos talibãs. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.
- NEOCLEOUS, Mark. “A Brighter and Nicer new Life”: Security as Pacification. Social and Legal Studies. Vol.20, n.2, 2011, p. 191-208.
- ROYESH, Azizullah. Bogzar nafas bakasham (Laisse-moi respirer). Kaboul: Entesharat-e Tak, 1391, 2013.
- SAMPAIO, Jorge Henrique Maia.; OLÍMPIO, Marise Magalhães. Estados Unidos e o destino manifesto. Revista Ameríndia. Vol.2, n.2, 2006.

SOUZA, André de Mello e; Nasser, Reginaldo Mattar; Moraes, Rodrigo Fracalossi de. (Orgs.). Do 11 de setembro de 2001 à guerra ao terror: reflexões sobre o terrorismo no século XXI. Brasília: IPEA, 2014.

STRAWSER, Bradley. Bradley J. Strawser. 2020. Disponível em: <https://www.bradleyjstrawser.com/>. Acesso em: 05 fev. 2025.

SUN TZU. A Arte da Guerra. Porto Alegre: L&PM Editores, 2006.

WATSON INSTITUTE FOR INTERNATIONAL AND PUBLIC AFFAIRS. Costs of War. 2024. Disponível em: <https://watson.brown.edu/costsofwar/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

Recebido em 11 de dezembro de 2024.

Aceito para publicação em 25 de fevereiro de 2025.



IHOPLOS

Revista de
Estudos Estratégicos e
Relações Internacionais



INEST



PPGEST